

Sílvia Catarina Ferreira Caseiro

O Caso do Côa: Uma oportunidade perdida?

Dissertação de Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural,
orientada pelo Doutor Carlos Camponez e co-orientada pelo Doutor João
Muralha, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus,
Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O caso do Côa

Ficha Técnica:

| | |
|-------------------------------|--|
| Tipo de trabalho | Dissertação de Mestrado |
| Título | O caso do Côa – Uma oportunidade perdida? |
| Autor/a | Sílvia Catarina Ferreira Caseiro |
| Orientador/a | José Carlos Costa Santos Camponez |
| Coorientador/a | João Carlos Muralha Cardoso |
| Júri | Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil |
| | Vogais: |
| | 1. Doutor António Pedro Batarda Fernandes |
| | 2. Doutor João Carlos Muralha Cardoso |
| Identificação do Curso | 2º Ciclo em Gestão e Programação do Património Cultural |
| Área científica | Gestão e Programação do Património Cultural |
| Data da defesa | 19-02-2016 |
| Classificação | 16 valores |



Agradecimentos

Quero começar por agradecer ao Doutor João Paulo Cabral Almeida Avelãs Nunes por todas as sugestões iniciais.

Ao Doutor José Carlos Costa Santos Camponez (orientador) e ao Doutor João Carlos Muralha Cardoso (co-orientador) por toda a orientação ao longo da elaboração da minha dissertação.

Aos meus queridos pais devo um agradecimento muito especial por todo o apoio e, sobretudo, pela paciência e compreensão.

Aos meus amigos, em especial à Natália Quitério, por toda a ajuda e por estar sempre disponível.

Por último, e não menos importante, um grande agradecimento ao meu namorado, José Catela, por me ter acompanhado nesta dura etapa pois deu-me não só a sua preciosa ajuda como também a sua compreensão e atenção.

Muito obrigada a todos por todo o apoio emocional que me transmitiram pois foi fundamental para a concretização deste passo, para o traçar deste caminho.

Resumo: Apresenta-se o caso das gravuras de Vila Nova de Foz Côa desde a sua descoberta, passando por diversas fases, polémicas, classificações e oportunidades até ao estado atual da questão.

É efetuada uma análise a diversas fases de financiamento, dedicando-se especial atenção ao Museu do Côa. Para além de serem apresentados os problemas e algumas experiências de conservação de arte rupestre do PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa), é igualmente apresentado o caso de Siega Verde onde se debatem as diferenças e semelhanças entre os dois programas de gestão.

A análise crítica marca presença ao longo de toda a dissertação onde são apresentadas algumas propostas para este magnífico local onde a paisagem e o património se fundem e complementam. Será esta uma oportunidade perdida? Eis a questão a que nos propomos responder.

Palavras-Chave: Gravuras, Paisagem, Património, Vale do Côa, PAVC.

Abstract: The case of the paintings of Vila Nova de Foz Côa since their discovery is introduced, passing through its different stages, controversies, classifications and opportunities, until the current state of the question.

An analysis to the different stages of funding is performed, paying special attention to Côa Museum. Apart from being presented the issues and some experiences of rock art conservation of PAVC (Archaeological Park of Vale do Côa), is equally presented the case of Siega Verde, where the differences and similarities between both management programmes are discussed.

The critical analysis is present throughout the whole dissertation, where some proposals for this magnificent location are made and where landscape and heritage merge and complement each other. Will this be a missed opportunity? Is the question that we propose answer.

KeyWords: Paintings, Landscape, Heritage, Vale do Côa, PAVC.

Poema de Vítor Oliveira Jorge

Há duzentos séculos
Sobre o rio sereno
Dois cavalos, em todo o
brilho do seu dorso
Vieram entrelaçar
As suas cabeças.
Foi isso que aqui aconteceu e
aqui ficaram,
Fixados no xisto,
Ouvindo
Ao longo das estações
O mesmo ruído
Do escorrer da água.

E por todo o vale,
Bois e veados selvagens
Responderam-lhes
Silenciosamente.
Hoje
As suas cabeças revelam
ainda
O último mugido
Antes de penetraram
definitivamente
Na pedra.

Passados duzentos séculos
Foi-me dado ouvi-los,
Entre o ruído dos motores,
As ruínas da paisagem
ferida,
As desconstruídas palavras.
Pude assistir ao crime

Limpo, técnico, justificado.
Com números insofismáveis,
Com processos infalíveis,
Cada um dos senhores bem
postos,
Excepcionalmente bem
intencionados,
Dava a sua solução para a
chacina.
Agonia lenta, milhares de
gritos,
Que uma água agora
traíçoeira
Ia pouco a pouco calando.

E o vale contorceu-se nos
seus meandros
Como uma gigantesca
serpente
Ferida de morte.
A mesma serpente que
fenece
Na amazónia, no coração de
África,
No delírio da dança.
Em tudo quanto é alegria e
juventude
Do mundo.

E de novo me surpreendeu a
inércia cúmplice
Dos que sabiam o que estava
a acontecer.

Mas foram para casa tratar
das suas vidas.

Ficámos uns poucos, e eu
tinha apenas
Uma pistola de palavras.
Contra o entardecer,
A placidez do rio,
A disparei.
E de todas as pedras saíram
de novo
Milhares e milhares de
animais
Que atroaram o vale com o
seu tropel.
Vi o seu olhar divino
embebido
De morte.
Perderam-se no céu, tingido
de sangue.

Deus abandonara-os, e
abandonara-nos.

Onde, daqui em diante,
Encontraríamos a paz?

(Vítor Oliveira Jorge. *In*
Dossier Côa, fevereiro de
1995, Porto).

Índice

| | |
|---|----|
| Agradecimentos | 5 |
| Poema de Vítor Oliveira Jorge | 9 |
| Introdução..... | 15 |
| Capítulo I: Breve descrição da região do Vale do Côa | 17 |
| 1.1. Caracterização geográfica e geomorfológica | 17 |
| 1.2. Caracterização socioeconómica | 18 |
| 1.2.1. Dados económicos | 18 |
| 1.2.2. Setor primário | 18 |
| 1.2.3. Setor secundário | 19 |
| 1.2.4. Setor terciário..... | 19 |
| 1.2.3. Caracterização social e demográfica..... | 20 |
| 1.3. A importância do património natural e cultural da região..... | 21 |
| 1.4. As gravuras rupestres | 24 |
| 1.4.1. Caracterização | 24 |
| 1.4.2. Gravuras de épocas mais recentes..... | 27 |
| 1.4.3. Novas perspetivas para o desenvolvimento regional | 28 |
| Capítulo II: Tensões e conflitos gerados em torno da preservação das gravuras de Vila Nova de Foz Côa | 31 |
| 2.1. Antecedentes da “grande descoberta” das gravuras do Côa | 31 |
| 2.2. Construção da barragem do Côa e “início” da descoberta de gravuras rupestres | 33 |
| 2.3. Atitude tomada pelos organismos competentes perante as descobertas | 34 |
| 2.4. Conhecimento público dos achados e desenrolar da polémica | 37 |
| 2.4.1. Outras consequências da construção da barragem..... | 39 |
| 2.4.2. Manipulação da informação por parte da EDP | 40 |
| 2.5. Opositores à preservação das gravuras rupestres vs. defensores | 44 |
| 2.5.1. Papel desempenhado pela comunidade científica | 45 |
| 2.5.2. O papel dos media..... | 47 |
| 2.5.3. Discussão política | 49 |
| 2.6. Opinião da sociedade em geral e das comunidades locais | 53 |
| 2.6.1. Movimentos criados em prol da defesa das gravuras rupestres | 56 |

| | |
|---|-----------|
| 2.6.2. Um ponto de viragem | 58 |
| 2.7. Resultados deste “conflito” e medidas tomadas “pós-conflito” | 59 |
| 2.7.1. Mecanismos criados..... | 60 |
| 2.7.2. Reconhecimento do valor das gravuras rupestres..... | 64 |
| Capítulo III: A importância do financiamento para o Património Cultural e a importância de ser devidamente aproveitado | 67 |
| 3.1. Enquadramento geral dos conceitos | 67 |
| 3.1.1. Parcerias..... | 69 |
| 3.1.2. Gestão de receitas próprias | 69 |
| 3.1.3. Mecenato e patrocínios | 70 |
| 3.1.4. Fundos comunitários e fundações | 72 |
| 3.2. Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e algumas fases de financiamento | 72 |
| 3.2.1. Processo de construção | 72 |
| 3.2.2. Financiamento obtido | 74 |
| 3.2.3. Programa museológico e valências do museu | 80 |
| 3.2.4. Integração da arqueologia industrial | 82 |
| 3.2.5. Parcerias realizadas..... | 84 |
| Capítulo IV: Sistema de visitas e experiências de conservação..... | 85 |
| 4.1. Importância crescente do turismo cultural | 85 |
| 4.2. Sistema de visitas..... | 86 |
| 4.2.1. O sistema de visitas do Côa..... | 88 |
| 4.2.2. Cursos de formação..... | 91 |
| 4.2.3. Reações ao sistema de visitas do Côa e ao PAVC..... | 92 |
| 4.2.4. O caso de Mazouco | 99 |
| 4.2.5. Formas de promover a região sem colocar em risco o bem patrimonial | 99 |
| 4.3. Problemas e experiências de conservação da Arte Rupestre do PAVC | 100 |
| 4.3.1. Programa de conservação do PAVC..... | 101 |
| 4.3.2. Outros estudos realizados..... | 104 |
| 4.4. Fatores que ameaçaram e ameaçam as gravuras rupestres e o ambiente envolvente | 104 |
| 4.4.1. No passado | 104 |
| 4.4.2. No presente..... | 106 |
| 4.5. Aspectos importantes | 110 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo V: Complexo Rupestre de Siega Verde - um exemplo a seguir? | 113 |
| 5.1. Sítios análogos a Siega Verde | 113 |
| 5.2. Caracterização do sítio arqueológico de Siega Verde | 114 |
| 5.2.1. Trabalhos desenvolvidos | 116 |
| 5.2.2. Caracterização geral das gravuras rupestres | 117 |
| 5.2.3. Processo de reconhecimento formal | 118 |
| 5.2.4. Gestão do local | 119 |
| 5.2.5. Plano de conservação | 120 |
| 5.2.6. Um exemplo a seguir? | 121 |
| 5.3. Diferenças e semelhanças entre os dois sítios arqueológicos | 122 |
| 5.3.1. Descoberta de novos dados | 122 |
| 5.3.2. “Confronto” entre os dois sítios arqueológicos | 124 |
| 5.3.3. Colaboração entre ambos | 126 |
| 5.3.4. Atividades relevantes realizadas em Siega Verde | 127 |
| Capítulo VI: Situação Atual | 131 |
| 6.1. Projetos desenvolvidos | 132 |
| 6.2. Eventos realizados | 135 |
| 6.3. Mérito reconhecido | 143 |
| 6.4. Lacunas existentes e possíveis soluções | 144 |
| 6.5. Projetos educativos | 148 |
| 6.6. Redes Sociais | 150 |
| 6.7. Uma oportunidade perdida? | 151 |
| Conclusão | 157 |
| Referências | 161 |
| Anexos | 173 |
| Imagens | 173 |
| Imagem 1: Localização de Vila Nova de Foz Côa | 173 |
| Imagem 2: Concelho de Vila Nova de Foz Côa | 173 |
| Imagem 3: Abrangência paisagística do Museu do Côa | 174 |
| Imagem 4: Detalhe do Museu do Côa | 174 |
| Imagem 5: Localização de Siega Verde | 175 |
| Documentação | 175 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Distinção entre patrocínio e mecenato | 175 |
| Tabela 2: Projetos âncoras | 176 |
| Tabela 3: Projetos Complementares | 177 |
| Tabela 4: Fontes de financiamento | 177 |
| Tabela 5: Fontes de financiamento com valores concretos | 178 |
| Tabela 6: Fontes de financiamento distribuídas entre os anos de 2009 e 2011..... | 178 |
| Tabela 7: Candidaturas CCDR-N e CCDR-C (valores sem IVA, financiamento FEDER a 80%)..... | 179 |

Introdução

No âmbito desta dissertação, pretende-se estudar o conflito entre interesses económicos e interesses culturais a partir da questão da preservação das gravuras rupestres do Vale do Côa e da barragem hidroelétrica prevista para o local. Visa-se sobretudo indagar, tal como o subtítulo desta dissertação indica, se foi realmente possível tirar partido das potencialidades científicas, culturais, turísticas e económicas deste património ou se estamos, até ao momento, perante uma oportunidade perdida.

O caso do Côa gerou uma enorme controvérsia. Esta situação não é de estranhar tendo em conta que, desde a década de 70¹ do século passado, temos vindo a assistir, a nível nacional e internacional, a uma opinião pública cada vez mais desperta e interveniente pelas questões do património.

A cultura assume-se como uma estrutura com passado (sendo que o património constitui essa componente), presente e futuro enquanto expressão da atividade do Homem e da sua mente. O património, seja natural ou cultural, refere-se a uma herança do passado que pode ter sido intencional ou não.

Nas últimas décadas, várias políticas foram levadas a cabo de forma a preservar o património e promover a sua classificação tanto como Património Mundial como de interesse local, regional ou nacional. O caso do Vale do Côa insere-se neste quadro de revalorização das questões do património e a evolução de todo o processo é a expressão de um esforço de valorizar um “acervo” que, embora conhecido, não estava nem estudado nem cuidado.

Para a realização desta dissertação recorreu-se a diversa documentação e bibliografia geral, sobre o património, como também à entretanto produzida sobre o caso do Vale do Côa. Se em relação à bibliografia mais antiga não ocorreu qualquer problema, uma vez que existe em boa quantidade e qualidade, já em relação aos estudos que problematizem o estado atual da questão verificamos que eles são escassos. No entanto, relativamente ao passado, saliente-se o facto de este caso ter sido estudado por investigadores de diversas áreas o que torna a bibliografia muito mais rica.

No primeiro capítulo, é feita uma breve abordagem às principais características da região do Vale do Côa. A análise socioeconómica da realidade local constitui o ponto fulcral do capítulo uma vez que vai ajudar-nos a entender melhor o porquê da maioria da população

¹ Altura em que a UNESCO criou a Lista de Património Mundial (1979) sendo que ainda antes (16 de novembro de 1972) já havia ocorrido a Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial onde se reconhece já o valor do património cultural e natural que, segundo a dita Convenção, deveria ser protegido de forma a poder ser usufruído pelas gerações futuras.

residente ter tomado partido daqueles que defendiam a construção da barragem hidroelétrica. Após esta abordagem são apresentadas as principais características das gravuras rupestres do Vale do Côa que justificaram a sua preservação.

No segundo capítulo, é feita uma contextualização e o desenvolvimento dos factos que levaram à classificação das gravuras rupestres, passando pelas diversas tomadas de posição. Depois analisaremos o resultado final deste “conflito” com todas as medidas tomadas e acontecimentos decorrentes no “pós-conflito” entre os defensores da construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa e os que pugnaram pela classificação das gravuras.

Já no terceiro capítulo é dado um especial destaque ao Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, que representa o culminar de todo este longo processo, ao mesmo tempo que se aborda uma questão decisiva em todo este processo: a importância do financiamento para o património cultural e a forma como, eventualmente, ele deve ser rentabilizado. Daí que, neste contexto, seja dada alguma atenção às diferentes fases de financiamento do Museu.

De seguida, no quarto capítulo, é analisado, com algum pormenor, o sistema de visitas às gravuras do Vale do Côa. São ainda analisadas algumas experiências de conservação, ao mesmo tempo que se expõem algumas das principais ameaças e problemas que afetam a preservação futura das gravuras rupestres.

No quinto capítulo, é feito um paralelo com o Complexo Rupestre de Siega Verde de forma a encontrar lacunas e aspetos positivos de ambos os lados. Para além do breve estudo contextual são também apresentadas algumas diferenças e semelhanças em termos de gestão e programação entre o Sítio de Siega Verde e o Sítio do Vale do Côa de modo a cruzar experiências de ambos.

Por fim, no sexto e último capítulo é efetuada uma abordagem geral e sucinta de tudo o que foi analisado e estudado, culminando numa reflexão sobre o percurso percorrido e, ao mesmo tempo, apresentar as perspetivas de futuro.

Capítulo I: Breve descrição da região do Vale do Côa

1.1. Caracterização geográfica e geomorfológica

O Vale do Côa localiza-se na região noroeste de Portugal no extremo norte do distrito da Guarda. Está delimitado, a norte, pelo rio Douro e, geomorfológicamente, integra-se na Meseta Ibérica (*vide* imagens 1 e 2 do anexo).

O município de Vila Nova de Foz Côa, com as suas 14 freguesias² e uma área total de 398,2 km², integra-se na região demarcada do Douro onde se produz o “vinho do Porto”. Embora faça parte do distrito da Guarda e da diocese de Lamego, apresenta realidades próximas mas ao mesmo tempo bem distintas³.

Faz fronteira, a norte, com os concelhos de Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães e, a sul, com Pinhel e Mêda. Já a oeste está limitado com os concelhos de Penedono e São João da Pesqueira e a este por Figueira de Castelo Rodrigo. É uma região marcada por um relevo aplanado onde se destaca claramente o relevo do Monte de São Gabriel que se eleva a cerca de 200 m acima da linha dos planaltos xistosos e graníticos que o rodeiam (Baptista & Reis, 2008b: 155).

O rio Côa constitui-se como o primeiro grande afluente da margem esquerda do Douro, em Portugal. Corre de sul para norte atravessando terrenos graníticos sendo que nos últimos 12 km o substrato é constituído por xisto, muito resistente à erosão. É um dos rios portugueses com o caudal menos poluído, possuindo um grande grau de pureza muito propício para a presença das trutas que habitam estas águas. É também considerado o afluente mais importante da margem esquerda do Douro português devido não só à sua extensão como também ao valor dos seus recursos hídricos (Zilhão, 2007: 16).

O clima é temperado e continental com influência mediterrânea, bastante seco e muito quente no verão, ultrapassando os 40 graus, apresentando também uma baixa pluviosidade anual, sobretudo nas zonas do vale com cotas mais baixas (Fernandes, A. P. B., 2004: 8).

² Foz Côa, Touça, Seixa, Sebadelhe, Santa Comba, Numão, Muxagata, Horta, Freixo de Numão, Custóias, Chãs, Cedovim, Castelo Melhor e Almendra (<http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/freguesias> [acedido em 20-03-2015]).

³ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho> (acedido em 20-03-2015) e (Xavier, 2000: 123-124).

1.2. Caracterização socioeconómica

1.2.1. Dados económicos

A agricultura é a base económica da região sendo que representa o seu “*ex-libris*”, devido à qualidade e à forte produção vitivinícolas. A oliveira também desempenha um papel importante na região não só do ponto de vista económico como também paisagístico, tal como a cultura da vinha. A flor das amendoeiras (branca e rosa) confere também à paisagem uma enorme beleza. Contudo, esta cultura corre o risco de ser abandonada devido à forte competitividade internacional e ao baixo preço da amêndoa.

Ainda que muito vocacionada para o consumo doméstico, a horticultura constitui-se como outra fonte económica. Destaca-se o feijão, o milho, o tomate, a batata, o pimento, o cebolo, o repolho e também a floricultura.

Em termos da indústria destaca-se a extração de xisto⁴ para esteios, utilizados para suportar as vinhas, pois é uma atividade económica bastante relevante na região⁵.

1.2.2. Setor primário

O setor primário é caracterizado por pequenas explorações agrícolas, de caráter familiar ou semifamiliar, salvo raras exceções (Figueiredo & Martins, 2001: 3).

Do ponto de vista da produção local, a região do Côa possui características claramente mediterrânicas. Nela destacam-se as culturas da oliveira, videira e amendoeira⁶ bem como a criação de gado ovino e caprino.

Certas atividades estão a perder-se como é o caso do artesanato que, se outrora marcou profundamente a região⁷, hoje encontra-se praticamente extinto.

⁴ A *Solice* é uma empresa, fundada há mais de 4 décadas, que se dedica à extração e transformação de xisto proveniente das margens do rio Côa. Para além da comercialização de suportes para as vinhas, atividade mais relevante, também comercializa placas de xisto que podem ser aplicadas em pavimentos, interiores e decoração (www.solice.pt/site/index.php/pt/ [acedido em 31-08-2015]).

⁵ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho> (acedido em 20-03-2015).

⁶ Vila Nova de Foz Côa é conhecida como a “capital da Amendoeira” pois constitui-se como o concelho com maior densidade de amendoeiras (106.000 árvores em 38.000 hectares). Tudo isto já decorria ainda antes da descoberta das gravuras Paleolíticas (celebra-se desde 1982) sendo que, portanto, inicialmente a principal atração turística eram as amendoeiras em flor. Contudo, era um turismo essencialmente local visto que a maioria da população portuguesa não tinha conhecimento deste evento. Ainda assim já aí se deslocavam diversas pessoas de várias zonas do país. Com a polémica que se criou em torno da descoberta das gravuras e da construção da barragem gerou-se um grande mediatismo que promoveu o turismo nacional e internacional (<http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/agricultura> [acedido em 20-03-2015]).

⁷ Sobre tudo a cordoaria, fição, olaria e tecelagem (<http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho> [acedido em 20-03-2015]).

A caça atrai muitos caçadores à região, nomeadamente para a caça da perdiz, mas também para a caça ao javali, lebre e coelho. O mesmo acontece com a pesca que ainda tem uma maior representatividade uma vez que os rios são muitos ricos não só em quantidade como também em variedade de peixes: bogas, enguias, muges, solhas, barbos, cachuchos, trutas, lampreias e sáveis (Lemos, Fortuna, Dordio & Osório, 1998: 164).

1.2.3. Setor secundário

O setor industrial tem pouca relevância sendo baseado em unidades do tipo familiar de pequena dimensão (Amaro *apud* Gonçalves, coord., 2001:196). A principal atividade industrial do concelho é dominada pela exploração de pedreiras de xisto (pedreiras do Poio) em que são extraídos esteios de lousa que são não só utilizados nas vinhas como também, e mais recentemente, como material decorativo na construção civil.

Nas encostas mais íngremes cresce, de forma espontânea, uma planta herbácea (“sumagre”) que, pelas suas características, é aproveitada para a indústria dos cortumes e tinturaria, depois de submetida a um longo processo de secagem e moagem.

Apesar de haver múltiplos registos da indústria da seda na região, a industrialização do têxtil acabou por impor a produção do algodão (*Idem*: 164).

1.2.4. Setor terciário

O setor terciário baseia-se sobretudo nos serviços autárquicos e num pequeno comércio tradicional (Figueiredo & Martins, 2001: 3).

O número de sociedades aumentou (sobretudo as ligadas ao alojamento e restauração mas também aos sectores de construção) devido à descoberta das gravuras mas também do restante património existente (caso de Freixo de Numão ou da Quinta da Ervamoira) que “exigiu” um aumento de equipamentos para responder ao aumento de turistas (Fernandes, S., 2008: 57-58).

O município dispõe de um posto de Turismo onde podemos encontrar variada informação acerca de hotelaria, restauração, locais de interesse cultural, patrimonial e paisagístico. Dispõe igualmente de um espaço reservado à divulgação de autores do concelho e de publicações municipais. Foi igualmente criada uma biblioteca, centro cultural e infraestruturas para as práticas desportivas.

Desde 26 de setembro de 2011 que existe no município uma área de serviço de autocaravanas, com o respetivo parque de estacionamento o que revela a preocupação em

criar condições para acolher um diversificado tipo de turistas. Este parque localiza-se perto do centro da cidade⁸. Dispõe igualmente de uma Pousada da Juventude. Em Freixo de Numão existe o Centro de Juventude⁹ que fornece alojamento e alimentação aos jovens que queiram visitar o património da freguesia. Este Centro desempenha um enorme dinamismo na região devido às numerosas atividades que realiza (Fernandes, S., 2008: 72).

Contudo, carecem as infraestruturas tais como hospitais, estradas, escolas, entre outros (Fernandes, A. P. B., 2003: 19).

1.2.3. Caracterização social e demográfica

Vila Nova de Foz Côa, tal como a região de Siega Verde da vizinha Espanha, que irá ser abordada noutra capítulo, caracteriza-se, em termos populacionais, por um acentuado envelhecimento da população¹⁰ e ainda por taxas de analfabetismo¹¹ elevadas, ao baixo nível da escolaridade, sobretudo no que diz respeito ao sexo feminino e que se reflete também numa maior taxa de desemprego entre as mulheres (Figueiredo & Martins, 2001: 3).

As acessibilidades à região são difíceis sendo que a rede viária está, em grande parte, em mau estado. Vila Nova de Foz Côa é considerada uma das regiões da Península Ibérica menos desenvolvida social, cultural e economicamente.

A ausência de médias e grandes indústrias leva à escassez de saídas profissionais o que origina um fenómeno de desertificação traduzida numa forte emigração, já que as perspetivas de criação de emprego jovem são escassas. O próprio censo de 2001 é bem revelador desta situação uma vez que indicou um índice de envelhecimento no concelho de Vila Nova de Foz Côa a rondar os 200%¹² (em 2002 já atingia os 252,4%) enquanto no restante país o valor não

⁸ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/autocaravanismo> (acedido em 5-5-2015).

⁹ A Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão foi criada em 1980. Em 1981 foi igualmente criado, por parte de jovens, o “Grupo para a Defesa e Divulgação do Património Cultural” mas que se foi diluindo e acabou por resultar somente na ACDR que hoje possui todas as funções na criação de atividades culturais. Esta associação foi um caso de grande sucesso devido, em parte, à enorme proximidade e afinidade com as pessoas locais, uma vez que grande parte dos membros são moradores de Freixo de Numão. Para além de ter recuperado património importante tenta, sempre que possível, reavivar as tradições locais através da realização de diversos convívios (Fernandes, S., 2008: 82).

¹⁰ O número de óbitos já ultrapassa os nascimentos logo o saldo natural é negativo sendo que também existe um saldo migratório negativo.

¹¹ Em 2001 a taxa de analfabetismo rondava os 9% existindo cerca de 1 649 indivíduos analfabetos com 10 ou mais anos (<http://www.amdourosuperior.pt/municipios/vila-nova-de-foz-coa> [acedido em 20-03-2015]).

¹² A taxa de dependência dos idosos ronda os 45,2%.

ultrapassa os 94%. A taxa de crescimento natural do concelho apresentava um valor negativo de 8,8% (Fernandes, A. P. B., 2003: 19-20).

Já segundo os censos de 2011 os valores são ainda mais preocupantes uma vez que o concelho passou de 8 494 residentes (valor de 2001) para 7 318, em 2011, o que representa uma diminuição de 13,8%. A densidade populacional é de 18,4 hab/km².¹³ Contudo, é de destacar o facto de o concelho ter obtido, nas últimas duas décadas, a quarta maior taxa de crescimento migratório de Trás-os-Montes e Alto Douro (apenas ultrapassado por Bragança, Chaves e Vila Real) o que demonstra que ainda é capaz de atrair alguma população, sobretudo imigrantes estrangeiros (Fernandes, A. P. B., 2005: 189). Porém, estes dados comprovam que a descoberta das gravuras não teve um poder de atração suficiente de modo a colmatar esta situação uma vez que a população diminuiu (Fernandes, S., 2008: 55).

1.3. A importância do património natural e cultural da região

Esta região possui no entanto grandes valências sobretudo patrimoniais em que se destacam as gravuras do Vale do Côa que foram sendo descobertas desde finais do século XX.

Trata-se de uma região rica no que diz respeito ao património natural que é profundamente marcado pelos rios Douro e Côa (este último constituindo-se como um autêntico santuário de arte rupestre ao ar livre) e os vastos campos agrícolas que lhe conferem uma paisagem única, expressão do trabalho árduo realizado pelo homem ao longo dos tempos.

A avifauna também é bastante rica destacando-se os seguintes animais: cegonha-preta, águia-real, águia-perdigueira, abutre-do-Egipto e o grifo (Francisco, 2008: 63).

Com o passar do tempo, fruto das alterações do homem, pouco resta dos lobos e corços que existiam na região (Lemos et al., 1998: 164).

Foram já descobertos e classificados no concelho cerca de 195 sítios de interesse arqueológico¹⁴ o que revela a sua enorme riqueza patrimonial (desde castelos, castros, igrejas, capelas, pelourinhos, solares até pontes e estradas romanas). A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa refere a seguinte lista de locais turísticos a visitar¹⁵:

¹³ <http://www.amdourosuperior.pt/municipios/vila-nova-de-foz-coa> (acedido em 24-05-2015).

¹⁴ “Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa”, de António N. S. Coixão- 2ª Edição, da CM-2000.

¹⁵ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/patrimonio-arquitetonico-e-arqueologico> (acedido em 20-03-2015).

Almendra: Ruínas de Calábria, Caliábria ou Calábriga; Igreja matriz (Séc. XVI); Solar dos Viscondes do Banho (estilo barroco); Casa dos condes de Almendra; Pelourinho e igreja da Misericórdia (Séc. XVI).

Castelo Melhor: Castelo (do período Lionês) e gravuras rupestres Paleolíticas da Penascosa.

Cedovim: Casa Grande (estilo barroco); Pelourinho e capela de S. Sebastião.

Chãs: Gravuras rupestres Paleolíticas da Quinta da Barca.

Custóias: Capela de Nossa Sra. da Graça (raiz românica).

Freixo de Numão: Igreja matriz (raiz românica); Solar da Casa Grande (estilo barroco) com Museu de Etnografia e ruínas arqueológicas; Capela de Nossa Sra. da Conceição (1654); Capela de Santo António (1622); Capela de Santa Bárbara (capela roqueira); Pelourinho (1789) ex-Domus Justitiae (1601); Ex-Domus Municipalis (barroco, com armas de D. Maria I); Arquitetura rural; Complexo arqueológico (Castelo Velho, povoado do Calcolítico e Bronze); Prazo: ruínas Neolíticas, Romanas e Medievais; Calçada Romana.

Horta: Povoado Pré-Histórico do Castanheiro do Vento e pelourinho.

Mós: Solar dos Assecas (com pedra de armas).

Murça: Igreja matriz; Bairro do Casal (arquitetura rural) com capela de S. João (Séc. XVII).

Muxagata: Cruzeiro (cúpula piramidal); Fonte da Concelha (Séc. XVI); Solar dos Donas Boto (Séc. XIX); Igreja matriz; Pelourinho e antiga casa da câmara e tribunal; Gravuras rupestres do Paleolítico da Ribeira de Piscos; Museu e ruínas da Quinta de Santa Maria.

Numão: Castelo (de raiz anterior à nacionalidade); Igreja Matriz; Capelas de Santa Eufêmia e Santa Teresa; Casas judaicas; Sepulturas antropomórficas no castelo; Inscrições rupestres romanas do Areal, Telheira e Conde (Ribeira Teja; lagares romanos no Arnozelo).

Santa Comba: Fonte de Mó (1829); Arquitetura rural (Séc. XVIII).

Santo Amaro: Arquitetura rural.

Sebadelhe: Solar dos Donas Boto; Brasão da família Sampaio e Melo; Capela de S. Sebastião; Igreja matriz; Fonte de Cima (cúpula piramidal, séc. XVIII); Fonte de Baixo (com brasão).

Seixas: Igreja matriz, Solar dos Aguilares (barroco); Fonte dos cântaros; Castelo Velho (Idade do Bronze e Ferro).

Touça: Pelourinho; Casa dos Albuquerque; Forno comunitário da telha; Arquitetura rural.

Vila Nova de Foz Côa: Igreja matriz (fachada manuelina); Pelourinho (manuelino); Casa Municipal; Capela de Santa Quitéria (provavelmente uma antiga sinagoga); Casa dos Andrades (com pedra de armas); Torre do relógio, no sítio do castelo; Capelas de S. Pedro e Santa Bárbara; Capela de Santo António (estilo barroco); Gravuras Paleolíticas da Canada do Inferno; Gravuras Paleolíticas da idade do Ferro em Vale Cabrões e Vale José Esteves.

Tendo em vista a divulgação deste imenso património foram criados diversos circuitos: o “Complexo arqueológico de Freixo de Numão”, que inclui visitas a diversos locais de distintas épocas; dois circuitos que pretendem interligar o património arqueológico com o natural sendo que o primeiro passa pela visita a locais em Murça e Seixas do Douro e o segundo pelos miradouros de Freixo de Numão, Santo Amaro e Mós. Existe um circuito que também contempla o património natural mas mais ligado a visitas às vinhas. Por fim, existe um circuito que pretende interligar o património histórico e cultural com a paisagem sendo que integra não só a visita a monumentos e miradouros como também às próprias aldeias (Fernandes, S. 2008: 71).

De todo este património é de destacar o circuito de visitas que é feito em Freixo de Numão (antiga S. Pedro do Freixo) onde se pode visitar o Museu da Casa Grande¹⁶ que está instalado num Solar Barroco da 2ª metade do século XVIII e onde podemos encontrar peças arqueológicas, de diversas épocas, mas também mostras de etnologia. O Museu dispõe de um anexo com ruínas romanas, medievais e modernas onde também foram encontrados materiais da Idade do Ferro. Pode, igualmente, visitar-se o Castelo Velho que, devido às sucessivas escavações, tem permitido estudar um povoado dos III e II milénios a.C. (Idades do Cobre e do Bronze)¹⁷. O Museu dispõe ainda de um circuito arqueológico que atrai bastantes visitantes sobretudo o circuito que contempla a visita ao sítio do Prazo (Fernandes, S., 2008: 70).

O caso de Freixo de Numão é um excelente exemplo de como a história e a arqueologia podem contribuir para o desenvolvimento local de uma zona bastante deprimida, com poucas potencialidades. É claro que o facto de a própria população se ter identificado com esse património foi crucial para o sucesso de todas as ações patrimoniais levadas a cabo nesse local.

¹⁶ Apesar de ter aberto oficialmente em 1996 só a partir de 2000 começou a ser feito um controlo no número de visitantes (Fernandes, S., 2008: 70). Está integrado na Rede Portuguesa de Museus. Grande parte do espólio etnológico foi oferecido pela população local o que atesta esta enorme relação do Museu com a comunidade local, que se identifica plenamente com o património. Mesmo quando se realizam exposições temporárias resultam, na grande maioria, de empréstimos dos habitantes (*idem*: 89).

¹⁷ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/circuito-arqueologico-freixo-de-numao> (acedido em 3-0-5-2015).

Vários outros achados, não menos importantes, de diversas épocas têm permitido conhecer muito melhor o passado desta região como, por exemplo, o sítio do Prazo, que tem revelado fantásticos vestígios do Neolítico Antigo mas também da Época Romana e da Alta e Baixa Idade Média (estas duas últimas “etapas” bem representadas pela sua igreja medieval).

Para além de todo este património arqueológico também se deve salientar o fantástico património natural: as quedas de água do Pontão das três bocas, o forno da Colodreira e a Reserva Florística da Mela, entre outros¹⁸.

Em torno das duas mais simbólicas atividades económicas da região, Vila Nova de Foz Côa organiza dois momentos culturais de grande atração turística¹⁹: as vindimas e as “Amendoeiras em flor” sendo a primeira atividade realizada entre finais de agosto e outubro (consoante os anos, uma vez que a maturação da uva não é sempre a mesma) e a segunda é realizada todos os anos, antes da chegada da primavera, onde se pode observar o desfile de um cortejo alegórico (APDARC, coord., 2011: 21).

Atualmente esta é uma zona bastante singular visto que se constitui como o único concelho que detém duas classificações Mundiais pela UNESCO: Vale do Côa e Douro²⁰ (Almeida, 2008: 326). Tem duas zonas sob a tutela do Instituto de Conservação da Natureza (ICN): zona de proteção especial do Vale do Douro Internacional e zona de proteção especial do Vale do Côa, que está integrado na designada rede comunitária Natura 2000 (Pau-Preto, 2005: 124).

1.4. As gravuras rupestres

1.4.1. Caracterização

A zona das gravuras²¹ possui um relevo bastante acidentado com vertentes que ladeiam o rio tornando o local de difícil acesso o que dificultou a fixação de pessoas nestes

¹⁸ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/circuito-arqueologico-freixo-de-numao> (acedido em 03-05-2015).

¹⁹ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/patrimonio-natural/amendoeiras> (acedido em 03-05-2015).

²⁰ A área classificada do Alto Douro Vinhateiro (desde dezembro de 2001) engloba 25 mil hectares representando, deste modo, 10% da região demarcada do Douro. A área classificada engloba os municípios de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Sabrosa, Carrizada de Ansiães, Torre de Moncorvo, Lamego, Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa (<http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/douro-vinhateiro>: acedido em 03-05-2015).

²¹ Note-se que o conjunto de gravuras do Côa também abrange, para além do concelho de Vila Nova de Foz Côa, o de Pinhel e o de Figueira de Castelo Rodrigo. Contudo, a própria influência das gravuras no desenvolvimento da região ainda se faz notar também no concelho de Torre de Moncorvo.

locais o que é positivo uma vez que permitiu que as gravuras se preservassem intactas até à atualidade.

Todas as gravuras que foram encontradas podem ser somente uma pequena porção daquilo que existia antes uma vez que os diversos populares referem a observação de outras no passado. É de admitir existirem gravuras ao longo de todo o curso do Douro (entre o Pocinho e Barca d'Alva) submersas devido às albufeiras que foram construídas no rio durante a segunda metade do século XX.

Os cavalos, as cabras, os veados e os auroques²² são os temas zoomórficos mais figurados nestas gravuras o que demonstra que os caçadores-recolectores e nómadas, que viveram na região, tiveram a capacidade de transmitir imagens de animais, seus contemporâneos, e também de pequenos objetos que utilizariam no seu quotidiano (Baptista, 2003). Com efeito, do Paleolítico Superior datam também inúmeros artefactos encontrados e que fazem parte do património arqueológico de Vila Nova de Foz Côa.

As principais técnicas de gravação utilizadas foram a incisão filiforme, a picotagem²³, abrasão e raspagem sendo que algumas vezes se verifica a utilização de diversas técnicas para a execução da mesma figura. As grandes figuras picotadas parecem ter sido realizadas essencialmente durante o Gravetense e/ou Solutrense enquanto as pequenas figuras (essencialmente filiformes) parecem pertencer, na sua grande maioria, ao Magdalenense²⁴. Os bóvidos e equídeos são as duas espécies mais representadas, de entre todas as referidas anteriormente, o que coincide com o que acontece na arte parietal do Paleolítico Superior europeu (Baptista & Gomes, 1995: 373).

Uma característica particular desta arte, ausente na conhecida arte parietal franco-cantábrica, é o facto de em algumas representações associarem duas ou três cabeças ao

²² São um antepassado dos atuais bois domésticos. Esta espécie sobreviveu ao término dos tempos glaciares mas extinguiu-se em 1627, na floresta de Jaktorow na Polónia (Baptista, 2003).

²³ As figuras picotadas apresentam características idênticas às encontradas, mais tarde, nas gravuras da ribeira do Pousadouro (Grijó de Parada, Bragança) onde se denota igualmente o mesmo estilo arcaico e a intenção de sobrepor os motivos (Baptista, 2001: 1).

²⁴ O Paleolítico Superior, no Ocidente Europeu, divide-se em quatro principais etapas tecnológicas: Aurignacense, Gravetense, Solutrense e Magdalenense.

O Aurignacense enquadra-se entre 38 000 anos BP e 26 000 anos BP (anos de Radiocarbono). Marca o surgimento dos primeiros fenómenos de arte figurativa (Regala, 2011: 16-17).

O Gravetense enquadra-se numa faixa cronológica entre os 29 000 anos BP e os 22 000 anos BP. Um aspeto marcante desta cultura prende-se com o desenvolvimento das manifestações artísticas (gravuras), normalmente em osso ou haste de cervídeo, arte rupestre e a produção de estatuetas (*Idem*: 18-20).

O Solutrense compreende-se entre 22 000 anos BP e 17 000 anos BP, verificando-se um notável desenvolvimento da arte rupestre (representações de animais em baixo relevo) e das suas técnicas, de que é exemplo o Vale do Côa. Subdivide-se em Solutrense Inferior, Médio e Final (*Idem*: 21-24).

O Magdalenense corresponde ao período mais prolífico em arte móvel e rupestre, reflexo da complexificação das interações sociais. Enquadra-se entre 16 500 anos BP e 8 500 anos BP (*Idem*: 25-28).

mesmo animal de forma a transmitir a ideia de movimento²⁵. Como exemplo, esta técnica foi muito utilizada para transmitir a ideia de que o animal se baixa para pastar ou beber (através do movimento descendente da cabeça). Este tipo de representação é muito utilizada em cavalos embora também surja no caso dos auroques (Zilhão, 2007: 18). A mesma técnica surge para representar o movimento de torção do pescoço (quando o animal se volta para trás). Neste caso, este tipo de reprodução surge quase em exclusivo em cabras, embora também se encontrem assim executados auroques e veados. Na rocha 1 de Vale de Cabrões surge mesmo a exibição de um veado em corrida onde, para além de revelar a cabeça voltada para trás, tem a boca aberta onde se avista a língua (representando o cansaço e a dor ao ser atingido por uma arma de arremesso). Somente se encontram raros paralelos a esta representação nas grutas de La Peña de Candamo e de Les Trois Frères (Gomes, 2004: 43). As figuras grandes e mais elaboradas são as que mais recebem este tipo de tratamento sendo que é na Penascosa e na Quinta da Barca que se podem encontrar a maioria destas representações. Grande parte destas reproduções, que sugerem movimento, estão associadas ao Gravetense e Solutrense Antigo. Em Siega Verde (Salamanca) também se pode observar um cervídeo com a cabeça voltada para trás (*Idem*: 42).

Nesta arte é privilegiada a representação da cabeça dos animais reproduzidos, onde se denota a utilização de técnicas mais apuradas (Baptista & Gomes, 1995: 374).

Também surgem figurações de animais reproduzidos na vertical como que dando a ideia de que estão a cair dos altos penhascos que existem na região, podendo ser classificadas como representações dramáticas que atestam a forte capacidade cognitiva destes caçadores recolectores que observariam os animais com muita atenção, captando até as suas emoções. No entanto, a representação de animais na vertical já é comum na figuração zoomórfica paleolítica registada na Europa (Gomes, 2004: 44-45).

Certas representações parecem sugerir o nascimento de animais²⁶ e atos de afeto/emoções o que torna esta arte do Côa ainda mais rica devido à raridade desta representação noutros locais. Todas estas representações aproximam esta arte do mundo real uma vez que demonstram como que o ciclo da vida já que aparecem figurações do

²⁵ Nas gravuras de Sampaio (Milhão, Bragança) é possível identificar um animal de duas cabeças o que prova a troca de ideias uma vez que esta característica é muito típica da arte do Côa, tal como já foi referido (Baptista, 2001: 1). Esta técnica foi pela primeira vez detetada no Côa logo foi uma autêntica novidade. Foi seguida pela descoberta da gruta de Combe d'Ard onde essa técnica também está presente (Dossier Côa, 1995: 377)

²⁶ Esta possível representação do nascimento foi efetuada de uma forma muito habilidosa uma vez que os "artistas" aproveitavam os particularismos de certas rochas (certas fendas, por exemplo) para expressar este fenómeno (Gomes, 2004: 46). Fornecia assim a imagem que o animal estava a nascer de dentro da rocha. Estes particularismos das rochas foram também utilizados para sugerir o volume ou até para dar uma ideia de tridimensionalidade.

nascimento, do acasalamento e da morte. É uma arte naturalista e fundamentalmente zoomórfica (*Idem*: 44-48).

As dimensões das figuras variam entre os 20 cm e os 2 m²⁷. Sobre este último caso registre-se a reprodução de três auroques que não podem ser avistados de perto, sendo, por isso, considerados como marcadores territoriais, embora a sua função exata não possa ser determinada (Zilhão, 2000: 2).

Outra representação rara no Côa, e bastante curiosa, é a presente, por exemplo, na rocha 5A da Penascosa que possui um motivo ictiomorfo razão pela qual é apelidada de “gravura do peixe”. A figura encontra-se incompleta e apresenta alguns problemas no âmbito da conservação, devido à ação do leito de cheia que está a descascar a rocha, merecendo, por isso, uma atenção especial do Parque (Fernandes, A. P. B.; 2006b: 107). Estão também representados, pelo menos, cinco peixes em duas outras rochas situadas na Canada do Inferno (Baptista & Reis, 2008a: 85) e que parecem ser figurações do esturjão e/ou do barbo (Dossier Côa, 1995: 375). Foram também identificadas em três rochas representações humanas em que se destaca o antropomorfo ictifálico da rocha 2 da Ribeira de Piscos (Baptista, 2008: 130).

Estas mesmas representações também demonstram a antiguidade das gravuras do Côa visto que estamos perante figurações de um determinado tipo de cavalos (e também de outros animais) que se extinguiram com o fim da última glaciação o que indica, desde logo, que as gravuras não podem ser atribuídas a períodos anteriores a 11 000 anos a.C. até porque estas pessoas não iriam representar animais que não conheciam (Dossier Côa: 693). De uma forma geral, considera-se que estamos perante os primeiros testemunhos de expressão artística que simbolizam crenças e diversos ritos (*Idem*: 688).

Esta breve descrição das principais características da arte rupestre do Vale do Côa é essencial para compreendermos também a polémica gerada em volta da sua preservação em detrimento da construção da barragem hidroelétrica, assunto a que nos dedicaremos no capítulo seguinte.

1.4.2. Gravuras de épocas mais recentes

Na época Contemporânea foram efetuadas diversas gravuras em que se destaca Alcino Tomé pois foi um dos últimos gravadores do Côa, a par com António Seixas, que só efetuou gravações por volta dos anos 60 do século XX (Díez & Luís, 2002: 211).

²⁷ Na Fraga Escrevida (Paradinha Nova, Bragança) foi possível identificar o maior auroque na arte paleolítica ao ar livre fora da região do Côa com uma representação muito semelhante aos grandes auroques representados junto à Foz da Ribeira de Piscos (Baptista, 2001: 1).

Nos anos 40, do século passado, quando Alcino Tomé era aprendiz de moleiro (sobretudo durante a sua etapa de transição da adolescência para a idade adulta) e trabalhava nos moinhos da família efetuou diversas gravuras (*Idem*: 205) no Rêgo da Vide (4 rochas gravadas) e na Foz do Côa (uma rocha gravada) associando-as muitas vezes a outros motivos que já existiam, mas nunca os sobrepondo. Terá igualmente gravado uma sereia nas margens do Douro, segundo o seu próprio testemunho fruto de uma entrevista realizada no dia 15 de dezembro de 2000 por Luís Luís (*Idem*: 206). Logo, esta intensa atividade na região também propiciou a continuidade da criação artística.

A temática era muito variada, predominando as datas, nomes, âncoras, cruces, custódias, mas também outros motivos fruto da criatividade do artista. Alcino Tomé, por exemplo, gravou locomotivas, peixes, âncoras, uma representação antropomórfica do sol e da lua, sereias, avionetas, casas, custódias, entre outros motivos deveras interessantes (*Idem*: 214). A percussão foi a técnica de gravação maioritariamente utilizada, tendo-se verificado também a técnica de incisão fina, alguns picotados soltos e linhas filiformes, embora de forma muito excepcional (*Idem*: 214).

Estas representações encerram o ciclo rupestre do Côa, sendo que também estas se situam fundamentalmente entre a Canada do Inferno e a Foz do Côa. Todavia, todas estas representações encontram-se hoje submersas devido à barragem do Pocinho, tendo sido primeiramente estudadas em 1995 devido a um abaixamento do nível das águas (*Idem*: 206). Tal como os nossos ancestrais, também estes últimos gravadores utilizaram as superfícies rochosas mais lisas e que se destacavam na paisagem, localizados no fundo do vale junto do rio Côa. O mesmo se verifica com algumas técnicas e motivos que, tal como no Paleolítico Superior, são representados objetos e/ou situações do quotidiano embora com convicções distintas (*Idem*: 216-217). É interessante verificar como pessoas em épocas tão distintas se guiam por “modelos” aparentemente tão semelhantes.

1.4.3. Novas perspetivas para o desenvolvimento regional

A classificação das gravuras rupestres do Vale do Côa deu uma projeção nacional e internacional a toda a região, contribuindo de forma decisiva para a promoção do seu rico legado património natural e cultural.

As gravuras rupestres são a expressão da presença humana de há 20/30 mil anos na região. São consideradas como um dos mais importantes patrimónios rupestres do Mundo e

representam o maior conjunto de gravuras Paleolíticas ao ar livre²⁸, constituindo-se como um importante acervo da memória da humanidade. O facto de se tratarem de gravuras ao ar livre – de muito mais difícil preservação do que as reproduzidas em grutas, mais protegidas aos fatores ambientais e humanos – torna o caso português ainda mais inédito no contexto mundial.

Este achado revestiu-se de uma enorme importância científica, só comparável com a descoberta de Altamira²⁹ (Zilhão, 2007: 19), permitindo conhecer melhor o passado da região. Este aspeto é particularmente notório nomeadamente no que diz respeito às espécies existentes, uma vez que a acidez dos solos não permite a conservação de vestígios osteológicos. Deste modo, as gravuras são a única forma de entender a fauna outrora existente, permitindo também entender algumas das atividades do homem que vivia neste tempo (Baptista, 2003: 17).

Muitas das iniciativas e infraestruturas criadas pelo município, entre finais do Séc. XX e decorrer do Séc. XXI, surgiram, em parte, no contexto de divulgação das gravuras podendo a sua existência ser atribuída ao desenvolvimento proporcionado pelo interesse gerado na visita deste património. Contudo, só muito depois da descoberta das gravuras surgiu um plano de gestão para todo o potencial arqueológico da região. Trata-se do Plano Estratégico de Promoção Turística do Vale do Côa que reúne 10 autarquias da região de modo a poderem atuar em conjunto para proporcionar um desenvolvimento comum onde as potencialidades patrimoniais são divulgadas através do turismo (Fernandes, S., 2008: 72-73).

²⁸ A arte Paleolítica foi descoberta em finais do século XIX. Considera-se que ao inserir-se no quotidiano das populações tinha uma intencionalidade. Todavia, numa fase inicial houve uma enorme polémica em relação à sua autenticidade pois não se conseguia entender como é que pessoas, há 20.000 anos atrás, conseguiriam fazer este tipo de representações. Dentro da Arte Paleolítica destaque para o facto de só a partir dos anos 80 do século XX a arte parietal ao ar livre ter começado a ser valorizada, muito graças à questão das gravuras do Côa. Em Portugal o Paleolítico Superior estende-se entre os 25 mil e os 10 mil anos.

O Paleolítico corresponde à fase mais longa da história que se inicia com o surgimento do Homem. É um período onde não há produção de alimentos nem criação de gado. Terá sido o *Homo Sapiens Sapiens* o inventor da arte.

²⁹ As grutas de Altamira foram descobertas em 1868, de forma ocasional, por um caçador local (Modesto Cubillas). Destaca-se sobretudo pela arte parietal Paleolítica do final do Pleistocénico Superior (<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ArteAlemCoa&Menu2=Altamira>). Esta descoberta foi igualmente bastante controversa, contudo, não importa abordar-se mais este assunto, por ser algo complexo, o que requereria bastante discussão.

Capítulo II: Tensões e conflitos gerados em torno da preservação das gravuras de Vila Nova de Foz Côa

2.1. Antecedentes da “grande descoberta” das gravuras do Côa

As primeiras evidências de gravuras rupestres, datáveis do Calcolítico, que surgiram na região datam de 1982/83 aquando da construção da barragem do Pocinho, que se situa precisamente 8 km a jusante da foz do Côa. Na altura, foram efetuados trabalhos de emergência (em busca de qualquer vestígio arqueológico no local que iria ficar submergido pela barragem do Pocinho) no sítio do Vale da Casa (ou Vale de Canivães) que levaram à descoberta das primeiras 5 rochas gravadas. Em causa estavam motivos picotados de Época Moderna e Contemporânea, descobertas por uma equipa, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), formada por Manuel Pires, Vladimiro Pires e Jesus Martinho sendo coordenada por Francisco Sande Lemos (Baptista & Reis, 2008b: 147-148).

Em setembro de 1982, após a revelação das gravuras, foi levada a cabo uma campanha de salvamento, em busca de mais vestígios arqueológicos de outras épocas, dirigida pelo arqueólogo António Martinho Baptista, onde foram encontrados e estudados 23 afloramentos com evidências de diversas épocas mas com destaque para os numerosos motivos incisos da II Idade do Ferro. Esta era uma novidade uma vez que foi a primeira vez que gravuras desta cronologia foram conhecidas e estudadas em território português. Pela mesma altura foram igualmente descobertas 6 rochas do núcleo rupestre da Foz do Côa (perto do pilar da ponte ferroviária e de alguns moinhos). Segundo os estudos, entretanto realizados, considera-se que a barragem do Pocinho terá submergido as rochas que, com grande probabilidade possuiriam gravuras devido ao facto de nessa região se encontrarem as melhores superfícies rochosas (Lemos, 1994: 145). Se na altura da construção desta barragem já estivesse em vigor a legislação relativa aos estudos de impacte ambiental e patrimonial muitas gravuras rupestres teriam sido identificadas pois teriam decorrido prospeções arqueológicas mais intensivas.

Na verdade, as gravuras do Vale do Côa já anteriormente eram conhecidas pelos pastores e moleiros que passavam por esses locais e que iam deixando lá também as suas “marcas”. Nos anos 30, do século passado, José Silvério de Andrade, que para além de

médico e escritor também foi presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, já dava conhecimento ao Abade de Baçal da descoberta de algumas dessas gravuras. O Abade de Baçal faz essas referências em 1938 na sua obra sobre a História e Arqueologia do distrito de Bragança. Apesar de Vila Nova de Foz Côa não integrar aquele distrito as gravuras do Côa mereceram a atenção do autor que lhes dedicou três páginas no tomo X, dos onze que publicou sobre a região de Bragança. Uma dessas referências fala na descoberta, em 1932, do que é hoje conhecido como o “muro dos namorados”, na aldeia de Castelo Melhor. Foi descoberto devido a umas obras de desentulho, junto deste muro, para se proceder ao melhoramento do caminho com vista a permitir a circulação de automóveis. No livro são já caracterizadas as técnicas das gravuras e é referida a existência de mais pedras gravadas, muitas integradas em muros e paredes de casas. 6 dessas referidas pedras foram enviadas, por Silvério de Andrade para o Museu de Bragança, hoje conhecido como o Museu Abade de Baçal (Baptista & Reis, 2008b: 146).

O Abade de Baçal faz mais duas outras referências, contudo sem grande pormenor e com pouco rigor, o que as torna de difícil identificação. Muitas vezes foram negligenciados alguns detalhes e acrescentados outros. Por exemplo, na referência à rocha 7 da Canada do Inferno, onde somente era relatada a existência de uma cruz, a análise posterior revelou que a mesma dispõe de muitos outros motivos, bastante visíveis. O próprio Abade de Baçal somente se baseou naquilo que lhe foi dito por Silvério de Andrade uma vez que ele nunca se deslocou ao Côa (*Idem*: 146-147). Mais tarde, o próprio Silvério de Andrade redige um texto com o intuito de apresentar Vila Nova de Foz Côa e os seus monumentos fazendo referência a umas gravuras em Castelo Melhor, nos seguintes termos:

“Há meses foi chamada a atenção de quem estas linhas escreve para umas pedras gravadas com desenhos representando flôres, plantas e animais ali encontradas. Alguns, feitos com notável perfeição, especialmente um peixe, umas serpentes e uma cabeça de cavalo arreado, assim como uma ave em atitude de levantar vôo, revelavam intuição artística da parte do lapicida. É evidente que se trata de petróglifos de época muito remota, para ali arremessados, à revelia, dignos de detalhado estudo”. (Andrade, 1940: 504 *apud* Baptista & Reis, 2008b: 147).

Embora alguns atribuam a Silvério de Andrade a descoberta das gravuras, nomeadamente as da Penascosa, outros inclinam-se a atribuir-lhe a descoberta do Muro dos Namorados pois essas é que se encontram dispersas em vários blocos, tal como Silvério de Andrade indica na sua descrição. Estas gravuras, também localizadas em Castelo Melhor tal como as da Penascosa, estão cientificamente estudadas desde 1995. Contudo, a barragem nunca chegaria a ameaçar as primeiras. Silvério de Andrade terá pago ao fotógrafo Domingos

Alvão para se deslocar ao local com o intuito de fotografar as gravuras das quais terão resultado dois álbuns, hoje infelizmente dados como desaparecidos, e que certamente iriam fornecer dados bastante relevantes (*Idem*: 147).

2.2. Construção da barragem do Côa e “início” da descoberta de gravuras rupestres

Apesar de todos estes antecedentes, foi somente com a “descoberta” de Nelson Rebanda que “tudo realmente começou”, tal como mais adiante se explicará, pois foi ele que as atribuiu ao período Paleolítico, conforme é hoje aceite entre a comunidade científica (Baptista & Reis, 2008b: 149).

Entre os relatos de Silvério de Andrade até à sua “redescoberta” por Nelson Rebanda, o assunto mergulhou em décadas de esquecimento (*Idem*: 149) apesar de as próprias populações locais já terem conhecimento da existência de algumas gravuras, contudo não estariam minimamente conscientes da sua importância.

A barragem de Foz Côa integrava-se no projeto da designada “cascata do Douro”³⁰, destinado a aproveitar o potencial hidroelétrico³¹ do rio Douro e seus afluentes (Almeida, 2008: 309). Este projeto fazia parte de um plano mais vasto e que incluía o plano de irrigação da região do Alentejo (Dossier Côa, 1995: 714). No entanto, ao contrário do que aconteceu até então, a partir de 1986 os projetos de construção de barragens começaram a integrar projetos de impacte ambiental no processo final de decisão da sua construção. Por isso, em 1989, aquando da construção da barragem de Foz Côa, foram efetuados estudos de impacte ambiental, com a duração de 3 semanas, tendo sido liderados pelo arqueólogo Francisco Sande Lemos, a par de Luís Fontes e Manuel Abraão Pires, que detetou, para além de outros achados arqueológicos, vários afloramentos com gravuras rupestres (Lemos, 1994: 142).

Devido a estes achados Francisco Sande Lemos aconselhou, em relatório, que se realizassem trabalhos de prospeção na zona, principalmente ao longo da ribeira de Piscos, visto ser muito provável existirem mais manifestações artísticas devido essencialmente às características geomorfológicas e ao clima mediterrânico que, em conjunto, reuniam as condições ideais para o estabelecimento de povoados, desde a Pré-História até aos nossos

³⁰ “Cascata do Douro” é um complexo sistema constituído por cinco barragens: Pocinho, Crestuma, Carrapateiro, Bagaústre e Valeira (Almeida, 2008: 309).

³¹ Durante quase meio século os nossos recursos hídricos foram somente geridos e planeados recorrendo à construção de barragens (Lopes *apud* Gonçalves, coord., 2001: 65).

dias. Nesse mesmo relatório são referidos todos os vestígios detetados³², de diferentes épocas, fazem-se recomendações de estudo e salienta-se que a visualização das gravuras depende das condições da luz e do grau de inclinação do sol pelo que as rochas deveriam ser observadas a diferentes horas do dia, com recurso a infravermelhos. O relatório recomenda ainda que se crie um museu, mesmo que a barragem seja construída, para poder albergar todos os vestígios recolhidos (Lemos, 1994: 146, 152). O relatório nunca alegou a ser publicado, nem dele se deu conhecimento público, situação que só viria a alterar-se por iniciativa do próprio autor já no desencadear da polémica em 1995 (Baptista & Reis, 2008b: 148).

Apesar das recomendações de Francisco Sande Lemos, nada foi realizado, até 1991, altura em que começaram a ser descobertas novas gravuras rupestres, no Vale do Côa, datáveis do Paleolítico Superior³³ (de 30 000 até 10 000 anos a.C.).

A primeira descoberta foi feita na apelidada “rocha 1 da Canada do Inferno”³⁴ por parte do arqueólogo Nelson Rebanda que estava a coordenar o acompanhamento da obra da barragem³⁵ que já se estava a construir junto à foz do rio Côa (*Idem*: 149-150). Porém, existem igualmente gravuras datáveis de épocas posteriores (Neolítico, Calcolítico e Idade do Ferro) como também sítios romanos e medievais, reunindo, no seu conjunto, vestígios da ocupação humana ao longo de 20 mil anos³⁶ (Dossier Côa, 1995: 671).

2.3. Atitude tomada pelos organismos competentes perante as descobertas

³² Mesmo apesar da curta duração dos trabalhos, que não permitiram a realização de um estudo exaustivo, foram identificados três sítios: O núcleo da Faia, mais concretamente as 4 primeiras rochas, uma rocha em Vale de Figueira e uma rocha gravada na zona da Foz da Canada do Inferno. Porém, não caracteriza as gravuras e não identifica qualquer tipo de gravura de época Paleolítica (Baptista & Reis, 2008b: 148).

³³ Foram datadas através do método de datação estilística já que os métodos de datação absoluta forneceram resultados distintos e ainda não tinham sido desenvolvidos os trabalhos de contextualização arqueológica. Acresce o facto de este tipo de arte não poder ser datado pelo método de Carbono 14 uma vez que seria necessário que as gravuras tivessem sido elaboradas com um material contendo carbono não-fóssil ou que pudesse estar relacionada com materiais, com vestígios de carbono, encontrados junto do local.

³⁴ Trata-se de um painel vertical, com forma sub-triangular, com as seguintes dimensões: 2,80 m. de altura por 2,25 m. de largura, na base. Possui alguma coloração castanha escura com algumas manchas avermelhadas. Detém várias sobreposições de motivos, que se encontram concentrados na metade superior da rocha. Tem a representação de pelo menos 6 quadrúpedes.

³⁵ A presença de Nelson Rebanda surgiu no âmbito do Projeto Arqueológico do Côa (PAC), que foi criado no contexto de um protocolo celebrado em 1991 entre a EDP e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), criado em 1991, tendo como objetivo organizar uma equipa que procedesse à respetiva realização de um estudo de impacte ambiental acompanhando a obra. Este foi o primeiro instrumento legal internacional a ter estes fins (Baptista & Reis, 2008b: 149).

³⁶ Do período Castrejo é possível ainda observarem-se os diversos monumentos de defesa e vigia em que se destacam os Castelos de Numão, de Castelo Melhor e Castelo Velho. Em relação ao período suevo-visigótico e árabe são poucos os vestígios deixados e/ou preservados. Apesar de ser uma zona de certo modo fronteira, e ao contrário do que seria de esperar perante estas características, a sua ocupação manteve-se contínua e regular a partir do século X.

O achado de Nelson Rebanda foi dado a conhecer ao IPPAR³⁷ que o desvalorizou e não o divulgou permitindo, deste modo, a prossecução das obras de construção da barragem, iniciada em 1992, de acordo com o despacho do governo de 28 de fevereiro de 1992. Devido a este facto foi apresentada uma queixa na Procuradoria-Geral da República³⁸. O IPPAR, perante o levantamento efetuado por Nelson Rebanda, deveria ter efetuado imediatamente uma prospeção sistemática a toda a área abrangida pela barragem. Esta atitude inicial do IPPAR pode dever-se ao facto de, na sequência do convite feito à UNESCO para visitar o Vale do Côa, entre os dias 14 e 17 de dezembro de 1994, o técnico enviado, Jean Clottes, Presidente do International Committee on Rock Art, apesar de ter reconhecido a importância do achado recomendou a submersão das gravuras, como medida de preservação e de proteção contra o vandalismo, o que terá merecido a concordância de Nuno Santos Pinheiro, presidente do IPPAR na altura (Dossier Côa, 1995: 819).

Estranhamente, em 30 de novembro, desse mesmo ano, Jean Clottes tinha enviado uma carta a Mário Soares onde dizia o seguinte: “(...) if it were covered under many meters of water, it would be destroyed and this would be a terrible loss (...)” (*Idem*: 819) e onde também comparava a importância dos achados do Côa ao achado de Lascaux. Esta sua mudança de opinião, tão rápida e drástica, no sentido de mais tarde defender a submersão das gravuras, poderá dever-se à forte influência dos técnicos que com ele contactaram durante a sua visita ao Côa, sobretudo aqueles que estavam ao serviço da EDP (*Idem*). Mais tarde (por volta de setembro de 1995) manifestou-se arrependido³⁹ por ter defendido a submersão das gravuras, alegando ainda não saber do aparecimento de novos e importantes achados arqueológicos mas também pelo facto de o IPPAR não lhe ter fornecido os resultados dos estudos geológicos, que ele tinha solicitado. Como esses resultados não foram divulgados Jean Clottes deduziu que a razão seria a inexistência de condições para que as gravuras se conservassem debaixo de água e, portanto, mudou a sua opinião⁴⁰. Contudo, esta atitude do IPPAR também se enquadra no contexto da ação da EDP em tentar desacreditar a datação

³⁷ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico que estava integrado na Secretaria de Estado da Cultura.

³⁸ Esta queixa foi apresentada por 18 pré-historiadores universitários, que se uniram contra a construção da barragem, responsabilizando o IPPAR pela ocultação das gravuras (Dossier Côa, 1995: 731).

³⁹ Em declarações ao *Diário de Notícias* proferiu o seguinte: “mi informe no sería el mismo. Los nuevos descubrimientos alteran por completo mi punto de vista. Hoy no defendería la sumersión de los grabados, antes destacaría la relevância del sitio arqueológico” referindo igualmente “la extrema importância de los mismos, independentemente de su antigüedad paleolítica” (Bellmunt, 2008: 126).

⁴⁰ Aquando do cancelamento da obra da barragem do Côa proferiu o seguinte: “foi a primeira vez no mundo que um projecto económico de tal amplitude, já em vias de realização, passou por cima do cálculo de custos e benefícios, em favor da proteção e da promoção da arte pré-histórica” (Clottes, 1998: 17 *apud* Almeida, 2008: 314).

Paleolítica das gravuras. Mesmo assim, em dezembro de 1994, como forma de tentar recuperar o tempo perdido, o IPPAR começou a catalogar todo o património descoberto e a alargar as suas investigações para outros locais (Dossier Côa, 1995).

Ainda em finais de novembro de 1994, o IPPAR criou uma Comissão de Acompanhamento dos trabalhos arqueológicos do Côa que culminou em duas peritagens da UNESCO, uma já referida. Porém, com o avançar do processo este organismo foi perdendo completamente o controlo da situação o que levou à “peregrinação em massa” de populares e arqueólogos culminando na descoberta de outros importantes núcleos arqueológicos. Após a primeira visita da UNESCO o IPPAR criou uma Comissão Internacional de Acompanhamento do estudo da Arte do Côa composta por Jean Clottes, António Beltrán e Emmanuel Anati. Contudo, somente se reuniram em Portugal uma única vez (Baptista, 2002: 62).

No ano de 1993 surgiram inúmeras gravuras sobretudo quando ocorreu o abaixamento do nível das águas do Côa, no âmbito dos trabalhos prévios da construção da barragem que consistiam na construção de uma ensecadeira de montante e de um túnel de desvio do rio Côa. Este facto permitiu que várias gravuras ficassem a “descoberto”, nomeadamente cerca de duas dezenas de rochas na Canada no Inferno e as primeiras rochas do Rêgo da Vide maioritariamente Paleolíticas mas também algumas Modernas. Estes últimos achados foram descobertos por elementos do Projeto Arqueológico do Côa⁴¹ (PAC), mais concretamente por João Félix e Manuel Almeida. À semelhança do que já tinha sucedido, também estes achados não foram logo divulgados nem por Nelson Rebanda nem pelo IPPAR o que poderia ter evitado alguns danos causados (Baptista & Reis, 2006: 149-150). Contudo, é de destacar o facto de a equipa do PAC ter começado, em outubro de 1993, a fazer o levantamento das gravuras contando com o apoio do desenhador Fernando Barbosa, do Museu de D. Diogo de Sousa, em Braga (*Idem*: 150). Era já bastante positivo haver especialistas a levar a cabo este tipo de iniciativas pois, mesmo que a barragem fosse mesmo construída, pelo menos já ficava um registo o que não era de todo suficiente mas já era melhor do que não restar nenhum testemunho das gravuras.

No início de 1995 o IPPAR solicitou a suspensão temporária das obras da barragem sendo que a EDP contestou fortemente este pedido o que agudizou ainda mais a polémica. Este pedido surgiu na sequência da segunda visita da UNESCO ao Vale do Côa, que decorreu entre 29 de janeiro de 1995 e 4 de fevereiro desse mesmo ano, tendo marcado presença Alain

⁴¹ Este organismo foi criado pelo IPPAR, para que se pudessem aprofundar os estudos arqueológicos, como consequência dos resultados do primeiro relatório dos Estudos de Impacte Ambiental.

Bouineau, Jacques Brunet e Philippe Malaurent sob a direção de Mounir Bouchenaki (na data o diretor da divisão de património da UNESCO), onde foi nomeada uma equipa coordenada por António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes tendo como desenhador Fernando Barbosa e como assistentes João Félix, Manuel Almeida e Cristina Gaspar. Esta equipa detinha como função a inventariação e estudo do Vale do Côa sendo que os trabalhos foram iniciados em abril de 1995 (Francisco, 2008: 50). No relatório elaborado por Mounir Bouchenaki é aconselhada a paragem da construção da barragem para que sejam aprofundados os estudos científicos de modo a poder clarificar todas as dúvidas. Todavia, admite já que certas gravuras datam do Paleolítico (Baptista, 2002: 63).

A EDP, que pouco se manifestou publicamente durante todo o processo, só unicamente no dia 1 de dezembro de 1994 proferiu o primeiro comunicado público oficial onde mencionou unicamente a palavra achados arqueológicos não se referindo nenhuma vez ao conceito de gravuras logo nota-se claramente a intenção de esconder o verdadeiro valor daqueles achados (Dossier Côa, 1995).

Já em finais de janeiro de 1995 o IPPAR, em conjunto com a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, organizou uma exposição fotográfica sobre os achados. Por esses mesmos dias o Município recebeu inúmeros visitantes desde arqueólogos, ambientalistas, jornalistas ou simples curiosos que se deslocavam não só para conhecer os achados como também para protestar contra a sua destruição (Bellmunt, 2008: 50-51). A partir sobretudo de fevereiro de 1995 o arquiteto Varela Gomes, que integrava a comissão de trabalhos nomeado pelo IPPAR, já se manifesta contra a construção da barragem por colocar em perigo as gravuras. Alegou que o estudo de impacte ambiental não foi efetuado corretamente justificando, assim, a atitude inicial do IPPAR (*Idem*: 108).

2.4. Conhecimento público dos achados e desenrolar da polémica

Desde 1991 e até ao dia 21 de novembro de 1994 os achados não pararam de surgir em número significativo. Esta última data foi marcada pela publicação do primeiro artigo, sobre o Côa, no Jornal *Público*, da autoria da arqueóloga Mila Simões de Abreu⁴² (Bellmunt, 2008:

⁴² Trabalhou, durante vários anos, no Parque Arqueológico de Val Camonica (Itália) desempenhando funções de guia (Gonçalves, 2001: 28).

40-42) mas relatado pelo jornalista Manuel Carvalho, que tornou público os achados, gerando-se desse modo a polémica⁴³ (Almeida, 2008: 310).

Nelson Rebanda, que se queixava fortemente da falta de colaboração da EDP, decidiu então finalmente pedir ajuda a especialistas em arte rupestre para que pudessem analisar a importância das gravuras. Deste modo, no dia 8 de novembro de 1994 (no dia seguinte ao pedido) deslocaram-se ao local Mila Simões de Abreu, Mário Varela Gomes e António Martinho Baptista (Dossier Côa, 1995: 353) uma vez que passadas 48 horas o local iria ficar de novo submerso pelas águas vindas da barragem do Pocinho. Os trabalhos de investigação passaram a ser dirigidos por estes dois últimos investigadores, logo após o abandono dos mesmos por parte de Nelson Rebanda em finais de 1994, o que levou a um intensificar das investigações/prospeções sendo que se realizaram os primeiros trabalhos noturnos, com luz rasante, que conduziram a novas descobertas (Baptista & Reis, 2006: 149-150).

Mila Simões de Abreu tornou imediatamente público estes achados, contactando com colegas em Portugal e no estrangeiro, denunciando fortemente o facto de terem ocultado os mesmos, o que agitou a comunidade científica e a opinião pública. Considerou como culpados não só o IPPAR, a EDP, o Ministério da Indústria⁴⁴ e o governo como também o próprio arqueólogo Nelson Rebanda que tinha por obrigação ética a divulgação dos achados (Bellmunt, 2008: 40-41) uma vez que encontrou a primeira gravura em 1991 e as seguintes em 1993, sem que, em 1994, nada tivesse sido ainda revelado. Foi neste contexto, de forte agitação, que o IPPAR chamou os especialistas da UNESCO, já referido anteriormente.

O IPPAR sofreu duras críticas uma vez que para além de ter ocultado os achados também foi considerado um organismo obsoleto, que já não era capaz de se adaptar às novas realidades. Atuou irresponsavelmente e foram muitos os que começaram a defender a criação de um novo organismo de gestão do património que tivesse em conta as necessidades atuais (*Idem*: 88). Vários professores de Arqueologia em Portugal apresentaram uma queixa no Ministério Público contra o IPPAR por crime de negligência. A Procuradoria-Geral da República considerou podermos estar perante um ilícito criminal por parte da EDP e do IPPAR devido à sua atuação (*Idem*: 118).

⁴³ O “conflito”, ou seja, todo o mediatismo durou cerca de um ano: desde novembro de 1994 e até dezembro de 1995.

⁴⁴ Tanto o Ministério da Indústria como o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e a EDP pretendiam, com este projeto, regularizar o caudal hídrico do Douro. O desenvolvimento da região nunca desempenhou um papel relevante nem para os responsáveis pela construção da barragem nem para os organismos defensores das gravuras. Todavia, a partir do momento em que se agudizou a polémica ambos os lados invocaram opções de desenvolvimento, embora em moldes distintos, de modo a colher a aceitação das populações locais (Zilhão, 2007: 21).

Também Henry Cleere (na época presidente do Conselho Internacional dos Monumento e Sítios - ICOMOS) durante a realização do Congresso Anual da Associação Europeia de Arqueólogos realizada em Santiago de Compostela (Espanha), em setembro de 1995, criticou fortemente o procedimento da EDP relativamente às gravuras (*Idem*: 127).

Mesmo após se ter tomado conhecimento da descoberta no Vale do Côa, a nível nacional e internacional, continuaram a surgir novas gravuras devido à busca intensiva que foi feita tanto por especialistas como por jornalistas⁴⁵ e pelas populações locais (Bellmunt, 2008: 51). Entre elas destacaram-se Adriano Ferreira e José Pilério, pertencentes ao grupo de *Foz Coenses*, que descobriram vários painéis gravados como, por exemplo, o importante núcleo da Quinta da Barca (Francisco, 2008: 51).

Já em agosto de 1995 foram descobertos, no interior de um edifício tardo romano, restos de um edifício paleocristão e uma oficina de guerreiro, no âmbito de uma escavação programada na Quinta da Ervamoira e que contava com a direção do Gabinete de História e de Arqueologia de Gaia (Bellmunt, 2008: 54). Ora, todos estes achados, no seu todo, converteram o Vale do Côa no parque arqueológico mais importante do país.

Foi a partir deste envolvimento de especialistas, media e cidadãos que surgiu a polémica em torno da preservação das gravuras *vs.* construção da barragem e que se entendeu que os estudos de impacte ambiental, efetuados antes do início da construção da barragem, foram incompletos e insuficientes.

2.4.1. Outras consequências da construção da barragem

Para além das gravuras que foram sendo encontradas deveria ter-se pensado e avaliado os impactos climáticos da criação da albufeira para a região, nomeadamente os possíveis efeitos para a fauna e a flora. O mesmo se aplica aos impactos na produção do “vinho do Porto” uma vez que a dita barragem iria inutilizar cerca de 1.564 hectares, numa região muito deprimida e fortemente dependente do cultivo dos campos (Dossier Côa, 1995: 606). A questão dos terrenos vinícolas foi um pouco abafada pelas gravuras e foram poucos os que abordaram este assunto, contrariamente ao que se verificou em França onde houve uma preocupação enorme com o anunciado afogamento da Quinta da Ervamoira que motivou à vinda de diversos jornalistas franceses ao local. O próprio José António Rosas (administrador da quinta) foi homenageado numa das edições do “Printemps Portugais” que se realizou em

⁴⁵ O *Público* foi o jornal português que mais importância deu ao caso tendo publicado o maior número de notícias (Bellmunt, 2008: 137). Diversos jornalistas descobriram também algumas gravuras (*Idem*: 182).

Bordéus, contanto com a presença de Mário Soares (*Idem*: 605). Enquanto isso, a EDP desvalorizava esta situação afirmando que “são apenas três por cento do potencial vitivinícola da região que vão ficar submersos”. Porém, num ano de produção dito normal, esses três por cento equivalem a um movimento de cerca de 17 457.93 €. Esta questão apenas suscitou protestos por parte de pessoas/instituições ligadas à área, salvo raras exceções, como foi o caso do Instituto do Vinho do Porto, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Escola Superior de Agronomia de Montpellier, o Instituto de Enologia da Universidade de Bordéus e a Associação para a Salvaguarda dos Territórios Vitícolas Mundiais. O próprio Estudo de Impacte Ambiental, já referido anteriormente, considera a submersão dos terrenos agrícolas como de importância moderada (*Idem*: 606).

Desde que o caso se tornou público que se tomou consciência de que esta obra era completamente incompatível com a preservação dos achados arqueológicos e também com a existência de certas quintas modernas que produziam o designado “Vinho do Porto”.

Gerou-se, deste modo, uma enorme tensão entre a esfera política, a comunidade científica e a restante população portuguesa. A Arqueologia, que apresentava uma enorme fragilidade⁴⁶ política e institucional, ganhou aqui uma “nova vida”, afirmando-se, despertando o interesse não só de académicos como do público escolar e mesmo da sociedade em geral. A arqueologia⁴⁷ é hoje encarada como um parceiro imprescindível para a gestão do território sendo que atualmente, apesar de ainda haver muito a “conquistar”, encontra-se quase em “pé de igualdade” com outras disciplinas importantes, marcando a sua presença nos estudos de impacte ambiental de qualquer obra pública ou privada e nas autarquias (Fernandes, A. P. B. et al.; 2008: 5). Foi uma lição que se aprendeu com o Côa.

2.4.2. Manipulação da informação por parte da EDP

Desde 1992 que a EDP⁴⁸ tinha iniciado os trabalhos para a construção da barragem, que iria deixar tudo submerso (em finais de 1998) e que possibilitaria a criação de uma albufeira de cerca de 703 hectómetros cúbicos⁴⁹ e um paredão de 136 metros de altura (o

⁴⁶ A própria Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia não reconhecia a importância arqueológica uma vez que em dezembro de 1994 declarou: “que não parece realista, não obstante a importância das gravuras em causa...pedir o abandono da construção da barragem, dado o investimento já efectuado” (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 234).

⁴⁷ Note-se que, na altura, só existiam cerca de 100 arqueólogos sendo que a grande maioria ou lecionava nas universidades ou trabalhava em organismos do Estado, como por exemplo o IPPAR (Gonçalves, 2001: 233).

⁴⁸ Eletricidade de Portugal.

⁴⁹ Iria constituir-se como a segunda maior albufeira do país apenas excedida pela barragem de Castelo de Bode.

maior da Europa) sendo que a EDP já tinha investido imenso nessa mesma construção (Francisco, 2008: 49). Este projeto, segundo a EDP, iria permitir responder ao aumento de produção energética do país e oferecer melhores condições às populações locais proporcionando a prática de desportos fluviais, por exemplo (Almeida, 2008: 309).

Como a obra da construção da barragem já estava numa fase bastante avançada também é possível perceber os prejuízos que a suspensão da obra traria para a entidade responsável pela sua construção. A EDP, que sempre se manifestou contra o cancelamento da construção, defendia que para além dos valores económicos subjacentes, seria uma obra muito importante para o país e para a região mas também afirmava que a própria comunidade científica não tinha uma opinião consensual em relação à antiguidade daquelas gravuras⁵⁰ (Almeida, 2008: 310). Alegava igualmente que se aquela construção não se concretizasse até 1999 Portugal iria ter grandes problemas em termos de produção de energia elétrica.

Até Foz Côa eram raros os exemplos conhecidos de Arte Paleolítica ao ar livre já que era quase um exclusivo do interior das grutas o que originou, desde logo, dúvidas quanto à datação das gravuras. A própria EDP estava muito interessada em desacreditar a datação que era apresentada (o que desacreditava os arqueólogos) para assim as mesmas gravuras perderem importância e poder legitimar a sua construção. Para isso, foram contratados “especialistas” (Ronald Dorn, Alan Watchman, Fred Philips e Robert Bednarik) para efetuarem datações diretas sendo que se apresentavam como métodos ainda em fase experimental que poderiam ser altamente falíveis (Almeida, 2008: 310). Robert Bednarick (então presidente da Federação Internacional das Associações de Arte Rupestre: IFRAO) utilizou o método de análise de micro-erosão dos sulcos gravados, enquanto Alan Watchman (na altura investigador em universidades canadianas, diretor da “Data-Roche WatchmanInc.” e especializado em conservação, administração e datação de arte rupestre) utilizou o método de medição radiocarbónica das incrustações minerais ou das películas superficiais de alteração das rochas gravadas (Beltrán, 1996: 50-51).

Está aqui bem patente a ideia de que a EDP queria a todo o custo desacreditar a opção das gravuras. Apesar de todos os resultados apontarem para uma época posterior ao Paleolítico continuava a representar uma datação bastante importante embora muito contraditória ao ponto de certos especialistas afirmarem que as gravuras tinham sido feitas no século XIX por vários moleiros da região (Almeida, 2008: 311). Eram utilizados os seguintes argumentos para desmentir a datação Paleolítica: a falta de representações de animais de

clima frio (bisontes, rinocerontes, lanígeros, renas ou mamutes), a escassez de representações antropomórficas, a ausência de contexto arqueológico e as próprias técnicas utilizadas que não seriam típicas dessa época. Em relação ao primeiro argumento é fácil de explicar uma vez que esses animais não existiam na região do Côa, ao contrário do que acontecia na região franco-cantábrica, logo é normal que não se encontre nenhuma representação dos mesmos. O clima seria muito mais temperado do que na zona franco-cantábrica, local onde podemos encontrar a maior concentração de grutas decoradas Paleolíticas da Europa Ocidental (Baptista, 2003: 17-18).

Nunca se pode basear uma síntese histórica em dados exclusivamente técnicos pois isso supõe um total desconhecimento do valor da história, que é retirada do seu contexto real, ambiental e cultural. Neste contexto, destacou-se João Zilhão que teceu fortes críticas, sobretudo a Bednarik, refutando complementemente as afirmações dos que queriam a todo o custo descredibilizar a importância das gravuras, até porque das várias prospeções realizadas na região foram detetados diversos habitats datáveis do Paleolítico Superior. Os próprios resultados da escavação e estudo da Rocha 1 do sítio do Fariseu não deixavam dúvidas para os arqueólogos uma vez que o sítio se encontrava selado por sedimentos com indústrias arqueológicas do Paleolítico Superior (Zilhão, 2007: 18). Ainda assim a EDP continuava a refutar a cronologia Paleolítica mesmo apesar da evidente proximidade e relação com o conjunto de arte rupestre Paleolítico ao ar livre de Siega Verde, em Ciudad Rodrigo-Salamanca (Beltrán, 1996: 49). É ainda de salientar o facto de os dois especialistas Ronald Dorn (na altura professor associado do departamento de Geografia da Universidade Estatal de Arizona) e Fred Phillips (do departamento de Geociências do Novo México) terem reconhecido publicamente que estes métodos não poderiam ser aplicados para datar a arte em questão, tendo mesmo reconhecido a hipótese de a arte do Vale do Côa poder integrar a cronologia Paleolítica (Francisco, 2008: 50). O Conselho de Administração da EDP, com base nas datações efetuadas pelos “peritos” que contratou, realizou uma conferência de Imprensa, em julho de 1995, onde afirmava que não existiam razões para não construir a barragem uma vez que, segundo eles, as gravuras não seriam Paleolíticas mas de tempos muito mais modernos, algumas mesmo contemporâneas. Porém, mesmo com o esforço da EDP, em descredibilizar as gravuras, esta questão estava a tornar-se cada vez mais mediática (Dossier Côa, 1995).

Enquanto o valor das gravuras não era definitivamente comprovado, a EDP avançava com as obras com a esperança de que, com a construção adiantada, se tornasse cada vez mais difícil parar a mesma. Tanto a EDP como o então Ministro da Indústria e da Energia, Luís

Fernando Mira Amaral, alertavam para os investimentos já efetuados na obra e para as fortes perdas económicas e financeiras que adviriam do cancelamento da construção (Dossier Côa, 1995).

A EDP continuava a insistir na ideia de que o abastecimento de energia elétrica do país poderia ser interrompido em 1998 se a dita barragem não fosse finalizada (Bellmunt, 2008: 45). O que a EDP não pretendia era sofrer perdas económicas, tendo em conta os investimentos já efetuados e os lucros previstos. Apesar de defender o contrário no auge da polémica, a EDP também já tinha conhecimento de alguns achados que considerou de carácter excepcional ainda antes de ter começado a construção da barragem (*Idem*: 176). Foi o jornal *Expresso* que no dia 3 de dezembro de 1994 deu a conhecer um documento da EDP, elaborado no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) sobre o aproveitamento hidroelétrico do rio Côa, publicado em 1991 pela Direção Operacional de Equipamento Hidráulico da empresa, onde se reconheceu a existência de 68 vestígios arqueológicos, alguns deles considerados de excepcional importância. Foi até referido que a obra iria afetar vestígios arqueológicos bastante importantes e de diversas épocas mas também que poderia provocar alterações climáticas na zona, que possui características únicas para a produção do “vinho do porto” (*Idem*: 45-46). Portanto, mesmo tendo consciência de todos os efeitos nefastos que podia provocar, a EDP avançou com a construção de uma das maiores barragens. Como a decisão da construção estava dependente do consentimento do IPPAR e do Ministério de Indústria e Energia, a EDP não foi a que mais errou nesta questão até porque não é ela uma entidade que defende o património, como é o caso do IPPAR.

A ideia⁵¹ logo avançada pela EDP foi de que poderiam cortar certas pedras gravadas e deslocarem-nas para outro local, submergindo as restantes, pois assim todos ficariam jubilosos visto que, deste modo, a EDP não teria prejuízos e as gravuras ficariam “salvas”. Criar-se-ia posteriormente um megaparque onde seria recriado todo o ambiente Pré-Histórico através da criação de réplicas, centros de receção e um museu (Bellmunt, 2008: 117). Todavia, essa ideia estava longe de ser consensual visto que a comunidade científica, essencialmente, defendia não só a importância dessas gravuras como também da paisagem onde estavam inseridas, uma vez que, o contexto das gravuras, com a construção da barragem, iria deixar de existir e até a própria importância das gravuras se iria perder. Com efeito, irmos ao museu ver uma determinada peça ou obra é uma realidade completamente distinta do que

⁵¹ À semelhança do que tinha ocorrido com o templo de Abu Simbel, que foi transferido de lugar devido à construção da barragem de Assuão. Contudo, esta hipótese foi perdendo peso com o passar do tempo até porque Delgado Rodrigues (Representante do LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil) considerou muito complicado levar a cabo esta opção devido à enorme fragilidade das placas de xisto (Bellmunt, 2008: 48).

termos a oportunidade de visitar o local original da mesma, sendo que, neste caso particular, existe igualmente toda uma envolvência paisagística deslumbrante. A própria paisagem fornece importância e significado às gravuras (e vice-versa), permitindo, hoje em dia, aos turistas poderem observar uma “imagem do conjunto” e possibilitando igualmente visualizar e investigar a distribuição espacial relativa ao contexto arqueológico e paisagístico (Xavier, 2000: 115-116). Património que não pode ser desfrutado socialmente não pode ser considerado verdadeiramente como património daí a importância desta preservação (Zilhão, 2007: 21). É claro que certas situações de usufruto social podem colocar em perigo a preservação de determinado bem. Contudo esse assunto será abordado, com maior detalhe, noutra capítulo.

Segundo Sandra Xavier (Xavier, 2000: 110) o facto da comunidade científica defender a paisagem onde as gravuras rupestres estão inseridas pode dever-se ao facto de os investigadores serem, na grande maioria, de cidades e não estarem habituados a observar paisagens tão deslumbrantes como estas. Contudo, não se deve descurar, o facto de através da paisagem e das gravuras se poder entender melhor a forma como os Homens do Paleolítico organizavam, viam e controlavam todo o espaço envolvente. Constitui-se como um autêntico “museu ao ar livre” (Zilhão, 1995: 121 *apud* Xavier, 2000: 111) que encerra em si não só o património arqueológico, representado pelas gravuras, como também o património cultural imaterial que a própria paisagem e comunidade que aí vive representam. Estamos perante uma paisagem cultural que carrega em si um enorme simbolismo que faz do Vale do Côa todo um monumento. Os bens culturais que nos são dados a ver contêm em si um enorme interesse cultural já que são o testemunho de uma civilização que importa proteger e valorizar.

Esta questão estava longe de ser pacífica no nosso país. No entanto, a nível internacional, a imersão das gravuras do Côa estava a ser encarada como um escândalo, facto que trouxe ao nosso país vários jornalistas estrangeiros, entre os quais uma equipa de repórteres da *BBC* (Baptista, 2002: 63).

2.5. Opositores à preservação das gravuras rupestres vs. defensores

Este caso dividiu a opinião pública, organizada em torno de interesses, partidos, instituições e organizações públicas e privadas (Dossier Côa, 1995: 675).

Os opositores à preservação das gravuras eram claramente a EDP e certas pessoas da região. Em termos políticos, o Partido Social Democrata, ao contrário do Partido Socialista,

defendia a ideia de que poderia ocorrer uma conciliação entre a construção da barragem e a preservação das gravuras (Almeida, 2008: 312). Muitos defendiam, mesmo pessoas da comunidade científica, que as gravuras debaixo de água ficariam muito mais protegidas do vandalismo (Dossier Côa, 1995: 665).

2.5.1. Papel desempenhado pela comunidade científica

Dentro do conjunto dos defensores da preservação das gravuras rupestres, e de toda a sua paisagem envolvente, integrava-se grande parte da comunidade científica, tanto nacional como internacional, destacando-se, desde logo, o arqueólogo Vítor Oliveira Jorge por toda a sua “luta” por esta causa, mas também vários especialistas portugueses do Paleolítico, como Luís Raposo, Nuno Bicho, João Pedro Ribeiro, José Meireles Batista, João Zilhão, entre muitos outros (Dossier Côa, 1995: 720).

Neste contexto foi realizada uma campanha que pretendia preservar o património do Côa descoberto e integrado no seu espaço natural. Foi no decorrer dessa campanha que surgiu a ideia de criar um Parque Arqueológico para o Vale do Côa para, desse modo, se poder legitimar a noção da preservação e valorização das gravuras rupestres em conjunto com o seu contexto, ou seja, com a paisagem envolvente. Entre as entidades locais que participaram na campanha encontra-se a Quinta da Ervamoira, que se localiza na zona que iria ficar submersa pela barragem, e que agora também integra o roteiro do Parque (no âmbito do circuito da Ribeira de Piscos) tendo até um museu próprio desde novembro de 1997 (Zilhão, 2007: 25). Ao apoiar esta causa sentia-se salvaguardada uma vez que a mesma também se encontrava ameaçada pela construção da barragem (Xavier, 2000: 123). Neste museu para além de ser apresentada a arqueologia da época romana que existe na propriedade também se realizam mostras da etnografia da região (Zilhão, 2007: 25).

A par de tudo isto realizaram-se vários ciclos de conferências, onde participaram especialistas nacionais e internacionais, mas também exposições, colóquios, manifestações, concertos, acampamentos, jejuns⁵², programas de rádio e televisão, vídeos, pinturas murais, abaixo-assinados, petições, discussões no parlamento, boletins, mesas redondas, tendo como

⁵² Foi organizado um jejum de protesto à frente do Mosteiro dos Jerónimos onde foram recolhidas mais de 30.000 assinaturas a favor da preservação das gravuras e da criação de um Parque Arqueológico, o que é realmente notável. Nunca antes se tinha verificado uma tão grande mobilização da opinião pública portuguesa em torno do tema do património. Entre os manifestantes encontravam-se grandes nomes do panorama cultural português da época mas também internacional. Entre eles, destacamos Hugh Cairns da Austrália uma vez que, encontrando-se na Escócia, e ao ler o que se estava a passar nos Jerónimos, embarcou imediatamente para poder dar o seu apoio moral. Ludwig Jaffe, especialista em arte rupestre, também esteve presente neste jejum, como em todas as outras atividades organizadas pela defesa das gravuras (Dossier Côa, 1995: 817, 820).

núcleos principais Lisboa e Porto. De todo este processo resultou um assinalável acervo de documentos e conteúdos jornalísticos publicados (Dossier Côa, 1995: 731,817).

Desta campanha, liderada pela comunidade científica, resultou o Dossier Côa, coordenado pelo Arqueólogo Vítor Oliveira Jorge e editado pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia. Nesse Dossier está presente a ideia de que os tempos são outros (*Idem*: 251) e que não podemos continuar “agarrados” a ideais que já não fazem sentido ou que pelo menos já não têm tanta relevância como outrora. É realçada a necessidade de promover a Arqueologia mas também os “bens de consumo” diretamente relacionados com a disciplina.

É destacado o facto de os jovens (estudantes do secundário e não só), graças a estes achados, começarem a manifestar um grande interesse e curiosidade sobre o tema. Se as temáticas da Pré-História eram consideradas das mais aborrecidas para os estudantes, com este caso ocorreu uma autêntica inversão passando a ser, nessa altura, o assunto preferido (*Idem*: 652).

É de salientar que o meio científico, que defendia a preservação das gravuras, possuía plena consciência de que o Governo estava numa situação muito difícil de decisão mas também entendiam que o Governo tinha de conseguir perceber o caso excepcional a nível mundial e que mais valia parar logo, para fazer estudos, do que continuar com a obra que avançava dia e noite (*Idem*: 655-657). Os próprios técnicos da UNESCO, que chegaram a Portugal em abril de 1995, pediram a interrupção da construção (Baptista, 2002: 63), tal como vários especialistas de todo o mundo, fazendo com que o arrastamento da situação afetasse a imagem de Portugal a nível internacional.

Ainda assim, havia quem no mundo científico criticasse a mobilização contra o governo de Cavaco Silva, recordando que ele já tinha feito muito pela cultura, como era exemplo a construção do Centro Cultural de Belém, CCB (Dossier Côa, 1995: 654).

Como Henrique Almeida (2008) demonstra, outro grupo que desde logo defendeu a preservação das gravuras foi o GEOTA⁵³, que redigiu uma intimação contra a EDP exigindo a suspensão imediata das obras e a não realização de qualquer tipo de atividade que pudesse afetar a integridade dos bens culturais, que se situavam nesse local. Face a esta situação, no dia 23 de outubro de 1995 o Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra recusou esta intimação com a justificação de que não se poderia suspender tal obra sem que as gravuras fossem classificadas (Almeida, 2008: 325). Os interesses económicos pesavam imenso neste

⁵³ Grupo de Estudos do Ordenamento e do Ambiente-Associação de Defesa do Ambiente.

contexto até porque a obra era encarada pelas populações locais como um motor de desenvolvimento económico da região. O próprio tribunal de Vila Nova de Foz Côa decidiu em março de 1997, após uma ação interposta por dois arqueólogos contra o comportamento do presidente do IPPAR, não fornecer qualquer tipo de penalização ao IPPAR (Gonçalves, 2001: 53). “O tribunal concluiu que a actuação do IPPAR devia ser considerada normal nas circunstâncias, entendendo o segredo da informação justificado pelo receio de que pudesse perturbar a exploração arqueológica em curso” (*Idem*: 53).

Apesar de nas zonas mais populosas e desenvolvidas do país já começarem a encarar outras formas de desenvolvimento, nas regiões mais interiores o desenvolvimento continuava a ser entendido como algo material, ligado à construção de infraestruturas ou outras grandes obras que gerassem investimento avultado (Figueiredo & Martins, 2001: 4-5).

2.5.2. O papel dos media

Como já fora referido anteriormente, este caso ficou conhecido a nível nacional e internacional e “uniu” de forma muito forte a sociedade civil que estava a favor da preservação das gravuras no seu local original. Gerou-se um enorme mediatismo em torno desta questão que ficou expresso em jornais, revistas e programas televisivos transmitidos em vários locais do globo⁵⁴ (Dossier Côa, 1995: 818). Todos estes meios, nacionais e internacionais, como também a própria UNESCO, solicitavam ao Governo que cancelasse a construção da barragem. Portanto, toda esta questão não foi meramente arqueológica uma vez que também ganhou grande dimensão cultural, jurídica e política.

O jornal *Expresso* destacou um profissional para acompanhar o tema o que demonstra a importância que os meios de comunicação social desempenharam no desenrolar de todo este processo. Um jornalista, do dito jornal, proferiu as seguintes palavras em 3 de dezembro de 1995:

⁵⁴ O primeiro artigo internacional sobre o escândalo do Côa foi publicado no dia 18 de dezembro de 1995, no *Sunday Times* de Londres tendo como autores Paul Bahn e Tim Rayment com o título “Dam scandal threatens Ice Age art treasures” (Dossier Côa, 1995: 819). O órgão de comunicação internacional que mais artigos publicou e o que demonstrou uma maior preocupação foi o *Times* de Londres (*Idem*: 819) onde para além de defender as gravuras comparou-as com os achados de Lascaux e Altamira (Bellmunt, 2008: 114). O *The New York Times* acusou diretamente o governo Português de atentar contra um património da Humanidade e que portanto era de todos. *The Herald International Tribune*, *El País* e o *The Sunday Times* foram os primeiros jornais internacionais a divulgar o caso do Côa (*Idem*: 103, 219-220) apesar de mais tarde se destacar o “*Le Monde*” que acusou o governo de Aníbal Cavaco Silva de estar a praticar um vandalismo cultural (Dossier Côa, 1995: 653). Durante cerca de um ano, onde a polémica atingiu o seu auge, o *Tribune* dedicou a sua primeira página à questão do Côa e a *BBC* abordou diversas vezes esta questão (*Idem*: 818). Todos estes meios de comunicação desempenharam um papel extremamente importante para o desenrolar de todo o processo uma vez que se constituíram como um meio de pressão internacional muito forte para a tomada de uma decisão que fosse a favor da salvaguarda das gravuras.

“As figuras gravadas nas encostas sinuosas das margens do rio Côa, um autêntico “livro de história gigante” como lhe chamaram, representam o nascimento do homem moderno que produziu arte ainda hoje capaz de provocar emoções. A arte do Côa, pela sua raridade - trata-se da maior jazida paleolítica ao ar livre da Europa -, é mais uma peça no “puzzle” da evolução do homem. Saber de onde viemos sempre foi uma pergunta ancestral na eterna procura humana- e este género de testemunhos são os raros elementos que dispomos para conhecer as origens da nossa caminhada.” (Garcia *apud* Gonçalves, coord. 2001: 113).

Já o *Diário de Notícias*, a partir de 8 de dezembro de 1994, introduz um espaço (semanal) dedicado aos temas de arqueologia onde se abordavam diversas questões Patrimoniais (Bellmunt, 2008: 101). Ora, tudo isto relançou a Arqueologia para uma nova fase de reconhecimento. O jornalista do Jornal *Público*, Manuel Carvalho, manifestou-se mesmo publicamente a favor da paragem da obra (*Idem*: 105). Tudo isto prova que nem sempre o jornalismo é imparcial o que até pode ser benéfico em determinadas situações pois influencia a opinião pública para casos importantes, como é o caso deste. Neste caso concreto a grande maioria das notícias eram favoráveis à preservação das gravuras mesmo que tal não fosse afirmado diretamente (Bellmunt, 2008).

Miguel Vale de Almeida, num artigo publicado no jornal *Público* de 26 de fevereiro de 1995, afirmou estarmos perante uma polémica que nem deveria de ter ocorrido já que era evidente que após as descobertas das gravuras a obra fosse cancelada (Dossier Côa, 1995: 643).

Dia 7 de julho de 1995 realizou-se o Encontro sobre a Barragem de Foz Côa e as Gravuras Rupestres, organizado pelo Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico. Dentre vários temas de discussão, foi abordado um artigo publicado no jornal “*O independente*”, dessa mesma data, intitulado “A FRAUDE”⁵⁵ (Dossier Côa, 1995: 723). Ora, está aqui uma prova de como os meios de comunicação social desempenham um papel importante na criação e influência da opinião pública pois esta notícia descredibilizava completamente os arqueólogos. O artigo surgiu num contexto da tentativa da EDP em pôr em causa as datações paleolíticas contratando certos especialistas para efetuar novas datações, tal como já foi referido anteriormente. Este artigo terá certamente sido “encomendado” pela EDP, que não agiu bem, uma vez que para fazer valer a sua opinião tentou descredibilizar a dos outros (*Idem*: 725).

⁵⁵ Era referido o seguinte:

“Nenhuma das gravuras de Foz Côa pertence ao Paleolítico. A maior parte não tem mais de três mil anos. E algumas poderão mesmo ter apenas 100 anos. Uma das mais faladas, o “Homem de Piscos”, considerada pelos arqueólogos portugueses como uma verdadeira raridade mundial, tem cerca de trezentos anos e foi feita com um instrumento de aço. Com uma faca ou um canivete, mais precisamente.” (Garcia *apud* Gonçalves, coord. 2001: 124).

A participação dos cidadãos e a divulgação por parte dos meios de comunicação social contribuíram fortemente para legitimar socialmente a causa dos arqueólogos em defesa do património que se traduziu depois numa atitude e legitimidade política. Os arqueólogos souberam desenvolver uma excelente estratégia comunicativa com os *media*, pautada por uma grande informalidade e abertura na divulgação de informação, em contraste com a atitude da EDP e do IPPAR que frequentemente se mostravam pouco recetivos a divulgar informação. A EDP contratou uma empresa de comunicação, especialmente para gerir o contacto com os jornalistas, todavia manteve sempre uma atitude muito defensiva e eram poucas (ou quase nenhuma) as informações que facultava. O próprio IPPAR também teve uma atitude muito semelhante tentando ocultar diversas informações. Neste contexto, desenvolveu-se uma enorme afinidade entre os *media* e os arqueólogos que assim puderam ver a sua opinião tornar-se mais credível (Garcia apud Gonçalves, coord., 2001: 120-123).

2.5.3. Discussão política

Como já foi referido anteriormente, enquanto o Partido Socialista⁵⁶ estava a favor do cancelamento da construção da barragem apesar de não o demonstrar logo publicamente como fez o Partido Comunista Português (Dossier Côa, 1995: 733) o Partido Social Democrata defendia uma conciliação⁵⁷, uma vez que estavam em jogo grandes interesses económicos. O facto é que cada vez se descobriam mais gravuras, possuindo grande importância, sendo que Cavaco Silva começava a ser mal visto e incompreendido tanto no nosso país como no estrangeiro. Numa fase mais tardia (por volta de abril de 1995), tanto o Presidente da República, Mário Soares, como o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, já pediam à EDP para abrandar os trabalhos, até à finalização dos estudos da Comissão Internacional que estava a averiguar qual a melhor forma de preservar as gravuras (Bellmunt, 2008: 53). No

⁵⁶ Os deputados social-democratas eram mesmo apelidados, pelos partidos da oposição como os “rupestres” sendo que essa palavra, pelo menos para alguns, passou a ter uma conotação negativa (Dossier Côa, 1995: 701).

⁵⁷ O Partido Social Democrata, mais concretamente Cavaco Silva, defendia que as rochas gravadas poderiam ser removidas, criando-se um parque temático onde seriam expostas. Chegou-se a colocar a hipótese de que poderiam ser submersas (Pau-Preto, 2005: 107). O facto de se alegar que ao serem submersas as gravuras iriam ficar protegidas para a posteridade também se tornou uma questão bastante controversa uma vez que, no futuro, teriam de ser usados meios sofisticados de forma a remover todas as lamas e detritos. O Secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes (que se demitiu dia 21 de dezembro de 1994), afirmava que era impossível não construir a barragem (Bellmunt, 2008: 102). O próprio novo Secretário de Estado da Cultura (Manuel Frexes), aquando da visita às gravuras da Canada do Inferno, classificou-as como “rabiscos de crianças”, o que contribuiu para adensar mais a revolta (Baptista, 2002: 63). Já o Secretário de Estado do Meio Ambiente (Poças Martins) defendeu, dia 8 de janeiro de 1995, a construção da barragem por considerar que era essencial para regular as águas do Douro uma vez que 40% da água de Portugal provinha de Espanha (Bellmunt, 2008: 105). Teria de ser uma barragem de grandes dimensões (a segunda maior do país) para prevenir as épocas de escassez de água (Dossier Côa, 1995).

entanto, esta entidade pública não só não obedeceu (Francisco, 2008: 50) como incrementou mais os trabalhos, alegando a necessidade de cumprir com o calendário previsto no projeto. Foram até contratados novos trabalhadores ao mesmo tempo que os arqueólogos preparavam novas ações de protesto (Bellmunt, 2008: 54).

No *Dossier Côa* encontra-se um artigo de Nuno Ribeiro da Silva⁵⁸ em que referia que este caso deveria de ser debatido com transparência defendendo, deste modo, a não construção da barragem pela simples razão de que ela não iria ser rentável (*Dossier Côa*, 1995: 712-713). Como especialista em questões energéticas afirmava que existiam soluções alternativas a esta construção (por exemplo incrementando a produção de energia elétrica das barragens já existentes) e que o abastecimento de energia elétrica do país não estava dependente desta construção, ao contrário do que defendia a EDP, sendo que também iria submergir excelentes terrenos agrícolas de produção do “vinho do porto” (Bellmunt, 2008: 44-45). Houve quem defendesse, como alternativa, a criação de uma série de pequenas barragens tal como a EDP “planeava” uns anos antes desta construção⁵⁹.

Em outubro de 1995, com um novo abaixamento das águas, foram colocados a descoberto, junto à Canada do Inferno, mais achados importantes (*Dossier Côa*, 1995: 355). Neste contexto, Sérgio Ribeiro, deputado do Partido Comunista Português no Parlamento Europeu, solicitou ajuda ao Parlamento Europeu por considerar que as autoridades portuguesas e comunitárias estavam a demonstrar uma completa indiferença perante estes achados arqueológicos (Bellmunt, 2008: 129).

⁵⁸ Ex. Secretário de Estado da Energia e deputado do PSD na época em questão (*Dossier Côa*, 1995: 711). Uniu-se a 6 deputados do PS (dentre eles Eurico Figueiredo e António Martinho) que também enviaram cartas ao Primeiro Ministro e ao Presidente da República onde defendiam a suspensão da obra e pediam que fosse elaborado um estudo rigoroso daquele complexo arqueológico (Bellmunt, 2008: 44). O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, manifestou a sua opinião a favor da defesa das gravuras, dia 11 de setembro de 1995, aquando da sua participação numa reunião com os seus homólogos da União Europeia, realizada em Santander (Espanha). Durão Barroso sublinhou a importância mundial daquele património, considerando, por isso, que não deveria ser destruído com a construção da barragem. Portanto, até mesmo dentro do governo havia discrepância de opiniões em relação a este assunto (*Idem*: 2017).

⁵⁹ O projeto base desta construção surgiu em 1959 e designava-se por “Plano Geral do rio Côa” tendo sido apresentado pela hidroelétrica do Douro (Figueiredo & Martins, 2001: 4). Este projeto foi várias vezes atualizado e revisto. Contudo, sempre manteve as mesmas características: um completo afastamento do contexto cultural, social e ambiental da região onde se pretendia implantar. Em 1991 o dito projeto, após ser revisto, foi apresentado à Secretaria de Estado da Energia depois de já ter sido reprovado diversas vezes (Lopes *apud* Gonçalves, coord. 2001:76). O projeto da barragem só foi definitivamente aprovado em 1993 (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 235). Contudo, deve ainda salientar-se a sociedade anónima “Foz Côa Invest”, criada em 1991, fruto de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia, os Bombeiros e 3 Adegas Cooperativas do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, uma vez que para além de terem como objetivos a criação de uma estalagem e de um gabinete de serviços de apoio às empresas locais também pretendiam criar uma mini-hídrica, projeto completamente desassociado da hidroelétrica do Douro (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 210).

Todavia, todo este caso surgiu num contexto político favorável visto que dia 1 de outubro de 1995 ocorreram eleições⁶⁰ legislativas em que venceu o Partido Socialista, liderado por António Guterres, que havia prometido, caso ganhasse, suspender de imediato a construção da barragem (Almeida, 2008: 311-312). Contra os que pensaram que a promessa era apenas eleitoral, o governo de António Guterres suspendeu de imediato as obras de construção da barragem até à avaliação da dimensão e do verdadeiro valor das descobertas (Pau-Preto, 2005: 108). Deste modo, foi realizado um relatório onde estava expresso que ficava assegurado:

“Independentemente da avaliação definitiva dos achados arqueológicos, o sentido positivo de um património que importa valorizar, promovendo um conjunto de actividades para a sua fruição (de natureza científica, cultural e turística) e encarando-a como elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento local, no quadro de um plano integrado de desenvolvimento para o vale do côa” (Almeida, 2008: 313-314).

Ao comprovar-se o valor dos achados e a sua importância a nível do Património Mundial a obra foi cancelada⁶¹ o que mereceu fortes elogios a nível nacional e internacional⁶². Este novo governo entendeu o enorme valor desses achados e percebeu também que eles deveriam ser preservados no seu local natural. Se a barragem tivesse sido construída as rochas decoradas estariam hoje submersas a uma profundidade média de 100 m representando uma enorme perda para toda a humanidade (Bellmunt, 2008: 41). Porém, algumas pessoas, sobretudo trabalhadores da barragem, manifestaram-se contra a decisão do governo uma vez que estavam muito preocupados com o seu futuro, e chegaram mesmo a enviar diversas cartas de protesto dirigidas ao Parlamento Europeu (*Idem*: 222).

A decisão do governo teve fortes implicações orçamentais uma vez que o Estado foi obrigado a indemnizar a EDP em cerca de 125 milhões de euros (Zilhão, 2007: 27).

⁶⁰ Note-se que o Partido Social Democrata já estava no poder desde 1985 mas perdeu aqui a sua maioria parlamentar (Gonçalves, 2001: 53).

⁶¹ A obra foi suspensa formalmente (Zilhão, 2007: 19) dia 17 de janeiro de 1996 (Resolução do Conselho de Ministros nº4/96) onde foi afirmado o seguinte:

“ a descoberta dos vestígios arqueológicos, que não haviam sido identificados no decurso do Estudo de Impacte Ambiental que precedera a construção da barragem, impunham uma solução inovadora compatível com a defesa do interesse nacional, nas suas dimensões cultural, económica, ambiental e científica” (Francisco, 2008: 51).

Porém, a decisão foi anunciada dia 7 de novembro de 1995. Foi também afirmado que se tornava necessário

“acelerar os estudos relativos a outros projectos de aproveitamento hídrico e energético no Douro Superior e seus afluentes, com o objectivo de possibilitar a construção de uma barragem que pudesse cumprir as funções hídricas e energéticas semelhantes às atribuídas à barragem de Foz Côa.” (Silva, 2014: 22).

Essa alternativa passou pela construção da barragem do Baixo Sabor, localizada na margem direita do rio Douro (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 244) sendo que o seu rio se apresentava como o único verdadeiramente selvagem em Portugal. (Gonçalves, 2001).

⁶² O *Times*, de Londres, agradece num editorial a atitude tomada pelo Primeiro-Ministro António Guterres (Dossier Côa, 1995: 818) e a REA (Rede Europeia de Arqueologia) felicitou o governo.

No dia 24 de novembro de 1995, no primeiro debate parlamentar da Assembleia da República após as eleições que deram a vitória ao Partido Socialista, o Partido Social Democrata agendou a discussão do problema da barragem de Foz Côa e as consequências da sua não construção (Jesuíno & Diego *apud* Gonçalves, coord. 2001: 247). Durante o debate, o Partido Social Democrata foi acusado de ser o responsável por todos os custos de investimento resultantes da continuação das obras de construção da barragem. Dentre vários argumentos apresentados destaque para dois sendo o primeiro do Partido Socialista e o segundo do Partido Social Democrata:

- “Vamos ter energia elétrica produzida noutra empreendimento, água armazenada noutras barragens, recursos empresariais envolvidos noutros lados e vamos ter um elevado valor cultural e turístico, bem como agrícola, no Vale do Côa”.

- “Foz Côa representaria o terceiro maior reservatório de água de Portugal e daria um importante contributo para a produção energética nacional. Das negociações havidas em Espanha, há cerca de 40 anos, Portugal apenas realizou 10% das obras de armazenamento de água então acordadas e Espanha realizou já cerca de 90%.” (Jesuíno & Diego *apud* Gonçalves, coord. 2001: 257).

Saliente-se, mais uma vez, por um lado as grandes expectativas criadas pelo Partido Socialista, no futuro desenvolvimento da região do Côa e, por outro, a visão meramente “economicista” e conservadora do Partido Social Democrata. Portanto, é possível distinguir claramente dois tipos de discurso: um discurso cultural e um discurso economicista (Jesuíno & Diego *apud* Gonçalves, coord. 2001: 262-263).

As posições economicistas foram assumidas sobretudo pelo PSD:

“Para o governo socialista não importa equacionar os milhões de contos perdidos pelos contribuintes no presente e no futuro; para o governo socialista não importa a população local e o que ela quer; para o governo socialista parece não importar os postos de trabalho que se perdem ou os dramas que sofrem as famílias dos desempregados, por esta decisão socialista.” (Jesuíno & Diego *apud* Gonçalves, coord. 2001: 261).

Em defesa das posições neste novo governo destacou-se o Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho que teceu fortes críticas à gestão deste *dossier*, por parte do anterior governo (Dossier Côa, 1995: 317).

Num discurso proferido na Assembleia da República, dia 24 de novembro de 1995, o mesmo afirmou que o caso do Côa revelou a insensibilidade cultural e a completa indiferença perante o nosso património por parte do anterior governo. Acusou igualmente o Partido Social Democrata pelo completo desconhecimento perante o património arqueológico defendendo que as gravuras só têm sentido integradas na sua paisagem pois é o conjunto que lhe dá significado (*Idem*, 317-318). Sobre o Parque Arqueológico do Vale do Côa Manuel Maria Carrilho adianta ainda o seguinte:

“Este Parque pode ser o elemento motor de um efectivo desenvolvimento da região do Vale do Côa que- como acontece em Tautavel, em Lascaux, onde passam cerca de 1 milhão de pessoas por ano- combina o património e a economia, o lazer e o conhecimento, a investigação e o turismo, multiplicando o emprego e renovando em todos os aspectos a vida dessa região” (*Idem*: 318).

Devido à sua intervenção neste caso, o Ministro da Cultura recebeu fortes elogios a nível internacional e ganhou, em 16 de setembro de 1999, num encontro realizado no Reino Unido, o prémio (Gonçalves, 2001) *Archaeological Heritage Prize da European Association of Archaeologists* tendo sido a primeira personalidade a receber este galardão e onde foi reconhecida a sua contribuição para a salvaguarda da arte rupestre do Vale do Côa (Zilhão, 2007: 27). Ainda hoje Manuel Maria Carrilho é reconhecido devido à sua atuação no caso do Côa. Destaque para as declarações da Dra. Ana Paula Amendoeira⁶³ que no decorrer de uma entrevista efetuada pelo jornal “*P*”, em 30 de janeiro de 2012, ao ser questionada sobre quem achava ter sido o melhor ministro da cultura, até à data, respondeu o seguinte:

“É difícil, porque se trata de uma área onde verdadeiramente nunca estivemos em alta, mas creio que é consensual a nota positiva para o desempenho de Manuel Maria Carrilho e das suas equipas (Rui Vieira Nery e Catarina Vaz Pinto). Lembro alguns institutos coordenados por Luís Calado, Raquel Henriques da Silva, João Zilhão, o papel fundamental de Paulo Pereira e de muitos outros. Apesar de podermos discordar de muitas coisas que fizeram, trabalharam de forma séria para dar à cultura um lugar enraizado e estrutural para a progressiva evolução inteira e livre dos indivíduos e da sociedade portuguesa”.⁶⁴

Numa atitude rara, não apenas em Portugal como no mundo o Estado preteriu os interesses económicos em favor da preservação do património, facto este que foi também salientado a nível internacional.

Nesta época, Portugal queria modernizar-se e começar a afirmar-se internacionalmente, nomeadamente no âmbito da União Europeia, ao mesmo tempo que queria valorizar a identidade nacional, promovendo a cultura e a língua. A educação começou a ocupar um lugar estratégico o que foi decisivo para só a partir daqui se ter começado a reagir mais perante “atentados” ao património (Bellmunt, 2008: 37-38).

2.6. Opinião da sociedade em geral e das comunidades locais

Nem toda a população local encarou do mesmo modo este caso. Devido à deficiente informação disponibilizada, mas não só, criaram-se expectativas positivas e negativas

⁶³Presidente do ICOMOS/Portugal.

⁶⁴ <http://www.manuelmariacarrilho.com/sobreMMC.htm> (acedido em 15-04-2015).

(Almeida, 2008: 307). Contudo é necessário ter em conta que a população desta região se encontra bastante envelhecida e com pouca escolaridade. A maioria não está minimamente sensibilizada para as questões culturais e não consegue entender o porquê da existência de medidas de proteção das gravuras, pois para muitas pessoas elas não são mais do que meros “rabiscos”.

Tanto a autarquia como uma parte da população, que obteria vantagens financeiras⁶⁵ com a inundação de certos caminhos públicos e a venda dos terrenos que ficariam inundados defendiam a constru o da barragem (Pau-Preto, 2005: 108; Francisco, 2008: 50-51). Para além desses benefícios imediatos, a EDP prometia que a constru o da barragem iria desenvolver a região e melhorar a qualidade de vida das popula es locais ao empregar cerca de 1500 trabalhadores mas também porque iria permitir potenciar a agricultura, a pesca, o turismo, o desporto, o lazer entre outras atividades (Almeida, 2008: 309). Estes argumentos pesaram na opinião das popula es, que viam nos investimentos da EDP uma forma de resolver alguns problemas de desenvolvimento que resultavam, em grande medida, da sua situa o de interioridade e do esquecimento do poder político (Fernandes, A. P. B., et al.; 2008: 5). O certo   que os impactos socioecon micos da constru o da barragem seriam relativamente diminutos pois todos aqueles postos de trabalho que seriam criados iriam acabar quando a obra estivesse terminada, ficando somente uma equipa reduzida de pessoas com as fun es de controlo e manuten o das infraestruturas (Pau-Preto, 2005: 110-111). Também não seria expectável que as atividades aquáticas promovessem o desenvolvimento prometido, nem tão pouco se percebe como se iriam criar os 100 postos de trabalho, após a constru o da barragem, como prometia a EDP (Fernandes, A. P. B. et al.; 2008: 3). A verificar pelo que aconteceu com o Pocinho, assistimos que a constru o da estrutura hidroelétrica não impediu a perda de vitalidade da localidade patente no encerramento do caminho-de-ferro (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 203) e a qualidade do vinho foi afetada pelos nevoeiros provocados pela albufeira (Mesquita, 2007: 18).

Entre a popula o local começaram a surgir cada vez mais apoiantes da barragem pois achavam que a água e os empregos gerados pela obra trariam mais desenvolvimento   região. Quando a EDP começou a despedir trabalhadores, devido ao abrandamento dos trabalhos,

⁶⁵ Estas vantagens económicas (compra de terrenos que iriam ser submersos, a preços acima da média, e a renda a pagar, anualmente, pela EDP a certos particulares e   autarquia) tinham um forte impacto que justifica, em parte, a forte resistência tanto da autarquia como das popula es locais, em aceitar o cancelamento da obra da barragem (Zilhão, 2007: 23; Francisco, 2008: 50-51). Os interesses pessoais estavam “camuflados” nesta tomada de posi o o que não   de estranhar pois iriam ser investidos cerca de 24 9399.10   o que, segundo António Gouveia (Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa na época) iria servir para superar a desertifica o da região (Francisco, 2008).

sobretudo a partir de março/maio de 1995, as populações começaram a revoltar-se ainda mais contra a causa das gravuras (Bellmunt, 2008: 115). Os comerciantes começaram a ficar muito preocupados uma vez que com a eventualidade da suspensão das obras implicaria o fim das expectativas de negócios geradas, pelo menos, durante a construção da barragem (*Idem*: 55).

Somente quando as populações locais, que outrora defendiam a construção da barragem, começaram a entender que o modelo de desenvolvimento do PAVC poderia substituir o modelo proposto pela EDP é que começaram a mudar de opinião (Figueiredo & Martins, 2001: 12, 19). Todavia, o próprio PAVC cometeu alguns excessos ao criar expectativas demasiado elevadas de desenvolvimento regional (Fernandes, A. P. B.; et al., 2008: 6) o que pode ser compreensível devido à enorme pressão que se vivia.

No ano internacional da Arquitetura (2003) foi promovido um concurso, a cargo do Ministério da Cultura e da Ordem dos Arquitetos, para a conceção e elaboração do projeto de construção do tão esperado Museu do Côa⁶⁶ que se designou “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”. O concurso teve como vencedores os arquitetos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, ambos da escola de arquitetura do Porto (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 12). O referido museu dispõe de 4 pisos sendo que no piso “0” é o local onde se localizam as salas de exposições permanentes e temporárias. As exposições contêm originais de arte móvel, réplicas e diversa informação sobre o local e toda a “obra”. Dispõe de uma sala de atividades educativas, loja, auditório, posto de informação e restaurante⁶⁷. Existem igualmente dois centros de receção, nas aldeias de Castelo Melhor e Muxagata⁶⁸, que servem de ponto de apoio às visitas aos núcleos de arte rupestre da Penascosa e Ribeira de Piscos⁶⁹ (Fernandes, A. P. B., 2003: 21-22). É desses centros de receção (a par com o localizado em Vila Nova de Foz Côa), instalados em construções tradicionais, que partem os visitantes para as visitas aos núcleos rupestres. Estes centros dispõem de todas as infraestruturas necessárias (wc’s, loja, bebidas, etc.) e ainda dispõem de diversas informações sobre o vale e a sua arte, que é apresentada tanto em exposições como de forma virtual nos computadores disponibilizados para consulta (Zilhão, 2007: 25). Os produtos locais são igualmente promovidos e vendidos nestes locais o que é muito importante para o desenvolvimento e promoção da região (Fernandes, A. P. B., 2005: 189).

⁶⁶ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Edificio> (acedido em 12-12-2014).

⁶⁷ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Edificio> (acedido em 12-12-2014).

⁶⁸ É deste centro de receção que se pode visitar o sítio do Fariseu, localizado a cerca de 7 km da citada aldeia, apesar de requerer marcação prévia e só se realizar num programa sazonal. O caminho possui troços muito acidentados daí requerer o uso de veículos todo-o-terreno (APDARC, coord. 2011: 35).

⁶⁹ Somente em 1997 é que as visitas foram alargadas a este núcleo.

Aquando desta construção foram criadas novas e grandes expectativas uma vez que este equipamento era entendido como um motor de desenvolvimento económico da região devido à enorme capacidade que iria ter em atrair novos públicos. Isto refletiu-se como mais um fator de descontentamento para as populações locais uma vez que essas expectativas não foram plenamente concretizadas, segundo o que é afirmado pelos habitantes locais (Almeida, 2008: 327).

2.6.1. Movimentos criados em prol da defesa das gravuras rupestres

As pessoas da região mais sensibilizadas para as questões culturais defendiam a preservação das gravuras sendo que foi criado um movimento de apoio⁷⁰, que se destacou pelo seu dinamismo, que tinha como *slogan*: “as gravuras não sabem nadar”, baseado numa música rap muito popular na época (Almeida, 2008: 311).

O Movimento para a Salvaguarda da Arte Rupestre do Vale do Côa (“dirigido” em parte por Mila Simões de Abreu) tornou-se internacional uma vez que pessoas, oriundas de várias partes do mundo⁷¹ se manifestaram a favor da conservação das gravuras (Dossier Côa, 1995: 818). Foram enviadas inúmeras cartas, dirigidas para o Presidente da República, mas também elaborados diversos manifestos destacando-se as seguintes personalidades: Angelo Fossati e Andrea Arcà, da Itália, Paul Bahn, da Inglaterra (*Idem*: 818-821), Benjamim Swartz⁷², da América, Dario Seglie, Presidente da IFRAO (International Federation of Rock Art Organizations que agrupa organizações de arqueólogos de diversos países) e Michel Lorblanchet (diretor de investigação do CNRS- Centre National de la Recherche Scientifique) que exigiu mesmo a salvaguarda e proteção urgente das gravuras por as considerar únicas no mundo por poderem fornecer informações essenciais e cruciais sobre a origem da arte rupestre na Europa mas também sobre a história da humanidade (Bellmunt, 2008: 43). Foram vários os organismos internacionais que enviaram cartas para o Presidente da República, para além dos já referidos anteriormente: a Australian Rock Art Research Association (AURA), o Museu

⁷⁰ Este movimento foi criado por professores (em que se destacou o Diretor José Manuel da Costa Ribeiro) e alunos da Escola secundária Tenente-Coronel Adão Carrapatoso no âmbito da Associação para a Defesa das Gravuras Rupestres de Foz Côa (Almeida, 2008: 311). Dia 11 de abril de 1995 foi mesmo realizado um megacampamento, em Vila Nova de Foz Côa, que reuniu cerca de 1100 jovens oriundos de todo o país em favor da Arte Rupestre do Vale do Côa (Bellmunt, 2008: 115). Este movimento organizou inúmeras atividades, a favor da defesa das gravuras, tendo-se manifestado de diversas formas: usando camisolas alusivas ao tema, cartazes, desenhos e escrevendo artigos para jornais (*Idem*: 53). Estes jovens estenderam a sua campanha a diversas escolas da Beira Alta e Trás-os-Montes. Note-se que este movimento, em apenas 3 semanas, conseguiu recolher mais de 110 mil assinaturas a favor das gravuras o que é realmente notável (APDARC, coord., 2001:24).

⁷¹ Foram recebidas cartas de apoio oriundas da Itália, Macedónia, Inglaterra, Espanha, E.U.A, França, Canadá, África do Sul, País de Gales, Alemanha, Índia, Bolívia, Suécia, Brasil, Tanzânia, e Holanda (Dossier Côa, 1995: 821).

⁷² Na época era o presidente do Comité americano para o estudo de petróglifos e pictogramas e militou em defesa da salvaguarda das gravuras (Bellmunt, 2008: 43).

Arqueológico de Bérghamo, a Sociedade Americana de Arqueologia, a Academia Britânica, Laboratório de Rádio-Carbono de Gif-Sur-Yvette, a Universidade de Bradford, o Museu de História Natural de Paris, a Universidade de Cantábria, o Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, Departamentos de Arqueologia da Universidade de York, a Universidade de Bristol, a Universidade de Bordéus, a Universidade de Poitiers, a Universidade de Oviedo, a Universidade de Barcelona e o Centro Nacional de Pesquisa Francês (Jesuíno *apud* Gonçalves, coord. 2001: 236-237).

A representante da IFRAO em Portugal, Mila Simões, denunciou o facto do IPPAR e a EDP terem ocultado da sociedade a descoberta das gravuras mas também criticou fortemente a construção da barragem uma vez que considerava que representava um forte perigo para a conservação das gravuras (Dossier Côa, 1995: 818). Em 1995 diversas figuras do panorama cultural internacional visitaram o Côa entre os quais destacamos Angelo Fossati, Paul Bahn e Andrea Arcà Stuart Reevel que se tornaram grandes defensores das gravuras, e proferiram vários discursos que contribuíram para internacionalizar o problema do Côa. Angelo Fossati e Andrea Arcà criaram até um movimento (Movimento per la salvaguardia dell'arte rupestre del fiume Côa) que recolheu em Itália milhares de assinaturas. Stuart Reevel organizou uma campanha em Inglaterra que uniu a arqueologia britânica em torno da causa do Côa, suscitando o aparecimento de diversos artigos em jornais, muitos deles elaborados por Lord Colin Renfrew (*Idem*: 818-820).

Os próprios emigrantes portugueses criaram fortes movimentos como o *Save the Côa Movement*, criado em Nova Iorque por João Crisóstomo. Houve manifestações à frente do edifício das Nações Unidas, para que a construção da barragem fosse cancelada, o que levou a que o próprio Patrick Kennedy, do Congresso Americano, escrevesse uma carta ao Presidente da República, Mário Soares (*Idem*: 819). Numa das ocasiões foi aproveitado o facto de estarem em Nova Iorque 150 chefes de Estado, incluindo Mário Soares, para promoverem uma manifestação com o seguinte lema: “Ainda estamos a tempo de salvar a honra e a reputação de Portugal” (Bellmunt, 2008: 130).

Por iniciativa de António Guerreiro, em Portugal, e de Francisco Almeida, no Texas, começaram a surgir notícias do Côa na *internet* mais concretamente na Rock Art (Dossier Côa, 1995: 820).

Tudo isto demonstra como um caso português teve uma enorme repercussão a nível internacional.

2.6.2. Um ponto de viragem

Passados todos estes anos, desde o início da polémica, as populações locais já encaram de outra forma estas gravuras uma vez que já estão mais sensibilizadas para estas questões (Figueiredo & Martins, 2001). Todavia, é de salientar que a opinião já se manifestou mais positiva até porque, passados 17 anos desde a classificação da UNESCO, o tão ambicionado Parque Arqueológico não criou o desenvolvimento que se esperava, ficando aquém das expectativas criadas (Almeida, 2008: 326). Muitas pessoas continuam a defender que deveria ter-se optado pelo tão ambicionado projeto da construção da barragem encarando isso como sendo a única esperança de promover a região e criar empregos (*Idem*: 328). Ainda assim, a maioria da comunidade local já encara o PAVC como um parceiro inestimável, ou seja, como um veículo para desenvolver, de forma sustentável, um turismo regional integrado. Tudo isto foi conseguido, em parte, devido à tomada de consciência, nos últimos anos, por parte dos que gerem o PAVC, de que o mesmo não pode existir isolado, sendo que para isso foram organizadas visitas especiais gratuitas para a população local e diferentes agentes locais (proprietários de restaurantes, quintas, entre outras entidades), realizadas em dias específicos para cada um dos grupos (Fernandes, A. P. B. et al., 2008: 8). Por exemplo, quando ocorre o “aniversário” da inscrição na Lista de Património Mundial (dezembro) ou da criação do PAVC⁷³ (agosto) são realizadas diversas atividades, como concertos, exposições, palestras, provas gastronómicas da região e vinhos, que têm como objetivo criar uma interação entre os que visitam o local e as populações locais. Estas atividades do Parque têm como objetivo uma promoção cultural onde se unem as duas classificações como Património Mundial que a região detém (Sampaio & Jardim, 2008: 143).

As visitas também são muito importantes. Realizam-se em noites de lua cheia, em dias anteriores ou posteriores, apesar de também se poderem realizar noutras datas, caso o Parque disponha de recursos para o efeito⁷⁴. O núcleo de gravuras que mais se visita é o da Penascosa⁷⁵, onde os grupos não podem ultrapassar as oito pessoas. Podem igualmente, e de forma ocasional, ser efetuadas visitas guiadas por parte de historiadores e especialistas do

⁷³ Grande parte do território do PAVC integra-se em áreas específicas de proteção o que dificulta um pouco a sua gestão: ZEP's (Zonas Especiais de Proteção), REN: Reserva Ecológica Nacional e RAN: Reserva Agrícola Nacional (Luís, 2008: 66). Tudo isto demonstra a riqueza e diversidade patrimonial e de valências que devem ser integradas em toda a gestão. É de realçar que quando o Parque ainda não estava protegido muitas pessoas que visitavam as gravuras avivavam-nas para poderem sobressair mais na fotografia (Dossier Côa, 1995: 729).

⁷⁴ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Visitas&SubPage=VisitaNocturna> (acedido em 3-04-2015).

⁷⁵ Um dos mais importantes conjuntos de gravuras do Côa localiza-se no núcleo da Penascosa que, localizado na margem este do rio Côa, apresenta cerca de 26 rochas com gravuras. Do lado oposto deste núcleo localiza-se a Quinta da Barca (Baptista & Reis, 2008b: 180) onde também foram encontradas gravuras rupestres o que demonstra que nem a dificuldade natural do rio se constituiu como um entrave para ligar as duas margens.

museu. Existe também a visita “No rasto dos caçadores paleolíticos” que está orientada pelo PAVC. Este percurso parte da aldeia de Algodres e tem uma duração de cerca de 3 horas, com um grupo máximo de 12 visitantes. Passa por diversos pontos marcantes como o sítio da Cardina⁷⁶ e Olga Grande 4⁷⁷, onde se realiza a oficina de Arqueologia Experimental e termina o percurso. Este percurso e a oficina experimental têm como objetivo ilustrar o trajeto dos Homens do Paleolítico Superior que, apesar de viverem no troço final do Vale, deslocar-se-iam de forma sazonal instalando-se em acampamentos em áreas planálticas de onde partiriam para a caça. Mas também tem como objetivo tentar explicar as condições climáticas, animais, vegetais e minerais outrora existentes na região, as investigações, que têm sido efetuadas, e respetivos resultados. Pelos vestígios encontrados é possível afirmar que estes Homens passariam mais tempo no fundo do Vale pelo simples facto de se constituir como um local mais abrigado⁷⁸.

Portanto, a partir sobretudo de 2008, ocorreu uma viragem na política de gestão do Parque que se começou a centrar mais nas populações locais e turistas que o visitam (Fernandes, A. P. B. et al., 2008: 6-8). Os gestores do PAVC começaram a tomar uma maior consciência da importância de manterem uma boa relação com as populações locais sendo que, a partir daqui, tentaram melhorar a relação com os serviços públicos da região⁷⁹, com a comunidade local e com as escolas locais. Ocorreu o aumento da qualificação da oferta do Parque o que deixou as comunidades locais mais satisfeitas (*Idem*: 6-10). Contudo, ainda existem algumas pessoas/entidades que esperavam um lucro imediato, um desenvolvimento fácil e rentável o que iria contribuir fortemente para o perigo de extinção das ditas gravuras (Fernandes, A. P. B., 2005: 190). Pensa-se que é isto que o PAVC tem de explicar às populações para que estas possam entender quais as melhores formas de obter lucro sem colocar em risco o património.

2.7. Resultados deste “conflito” e medidas tomadas “pós-conflito”

Pelo desenrolar dos pontos anteriores é possível entender que a construção da barragem foi cancelada sendo que “venceu” a salvaguarda do património, o que raras vezes

⁷⁶ Corresponde ao sítio arqueológico do Salto do Boi situado na margem esquerda do rio Côa.

⁷⁷ Situa-se a cerca de 5 km a montante da foz com o Côa pertencendo, administrativamente, à freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa (Aubry, 1998).

⁷⁸ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Visitas&SubPage=NoRastodosCacadoresPaleoliticos> (acedido em 3-04-2015).

⁷⁹ O PAVC forneceu um grande auxílio às autarquias da região no que diz respeito às intervenções de conservação e requalificação de monumentos locais, de diversas épocas (Fernandes, A. P. B., et al., 2008: 8).

acontece. Veja-se, por exemplo, o caso mais recente da construção da barragem do Tua, numa zona classificada desde 2001 (Alto Douro Vinhateiro). Embora seja um caso muito semelhante com o caso anterior, teve um resultado diferente sendo que neste caso o património “saiu derrotado”. E aliás já em 1999 tinha sido aprovada a construção da dita barragem (dois anos antes da classificação) sem a UNESCO ter qualquer conhecimento desta situação⁸⁰. Mesmo assim, em 2011, licenciou-se a construção sendo que a obra ainda está a decorrer atualmente. Após diversas conversações ficou acordado que seria possível conciliar a classificação da UNESCO com a construção da barragem do Tua⁸¹.

2.7.1. Mecanismos criados

Após o cancelamento da construção da barragem e da confirmação do valor patrimonial das gravuras era necessário criar mecanismos para gerir esses espaços, de forma a desenvolver a região a nível económico e social, a partir do aproveitamento cultural, mas também dotando esses locais para o turismo (Pau-Preto, 2005: 108, 111). Foi criado, deste modo, por iniciativa do governo, o PROCÔA⁸² dia 16 de abril de 1996, tendo por missão criar as condições de desenvolvimento, acima referidas, estando integrado no Programa de Desenvolvimento do Douro: PRODOURO (Almeida, 2008: 314). Somente foi colocado em prática dia 12 de julho de 1996 tendo surgido no âmbito do segundo quadro Comunitário de Apoio sendo que ainda teve continuidade no terceiro quadro⁸³ (Amaro *apud* Gonçalves, coord., 2001: 195). Surgiu como uma espécie de compensação para as populações pelo facto de a barragem não ter sido construída (Fernandes, S., 2008: 77-78). Portanto, o governo tinha a plena consciência da importância das gravuras de Foz Côa e da região, como se pode comprovar no seguinte texto:

“Um considerável património cultural, que neste programa deverá ver reunidos os meios de preservação e valorização, numa abordagem inovadora que exprima o interesse nacional e regional nas suas dimensões cultural, económica, ambiental e científica.

Esse património tem uma importante vertente arqueológica, revelada pelo conjunto de sítios e vestígios arqueológicos já conhecidos desde há anos e agora mais valorizados com os recentes achados,

⁸⁰ <http://aventar.eu/2011/12/30/barragem-do-tua-o-relatorio-do-icomos-unesco-que-o-governo-tentou-esconder/> (acedido em 15-04-2015).

⁸¹ <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/unesco-aprova-barragem-de-foz-tua-1597744> (acedido em 15-03-2015).

⁸² Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa. Este programa abrangeu 9 concelhos: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mêda, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa (Fernandes, S., 2008: 78).

⁸³ Esteve em vigor entre 2000 e 2006 e contou com um financiamento global de 14 milhões de contos para apoiar diversas medidas: recuperação de centros históricos, ações de florestação, etc (Amaro *apud* Gonçalves, coord., 2001: 2012).

bem como uma vertente histórica patente nos vestígios patrimoniais de outras épocas, de que são exemplo antigos sítios de ocupação romana e aldeias e castelos medievais.

O património histórico e arqueológico é enriquecido por um conjunto de potencialidades termais existentes na região e zonas limítrofes e por uma realidade económica em que assume especial relevância a produção do vinho de qualidade e de outros produtos agrícolas como o azeite e a amêndoa, assim como por um artesanato e etnografia próprios que importa promover e incentivar.” (Resolução do Conselho de Ministros nº42/96, 16 de abril de 1996 *apud* Almeida, 2008: 315).

A criação do programa PROCÔA⁸⁴ (que estava dependente do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território) tinha por objetivo a criação de um Parque Arqueológico, o primeiro em Portugal (Pau-Preto, 2005: 109, 113-114) que pudesse gerir, valorizar, proteger, musealizar, organizar para visitas públicas e salvaguardar todos os sítios arqueológicos mas também gerar riqueza e qualidade de vida a toda a população local, através, por exemplo, da criação de empregos que permitissem fixar a população jovem, mas também valorizar as atividades tradicionais da região, reforçar e melhorar as acessibilidades e constituir núcleos de apoio à população jovem (*Idem*: 112). Tinha, deste modo, uma perspetiva de desenvolvimento alicerçada no património cultural.

Contudo, este programa ficou aquém das expectativas criadas o que contribuiu para o aumento do descrédito por parte das populações locais (*Idem*: 128). Numa fase inicial, este programa falhou pois não foi capaz de articular todas as candidaturas que foi recebendo mas também porque muito dinheiro foi investido em obras públicas, a cargo da autarquia, que até então não tinham sido possíveis de realizar por falta de verbas. Baseou-se mais na construção de infraestruturas para o PAVC (*Idem*: 112-113). Porém, com o passar do tempo, foi sabendo desempenhar uma melhor gestão do conjunto indo ao encontro das preocupações locais de desenvolvimento até porque foram melhorados diversos caminhos agrícolas e construídos novos acessos de modo a facilitar não só a vivência do dia-a-dia como o acesso por parte dos visitantes (Fernandes, S., 2008: 76). Neste contexto do PROCÔA foi criada uma linha exclusiva de *merchandising* em que se adotou como símbolo uma das cabras representadas na arte rupestre do Côa (Amaro *apud* Gonçalves, coord. 2001: 211).

Foi criado, pelo governo, um Plano de Desenvolvimento Integral (PDI) onde se previa que até 1999 fossem destinados 4 milhões de escudos para infraestruturas. Estava prevista a criação de um Centro Cultural de investigação universitária (Bellmunt, 2008: 134) o que, se

⁸⁴ Vigorou de 1996 a 2000, altura em que foi substituído pela Ação Integrada de Base Territorial Vale do Côa (Fernandes, S. 2008: 74; Pau-Preto, 2005: 113). Nesta fase foi revitalizado o património religioso (Fernandes, S. 2008: 76), que se constituiu como um forte alicerce para estas populações, foi recuperado um forno comunitário e o castelo de Numão. Foi criada uma Rota do Património, Arqueologia e Natureza – Aro de Numão (*Idem*: 77). Portanto, sobretudo a partir daqui todas as ações iam ao encontro das necessidades das populações locais através da recuperação de património com a qual a mesma se identificava (*Idem*: 76).

tivesse sido realmente concretizado, teria sido uma mais-valia não só para a região como para todos aqueles que quisessem enveredar por um caminho na área da investigação arqueológica devido a encontrar-se numa área muito privilegiada para o estudo.

2.7.1.1. Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa

Essa ideia foi materializada dia 22 de março de 1996, surgindo assim o Parque Arqueológico do Vale do Côa⁸⁵ (PAVC) tendo como diretor João Zilhão sendo que somente abriu ao público dia 10 de agosto do mesmo ano. A sua sede encontra-se em Vila Nova de Foz Côa, onde estão instalados os seus serviços administrativos e de investigação, funcionando simultaneamente como centro de receção para as visitas à Canada do Inferno (Francisco, 2008: 59). Integravam-se no programa, desde logo, as visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre da Penascosa (freguesia de Castelo Melhor) e Canada do Inferno (Vila Nova de Foz Côa), juntando-se, mais tarde, as visitas ao núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos, freguesia de Muxagata (Mendes, 2008) que dentre os três é o que recebe menos visitas sendo que o da Penascosa é o local mais visitado e o único que recebe visitas escolares.

Grande parte do financiamento para estes projetos adveio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) sendo que foi dada primazia à melhoria dos caminhos e criação de uma pousada da juventude, à organização de visitas públicas e à criação de infraestruturas para o PAVC (Pau-Preto, 2005: 112). O PAVC albergava, desde a sua criação, 28 núcleos de arte rupestre inventariados, possuindo mais de 200 superfícies rochosas diferentes com 1000 motivos zoomórficos (Llera, Marques, Rodrigues & Catita, 2006: 44-45).

O projeto do Parque contava construir um museu, o que só aconteceu já muito mais tarde, e um centro de estudos onde se realizariam congressos, conferências, entre outros eventos. A par disto, pretendiam construir uma série de equipamentos que satisfizessem as necessidades dos turistas como restaurantes, hotéis, pousadas da juventude, parques de campismo sendo que havia também a ideia de reativar a linha de caminho-de-ferro que ligava o Côa e o rio Águeda (Dossier Côa, 1995: 662-663) permitindo, deste modo, uma melhor “comunicação” entre as gravuras do Côa e de Siega Verde sendo que atualmente ambos os

⁸⁵ Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio. Com a extinção do IPA e criação do IGESPAR (hoje também já extinto) este diploma foi revogado, passando a vigorar o Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de março, onde se atribui ao PAVC as seguintes funções: “recolher, investigar, salvaguardar, valorizar e colocar à fruição pública os testemunhos que, pela sua importância civilizacional, histórica, cultural, artística e estética, assumem particular relevância para a afirmação da identidade colectiva” (Lima, 2007: 33).

locais colaboram entre si em domínios, como a investigação ou a divulgação. Contudo, este aspeto será devidamente analisado no capítulo V.

Neste Parque, estão também incluídos os locais arqueológicos de outras épocas tal como a Quinta de Santa Maria de Ervamoira⁸⁶ que teve uma ocupação da época romana até à Idade Média, o que realça ainda mais esta importância devido à longa diacronia de ocupações (Almeida, 2008: 317).

Portanto, a criação deste Parque permitiria não só salvaguardar o património histórico/arqueológico, cultural e científico no seu todo como também desenvolver a região devido aos turistas que se deslocariam a visitar o local (Bellmont, 2008: 255). Ao mesmo tempo, foi criado um Plano Especial de Ordenamento do Território⁸⁷ que tinha em vista preservar o património paisagístico e cultural. Este plano é que definiu qual a área e estrutura do PAVC (Xavier, 2000: 116), uma área de 200 km² abrangendo todos os conjuntos rupestres classificados. Os parques culturais do Rio Vero e Martín têm objetivos semelhantes ao PAVC uma vez que também pretendem salvaguardar a arte rupestre com o seu contexto envolvente preservando a vida natural animal e vegetal (Francisco, 2008: 61).

Outro facto importante foi a criação⁸⁸, dia 14 de maio de 1997, do Instituto Português de Arqueologia (IPA) que detinha como função gerir toda a arqueologia nacional. O Parque Arqueológico do Vale do Côa ficou dependente deste instituto a par do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART⁸⁹), tendo este último como função fiscalizar trabalhos, registar,

⁸⁶ Dispõe de um Museu onde se encontra uma exposição sobre a estação arqueológica romana e medieval (Fernandes, S., 2008: 70). A quinta da Ervamoira (antiga Quinta de Santa Maria) foi adquirida em 1974 pela Casa Ramos Pinto. José António Rosas (administrador da empresa e descendente do fundador), em conjunto com João Nicolau de Almeida transformou esta quinta num projeto de sucesso (Bellmont, 2008).

⁸⁷ Foi o primeiro Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico aprovado em Portugal sendo que a nível europeu já em 1955, na Itália (Val Camónica), tinha sido criado o primeiro parque dedicado a uma zona com Arte Rupestre. Val Camónica foi classificada em 1979 como Património Mundial da UNESCO, tendo sido o primeiro sítio de arte rupestre de época Pós-Paleolítica a receber tal classificação (Pau-Preto, 2005b: 4).

⁸⁸ Decreto-Lei nº117/97, publicado no Diário da República de 14 de maio.

⁸⁹ O CNART foi criado em maio de 1997, logo a seguir à criação do PAVC (Baptista & Reis, 2008b: 150). Entre 19 de janeiro de 2005 e 2 de setembro, do mesmo ano, o Centro Nacional de Arte Rupestre efetuou uma prospeção sistemática na zona envolvente à foz do Côa com o objetivo de identificar e registar todas as rochas com gravuras rupestres mas também todo o tipo de outras manifestações patrimoniais que pudessem surgir (Baptista & Reis, 2008a: 62). Foram detetados 21 sítios arqueológicos e patrimoniais, na sua grande maioria relacionados com construções de carácter agrícola. Foram identificadas 169 novas rochas gravadas (83 paleolíticas) o que indica, desde logo, o enorme rigor e eficácia desta prospeção (*Idem*: 66). Já há 10 que o CNART, em conjunto com o PAVC, estava a efetuar um minucioso trabalho de pesquisa arqueológica. Estes dois organismos têm efetuado um excelente trabalho de prospeção sendo que ainda hoje são por vezes encontradas novas gravuras. Se em 2004 eram conhecidos 30 núcleos rupestres com 330 rochas inventariadas (Baptista & Reis, 2008b: 151), em finais de julho de 2006 já estavam registados 36 núcleos com um total de 644 rochas inventariadas (*Idem*: 152) logo os próprios dados demonstram o excelente trabalho que tem sido feito nomeadamente no que diz respeito às prospeções intensivas. Em 2008 estavam registadas 887 rochas distribuídas por 47 sítios (hoje já se conhecem cerca de 70). Contudo, o CNART foi extinto em abril de 2007 tendo as suas funções sido integradas no PAVC. Esta extinção surgiu no âmbito das reformas do PRACE (Programa de

estudar, proteger e inventariar todo o património rupestre Português (Almeida, 2008: 315-316).

Em 2007, com a criação do IGESPAR⁹⁰ o Parque Arqueológico do Vale do Côa passou a estar sob a sua tutela, assumindo as funções anteriormente delegadas ao PAVC (Almeida, 2008: 321-322). A partir daqui o PAVC deixou de possuir tanta autonomia de ação o que trouxe desvantagens pois as populações locais ficaram mais esquecidas. Contudo, mesmo quando o Parque detinha plena autonomia tornava-se difícil gerir certas situações como, por exemplo, encontrar os interlocutores adequados (Pau-Preto, 2005: 126).

Em 2011, foi criada a fundação Côa Parque⁹¹ (fundação para a salvaguarda e valorização do Vale do Côa) por parte do IGESPAR, entidade regional de turismo do Douro, Município de Vila Nova de Foz Côa, Associação de municípios de Vale do Côa e ex. ARH (Administração dos recursos hídricos) da região norte. Esta fundação, que tem como função gerir o PAVC e o museu, pretende divulgar todo o património existente na região, ao mesmo tempo que o salvaguarda e protege. Procura, deste modo, o desenvolvimento da região promovendo de igual modo diversas parcerias que possam responder a todos esses objetivos (Plano de Actividades e Orçamento, 2013: 1).

Atualmente o IGESPAR já não existe, foi fundido com outras entidades transformando-se na DGPC (Direção Geral do Património Cultural).

2.7.2. Reconhecimento do valor das gravuras rupestres

Aos poucos, os locais arqueológicos do Vale do Côa foram recebendo o merecido reconhecimento. Todavia, os passos decisivos foram dados entre 1997 e 1998⁹² sendo que dia 2 de julho de 1997 os 14 núcleos de arte rupestre do Vale do Côa foram classificados como “monumento nacional”⁹³ a par com sítios de habitat Paleolítico: Cardina/Salto do Boi e estações de época mais recente: conjunto romano da Quinta da Ervamoira (Almeida, 2008: 316-317; Pau-Preto, 2005: 109).

Reestruturação da Administração Central do Estado) levadas a cabo pelo governo de José Sócrates (Baptista, 2008: 127).

⁹⁰ Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

⁹¹ Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março. Em 2013 este decreto foi alterado passando a gestão desta fundação a ser controlada centralmente (Plano de Actividades e Orçamento, 2013: 2).

⁹² Este facto também se pode associar à eleição de um novo presidente da Câmara (Eng. Sotero Ribeiro) que se mostrou muito mais “aberto” à colaboração com o PAVC aceitando, deste modo, melhor as gravuras. Os próprios empresários locais começaram a “agarrar” a oportunidade proporcionada pelas gravuras de modo a potenciarem a venda dos seus produtos (Fernandes, S., 2008: 95-97).

⁹³ Decreto-Lei n.º 32/97, publicado no Diário da República de 2 de julho.

No dia 2 de dezembro de 1998 (após uma candidatura efetuada, em 24 de junho de 1997, pelo Governo em conjunto com vários arqueólogos), no Japão, na 22ª sessão realizada em Quioto, as gravuras rupestres do Vale do Côa foram integradas na lista de sítios classificados como património cultural da humanidade. Este processo decorreu de forma muito rápida, como nunca antes havia acontecido (Almeida, 2008: 318). A classificação confirmou a excecionalidade das gravuras rupestres, como o maior núcleo de arte rupestre Paleolítica, ao ar livre, do mundo. Para a UNESCO o vale do Côa expressa a forma de viver, a diversos níveis, dos “primeiros” seres humanos (*Idem*: 318-319). Em 2010 o complexo das gravuras de Siega Verde (Espanha), que foi descoberto em 1988 no rio Águeda, foi integrado como bem transnacional ao complexo das gravuras rupestres do Vale do Côa, sendo que os critérios de classificação de ambos foram os seguintes⁹⁴:

- (i) Serem exemplos eminentemente representativos dos grandes estádios da história da Terra, incluindo o testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado.
- (iii) Representarem fenómenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excecional.

Foram fundamentados da seguinte forma:

“ A arte rupestre do Paleolítico Superior do Vale do Côa é uma ilustração excecional do desenvolvimento repentino do génio criador, na alvorada do desenvolvimento cultural humano;”

“A arte rupestre do Vale do Côa demonstra, de forma excecional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade.” (Francisco, 2008: 51).

Os pontos classificados foram os seguintes: Broeira, Canada do Inferno/Rego da Vide, Faia, Faia - Vale Afonsinho, Fonte Frieira, Meijapão, Penascosa, Quinta da Barca, Quinta da Ervamoira, Quinta do Fariseu, Ribeira de Piscos⁹⁵/Quinta dos Poios, Ribeirinha⁹⁶, Salto do

⁹⁴<http://whc.unesco.org/en/list/866> (acedido em 5-12-2014).

⁹⁵ A rocha 18 possui antropomorfos pintados a vermelho (Baptista & Reis, 2006).

⁹⁶ Possui alguns motivos pintados a vermelho (Baptista & Reis, 2006).

Boi, Vale de Figueira⁹⁷/Teixugo, Vale de Moinhos, Vale de Namoradas e a zona arqueológica de arte rupestre de Siega Verde⁹⁸.

Perante todo este cenário, mais do que nunca, tornava-se necessário gerir e salvaguardar o bem classificado, tal como o exige a UNESCO, função que ficou a cargo do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Por exigência da UNESCO tornou-se imperativo elaborar um Plano de ordenamento que abrangesse toda a área do PAVC. Para alcançar esse objetivo, os planos diretores municipais da Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa ficaram suspensos por 2 anos⁹⁹, sendo que o PAVC deteve as competências sobre esse imenso território (Pau-Preto, 2005: 122). Esta suspensão foi prorrogada¹⁰⁰ por mais seis meses (*Idem*) sendo que a mesma terminou sem que a figura de Parque Arqueológico estivesse presente na lei portuguesa (Luís, 2008: 60).

Em 2001, surgiu a nova “Lei do património cultural” que veio reafirmar as opiniões de todos aqueles que consideravam não só importantes as gravuras como todo o seu contexto que também deveria ser gerido e protegido. Esta mesma lei ditou igualmente que assim que um bem imóvel fosse classificado como Património Mundial seria automaticamente considerado um bem de interesse nacional (Almeida, 2008: 320).

⁹⁷ A rocha 3 possui pinturas a vermelho com vários antropomorfos (Baptista & Reis, 2006).

⁹⁸ http://whc.unesco.org/en/list/866/multiple=1&unique_number=1642 (acedido em 5-12-2014).

⁹⁹ Decreto-Lei nº59/99, publicado no Diário da República de 16 de fevereiro. A elaboração deste plano de ordenamento começou a ser preparada em 1996 devido a um protocolo que foi estabelecido com o Instituto de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Somente foi viabilizado com a aprovação da Lei de bases do Património Cultural em 2001 que definiu a figura do Parque Arqueológico.

¹⁰⁰ Decreto-Lei nº95/2001, de 23 de março.

Capítulo III: A importância do financiamento para o Património Cultural e a importância de ser devidamente aproveitado

O financiamento é importante para se poder preservar, salvaguardar e valorizar o património de modo a conservar-se a memória do passado. O facto de se introduzir esta temática no âmbito desta dissertação é simples: sem financiamento nada disto seria possível, neste momento as gravuras já não estariam salvaguardadas, nem existiria o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Muito daquilo que vai ser analisado neste capítulo irá auxiliar a uma melhor compreensão de todas as carências económicas verificadas neste caso concreto em estudo.

3.1. Enquadramento geral dos conceitos

O financiamento é o suporte de todas as questões culturais (e não só) e deve, por isso, ser pensado de forma estratégica de modo a ser bem gerido.

Inicialmente, o financiamento público¹⁰¹ constituía-se como o alicerce de qualquer tipo de projeto. Porém, atualmente novas formas tiveram de ser adotadas sendo que estão a assumir uma preponderância crescente. Trata-se, neste caso, do estabelecimento de parcerias, patrocínios, o mecenato e os financiamentos comunitários (estes últimos já importantes há bastante tempo).

O Estado sempre assumiu a responsabilidade de financiar as questões relacionadas com o património cultural mas, infelizmente, cada vez menos se pode contar com o financiamento público devido aos sucessivos cortes que têm sido levados a cabo. O Estado jamais deveria esquecer este seu compromisso para com a salvaguarda e valorização do património. Restam, ainda assim, outras alternativas que são deveras importantes mas que também se assumem como novos desafios de gestão que têm de ser bem pensados e geridos (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 3-4).

As questões culturais, seja organismos, museus ou eventos sempre estiveram dependentes do financiamento, sobretudo público, para poderem sobreviver o que os

¹⁰¹ Mais concretamente o orçamento do Estado já que dentro do financiamento público também se inserem as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia e os Governos Regionais.

mergulhou numa enorme dependência financeira e, neste momento, numa enorme crise fruto da situação económica que se vive. É para todos evidente a situação de crise que se atravessa atualmente mas que está a afetar a cultura de forma muito marcante uma vez que o financiamento público, para estas ações, diminuiu drasticamente (*Idem*: 2-3).

Ora, tudo isto se torna muito grave já que, ao mesmo tempo que diminui o financiamento, vai-se exigindo cada vez mais o aprofundamento das investigações científicas, um maior dinamismo dos museus de forma a atrair mais público e uma diversificação da programação cultural (*Idem*: 3). Como se consegue logo prever tudo isto torna-se numa espécie de paradoxo pois é impossível exigir mais e melhor quando se diminui cada vez mais o financiamento e outro tipo de apoios.

Deste modo, torna-se imperativo que aconteça uma tomada de consciência de que é necessário recorrer a novas alternativas, que possam fornecer uma sustentabilidade económica, e daí a importância crescente que assumem o estabelecimento de parcerias e a angariação de patrocínios ou mecenatos, à semelhança do que tem acontecido noutros países, uma vez que sem estes apoios muitas atividades que produzem conhecimento, podem estar comprometidas (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 6). Todavia, este cenário ainda não é conhecido por todos nem tem merecido a devida atenção já que a legislação não acompanhou estas temáticas e a forte burocracia, e até o próprio desconhecimento, afastam imenso os potenciais financiadores externos (Santos & Conde, 1990: 391, 415; Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 3).

Neste aspeto, também é possível observar as assimetrias geográficas já que as pequenas instituições culturais do interior do país não conseguem entrar neste processo uma vez que sem sustentabilidade económica e com pouca visibilidade social também não conseguem angariar fundos provenientes de parcerias ou do mecenato. Com efeito a dimensão do evento ou da causa aliada à transmissão de uma imagem forte para o exterior (do seu envolvimento cultural) constitui o principal fator de apoio (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 7). Para além disso, nestes meios predominam as pequenas e médias empresas que, normalmente, não possuem estrutura económica que permita apoiar este tipo de ações (*Idem*: 8).

Portanto, nesta conjuntura de escassez económica, que se repercutiu nos cortes orçamentais, torna-se muito difícil sobreviver nos meios culturais. A possibilidade de os museus poderem gerir todas as suas receitas próprias seria uma mais-valia em todo este processo. Para que tudo isto se torne viável é necessário que todas as pessoas responsáveis pela gestão do património cultural saibam captar as atenções das comunidades inserindo um

maior dinamismo de forma a atrair novos públicos e, por sua vez, tornar as instituições autossustentáveis.

3.1.1. Parcerias

O estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas ou privadas tem-se revelado fulcral. Quando se estabelece uma parceria tem-se em vista a obtenção de mais-valias para ambos, com base num acordo de cooperação entre duas ou mais entidades, em busca da realização de um determinado objetivo (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 4). Como atualmente a sociedade vai dando mais importância ao património cultural torna-se mais fácil encontrar parcerias mas, ainda assim, é necessário saber ponderar qual o momento mais adequado para fazer um pedido, já que a grande maioria dos pedidos de financiamento são rejeitados. Toda a entidade que deseje colaborar com qualquer tipo de atividade cultural vê a sua imagem exterior imensamente valorizada por estar associada a algo prestigiado. Por isso é importante nunca esquecer que nenhuma entidade irá cooperar se não obter daí benefícios em termos da imagem, publicidade e mesmo em termos financeiros, de forma imediata (*Idem*).

3.1.2. Gestão de receitas próprias

No caso dos museus ou outras instituições tem-se discutido imenso a questão de se poder gerir receitas próprias. Este processo não é fácil já que a legislação, mais uma vez, não acompanha toda esta evolução mas também devido à lentidão burocrática (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 6). Contudo, julga-se ser este um passo muito importante pois tornará as instituições sustentáveis podendo, desta forma, fomentar-se o desenvolvimento de diversas atividades.

É claro que tudo isto só é possível devido ao entendimento que temos hoje do conceito de museu, que já não vive fechado em torno de uma coleção. Pode, assim, entender-se como receitas próprias toda a pequena margem obtida na prestação de serviços (serviços educativos, arrendamento de espaços, concessão de restaurantes, atividades realizadas como conferências, por exemplo) não podendo nunca ser entendidas como lucro já que revertem para a instituição que, por sua vez, gastará essas receitas na valorização de equipamentos e espaços. Na maioria dos casos, tudo o que é obtido, exceto o referido anteriormente, reverte para a tutela que, posteriormente, distribui as verbas por várias instituições. Tudo isto faz com que não possam melhorar os serviços, a qualidade de oferta uma vez que não podem gerir os seus próprios

recursos. Daí a importância da prestação de serviços já que, muitas vezes, constituem as únicas mais-valias para qualquer instituição patrimonial visto que as próprias vendas efetuadas nas lojas e respetivas bilheteiras ainda revertem na sua totalidade para a entidade tutelar (*Idem*: 5).

3.1.3. Mecenato e patrocínios

Importa agora abordar a importância do mecenato. Esta palavra remonta à Antiguidade Clássica associada já à cultura entendida como uma clara ação filantrópica de proteção, por parte de homens ricos e cultos das artes e letras, aos seus respetivos criadores¹⁰². Atualmente, já se encontra legislada sendo que as empresas ou organizações que apoiarem, em termos financeiros ou em géneros, entidades privadas e instituições culturais receberão, por parte do Estado, contrapartidas de dedução fiscal (Informação Icom.pt, Série II, n.º13: 6). No caso específico do mecenato cultural, se o mecenas for uma pessoa coletiva, o benefício fiscal funda-se na aquiescência como custos ou perdas do exercício, até ao limite de 6/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, dos donativos atribuídos, majorados em 20%. No caso de se constituírem como pessoas singulares os donativos atribuídos são dedutíveis à coleta do ano em valor correspondente, na grande maioria dos casos a 25%¹⁰³.

O conceito e prática de mecenato cultural de empresa começaram a surgir em Portugal nos anos 70/80 do século XX sendo que em 1986 surgiu a Lei do Mecenato Cultural que ditava incentivos fiscais às entidades que financiavam a cultura (Santos & Conde, 1990: 375). O Estado sozinho não estava a deter capacidade de ajudar todos os que solicitavam apoios pelo que, com esta lei, considerou que seria a melhor forma de atenuar o problema. Todavia, estes incentivos não são suficientes e são pouco atrativos pelo que também não se constituem como a principal razão justificativa para aquelas entidades que praticam o mecenato. Existem mais fatores envolvidos nesta problemática como o mediatismo e oportunidade de divulgação da empresa em questão (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 6-7).

Ora, se por um lado é promovida e salvaguardada a cultura, por outro é promovida e publicitada (sendo uma publicidade de “prestígio” por estar associada à cultura) a entidade que financia que, por sua vez, vai transmitir para a opinião pública uma imagem positiva por participar neste tipo de iniciativas¹⁰⁴ passando, deste modo, a estar melhor inserida na

¹⁰² <http://gestaodasartes.no.sapo.pt/data/mecenato.pdf> (acedido em 5-04-2015).

¹⁰³ <http://gestaodasartes.no.sapo.pt/data/mecenato.pdf> (acedido em 5-04-2015).

¹⁰⁴ É importante realçar que a população portuguesa ainda não tem a “mente aberta” para as questões relacionadas com a cultura já que, as pessoas no geral, ainda não possuem sensibilidade para a importância do património sem ser para aquelas “obras grandiosas” e muito antigas, logo não entendem o porquê de investir em

comunidade envolvente melhorando a sua imagem externa. A entidade vai adquirir um perfil mais humano, de cariz filantrópico, onde transparece esta bela imagem apesar de, no fundo tudo isto ser uma forma, não explícita, de publicidade e divulgação (Santos & Conde, 1990: 385, 392-397).

A imagem externa é muito importante para uma entidade que quer ter sucesso sendo que lhe atribuem mais importância que até à própria imagem interna (*Idem*: 395). Portanto, se por um lado e diretamente a empresa/entidade ganha notoriedade “humanizante” (noção de responsabilidade social e cidadania) por outro, e indiretamente, promove o seu nome empresarial publicitando-o (*Idem*: 397). É importante que essa entidade já possua modelos de gestão internos nos quais a cultura surja como “peça” estratégica mas também que já tenha financiado projetos culturais pois demonstra, desde logo, que tem a “mente” aberta para essas questões (*Idem*: 411-412). Só uma entidade que tenha esta preocupação interna aceitará custear uma causa externa já que o mecenato constitui a faceta externa de uma entidade em termos culturais (*Idem*: 393). Tem de se ter sempre em conta que o património é um dos setores da cultura mais privilegiados (*Idem*: 400).

O mecenato assumirá uma espécie de comunicação externa sendo que se deverá assumir, sempre que possível, uma parceria entre o sector público e privado, o que contribuirá para o desenvolvimento tanto interno como externo dessa organização (*Idem*: 391). Todavia, a componente publicitária¹⁰⁵ e as opiniões externas criadas assumem-se como as mais importantes para quem pratica o mecenato (Santos & Conde, 1990: 394).

O patrocínio distingue-se do mecenato na medida em que existe uma maior pressão em obter o devido lucro (imediato) por efetuar essa “dádiva” (*Idem*: 424). A tabela 1 (constante dos anexos) explícita bem essa distinção. Considera-se mecenato, desde logo, quando é solicitado o parecer da Secretaria de Estado da Cultura, conforme estabelece a Lei do Mecenato, pelo que depois essa entidade favorece de benefícios fiscais, ao contrário do que acontece com os patrocínios. O mecenato, desde sempre, constituiu-se como uma atividade de prestígio relacionada com a cultura logo a publicidade torna-se de maior prestígio e não é, nem deve ser, muito evidente apesar do interesse económico estar sempre presente em todas as atividades. Ainda assim, é de destacar que tudo isto está pouco divulgado logo nem todas as empresas ou instituições culturais têm conhecimento. É necessário que os

certos projetos. Neste momento, o financiamento privado da cultura ainda representa pouco num mundo cultural tão vasto com exceção da Fundação Calouste Gulbenkian (Santos & Conde, 1990: 382).

¹⁰⁵ É uma publicidade indireta na medida que quem ganha notoriedade é a empresa em si e não os produtos ou serviços que comercializa (Santos & Conde, 1990: 406).

projetos tenham rigor científico e sejam apelativos de forma a cativar o interesse de futuros mecenas (Informação ICOM.pt, Série II, n.º13: 6-8).

3.1.4. Fundos comunitários e fundações

Grande parte do financiamento provém de fundos comunitários, através de candidaturas a fundos/programas comunitários que têm de ser validados pelo Estado que por sua vez tem uma comparticipação que, em média, ronda os 25%. Este processo possui regras comuns de carácter político legislativo que, na prática, não são devidamente aplicadas uma vez que não ocorre uma devida fiscalização da aplicação dos fundos. O grande problema é que estes fundos apenas apoiam a criação de infraestruturas e como, na maioria das vezes, não existe uma boa gestão, não possuem depois recursos para poderem manter as infraestruturas em funcionamento. Ainda assim, é de uma enorme importância e, sem ele, ótimas obras e/ou requalificações em Portugal, relacionadas com o património cultural, não teriam sido efetuadas.

Neste contexto, merecem igualmente destaque as fundações que muitas vezes são entidades criadas para obter recursos e que, por isso, não são entidades financiadoras. Outras entidades públicas têm de dispensar um valor do seu lucro em atividades que valorizem a cultura.

3.2. Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e algumas fases de financiamento

Após este necessário enquadramento, para melhor se compreender todas as “raízes” deste museu, importa agora analisar mais concretamente o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (hoje intitulado como Museu do Côa) e as suas mais importantes fases de financiamento.

3.2.1. Processo de construção

Tal como já foi referido no capítulo anterior, no ano internacional da Arquitetura (2003) foi aberto um concurso¹⁰⁶, a cargo do Ministério da Cultura e da Ordem dos Arquitetos, para a conceção e elaboração do projeto de construção do tão ansiado Museu do

¹⁰⁶ Decreto-Lei nº96/2007, de 29 de março e Portaria nº376/2007, de 30 de março.

Côa¹⁰⁷. A concurso apresentaram-se 42 projetos dos quais só 37 foram admitidos. Saiu vencedor o projeto dos arquitetos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, ambos do Porto, que estabeleceram um consórcio de projeto com o Gabinete de Organização e Projetos, Lda (G.O.P). Este projeto teve igualmente a colaboração de Sandra Filipe Barbosa (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 12).

Contudo, entre 1998 e 2003 existiu outro projeto previsto para o exato local onde estava a ser construída a barragem, na Canada do Inferno, tendo como arquiteto responsável Fernando Maia Pinto (*Idem*: 11-12). A ideia era reaproveitar o rasgão que foi aberto para o paredão da barragem (entre 1994 e 1995) para que se pudessem minimizar os efeitos negativos, provocados pelas obras da EDP, na paisagem. Este projeto também incluía uma obra hidráulica que iria permitir, numa extensão de 1500 m, repor a situação original que existia antes da construção da barragem do Pocinho, proporcionando a reemersão completa dos sítios da Canada do Inferno e do Rego da Vide para que pudessem ser visitados (Zilhão, 2007: 25). Este projeto foi revisto diversas vezes (*Idem*) e abandonado definitivamente devido a dificuldades técnicas e económicas, pelo governo de Durão Barroso, em novembro de 2003 (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 11). Depois disto foi definitivamente transferido para uma encosta, que constitui uma das mais-valias do atual museu, por permitir uma enorme amplitude paisagística e uma integração com a paisagem (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 12), como se pode observar nas imagens 3 e 4 do anexo. Terá esta tomada de decisão, sobre a mudança do local, deixado em aberto a futura continuação da obra? De facto, com a crescente importância que o património desempenha atualmente tal situação não irá acontecer.

O próprio Instituto Português de Museus (IPM)¹⁰⁸, que se constituía como o organismo do Ministério da Cultura responsável pelos museus do Estado, apoiou o abandono do projeto tendo sido redigida uma recomendação nesse sentido, a 28 de maio de 2002, pela então diretora do IPM, Raquel Henriques da Silva. Neste contexto, decorreram diversas manifestações de oposição ao projeto, tanto públicas como privadas, em que se destacaram dois profissionais da área da arqueologia: Luís Raposo (na época diretor do Museu Nacional, em Lisboa) e Virgílio Hipólito Correia (diretor do Museu Monográfico de Conímbriga) mas que não detinham qualquer tipo de formação na área da conservação e museologia. Todavia, estas opiniões foram usadas pelo poder político para fundamentar a sua decisão, alegando ser baseada em peritos da área (Zilhão, 2007: 28-29).

¹⁰⁷<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Edificio> (acedido em 07-04-2015).

¹⁰⁸ Atualmente já não existe tendo sido fundido na DGPC (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 10).

O processo de construção do Museu do Côa arrastou-se durante cerca de uma década sendo que logo após a descoberta das gravuras este projeto estava integrado na estratégia global de investimentos, sobretudo desde a inauguração do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em 10 de agosto de 1996 (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 11).

As obras, promovidas pelo IGESPAR, iniciaram-se em janeiro de 2007, com um prazo de execução de 600 dias, sendo que ficou a cargo de uma empresa do norte com um orçamento de 18 milhões de euros (incluindo obra e anexos). O valor orçamentado foi rigorosamente cumprido sendo que foi inaugurado dia 30 de julho de 2010 (*Idem*: 12). Desde 2011 que o Museu está a cargo da Fundação Côa Parque, Fundação pública de direito privado (*Idem*: 17), que a partir de 2012 passou a ser gerida com orçamento próprio (Plano de Actividades e Orçamento, 2013: 1).

3.2.2. Financiamento obtido

Todo o financiamento foi assegurado, maioritariamente, pelo Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA), que foi a entidade que encomendou a obra sendo terminada já sob a tutela do, também extinto, IGESPAR (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 12).

Foram obtidos outros financiamentos nomeadamente do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional do Centro, para os arranjos exteriores e melhoria dos acessos mas também para a construção do próprio edifício. Já o Programa Operacional da Cultura (também integrado no FEDER) disponibilizou verbas para a sinalética, interna e externa, para a instalação da exposição permanente e de toda a área museográfica. Portanto, pensa-se ser este um exemplo positivo de angariação de financiamento, apesar de terem existido outros entraves e/ou problemas, como se fará referência posteriormente.

O Orçamento de Estado do Ministério da Cultura para 2008 foi de 245,5 milhões de euros (mais 9,2% do que era esperado). Para a conclusão da obra do Museu do Côa foram despendidos 8,7 milhões de euros. As próprias ações de dinamização do Parque Arqueológico do Vale do Côa tiveram um financiamento de 26 mil euros¹⁰⁹.

Em 2008 foi efetuada uma candidatura do Vale do Côa ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) no quadro do projeto “Turismo e

¹⁰⁹ http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/oe/2008/notas_explicativas/MC.pdf (acedido em 25-02-2015).

Património no Vale do Côa” para o triénio 2009/2011 sendo que foi entregue à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), no dia 19 de janeiro de 2009 por parte da Associação de Municípios do Vale do Côa. Esta candidatura tinha como objetivo o reconhecimento formal deste projeto de forma a proporcionar o desenvolvimento, local e sub-regional, da base económica, social e cultural e melhorar a qualidade de vida. Com esta candidatura pretendia-se, igualmente, a fixação da população e a valorização dos recursos endógenos de modo a ocorrer o desenvolvimento das atividades turísticas para a diversificação e dinamização local, com destaque para a arte rupestre do Vale do Côa, que confere um forte carácter simbólico e distintivo à região, mas também (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 5-7):

- Gastronomia típica: vinhos, queijo, fumeiro, azeite, amêndoa, mel, cogumelos, entre outros, fornecem uma enorme qualidade sendo que são produtos certificados e que, por isso, devem ser promovidos. Existe uma enorme diversidade de pratos típicos fruto das influências durienses e transmontanas (*Idem*: 17).

- Património natural e paisagístico¹¹⁰: Inserem-se, aqui, as zonas de proteção especial, para proteção de aves selvagens, do Vale do Côa, e as áreas protegidas da Bacia do Sabor e Maçãs (*Idem*: 15).

- Património cultural edificado: Igrejas, aldeias com arquitetura vernácula, castelos, património arqueológico. Esta é uma das áreas menos exploradas mas que detém uma grande importância, e um enorme potencial, até porque abrange uma longa diacronia. Aliás esta região possui um dos mais importantes eixos defensivos do território português, com diversas fortificações e castelos que devem ser conscientemente valorizados como já acontece no país vizinho que possui a Ruta de las fortificaciones (*Idem*: 16, 95).

- Património rural: Aldeias preservadas, campos agrícolas tradicionais com as suas velhas técnicas e artesanato regional (trabalhos em pele e metais, tecelagem, olaria e cestaria) devido, em parte, à forte emigração que permitiu preservar todos os saberes e construções antigas (*Idem*: 16-17).

- Tradições culturais: Danças, cantares e manifestações de religiosidade popular nomeadamente o Carnaval, Páscoa e Natal, que estão revestidos de uma forte tipicidade cultural (*Idem*: 17).

Procura-se, deste modo, projetar uma imagem única e de exceção no Mundo de modo a tornar o Vale do Côa num destino turístico de excelência com projeção internacional.

¹¹⁰ Neste âmbito foi criado o Centro de Informação e Educação Ambiental que promove a conservação da natureza e a qualidade ambiental e da paisagem (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 86).

Este projeto (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009) contou com a colaboração de diversos parceiros públicos e privados, alguns exteriores à região, sendo eles:

- IGESPAR, IP- Ministério da Cultura- que desempenhou um papel de veras relevante;

- As 10 Câmaras Municipais¹¹¹, que integram a Associação de Municípios do Vale do Côa (constituída em 1999), desempenhando um papel especial na criação de equipamentos culturais e infraestruturas (*Idem*: 8). Esta associação assumiu-se como a líder desta candidatura e líder do consórcio¹¹², pretendendo ainda apresentar uma candidatura para financiamento das atividades necessárias ao desempenho das referidas competências à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (*Idem*: 66);

- Diversas empresas do ramo do Turismo (animação turística, restauração, hotelaria, turismo em espaço rural, etc.) e que têm interesse em investir em atividades turísticas e culturais (*Idem*: 8);

- Empresas com outras atividades (serviços, agricultura, comércio, construção civil, etc.);

- Associações empresariais;

- Associações culturais e de desenvolvimento;

- Outros promotores privados (*Idem*: 9).

Neste contexto, para além dos parceiros citados anteriormente, também é de destacar a colaboração com Universidades e outras instituições de investigação, empresas, fundações, entidades especializadas no âmbito da formação de recursos humanos e instituições internacionais, nomeadamente de Espanha e Reino Unido, que assumiram especial relevância na fase preparatória das candidaturas e na execução de projetos (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 9).

No total, foram 66 os membros que colaboraram em todo este processo (41 empresas e empresários em nome individual), sendo que quase todos se reuniram para debater o binómio turismo/património: valorizar o património e projetar o turismo (*Idem*: 5, 49). Existia mesmo um *Blogspot*, com acesso restrito aos parceiros associados, e uma *Newsletter* interna que era enviada aos parceiros com uma periodicidade trimestral (*Idem*: 68). Estes diversos parceiros demonstram uma importante abrangência económica, social, cultural, setorial, geográfica e institucional. A EDP, Energias de Portugal, SA também colaborou (*Idem*: 50), o que parece

¹¹¹ De norte para sul: Mogadouro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Trancoso, Pinhel, Almeida e Sabugal (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 30).

¹¹² Artigo 5º, nº2, do Decreto-Lei nº231/81, de 28 de julho.

um pouco irónico tendo em conta todo o seu histórico neste processo, mas que não deixa de ser positivo.

Para além destes encontros, também foram concretizados dois importantes estudos que permitiram elaborar diversas propostas de projetos (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 18):

-“ Processos e Modelos de Gestão em Parceria. Contributo para a definição do novo modelo de gestão do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Museu do Côa”;

- “Estudo do aumento da capacidade de visitação do Parque Arqueológico do Vale do C a”.

O mesmo programa dispõe de sete projetos âncora e cinco projetos complementares (*Vide* tabelas 3 e 4 do anexo) que asseguram robustez e sucesso aos primeiros (*Idem*: 23-24).

Um dos projetos âncora consistia na dinamiza o do Museu do C a (porta de entrada e de acolhimento neste sítio classificado como Património Mundial), sendo que se assumiu como o projeto mais emblemático e ambicioso do Vale do C a. Pretendia-se torná-lo um polo de cultura, criatividade e conhecimento, com destaque para a programa o cultural e serviços educativos. Tinha-se em mente a cria o de uma sala de artes onde se apresentariam exposi es temporárias, graças   colabora o da Funda o Calouste Gulbenkian e da Funda o Serralves, mas também uma sala de exposi es temporárias que contaria com a colabora o da Associa o dos Municípios do Vale do C a, permitindo uma maior diversidade de conhecimento do território (*Idem*: 74-75). Portanto, o dinamismo cultural do dito Museu dever-se-ia ao facto de se dedicar   arte rupestre e arqueologia, arte contemporânea para além de ter uma sala dedicada ao território do Vale do C a com a colabora o do IGESPAR, I.P (*Idem*: 78). Neste projeto, foi idealizada a interliga o do Museu do C a com o turismo fluvial no rio Douro, o que até agora ainda não foi plenamente concretizado (*Idem*: 80).

As verbas do programa de a o, afetas   gestão e coordena o da parceria durante o período de execu o da estratégia de eficiência coletiva, que não fossem cofinanciados pelo Programa Operacional (PO) seriam suportados pela Associa o dos Municípios do Vale do C a. As fontes de financiamento são internas e externas sendo que em termos internos o consórcio estimou gastar, no máximo, 200 mil euros por ano (*Idem*: 67).

Ora, tudo isto, são valências mais do que suficientes que podem potenciar a região. Torna-se porém necessário transformar as visitas em estadas de um ou mais dias. Para isso,   também essencial desenvolver a oferta de experiências de lazer e turismo revitalizando e qualificando a oferta, sobretudo no que diz respeito   oferta patrimonial.

Torna-se igualmente necessário promover o desenvolvimento de competências de capital humano uma vez que a falta de qualificações dos residentes da região pode constituir-se como um entrave ao progresso económico e social, não permitindo a promoção de um dinamismo empresarial.

Este programa de ação permitiu um acréscimo de 127,2 milhões de euros de investimento que foram destinados essencialmente para equipamentos e atividades de animação turística e cultural (edifícios e outros investimentos). Os investimentos repartiram-se, entre 2009 a 2013, do seguinte modo: 2009 (34.791.720,00 €); 2010 (59.882.208,00 €) e 2011 (32.524.586,00 €). 595.500,000 € foram destinados à dinamização do Museu do Côa (*Idem*: 130-131). Com base nestes investimentos, previa-se criar até ao ano de 2013 1200 postos de trabalho diretos e indiretos (*Idem*: 59).

Portanto, as fontes de financiamento (*Idem*: 139), para este plano, provieram (*vide* tabelas 4, 5 e 6 do anexo):

- QREN-POPH (Programa Operacional Potencial Humano);
- Protocolos bancários celebrados entre o Instituto de Turismo de Portugal e a banca;
- PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural);
- POR Centro;
- Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal / Espanha;
- POR norte.

Observa-se aqui a existência de diversos tipos de financiamento o que se torna deveras importante.

No que concerne ao VAB (setor do turismo), o acréscimo previsto, até ao ano de 2013 era de 17,6 milhões de euros. Contava-se atingir, também em 2013, um mínimo de 50 mil visitas, por ano, ao PAVC e 65 mil visitas, por ano, ao Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (*Idem*: 59). Estas estimativas ficaram muito aquém da realidade. Se tivermos por referência os primeiros 9 meses de 2013, o Museu do Côa recebeu 16.329 visitantes e o PAVC 4.965. Estes números representam um decréscimo comparativamente ao mesmo período, do ano anterior, em que o Museu recebeu 19.319 visitantes e o PAVC 4.620. Em suma, finalizados os 3 anos do Programa de Ação, previa-se um crescimento de 30 a 50% (*Idem*: 63).

A Fundação Côa Parque¹¹³ tem passado por diversas dificuldades devido, em parte, a fatores externos, como por exemplo a mudança constante dos órgãos que gerem a cultura e que não entendem a razão da existência desta fundação. O próprio Ministério das Finanças pensou na sua extinção (Plano de Actividades e Orçamento, 2013: 1). Fernando Real¹¹⁴ face aos cortes sucessivos que foram levados a cabo, pelo governo, em relação às fundações defendeu a criação de um novo modelo, ou seja, a substituição desta fundação por um organismo público.

Aquando da sua criação, teve um orçamento reduzido mas no entanto ainda sofreu um corte de 30% nos orçamentos posteriores. Desde 2013 que passou a ser gerida por um órgão central logo perdeu a sua autonomia. A estes cortes financeiros, há ainda a acrescentar o atraso das transferências orçamentais pelos organismos fundadores, agravando ainda mais as dificuldades de gestão da fundação. Contudo, o facto de os seus fundadores possuírem valências diversas (Cultura, Turismo, ambiente) faz com que a gestão seja mais eficaz (*Idem*: 2).

O plano de atividades e orçamento para 2013 contou com a aprovação das candidaturas efetuadas à Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN) e Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC) a financiamentos comunitários através do PROVERE, no valor de 917.830,00 euros, sem IVA (*vide* tabela 7 do anexo). Tudo isto tendo em vista incrementar novas parcerias e acordos com novos agentes económicos, reforçar a colaboração com a Junta de Castela e Leão, captar público internacional, divulgar o museu e melhorar as instalações no geral (*Idem*: 3).

Em 2013, os gastos rondaram os 1.307.870,61 milhões de euros sendo que, foram despendidos 346.164,08€ na vigilância e segurança e somente 5.794,95€ em publicidade e divulgação. Tudo o que se gastou correspondeu ao total de financiamento, sendo que, para além de algum financiamento próprio, 603.079,85€ foram cedidos pelo IGESPAR, 219.301,70€ pela entidade Regional de Turismo do Douro, e 219.301,76€ pela ARH do norte.

¹¹³Esta Fundação gere o Museu e o PAVC. Teve como membros fundadores as seguintes entidades: Direção-Geral do Património Cultural, Ministérios da Economia e do Ambiente, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa (<http://www.artecoa.pt/index.php?Language=pt&Page=Gestao&SubPage=Fundacao> [acedido em 15-01-2015]). As dívidas à fundação, por parte dos membros fundadores, rondam os 1,2 milhões de euros. Esta por sua vez, e como seria de esperar, também apresenta algumas dívidas a diversos fornecedores. Segundo declarações do novo Diretor da Fundação Côa Parque (António da Ponte), em entrevista à rádio *altitude fm*, as dívidas dos fundadores já se encontram saldadas (<http://www.altitude.fm/index.php/actualidade/700-estao-saldadas-as-dividas-a-fundacao-coa-parque-aguarda-se-decisao-sobre-novo-modelo-de-gestao> [acedido em 10-08-2015]).

¹¹⁴ Foi Presidente da Fundação Côa Parque até setembro de 2014 tendo sido substituído por António da Ponte que manteve as funções de Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte.

O Município de Vila Nova de Foz Côa cedeu 43.860,35€ e a Associação de Municípios do Vale do Côa 10.965,10€ (*Idem*: 11-12).

Ora, os poderes políticos que superintendem sobre a cultura e os museus desempenham aqui um papel decisivo pois decidem sobre o destino, a existência e o financiamento dos museus, quando irão ser financiados e quais aqueles que serão construídos. Definem igualmente as políticas e legislações de cada museu ao mesmo tempo que controlam todo o seu desempenho (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 4).

Esta situação mostra a preponderância que os poderes políticos têm sobre os museus, situação tanto mais grave quando ela se verifica num contexto em que os museólogos e os técnicos não têm qualquer autonomia, não existe uma política profissional de museus, nem sequer os profissionais estão devidamente organizados por uma ordem (*Idem*: 5). Queremos crer que um processo que desse mais autonomia aos profissionais e os ouvisse em matérias cruciais melhoraria o financiamento dos museus e permitiria adequar melhor os aspetos de financiamento.

3.2.3. Programa museológico e valências do museu

O programa museológico, da autoria de António Martinho Baptista, André Santos, Thierry Aubry e Alexandra Cerveira Pinto Lima, foi efetuado pelos técnicos do Parque arqueológico sendo que só foi redigido depois do projeto arquitetónico mas o programa foi sendo reduzido, devido às características do edifício. Destaca-se a colaboração da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Centro de Estudos Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Estudos Geográficos do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lúcia Gonçalves de Brito coordenou a estratégia cultural enquanto Fernando Real tratou da coordenação executiva ficando João Pedro Cunha Ribeiro (na data vice diretor do IGESPAR) encarregado da coordenação política (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 15-16).

Com o Museu do Côa pretendia-se a constituição de um polo de difusão cultural regional com grande impacto a nível nacional e internacional oferecendo a possibilidade de as pessoas se poderem envolver através de “oficinas de Arqueologia Experimental”, entre outras atividades (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 13-14). Com esta construção era esperado um maior número de visitantes, o que acabou por não corresponder às expectativas criadas, apesar de o número de visitantes ter aumentado.

O referido museu dispõe de 4 pisos sendo que no piso "0" localizam-se as salas de exposições permanentes e temporárias. As exposições contêm originais de arte móvel, réplicas e diversa informação sobre o local e toda a "obra" (espaços multimédia). Dentro do leque das exposições permanentes merecem destaque as obras de dois artistas: Uma escultura de Alberto Carneiro ("Árvore Mandala para os Gravadores do Vale do Côa") e quatro instalações com espelhos de Ângelo de Sousa sendo que constituem as suas últimas obras públicas (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 15-16). Tanto o Parque Arqueológico do Vale do Côa como o museu sempre procuraram promover um diálogo entre a Arte Pré-histórica e a Arte Contemporânea o que é muito positivo (Associação de Municípios do Vale do Côa, coord., 2009: 89).

Dispõe igualmente de uma sala de atividades educativas, loja, auditório, restaurante, heliporto e áreas de acesso restrito destinadas aos serviços técnicos, investigação, conservação e restauro e reservas de bens arqueológicos (Plano de Actividades e Orçamento, 2013). Possui uma fraca iluminação exterior, para não quebrar a sua integração com a natureza, o que pode ter os seus inconvenientes, sobretudo durante a noite quando os visitantes se deslocam até ao restaurante do Museu (Informação ICOM.pt, Série II, n.º16: 13). O IPA apostou, mesmo antes da concretização do projeto uma vez que o dito organismo foi extinto em 2006, na criação de uma exposição permanente onde eram exibidas réplicas dos painéis de arte rupestre (sobretudo aqueles que não estão abertos a visitas públicas) dispendo igualmente de espaços para exposições temporárias onde se poderiam exhibir produtos e materiais da região, por exemplo, mas também estudos sobre outras épocas importantes da região.

Esta aposta do IPA visava a integração com outras valências, essencial não só para diversificar os públicos como também para promover uma maior aceitação/valorização por parte das populações locais. Apesar de permanente, as novas descobertas e estudos podem levar à reformulação do espaço da exposição (Carvalho & Nabais, 2006).

Em termos museológicos em Portugal, esta estratégia representa uma novidade, uma vez que as reservas do Museu estão abertas para visita pública, podendo o público contactar com novos materiais que estão a ser estudados e/ou que poderão integrar futuras exposições temporárias (*Idem*: 126).

O Museu dispõe, igualmente, de uma oficina de Arqueologia Experimental onde, para além da demonstração também ocorre a experimentação de talhe de pedra, produção de fogo, atividades de caça, trabalho do osso, confeção de cola e corda a partir de tendões de animais, aquecimento de líquidos e realização de gravuras em xisto (através da demonstração da técnica de picotagem). Esta oficina funciona desde 2005, (foi posteriormente integrada nas

atividades do museu), desempenhando um papel muito importante pois, para além de explicar, também demonstra aspetos associados aos modos de vida no Paleolítico Superior. As escolas são o público-alvo desta iniciativa. Trata-se de uma oficina móvel que já percorreu diversos locais, dentro e fora da região, tais como escolas, Pousadas da Juventude, e associações de vários âmbitos. Para além disso, são realizadas diversas atividades nos centros de receção do PAVC e na sua sede. Todas estas iniciativas inserem-se no Projeto “Contexto Arqueológico da Arte Paleolítica do Vale do Côa”¹¹⁵ e têm por base estudos prévios, para que não se corra o risco de serem pensados a partir de mera especulação arqueológica.

Em 2004 foi mandada construir uma embarcação (intitulada “Senhora da Veiga”), propriedade do Município de Vila Nova de Foz Côa, e que se constitui como uma réplica dos barcos tradicionais que transportavam o “vinho do porto”¹¹⁶. Esta construção teve por objetivo desenvolver a oferta turística local. Contudo, após uma análise aos percursos¹¹⁷ é possível concluir o falhanço desta ideia que, à partida, tinha tudo para ser perfeita uma vez que ela não contempla nenhuma paragem em locais que contêm gravuras rupestres. A criação de um pequeno cais, junto do espaço das gravuras, seria fundamental não só em termos culturais e de divulgação como também em termos económicos, uma vez que iria atrair mais turistas. A quantia a pagar-se por cada bilhete poderia ser negociada de forma a dar também acesso ao museu e vice-versa estabelecendo-se, deste modo, uma espécie de parceria.

3.2.4. Integração da arqueologia industrial

O museu dispõe de ligações aos núcleos de arte rupestre apesar de alguns continuarem com um acesso um pouco condicionado. Este facto deve-se à falta de financiamento, fruto, em parte, da crise económico-financeira que se está a viver, o que faz com que ainda não haja ligações do museu com outros locais com grande potencial turístico. Um exemplo disso é o facto de não existir nenhuma ligação aos barcos que passam no Douro nem à antiga linha ferroviária¹¹⁸ que ligava o Pocinho a Barca D’Alva. Esta ligação constitui um elemento

¹¹⁵ <http://www.artecoa.pt/index.php?Language=pt&Page=Visitas&SubPage=OficinadeArqueologiaExperimental> (acedido em 5-03-2015).

¹¹⁶ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/embarcacao-sra-da-veiga> (acedido em 29-04-2015).

¹¹⁷ Estes cruzeiros, que se realizam com um grupo mínimo de 25 pessoas, contemplam os seguintes percursos: Pocinho – Barca D’Alva – Pocinho; Pocinho – Estação de Freixo – Pocinho; Pocinho – Valeira – Pocinho; Pocinho – Pinhão (<http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/turismo/embarcacao-sra-da-veiga> acedido em 10-08-2015).

precioso do património industrial da região, desativado desde meados dos anos 80 do século XX, e permitiria a criação de um projeto de turismo sustentável com a preservação do património.

Nesse sentido foram realizados diversos estudos com o objetivo de criar no PAVC um circuito de arqueologia industrial baseado na história da exploração mineira do volfrâmio, que teve uma enorme importância para a economia da região, durante a II Guerra Mundial. Contudo, e apesar de estes estudos prosseguirem há alguns anos, o projeto não foi ainda concretizado. Neste âmbito merece destaque o facto de circular na *internet*, já há alguns meses, uma petição¹¹⁹ para a reabilitação da linha de caminho-de-ferro, extinta há cerca de 30 anos, que liga La Fuente de San Esteban - La Fregeneda - Barca D'Alva. A ideia visa o aproveitamento da linha férrea não só para fins turísticos como também culturais. Com efeito, falamos da única linha na Europa declarada como um bem de interesse cultural, com categoria de monumento (em 2000). Os responsáveis por esta petição pertencem à Associação de Fronteira “Tod@via, por una via sostenible” e é constituída tanto por portugueses como espanhóis que acreditam no enorme potencial desta linha para desenvolver a área rural circundante, situada numa zona desfavorecida e despovoada. Esta petição foi dirigida às seguintes entidades: Junta de Castilla y León, Ministério de Fomento e Governo de Espanha: Ministério da Educação, Cultura e Desporto. Atualmente dispõe apenas de cerca de 1980 assinaturas.

Todas estas linhas poderiam ser reabilitadas, nem que fosse somente para o seu aproveitamento turístico, através, por exemplo, do alargamento do programa, já em curso, dos

¹¹⁸ Os trabalhos de construção da linha do Douro iniciaram-se em 1873. Durante o ano de 1887 foram inaugurados os seguintes troços: Tua-Pocinho, Pocinho-Côa e Côa-Barca d'Alva. Em 1882 o governo português assinou um contrato com o Sindicato Portuense (composto por diversas entidades bancárias e capitalistas) para que a linha do Douro fosse prolongada até Salamanca. Deste modo, a linha Salamanca-Fuentes de Oñoro foi inaugurada em 1887 e a linha Porto-Salamanca no final desse mesmo ano. Esta linha do Douro foi pensada de modo a escoar os vinhos durienses e os cereais castelhanos. A ligação entre o Pocinho e Barca d'Alva foi suspensa em 1988 (<http://www.linhadodouro.net/historia.php> [acedido em 24-05-2015]). Este fantástico monumento da arqueologia industrial funde-se com a natureza criando uma enorme beleza.

¹¹⁹ Esta petição foi intitulada do seguinte modo: “Queremos la rehabilitación de la línea de ferrocarril La Fuente de San Esteban - La Fregeneda - Barca D'Alva, Bien de Interés Cultural y elemento destacado de nuestro Patrimonio industrial, para su aprovechamiento con fines turísticos y culturales”.
https://www.change.org/p/junta-de-castilla-y-le%C3%B3n-queremos-la-rehabilitaci%C3%B3n-de-la-l%C3%ADnea-de-ferrocarril-la-fuente-de-san-esteban-la-fregeneda-barca-d-alva-bien-de-inter%C3%A9s-cultural-y-elemento-destacado-de-nuestro-patrimonio-industrial-para-su-aprovechamiento-con-fines-tur%C3%ADsticos-y-culturales?recruiter=57401046&utm_source=share_petition&utm_medium=facebook&utm_campaign=share_facebook_responsive&utm_term=des-lg-no_src-no_msg (acedido em 18-06-2015).

“comboios históricos do Douro”¹²⁰, que seria não só estendido para as linhas desativadas do Douro, em território nacional, como também poderia ser implementado, mediante acordo, no território espanhol.

3.2.5. Parcerias realizadas

Graças às parcerias efetuadas foi possível, no ano de 2013, realizar as seguintes atividades: Clássicos no Côa, Percursos de BTT, Passeios TT e percursos pedonais no território do Parque arqueológico (Plano de Actividades e Orçamento, 2013: 5-6).

O Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico e Arqueologia é um instrumento técnico obrigatório que está encarregue de diversos projetos e parcerias com entidades externas, nacionais e internacionais tendo como objetivo a gestão integrada do património paisagístico, arqueológico e cultural do Vale do Côa (*Idem*: 6). Por exemplo, em 2013 foi estabelecida uma parceria com a *Fnac*, durante dois meses, para apresentar e divulgar os roteiros do museu (*Idem*: 8).

¹²⁰ Atualmente faz o percurso da Régua ao Tua durante os meses de junho e outubro. Este programa dispõe de diversos parceiros (sobretudo no âmbito da restauração). Oferece animação a bordo com grupos de música e cantares tradicionais da região e um brinde com “vinho do porto” (<https://www.cp.pt/passageiros/pt/como-viajar/em-lazer/cultura-natureza/comboio-historico> [acedido em 22-06-2015]).

Capítulo IV: Sistema de visitas e experiências de conservação

É importante que o sistema de visitas e experiências de conservação seja abordado uma vez que, através desta questão podemos compreender melhor toda esta gestão do PAVC e respetivo Museu.

Desde que o PAVC foi criado (1996) que o mesmo tem recebido diversas críticas nomeadamente no que diz respeito ao modo como as visitas estão organizadas (Fernandes, A. P. B., 2003: 27-28).

Ora, desde logo é necessário ter em conta que as gravuras ao ar livre representam um património único e muito particular que, por sua vez, deve receber um tratamento especial de modo a que se mantenha intacto ao longo dos anos. Tudo isto leva a que o sistema de visitas seja meticulosamente pensado de modo a salvaguardar o mais possível este bem. Contudo, as questões económicas confrontam-se aqui, mais uma vez, com as questões da conservação o que justifica as enormes críticas que tem recebido, uma vez que o sistema de visitas adotado pelo Côa, que será devidamente explicado em seguida, não vai ao encontro dos interesses económicos da região (*Idem*: 11-12).

4.1. Importância crescente do turismo cultural

O turismo cultural começou a ganhar uma enorme importância, sobretudo desde os anos 80 do século XX, sendo que hoje é um tema fortemente associado às questões do património. Ao mesmo tempo, o número de visitas aos museus e monumentos nacionais também aumentou de forma muito significativa (*Idem*: 6), o que demonstra que, aos poucos, a sociedade vai tomando consciência da importância do património, da necessidade da sua proteção e salvaguarda para as gerações futuras. Governos de diversos países do mundo, a par com várias ONG'S, começaram a preocupar-se com estas questões, embora numa vertente que nem sempre é benéfica para a preservação do património: a ideia de que todo o património deve ser patente ao público e de acesso livre não se coaduna com todas as especificidades patrimoniais. O certo é que se constitui um direito de todo o ser humano poder usufruir destes espaços, contudo o acesso, na maioria dos casos, não deve ser livre uma vez que isso irá provocar fortes danos no património, a curto e médio prazo. A salvaguarda do património também não deve implicar que esteja totalmente fechado ao público pois todos

temos o direito de conhecer melhor o nosso passado (*Idem*: 7-8). Deve existir sim uma harmonia. Neste aspeto, os próprios governos deveriam intervir diretamente na gestão (não só dos sítios que integram a lista de Património Mundial da UNESCO) de modo a salvaguardar os locais da melhor forma (*Idem*: 9). Apesar da Comissão para o Património Mundial examinar periodicamente o estado de conservação dos locais classificados e a pressão exercida pelos visitantes (*Idem*: 15-16), os governos deveriam garantir que um determinado local classificado não irá sofrer os efeitos nefastos da pressão de um turismo de massas.

Todavia, apesar do maior interesse revelado pelo público sobre as questões do património esse facto traz igualmente preocupações novas como a sobrelotação destes locais. A curto e médio prazo isso poderá modificar completamente os locais patrimoniais, desgastá-los, alterá-los, por vezes expondo-os a atos de vandalismo, retirando-lhes a sua autenticidade e integridade (*Idem*: 7), a exemplo do que se verifica em alguns locais¹²¹. Todo este fenómeno foi tão repentino que os profissionais especializados no património cultural não se encontram preparados para lidar com esta situação (*Idem*: 6-7). O facto do turismo cultural estar, na sua grande maioria, associado ao desenvolvimento económico e benefícios para as populações locais faz com que os profissionais pela gestão do património sejam cada vez menos compreendidos (*Idem*: 12).

4.2. Sistema de visitas

Não existe um sistema de visitas ideal uma vez que cada caso é um caso (*Idem*: 10). Contudo, uma ideia deve subsistir para todos: se existir um afluxo exagerado de visitantes, a um determinado local patrimonial, os processos naturais de erosão irão ser fortemente acelerados colocando não só em risco o património como todo o ecossistema envolvente (*Idem*: 7) uma vez que o seu ambiente vai ser alterado, devido à acumulação de lixo, poeiras, ruído, etc (*Idem*: 12). Existem igualmente fatores gerais que se devem ter em conta tais como a organização da população local, a geologia, a topografia, a fauna e flora, os recursos hídricos, o clima, a cultura e a educação (*Idem*: 10). Tomando como exemplo os espaços de lazer, se estes estiverem muito lotados irão provocar nas pessoas um clima de insatisfação por não conseguirem fruir devidamente do local (*Idem*: 11).

¹²¹A gruta de Lascaux (França) é um bom exemplo que demonstra os efeitos negativos do turismo excessivo. Reveste-se como um dos locais de arte rupestre mais fantástico e importante mas que em 1960 (somente 20 anos após a sua abertura ao público) teve de ser interdita a visitas públicas devido à enorme pressão causada pelos inúmeros visitantes que afluíam ao local, sendo construída uma réplica. Já no caso das grutas de Altamira, PechMerle ou de Cougnac continuaram abertas ao público mas foi reduzido o número diário de visitantes (Fernandes, A. P. B., 2003: 12).

A forma ideal de gerir o acesso de visitantes é entendida de maneiras distintas. Se para alguns (Shackley, 1999 e Boniface, 1995 *apud* Fernandes, A. P. B., 2003: 7) a preocupação com a qualidade do serviço prestado e satisfação dos visitantes se sobrepõe à própria preservação, para outros tudo deve ser pensado em função da conservação do bem (Fernandes, A. P. B., 2003: 7-8). Ainda há outros que defendem que determinados locais se encontrem secretos ou vedados ao público (Jacobs & Gale, 1994; Conway, 1979 *apud* Fernandes, A. P. B., 2003: 12). Destas posições parece existir um consenso de que tudo deve ser perspectivado em função da conservação e valorização do bem mas sem se adotar uma atitude demasiado fechada para com o exterior, pensando-se em formas alternativas de diversificar a oferta de modo a não sobrecarregar o local patrimonial.

A questão que se coloca é como conseguir que a sociedade desfrute do património ao mesmo tempo que se protege (Fernandes, A. P. B., 2003: 8). Esta não é uma questão nada fácil uma vez que vivemos numa sociedade democrática em que não se pode simplesmente proibir o acesso a determinado local. O certo é que muitas vezes esta é a única forma de ele se conservar. Mas será que vale a pena conservar um local que nunca vai poder ser usufruído pelo mundo?

Para que exista um acesso público que agrade a todos é fulcral criar uma estratégia de modo a determinar o número máximo de visitantes (por dia, por mês ou por ano) num determinado local patrimonial, ou seja, determinar qual a aptidão de um determinado local para receber visitantes sem que se altere a qualidade da visita nem que se deteriore o sítio (*Idem*: 9). É igualmente primordial determinar qual o número mínimo de visitantes para que a gestão do local se torne viável (*Idem*: 10). Portanto, é fundamental que um sítio patrimonial disponha de equipamentos e infraestruturas de apoio aos visitantes (restaurante, café, hotel, *Wc's*, parques de estacionamento, entre outros) de forma a proporcionar um melhor acolhimento, mas também se deve saber controlar esse afluxo. Há que ter em conta que estes equipamentos devem ser ajustados e pensados de forma a não retirar a autenticidade do local. No caso do Côa estes equipamentos e estruturas poderiam ser edificados junto do local onde estava a ser construída a barragem uma vez que o mesmo já tem a autenticidade da sua paisagem perdida (*Idem*: 34).

O grande problema é quando estamos perante património cujos detentores são entidades privadas onde é necessário dinheiro para manter a solidez financeira da organização

(*Idem*: 9) e das políticas de preservação do património. Neste caso, corre-se o risco de o património ser usado (e abusado) de forma a obter-se o máximo de lucro possível¹²².

4.2.1. O sistema de visitas do Côa

A maioria dos especialistas da área preferem ser bastante cautelosos ao optarem por uma política de acesso de um número de visitantes baixo, sendo que foi esse o modelo utilizado no Vale do Côa uma vez que as gravuras ao ar livre, em conjunto com as gravuras nas grutas ou abrigos, exigem uma atenção especial devido às suas especificidades (*Idem*: 11, 20). Muitas vezes opta-se por sacrificar uns locais de modo a salvaguardar outros. No caso do Côa, na realidade, somente 3 núcleos de arte rupestre estão abertos ao público (*Idem*: 20-21). O receio da ocorrência de vandalismo está sempre iminente, uma vez que podem desgastar ou alterar as superfícies de arte rupestre. A própria limpeza dos locais, para que fiquem mais fáceis de observar, pode também provocar danos irreversíveis se não for bem efetuada (*Idem*: 12). Em certas ocasiões, mesmo os locais que adotam um sistema de visitas restrito, fecham o sítio a visitas para melhor o poderem estudar como foi o que aconteceu na gruta de Altamira¹²³, em Espanha (Fernandes, A. P. B., 2003: 15).

O facto de, no caso do Côa, ter sido adotado um sistema de visitas restrito também se deve ao facto de só a certas horas do dia se obter uma boa luz solar que permita a melhor observação das gravuras, daí o facto de o número de visitantes ter sido calculado a partir dessa previsão dos períodos do dia mais favoráveis (Francisco, 2008: 57).

Para além de existir a preocupação com o número de visitantes que afluem ao local é imprescindível acompanhá-los ao longo do percurso para se evitarem atos de vandalismo. É neste aspeto que os guias do Côa¹²⁴, que acompanham todas as visitas, e os vigilantes que vigiam o local durante 24 horas são tão importantes. É óbvio que os guias são também

¹²² É o que acontece, por exemplo, em Val Camonica que possui a maior concentração de arte rupestre pós-glacial do Mundo mas onde a maioria dos sítios se encontram completamente desprotegidos e com acesso ilimitado. São várias associações que gerem os sítios o que torna mais difícil uma intervenção. Por dia, na época alta, este sítio arqueológico chega a receber entre 50 a 60 autocarros o que é completamente insensato (Fernandes, A. P. B., 2003: 14).

¹²³ Em 1977, a gruta de Altamira foi encerrada a visitas públicas para se realizarem estudos sobre os fatores que estavam a influenciar a sua conservação. Em 1982 reabriu com um sistema de visitas restrito. Porém, em 2002 voltou a encerrar para visitas públicas por se considerar que existiam riscos para a conservação das pinturas, devido, sobretudo, ao incremento da atividade microbiana no seu interior. Foi efetuado um estudo, somente concluído em 2009, que recomendou o encerramento ao público para uma melhor conservação. Foi declarada em 1985 como Património Mundial da humanidade, pela UNESCO. É gerida pelo Museu Nacional e Centro de Investigação de Altamira (<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ArteAlemCoa&Menu2=Altamira> [acedido em 16-04-2015]).

¹²⁴ Alguns dos jovens estudantes da Escola Secundária de Foz Côa, que lutaram pela causa das gravuras, são hoje guias do PAVC (Jesuino *apud* Gonçalves coord. 2001:237).

importantes noutros aspetos uma vez que estão altamente formados e qualificados para descrever e interpretar as gravuras (em português, inglês e francês), integrando-as no seu contexto histórico, paisagístico e simbólico (Fernandes, A. P. B., 2003: 21-22). A compreensão imediata de muitas figuras torna-se bastante difícil, pelo facto de conterem numerosas sobreposições, daí outra das razões para as visitas só serem autorizadas quando acompanhadas pelos guias que ensinam os visitantes a “aprender a ver antes de olhar”. Para uma maior compreensão são igualmente distribuídos, pelo grupo de visitantes, umas fichas do sítio para que individualmente possam acompanhar a descrição do guia (Zilhão, 2007: 24). Neste aspeto, entende-se a importância dos grupos serem pequenos pois essa abordagem irá proporcionar uma maior compreensão e transmissão de conhecimento.

O Parque dispõe ainda de um programa de visitas especiais para grupos que se desloquem a pé, de bicicleta ou de canoa o que é muito importante para evitar que as pessoas tentem visitar os locais sem autorização pois, desse modo, o risco de vandalização estaria sempre iminente (Zilhão, 2007: 25).

Para complementar todo este sistema de visitas devem ser criadas diversas ações pedagógicas, para ilustrar e sensibilizar para a importância do património em questão, mas também tentar diversificar os destinos do turismo cultural da região criando igualmente estruturas que possam acolher um grande número de visitantes. Poder-se-ia incentivar o contacto dos visitantes com as populações das aldeias através de visitas organizadas uma vez que, para além de permitir uma diversidade de oferta por parte do PAVC, envolveria mais as populações neste processo.

Todas estas ações refletem-se de uma forma mais intensa em outros países uma vez que, por exemplo, nos EUA ou na Austrália as estratégias estão mais orientadas para a rentabilização do local patrimonial (Fernandes, A. P. B., 2003: 13). Na Suécia e Noruega os próprios gestores do património cultural repintam a vermelho as gravuras para que se tornem mais visíveis para os visitantes e para que eles não se sintam tentados a pintá-las (*Idem*: 14). Contudo, esta forma de gerir ou de tentativa de salvaguarda das gravuras constitui-se como um grave problema até porque os próprios técnicos do património estão a contribuir para a total perda de autenticidade das mesmas.

Portanto, desde que o PAVC foi criado surgiram diversas questões ligadas aos impactos que os visitantes poderiam causar. Tentaram, deste modo, criar uma estratégia de modo a potenciar uma harmonia entre as visitas e a conservação (*Idem*: 22), ou seja, procurar um equilíbrio entre a apresentação pública desse património cultural e a sua preservação.

As experiências de conservação de outros locais (Altamira/Santillana del mar: Cantábria, Espanha e Les Eyzies: Périgord, França) inspiraram fortemente a definição estratégica do PAVC. O próprio Parque tem como primeira prioridade o estudo e a conservação da arte rupestre seguido da disponibilização ao público desse mesmo património, tendo-se sempre em conta a sua conservação. A terceira prioridade é a promoção do desenvolvimento económico da região, sendo este o principal ponto de discordância dos agentes locais. Para eles, o desenvolvimento deveria figurar como a primeira prioridade (Zilhão, 2007: 22), esquecendo-se que se não se zelar, primeiramente, pela conservação do património não se pode obter como consequência o tão pretendido desenvolvimento.

Considera-se que o sistema de visitas do Côa assume-se como sendo de acesso restrito não só porque existem limites máximos de visitas diárias (8 por grupo¹²⁵) mas porque também somente 3 núcleos¹²⁶ se encontram abertos a visitas públicas. As próprias visitas devem ser marcadas com a devida antecedência, no caso de se tratar de grupos muito numerosos, sendo que este sistema também é aconselhado no caso da visita por parte de particulares. Durante a visita também são várias as restrições (bastante normais): é proibido fumar, tocar nas gravuras, colher vegetação, transportar animais e, por motivos de segurança, é proibido transportar nos jipes crianças com menos de 3 anos (Fernandes, A. P. B., 2003: 22). As visitas foram organizadas de modo a que os diferentes grupos não se cruzem sendo que os 3 núcleos recebem visitas às horas do dia mais favoráveis em termos de visibilidade (luz natural) para a perceção das gravuras por parte dos visitantes. Deste modo o sítio da Canada do Inferno está aberto somente durante a manhã e o sítio da Penascosa durante a tarde. Já o núcleo da Ribeira de Piscos encontra-se aberto durante todo o dia (*Idem*: 22).

Este sistema é o mais indicado não só pela natureza, bastante delicada, do património (gravuras rupestres) mas também pela própria paisagem. Tudo isto foi pensado em função do número de horas de iluminação de cada local, da duração das viagens dos centros de receção até aos núcleos de arte rupestre, da duração da visita e, claro dos horários dos trabalhadores (Zilhão, 2007: 23, 25). É uma visita que se torna especial pois é muito pensada no melhor usufruto do visitante.

¹²⁵ O facto de o grupo ser relativamente pequeno permite que os guias consigam transmitir melhor a sua mensagem contribuindo, deste modo, para o aumento do grau de satisfação dos visitantes. Quanto aos limites diários o núcleo da Penascosa pode receber 48 visitantes (ou 52 no caso de grupos escolares) enquanto os restantes núcleos visitáveis têm como limite 32 visitantes (Fernandes, A. P. B., 2003: 22).

¹²⁶ Em Vila Nova de Foz Côa, o sítio da Canada do Inferno, em Muxagata, a Ribeira de Piscos e, em Castelo Melhor, o sítio da Penascosa. Foram selecionados estes conjuntos pelas suas dimensões mas também pela grande qualidade das gravuras e do seu fantástico enquadramento paisagístico (Zilhão, 2007: 23). Mais tarde, e de forma excecional e sazonal, foi inserida nos circuitos a visita ao sítio de Fariseu, no âmbito das “visitas Todo-o-Terreno” (APDARC, coord., 2011: 35).

Considera-se este o modelo de visitas mais ajustado ao local. Se o local tivesse de ser totalmente vedado ao público, devido aos efeitos negativos provocados pelos visitantes, aí, sim, seria uma enorme perda para as gerações futuras que não iriam ter a excelente oportunidade de conhecer algo tão extraordinário.

4.2.2. Cursos de formação

O PAVC levou a cabo diversos cursos de formação, apoiados e reconhecidos oficialmente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, não só para melhor preparar os guias como também para se dispor de profissionais para contactar com as agências de viagens e empresas locais e regionais de turismo (“turismo de aventura”¹²⁷), que se têm vindo a desenvolver na região com o objetivo de explorar o potencial económico do património histórico e arqueológico do Douro Superior (Zilhão, 2007: 24). O curso de formação tem a duração de 9 meses e inclui noções de Pré-História, Proto-História, Paleolítico, Arqueologia, Arte Rupestre e Património Natural. Foram igualmente realizadas diversas ações de formação específicas sobre filosofia, objetivos e ações do Programa de Conservação. Inicialmente estas ações foram ministradas por Mário Varela Gomes e António Martinho Baptista sendo que, mais tarde, foram ministradas pelo CNART (Fernandes, A. P. B., 2004: 32-33). Ora, todas estas ações revestem-se de enorme importância para que os guias possuam as ferramentas necessárias não só para informar devidamente o público como para consciencializar para as questões ligadas à defesa do património.

Em parceria não só com a Delegação Regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional mas também com a empresa de formação de recursos humanos “Setepés”¹²⁸ foram realizados outros cursos¹²⁹ nomeadamente o de técnicas de arqueologia experimental, o primeiro realizado em Portugal. Também se realizaram formações nas áreas da olaria tradicional (devido ao facto de se localizarem, no Parque, antigos centros oleiros) e cerâmica, empreendedorismo cultural e gastronomia local. Neste caso, realizou-se o curso de *Gourmets* locais (Fernandes, A. P. B., et al., 2008: 9), que contou com duas edições e esteve direcionado para proprietários de cafés e restaurantes, de modo a permitir-lhes adaptar a todas as necessidades dos turistas sem, contudo, nunca abandonarem a gastronomia local (Fernandes,

¹²⁷ Destaque para a empresa “Ravinas do Côa”.

¹²⁸ Esta empresa integrou a 2ª Mostra de Boas Práticas que foi promovido pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu. Foi destacado o projeto realizado em parceria com o PAVC: “Qualificar o Côa” (Fernandes, S., 2008: 99).

¹²⁹ Tal situação verificou-se sobretudo até 2007 uma vez que, com o passar dos anos o financiamento foi diminuindo.

S., 2008: 79-80). Tudo isto demonstra a preocupação do Parque não só em formar profissionais nas áreas ligadas ao património como também o de fornecer competências várias para a criação de emprego e criação de novos negócios. Observa-se igualmente a intenção de valorizar as tradições da região, reavivando-as. A maioria destes cursos foram financiados pelos fundos comunitários. Neste contexto foram realizados diversos fóruns: fórum sobre Valorização e Promoção do Património Regional e o fórum de Serviços Educativos no Côa. Foi igualmente realizado em Pinhel o Curso de Empreendedores de Eventos para Valorização do Património Cultural do Vale do Côa (Fernandes, S. 2008: 79).

A própria Associação de Freixo de Numão demonstrou esta mesma preocupação ao ter criado diversas formações: minicursos de guias turístico, curso de concentrado de frutas e compotas, entre outros. Deste modo, as populações locais dispõem de formações para poderem criar os seus próprios produtos proporcionando não só o seu próprio desenvolvimento como também da região (Idem: 80).

4.2.3. Reações ao sistema de visitas do Côa e ao PAVC

Esta forma de gestão, no geral, e das visitas em particular, apesar de receber diversas críticas por parte das populações locais e de outras entidades nacionais também recebeu fortes elogios, sobretudo por parte dos especialistas (Fernandes, A. P. B., 2003: 27). Uma das críticas foi a seguinte: “O limite actual de visitas é demasiado restritivo e não se justifica sendo uma área ao ar livre.” (Fossati, 2001 *apud* Fernandes, A. P. B., 2003: 28). Diversos especialistas em arte rupestre teceram fortes elogios ao sistema implantado no Côa pois consideram que foram cumpridos, com sucesso, os objetivos da preservação e acesso público. Nicholas Stanley-Price (antigo diretor do ICCROM – um Organismo da UNESCO para a conservação do património cultural mundial) afirmou, em 1996, o seguinte:

“O novo Parque Arqueológico do Vale do Côa é extremamente impressionante, nomeadamente no seu planeamento, funcionamento e na rapidez com que a proposta de criação do Parque foi implementada. O sistema de reserva e de visita guiada aparentemente funciona bem e foram tomadas as medidas que assegurem uma boa experiência de visita” (Stanley-Price, 1996, p.2: *apud* Fernandes, A. P. B., 2003: 23).

Já em 1999, um grande especialista em arte rupestre, Paul Bahn, afirmou que ficou “muito impressionado com a rapidez e a qualidade do que aqui se fez. É um exemplo extremamente importante e impressionante a nível mundial” (Fernandes, A. P. B., 2003: 23). Em 2001, Ulf Bertilsson (antigo presidente da Comissão de Arte Rupestre do ICOMOS)

mostrou-se “muito impressionado com o trabalho que está a ser desenvolvido no Côa” (*Idem*: 23). O mesmo aconteceu com um casal de Aborígenes Australianos que visitou o Côa em 1999, tendo declarado: “o parque está muito bem organizado, existem regras muito fortes e os visitantes são guiados por pessoas que percebem o que mostram. Esta é uma boa maneira de tomar conta de um Parque” (*Idem*: 23).

Os próprios visitantes do Parque mostram-se bastante satisfeitos perante este modelo de gestão. Foram realizados diversos inquéritos a visitantes que provam a afirmação anterior.

Entre 16 de julho de 1998 e 20 de agosto, do mesmo ano, foi realizado um inquérito pela empresa comercial *Euroexpansão* a 366 visitantes tendo sido promovido por Lima e Reis onde foi possível determinar o perfil sociológico dos visitantes (Lima & Reis, 2001: 148).

Ainda no decorrer do ano de 1998, nomeadamente entre os meses de outubro e novembro, foi realizado outro inquérito (Figueiredo & Martins, 2001: 2) a cerca de 798 pessoas (entre entidades políticas, associações, agentes económicos e população em geral). É interessante referir que as diversas entidades políticas e agentes económicos, mesmo apesar de algumas afirmarem que a barragem traria mais desenvolvimento, admitem a contribuição do PAVC para o desenvolvimento, sobretudo económico, da região¹³⁰ (*Idem*: 12). As freguesias mais distantes do PAVC são as que se manifestam mais positivas e expetantes uma vez que não viram ser encerrados diversos caminhos públicos ou limitado o seu acesso. As diversas associações inquiridas partilham da mesma opinião pois esperam que sejam potenciadas mais atividades culturais e económicas, ansiando a visita de mais turistas, mas também a criação de emprego com o intuito de fixar os jovens na região (Figueiredo & Martins, 2001: 9).

Dentro do leque da população em geral, são aqueles que apresentam poucas ou nenhuma qualificações (sobretudo operários não qualificados e agricultores independentes) que discordam com a criação do PAVC (*Idem*: 11). Vários inquiridos manifestaram vontade de colaborar com o PAVC sobretudo os mais jovens e os que manifestam opiniões mais positivas em relação ao mesmo (*Idem*: 13), embora de formas distintas: através da promoção de produtos locais, presença de representantes dos presidentes de junta da região na direção ou outros órgãos do Parque, recorrendo a um representante dos comerciantes na direção do PAVC aplicando-se o mesmo no caso das associações, que também se mostraram disponíveis a colaborar na organização de diversas atividades e/ou estabelecimento de parcerias. A população no geral, também manifestou essa disponibilidade: alguns gostariam de participar em reuniões periódicas e de ser consultados em diversas decisões sobre o futuro da região

¹³⁰ Dos 798 inquiridos somente 3 referem que o PAVC poderá contribuir “para o desenvolvimento da área porque se destina a proteger um valor cultural único no mundo” (Figueiredo & Martins, 2001: 12).

(*Idem*: 17-18). 94,1 %, dos inquiridos, revela que é importante que o Parque tenha em conta a sua opinião, o que demonstra a consciencialização para a importância da participação neste processo enquanto detentores de um conhecimento sobre a sua região e as suas respetivas necessidades (*Idem*: 13).

Têm plena consciência de que deveriam ter sido logo consultados com o desencadear da polémica e melhor informados sobre o Parque e os seus objetivos (*Idem*: 15). Como se tem vindo a referir, este ponto foi fulcral para o desenvolvimento de todo o processo, uma vez que até as pessoas menos instruídas tomaram consciência desta situação, consciência essa que deveria ter sido tomada antes pelos próprios gestores do PAVC.

Em 2002, nomeadamente entre os meses de junho e julho, foi também realizado um inquérito que abrangeu cerca de 100 pessoas, o que nem representa 1% dos visitantes do Parque (Fernandes, A. P. B., 2003: 39). Ambos os inquéritos (os dois últimos citados) apresentam diversas semelhanças tendo permitido concluir que o Parque é visitado maioritariamente por jovens com formação superior, provenientes dos grandes centros urbanos do nosso país imbuídos de um forte hábito em visitar monumentos e museus o que explica o facto de 70% dos inquiridos identificar corretamente, ainda antes de efetuar a visita, o período cronológico das gravuras (Zilhão, 2007: 26). É de destacar, como seria de prever, que foi este o grupo de indivíduos que defendeu mais fortemente a preservação das gravuras, em detrimento da construção da barragem. É possível também concluir, através da análise destes inquéritos, que as populações locais não atribuem grande importância a estas gravuras o que pode estar relacionado com o seu nível de escolaridade mais baixo. Outro dado interessante foi que enquanto o número de visitantes estrangeiros foi aumentando consideravelmente (se em 1996/1997 429 visitaram o local, em 2001 o número cresceu para 2763) o número de visitantes locais foi diminuindo progressivamente (Fernandes, A. P. B., 2003: 39).

O primeiro inquérito realizado em 1998 revelou outros dados bastante interessantes (Lima & Reis, 2001):

- 77,3% dos inquiridos estavam dispostos a pagar mais impostos de modo a contribuir para a preservação do património cultural (*Idem*: 156).

- 82% concordam que os “ monumentos históricos sejam conservados mesmo que isso vá contra o desenvolvimento de certas atividades económicas” (*Idem*).

A própria noção, recente, de que a cultura pode proporcionar uma rentabilidade económica contribuiu para esta maior defesa do património, sobretudo por parte de certos organismos e instituições.

- 92% atribuem muita importância a “um lugar pré-histórico” (*Idem*: 157).

- 42,9% assinalam que a visita de lugares históricos é “uma forma de compreender o comportamento das pessoas no passado, reconstruindo os quadros de vida e pensamento do período em que viveram” (*Idem*: 159). Para 24,9% significa “uma forma de aprender a reconhecer e a valorizar as nossas tradições e as características do povo que somos” (*Idem*). Já para 14,5% “é uma possibilidade de conhecer modos de vida passados que constituem um ensinamento para o futuro”. 10,9% referem que a visita é “uma forma agradável de aprender história” (*Idem*). 6% indicam que é “uma forma de aprender a valorizar a preservação de ruínas históricas e das construções antigas” (*Idem*).

Estes resultados podem dever-se, em parte, ao facto do caso do Côa atingir o seu auge de mediatismo/polémica mais ou menos por esta altura. É ainda importante mencionar que 70,7% referem que o Parque poderia desenvolver mais atividades para a divulgação do património: mais documentários, organização de visitas a outros monumentos da região, entre outros (*Idem*: 153). Tudo isto demonstra que as pessoas estão recetivas em saber e conhecer mais sobre este património e outros sítios existentes na região de valor semelhante, sendo que também estão plenamente conscientes da importância do mesmo. Consideram ainda que a responsabilidade de gerir o património é não só do governo e das Câmaras (46,4%) como também da própria sociedade civil: 53,5% distribuídos pelos mecenas, *media*, organismos internacionais, associações e grupos de cidadãos e especialistas ligados à conservação e divulgação do património (*Idem*: 160).

O inquérito de 2002 foi realizado logo após a visita dos inquiridos o que pode ter influenciado, em parte, as respostas pelo facto de estarem fortemente impressionados com a paisagem e a importância dos achados. Contudo, os valores são muito semelhantes ao inquérito anterior. 96% dos visitantes classificaram a visita como boa ou muito boa, o que é bastante positivo, e 93% consideram que a arte rupestre deve ser preservada (Fernandes, A. P. B., 2003: 26), o que significa que o PAVC está a saber transmitir a mensagem da melhor forma. 72% dos inquiridos estavam empregados, 19% estudantes e somente 9% desempregados ou reformados (*Idem*: 40). Pensa-se que atualmente estes últimos resultados seriam um pouco diferentes. Um dado importante, neste contexto, é que 96% dos inquiridos consideraram que se o sistema de visitas permitisse um maior número de visitantes iria ter um impacto negativo na qualidade da visita (*Idem*: 42).

Ainda em outubro de 1997 foi igualmente realizado um estudo de mercado em Portugal e Espanha por parte da empresa *Sigma 2* (Zilhão, 2007: 26). Este estudo foi encomendado pelos promotores de um projeto de parque temático sobre arte paleolítica, que

se estava a desenvolver no Vale do Côa, tendo como principal objetivo saber a opinião da sociedade, no geral, acerca do Parque Arqueológico. Também este estudo, tal como os inquéritos referidos anteriormente, revelaram dados interessantes: 43% dos inquiridos manifestaram-se de acordo com o cancelamento da construção da barragem sendo ainda de realçar que de uma escala de 1 a 5, no que diz respeito à importância da descoberta das gravuras do Côa, os portugueses classificaram em 4,03 e os espanhóis 4,17 (*Idem*).

Estas opiniões foram-se alterando, sobretudo durante o “auge do conflito” até porque se, numa sondagem realizada pela revista *Visão*, em junho de 1995, 50% estavam contra o cancelamento da construção da barragem e 30% a favor das gravuras, em janeiro de 1996, numa sondagem divulgada num programa televisivo “Viva a liberdade”, 28% eram a favor do cancelamento da construção da barragem e 39% contra (*Idem*: 26-27). Os dados de junho de 1995 são perfeitamente justificáveis uma vez que surgiram no contexto de divulgação, por parte da EDP, dos resultados da “sua avaliação” cronológica às gravuras, cujas conclusões retirava-lhes muita da sua importância (*Idem*: 27). Estes resultados criaram uma agitação social tal que nem os estudos apresentados no Congresso Mundial de Arte Rupestre, realizado em Turim (Itália) entre 30 de agosto e 6 de setembro de 1995, onde João Zilhão apresentou os argumentos que provavam a cronologia Paleolítica das gravuras, serviram para acalmar a comunicação social não tendo sido muito relevantes para a mudança de opinião da sociedade em geral (*Idem*: 27). O caso das datações do Côa desempenhou o papel principal neste Congresso onde foi atestado que as gravuras sem o seu contexto paisagístico não tinham sentido. João Zilhão explicou que as datações diretas são ótimas no caso de pinturas uma vez que ao extrair esse pigmento orgânico é possível datá-lo, partindo-se do princípio de que esse pigmento foi executado ao mesmo tempo que a pintura. No caso do Côa foram datados elementos orgânicos que ficaram “presos” nas rochas gravadas o que, como é óbvio pode ter acontecido, por exemplo, há cem anos atrás. Todas essas datações deveriam de ser confirmadas com escavações arqueológicas (Dossier Côa, 1995: 724).

As populações e entidades locais apreendiam o PAVC num sentido industrialista de desenvolvimento, pois acreditavam que iria proporcionar a construção de autoestradas e a criação de inúmeros empregos¹³¹, portanto a avaliação feita deste modelo revelou-se bastante negativa (Fernandes, A. P. B.; 2003: 27). Criticam sobretudo o modelo de gestão de visitas que consideram insuficiente para poder desenvolver verdadeiramente a região. Defendiam a

¹³¹ Direta e indiretamente foram criados cerca de 50 empregos (guias, segurança, pessoal administrativo, etc.) sendo, na sua grande maioria, habitantes locais o que contribuiu para a fixação de jovens (Fernandes, A. P. B., 2003: 33).

ideia de, nos meses de verão, o local poder receber mais visitantes. Tal hipótese não foi considerada tecnicamente viável (*Idem*: 34) apesar de já ter ocorrido um ajuste (Fernandes, A. P. B., 2013: 87). Em alternativa podem ser criadas mais atividades culturais e diversificar-se a oferta com a criação de infraestruturas de apoio. Por exemplo, o antigo Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa (Eng. Sotero Ribeiro) declarou que esse esquema de visitas não servia os interesses do concelho (Fernandes, A. P. B.; 2003: 28) e que deveriam de ser abertos mais locais ao público e serem “sacrificados” outros recebendo, deste modo, mais visitantes. O autarca afirmava ainda o seguinte: “(...)no que se refere a Estradas Nacionais e passados que são cinco anos sobre as grandes expectativas geradas pela descoberta das gravuras e da criação do PROCÔA posso dizer que estamos a zero.” (*Idem*: 30). O facto é que foram criadas muitas expectativas com a criação do PAVC e nem todas as promessas foram cumpridas, ou só o foram tardiamente. Tal situação verificou-se com o caso da construção do Museu e com os investimentos anunciados pelo governo para a região.

O desenvolvimento da região não pode ser conseguido à custa do “sacrifício” de um património tão importante pois se assim fosse ele iria perder completamente a sua autenticidade e até ficar destruído, no seu todo, de forma irrecuperável.

No início do processo, quando o local ainda não estava plenamente protegido, sucederam alguns episódios de vandalismo pelo que atualmente não se pode correr de novo o risco que semelhante situação volte a suceder (*Idem*: 28-29). Mesmo depois do sistema ter sido implementado ocorreu um infeliz incidente de vandalismo na Rocha nº17 da Penascosa (*Idem*: 30).

Apesar do contentamento geral em relação à gestão do Parque, nomeadamente no que diz respeito aos especialistas em conservação em gestão¹³², continua a aumentar a pressão para que o sistema de visitas não seja de acesso restrito. Esta pressão tem-se adensado sobretudo desde março de 2002 devido à mudança de governo¹³³. A própria administração local continua a fazer promessas nesse sentido e muitos populares continuam a pedir um melhoramento das estradas, de modo a permitir um fácil acesso, mas também o aumento do número de visitantes diários sem qualquer tipo de restrição (Zilhão, 2007: 27-28).

¹³² Foram diversas as visitas de especialistas ao local, de modo a fornecerem a sua opinião, em que se destacam as duas comissões de peritos internacionais em 1997, a visita do Comité do Património Mundial da UNESCO em 1997 e 1998 e a reunião internacional de gestores dos sítios de arte rupestre na lista do património mundial que se realizou em 1999 em Vila Nova de Foz Côa (Zilhão, 2007: 27).

¹³³ As eleições realizaram-se dia 17 de março de 2002 sendo que o governo constitucional passou a ser constituído pelo Partido Social Democrata e o Partido Popular (<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/tomada-de-posse/tomada-de-posse-do-xv-governo-constitucional.aspx> [acedido em 3-04-2015]).

Atualmente, o PAVC realiza visitas guiadas aos locais com gravuras paleolíticas sendo que os turistas ficam com um decalque das gravuras para além de terem acesso a cartazes, brochuras e folhetos explicativos sobre o local. Para o público não científico existe uma série de produtos tais como camisolas, entre outros objetos, que o visitante pode adquirir. Todo o caminho percorrido até ao local permite ao turista envolver-se com a paisagem (Xavier, 2000: 117). É um autêntico museu *in situ*, em que as gravuras se estendem, pelo menos, por 17/20 km junto do rio, ao longo dos últimos km do seu percurso (*Idem*: 119), sendo que também existe, desde 30 de julho de 2010, o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa.

Perto da aldeia de Castelo Melhor encontra-se o Monte do Arcanjo São Gabriel que também é referido nos roteiros turísticos, uma vez que se trata de uma formação natural que se encontra associada à arte rupestre (*Idem*: 120).

São efetuadas diversas exposições, visitas (que requerem marcação prévia) tanto noturnas como diurnas e transmitidos diversos documentários que se revestem de enorme importância.

Em suma, é imprescindível que os fatores económicos não sejam os únicos a influenciar a decisão do modelo ideal de visitas uma vez que isso iria provocar impactos, muito negativos, a médio e a longo prazo. De facto, o modelo implantado no Côa é o mais favorável à preservação do património. Contudo, crê-se que os grupos de visitas poderiam ser alargados, isto é, o número máximo de indivíduos por grupo manter-se-ia igual mas poderiam ser admitidos mais grupos por dia. Deste modo, os visitantes seriam transportados até aos locais onde estaria já o guia à espera. Nenhum grupo se poderia cruzar mas poderiam alargar mais o sistema apesar de continuar a ser restrito. Porém, ao analisar o número de visitantes anuais¹³⁴, observa-se que nunca foram atingidos os números máximos o que pode significar a falta de procura ou a existência de demasiadas restrições resultantes da marcação prévia das visitas. Tudo isto significa que se o acesso fosse livre não iria ter como consequência um aumento significativo de visitantes. Iria propiciar que atos de vandalismo pudessem ocorrer.

¹³⁴ A título de exemplo, em 2004 visitaram o local 13207 pessoas, em 2005 12260 e em 2006 estiveram no local 11888 visitantes (Francisco, 2008: 57). Já em 2007 verificou-se um aumento significativo (15372) mas em 2012 o número foi somente de 5754 (Fernandes, A. P. B., 2013: 88) tendo-se registado uma enorme quebra na procura. Esta quebra pode estar relacionada com a diminuição do número de guias uma vez que, se em 1996 existiam 16, em 2011 o número desceu para 7, logo surgiu uma menor disponibilidade em termos de recursos humanos para efetuar as visitas situação esta que ainda se tornou mais grave após a inauguração do Museu do Côa uma vez que os mesmos guias tiveram de passar a acolher os serviços do respetivo Museu. Em 2012 já foram contratados, pela Fundação Côa Parque, mais 4 guias de modo a colmatar a situação (*Idem*: 89).

4.2.4. O caso de Mazouco

É importante referir-se o caso de Mazouco, a cerca de 25 km do Côa, mas que não possui qualquer estratégia de gestão. O facto é que na altura da sua descoberta (1981), mesmo que se encontrasse ameaçado, a opinião pública não estaria ainda consciencializada para estas questões até porque quando em 1984 foi construída a barragem do Pocinho (próxima da Foz do Côa) que inundou um núcleo de arte rupestre, mais tarde identificado como pertencente à mesma tradição de arte rupestre do Côa, ninguém se manifestou contra esta situação (Fernandes, A. P. B.; 2003: 24). De facto, quando este local foi descoberto as políticas de património cultural eram completamente diferentes e tinham outras prioridades pelo que a gestão deste local revelou-se insuficiente, apesar de em 1982 o IPPAR o ter classificado como Imóvel de Interesse Público (*Idem*: 24). Toda esta situação levou à não implementação de qualquer medida de valorização e proteção do sítio tornando-o de livre acesso, sem qualquer tipo de controlo e restrição. Tudo isto acarretou fortes impactos negativos (*Idem*: 24-25) e é de lamentar que, mesmo atualmente, o local não mereça outro tipo de atenção. Outro erro foi o facto de a Junta de Freguesia local ter alcatroado, entre 1999 e 2000, a estrada que dá acesso às gravuras, tornando este local de mais fácil acesso e, portanto, mais propício e desprotegido face aos atos de vandalismo (*Idem*: 25). O próprio antigo presidente da Junta de Freguesia de Mazouco (Armando Lopes) declarou que o facto de existir ou não acesso livre ao sítio arqueológico é irrelevante para o desenvolvimento da zona até porque os visitantes não param na aldeia (*Idem*: 33). Isso significa que quando uma determinada opção não tem como consequência direta as vantagens financeiras é completamente abandonada? Infelizmente esta é uma triste realidade que se vive em diversas situações. Contudo, se o local fosse melhor gerido e programado poderia até trazer diversas vantagens para a freguesia mas o sedentarismo, a espera do lucro sem se pensar e/ou sem se desenvolver qualquer tipo de atividade é sempre mais forte do que a iniciativa, o investimento. É um caso triste de abandono e um exemplo de que quando existe livre acesso, sem qualquer tipo de monitorização, o local fica completamente livre para os atos de vandalismo.

4.2.5. Formas de promover a região sem colocar em risco o bem patrimonial

Existem diversas formas de utilizar os achados do Côa para promover a região, sem colocar em causa a sua preservação. Exemplo disso foi a iniciativa da Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa, que a partir do momento em que colocou a arte rupestre nos rótulos

dos seus produtos, mas também nos nomes dos seus vinhos¹³⁵, obteve um assinalável acréscimo de vendas. Outro exemplo foi o de uma quinta produtora de vinho do Porto, que pertence a um grupo multinacional francês, e que criou um pequeno museu onde surge a interpretação de um pequeno sítio romano, que existe na propriedade, mas que também ilustra o ciclo de produção do vinho (Fernandes, A. P. B., 2003: 32).

Diversas albergarias, restaurantes e táxis começaram a utilizar como logótipos imagens de gravuras, tal como passaram a figurar nos cartazes turísticos. Certos restaurantes foram bastante criativos, criando receitas originais como a sopa paleolítica, por exemplo (Fernandes, S., 2008: 96). Tudo isto traz mais-valias para ambas as partes. Para além de ser um *marketing* muito bem pensado, também demonstra que estas mesmas entidades se encontram familiarizadas com esta arte. Mesmo algumas empresas fora do concelho recorreram a esta técnica de *marketing*. Portanto, a introdução de elementos de carácter cultural nestes produtos torna-os únicos, originais e com outra qualidade, pelo que podem competir muito melhor no mercado (*Idem*: 33). A própria imagem de marca do Concelho de Vila Nova de Foz Côa deixou de ser o javali Jabardolas para ser o Auroque da Rocha 3 da Penascosa. Se outrora o *slogan* municipal era a “Capital da Amendoeira em Flor”, ele passou a ser “Um Concelho, dois Patrimónios Mundiais” (Fernandes, A. P. B., et al., 2008: 4). O próprio “símbolo” da região, para além da amendoeira em flor e do vinho, passou igualmente a integrar as gravuras, formando uma unidade (que pode observar-se no próprio autocarro municipal ou nos contentores do lixo, por exemplo). Até mesmo os bombeiros do concelho adotaram as gravuras como o seu logótipo o que demonstra a familiarização com este património uma vez que, neste caso, esta ação não irá trazer qualquer tipo de benefício (Fernandes, S., 2008: 95).

4.3. Problemas e experiências de conservação da Arte Rupestre do PAVC

As experiências de conservação realizadas no PAVC deram origem a estudos importantíssimos sendo mesmo considerados, por vários investigadores nacionais e internacionais, como um modelo a seguir no futuro. Foram considerados pioneiros nestes estudos, em vários aspetos, o que merece fortes elogios pela capacidade de inovação. O Parque tem abordado e caracterizado eficazmente os agentes antrópicos, o que é considerado

¹³⁵ Destaque para os vinhos “arte do côa”, “ouro côa” e o “paleolítico” (Amaro, *apud* Gonçalves, coord., 2001: 211).

por muitos como um dos grandes sucessos do mesmo (Rodrigues, 2006: 114). Importa pois abordar, neste contexto, algumas experiências positivas.

4.3.1. Programa de conservação do PAVC

Foi elaborado um programa de conservação pelo PAVC em parceria com o Instituto de Ambiente e Desenvolvimento (IDAD), da Universidade de Aveiro, tendo como objetivo a integração no seguinte documento: “Proposta de Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa” uma vez que a Lei do património cultural assim o exigia para a criação do referido Parque (Fernandes, A. P. B., 2004: 19). Este mesmo programa passou por diversas fases: um registo documental recorrendo também à fotografia digital; uma monitorização de forma a acompanhar a evolução do estado de conservação dos afloramentos; uma avaliação por parte de peritos nacionais e internacionais de modo a interpretarem-se todos os dados recolhidos. Foi igualmente efetuado um levantamento estereofotogramético que permite não só criar um registo tridimensional como fornece dados para a criação de réplicas exatas, que podem ser muito úteis não só em termos didáticos como para a produção de *merchandising* (Fernandes, A. P. B., 2004). Neste contexto, foi estabelecido um protocolo entre o CNART e o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) para a produção de modelos numéricos tridimensionais de alguns dos painéis gravados. Com toda esta informação foi criada uma base de dados (*Idem*: 22). Claro que anteriormente à realização de todas estas etapas foi necessária a realização de estudos prévios para que se pudessem apresentar propostas de conservação concretas e fundamentadas, aplicadas caso a caso (*Idem*: 23).

No âmbito da colaboração que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) tem prestado ao PAVC, em questões ligadas à conservação de afloramentos gravados, foi sugerido pela primeira entidade (Rodrigues, 2006: 114)¹³⁶ a realização de algumas intervenções-piloto de conservação em rochas, que não possuem gravuras. Pretendia-se com isso avaliar o estado de conservação e a realização de um estudo intensivo com vista à sua posterior aplicação em rochas gravadas. O PAVC aceitou o desafio e, deste modo, entrou em contacto com empresas detentoras de experiência na área da conservação e restauro para realizarem os ditos trabalhos (Rodrigues, 2006: 114). Foram escolhidas as seguintes empresas de conservação em pedra, especializadas em intervenções de conservação de fachadas ou paramentos de monumentos históricos: *Compósito, Nova Conservação e In Situ* (Conservação

¹³⁶ Mais concretamente por José Delgado Rodrigues que para além de ser geólogo do LNEC também é consultor do Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa em questões de conservação (Fernandes, A. P. B., 2006a: 5),

de Bens Culturais, Lda.) que dispuseram de total liberdade de abordagem e execução (Fernandes, A. P. B., 2006a: 5). A primeira ficou responsável pelo núcleo da Canada do Inferno tendo como técnico responsável Luís Machado. A empresa *Nova Conservação* ficou encarregue do núcleo de arte rupestre da Ribeira de Piscos e contou com os técnicos Nuno Proença e Paula Coghi. Por fim, a empresa *In Situ* ficou responsável pelo Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa (*Idem*: 7). O facto de as equipas integrarem técnicos de diversas áreas permitiu um estudo mais abrangente dos núcleos.

O convite às empresas já havia sido feito em 2001 por parte de Fernando Maia Pinto (na altura diretor do PAVC) e António Batarda (arqueólogo do PAVC). Contudo, este mesmo projeto só avançou em meados de 2003 sendo que a reunião, entre todos, somente se realizou em fevereiro de 2004 (Raposo & Proença, 2006: 81).

Em todos os núcleos foi analisada uma rocha-tipo sem gravuras mas que apresentava semelhanças com as rochas gravadas (Fernandes, A. P. B., 2006a: 7). Os ditos trabalhos tiveram lugar durante os anos de 2004 e 2005 sendo que os resultados e suas problemáticas foram apresentados em maio de 2006 na Sessão “A arte da conservação (Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre)”, enquadrada no âmbito do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior realizado no município de Vila Nova de Foz Côa (*Idem*: 5).

É de realçar o facto de o LNEC ter acompanhado ativamente todo este projeto tendo prestado um forte apoio às firmas, acima citadas, não só no início do processo, apresentando todos os problemas e objetivos da intervenção, como também na análise dos resultados dessa mesma experiência (Rodrigues, 2006: 114). Um dos principais objetivos desta intervenção era tentar detetar as patologias existentes e de seguida evitar que elas progredissem para que não afetassem as rochas e conseqüentemente as gravuras (Machado, 2006: 29). Pretendia-se, deste modo, garantir uma maior estabilidade das rochas através da procura de soluções que poderiam ser aplicados no futuro. Eram poucos os estudos a nível nacional em termos da conservação em xisto, daí a necessidade e a inovação deste projeto (Rodrigues, 2006: 114). Em termos internacionais destacava-se já a Comunidade Valenciana com bastantes estudos e testes nesta área da conservação (Carrera, 2006: 132).

Qualquer abordagem de conservação requer um estudo prévio através de fotografias, documentos, relatórios e gráficos, de modo a obter-se a maior informação possível do local a salvar, sendo que esta foi uma das razões do sucesso deste projeto de conservação relativamente a outros realizados anteriormente, geralmente menos completos (Rodrigues, 2006: 118). No futuro torna-se necessário a existência de uma “ficha de apresentação” ou

“carta de riscos” de cada rocha gravada de modo a que se proceda a uma melhor monitorização até porque cada situação merece uma abordagem distinta. Nessa ficha deverão constar quais as prioridades de cada caso, ou seja, se necessita de ações imediatas, preventivas (somente para controlar os agentes intrusivos), de manutenção ou diretas de prevenção (Carrera, 2006: 135).

4.3.1.1. Resultados do estudo realizado

Deste exaustivo estudo foi possível concluir que o grande problema que se coloca em termos de conservação é a instabilidade das vertentes que aliado à força da gravidade, à pluviosidade e à ocorrência de sismos, contribuem para que fragmentos de pequenas ou grandes dimensões deslizem pela encosta (Fernandes, A. P. B., 2006a: 6). Esta instabilidade pode ser provocada igualmente pela ação da vegetação, nomeadamente pelas raízes, pelo gelo e degelo e as temperaturas elevadas mas como estes fatores, neste caso concreto, não causam grande instabilidade ainda não se prevê que afete gravemente as rochas sendo somente aconselhável uma permanente monitorização para que se possa diagnosticar algum problema intervindo de forma imediata de modo a que o mesmo não se agrave (Llera, Marques, Rodrigues & Catita, 2006: 54).

A erosão é outro fator a ter em conta, agravado pela pluviosidade. Mesmo apesar de a região possuir um regime pluviométrico moderado, a água vai agravar o ritmo da erosão afetando as fraturas já existentes. O facto de alguns afloramentos se localizarem em leito de cheia é igualmente preocupante pois provoca e/ou contribui para a sua instabilidade (Fernandes, A. P. B., 2006a: 7). A circulação e/ou retenção de água nas rochas traz algumas consequências uma vez que propiciam o surgimento de plantas, nas fendas das rochas, mas também transportam diversos materiais (terra, por exemplo), proporcionando a acumulação de bastante sujidade nas rochas o que posteriormente requer uma limpeza (Machado, 2006: 30).

A instabilidade do próprio solo superficial constitui-se igualmente como uma preocupação daí que o sistema de visitas seja bastante restrito pois não se pode “sobrecarregar” o solo, bastante frágil, com o pisoteio diário, nem transitar fora do circuito estabelecido (Rodrigues, 2006: 117).

Não foi considerada a hipótese de intervenção nas rochas gravadas uma vez que não se observaram patologias (os afloramentos encontram-se estáveis) que pudessem colocar em

risco a perda de gravuras a curto, médio e longo prazo. Deve-se, no entanto, realizar mais testes e estudos (Machado, 2006: 29).

A grande vantagem de tudo isto é o facto de a maioria das gravuras ter sido feita no xisto uma vez que é um material com uma forte resistência e durabilidade (Rodrigues, 2006: 115; Fernandes, A. P. B., 2006a: 7).

4.3.2. Outros estudos realizados

Foram efetuados outros estudos importantes em diversas áreas.

Paula Romão (bióloga especialista em líquenes) realizou um relatório sobre a colonização liquénica nas rochas xistosas do PAVC possibilitando um melhor entendimento acerca destas diferentes espécies tal como a sua ação sobre os afloramentos (Fernandes, A. P. B., 2004: 24-25).

Em 1996 tinha sido já elaborado um relatório de avaliação (“Relatório Stanley-Price”), a pedido do agora extinto IPA, por parte do arqueólogo inglês Nicholas Stanley-Price onde, para além de avaliar todas as medidas implementadas, efetuou diversas recomendações (entre as quais a criação de uma Comissão Internacional de Acompanhamento). Esta comissão foi efetivamente constituída contando com os seguintes membros: o próprio Nicholas Stanley-Price, Maria Isabel Prudêncio, Delgado Rodrigues, o arqueólogo alemão Thomas Wyrwoll, a arqueóloga australiana Sharon Sullivan e por Antoinette Padgett, especialista norte-americana na conservação da arte rupestre. Esta comissão produziu em 1997 um relatório importantíssimo, para o programa de conservação do PAVC, sendo que das várias propostas apresentadas muitas têm vindo a ser colocadas em prática (*Idem*: 25).

O PAVC e o CNART foram parceiros, em conjunto com a instituição italiana Centro Camuno di Studi Preistorici e o Heritage Board finlandês, no Projeto Comunitário Rock Care – Tanum laboratory of cultural heritage que foi liderado pelo National Heritage Board da Suécia. No âmbito deste projeto foram realizados diversos estudos e ações tendo em vista a conservação da arte do Côa (*Idem*).

4.4. Fatores que ameaçaram e ameaçam as gravuras rupestres e o ambiente envolvente

4.4.1. No passado

Foram vários os fatores que influenciaram negativamente a preservação das gravuras rupestres.

A primeira das obras com grande impacto foi a abertura da linha de caminho-de-ferro que ligava o Porto a Salamanca. Foi construída em finais do século XIX sendo que, nesta zona, foi implantada ao longo da margem esquerda do Douro a partir da abertura de uma larga trincheira para a instalação das linhas férreas. O troço entre a Foz do Côa e o Vale de Cabrões foi fortemente afetado tendo sido destruída uma enorme quantidade de afloramentos. Na parte superior dessa trincheira é possível observar um painel repleto de gravuras filiformes paleolíticas que, por sorte, não foi destruído (Baptista & Reis, 2008b: 162-163).

A própria abertura de estradas e caminhos rurais afetou fortemente o local, sendo de destacar duas estradas que podem ter destruído alguns afloramentos. Uma delas dá acesso à já desativada estação de caminho-de-ferro do Côa, que desce ao longo do Vale de José Esteves e chega ao Douro junto à Foz do Côa, passando ao lado de diversas gravuras paleolíticas de bastante importância (*Idem*: 163).

A abertura da estrada 222, nos anos 60 do século XX, nomeadamente o percurso que liga Vila Nova de Foz Côa e a ponte sobre o rio Côa terá provocado uma maior destruição de afloramentos uma vez que a dita estrada “corta” os núcleos dos Moinhos de Cima e do Vale do Forno. A própria ponte foi construída sobre um grande conjunto de afloramentos que divide o núcleo do Vale do Forno do núcleo da Foz do Côa e destruiu diversas superfícies (*Idem*).

As próprias obras da barragem do Côa deixaram as suas marcas, uma vez que se implantou em pleno “coração” da arte do Côa. Para além das marcas deixadas na paisagem as obras afetaram diretamente os núcleos do Rêgo da Vide¹³⁷, Vale de Moinhos, Canada do Amendoal, Meijapão e Broeira (*Idem*).

Na época moderna como ainda não existia nenhum tipo de controlo, nem se tinha conhecimento da existência das gravuras, ocorreram algumas destruições. De facto, foi nessa época que ocorreu o auge da expansão e exploração de todas as áreas do vale, registando-se em particular, uma intensa exploração agrícola. Várias datas gravadas em rochas permitem atestar o início dessa exploração. A mais antiga desses registos data de 1600 e está presente na rocha 24 da Canada do Inferno. Foi uma ocupação muito intensa uma vez que até os locais mais inacessíveis do vale apresentam vestígios de socalcos ou muros de propriedade. Este tipo de construções requer grande quantidade de pedra, pelo que é de prever que muitos afloramentos, que poderiam conter gravuras, tenham sido destruídos. Por exemplo, um muro

¹³⁷ Para além das destruições de afloramentos também foi atulhada a parte final da linha de água que apresenta um enorme potencial para conter rochas gravadas (Baptista & Reis, 2008b: 163).

da Penascosa apresenta restos de motivos paleolíticos picotados (Baptista & Reis, 2008b: 161-162).

Contudo, outro tipo de construções que se encontram no vale (pombais, eiras, fontes, casas e casebres agrícolas, moinhos, antigos caminhos calcetados, entre outros) também necessitavam de pedra. Portanto, apesar de este local conter uma enorme quantidade de gravuras poderiam ter existido muitas mais (*Idem*: 162). Todavia, há que realçar que se essa exploração tivesse sido feita tal como se pratica agora, com recurso a maquinaria, muito do que hoje é possível observar-se estaria destruído. É interessante verificar no terreno o “convívio” entre as gravuras e o que resta das “explorações”.

4.4.2. No presente

São várias as ameaças e/ou problemas que atualmente ameaçam as gravuras.

As pedreiras do Poio ameaçam o Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno¹³⁸, sendo que o PAVC encetou todas as medidas possíveis de modo a reverter/melhorar a situação, mandando fazer um estudo (totalmente financiado por eles), em parceria com as empresas exploradoras. No entanto ainda nada foi resolvido porque, após o estudo, essas empresas não aceitaram seguir as recomendações¹³⁹ (Fernandes, A. P. B., 2004: 26). A parte superior da margem direita foi toda alterada pela exploração das pedreiras onde já não resta quase nada para observar. Destas pedreiras extrai-se um xisto negro de boa qualidade que é utilizado, desde o século XVIII para suportes para a vinha e construção de casas (Lemos, 1994: 150), sendo que a sua extração pode afetar a estabilidade das gravuras que se localizam nesse perímetro, especialmente algumas da Canada do Inferno. O facto de os dois locais se encontrarem a uma distância de cerca de 500 m torna-se uma situação preocupante, uma vez que o núcleo arqueológico é afetado pelas vibrações causadas pelas explosões das ditas pedreiras (Veludo, Matias & Costa, 2006: 12).

Porém, esta não é a única ameaça direta às gravuras visto que também ocorre, de forma ilegal, a extração de inertes fluviais o que pode alterar, e muito, o curso natural do Côa (Fernandes, A. P. B., 2004: 10).

O próprio número de barragens existentes ao longo da bacia do Douro pode trazer implicações, sobretudo a do Pocinho que tem provocado a subida do caudal das águas e por isso mesmo a instabilidade do caudal (*Idem*). Esta barragem, construída em 1984, no rio

¹³⁸ Depois da Foz do Côa este é o núcleo que possui maior quantidade de rochas e motivos distribuídos pelos vários períodos cronológicos (Baptista & Reis, 2008b: 170).

¹³⁹ Este estudo foi encomendado a um consórcio constituído pelo Instituto Geológico e Mineiro (IGM) e pela Consultores de Geologia Aplicada e Engenharia do Ambiente (Visa) (Fernandes, A. P. B., 2004: 26).

Douro, a montante da foz do Côa, influencia fortemente as gravuras uma vez que, sem a existência da mesma, o nível das águas do Côa estaria 10-12 metros abaixo daquilo que apresenta atualmente, pelo que alguns painéis de arte rupestre encontram-se submersos (Fernandes, A. P. B., 2006a: 9). Somente 11 do total de núcleos conhecidos não são afetados diretamente por esta barragem (Baptista & Reis, 2008b: 163). Na zona da Canada do Inferno algumas representações rupestres já ficaram inundadas devido aos efeitos causados pela barragem do Pocinho e às fortes chuvas que por vezes ocorrem na região (Fernandes, A. P. B., 2004: 8, 10).

Outra das ameaças prende-se com a atividade sísmica. Para analisar com maior pormenor o grau de perigo desta ameaça o Centro de Geofísica da Universidade de Lisboa, em parceria com o PAVC, instalou um “sistema de aquisição sísmica” de modo a monitorizar a atividade sísmica do Parque tendo registado dados, de forma contínua, durante dois anos (Veludo et al., 2006: 12). Foi possível concluir que a região apresenta uma atividade sísmica ativa (*Idem*: 16). Os sinais curtos detetados parecem coincidir com as explosões das Pedreiras do Poio (*Idem*: 13) enquanto que os sinais longos coincidem com o arremesso de materiais não utilizáveis pelas encostas que se encontram à volta da pedreira e do núcleo de arte rupestre da Canada do Inferno (*Idem*: 14). Contudo, os valores detetados não parecem colocar em perigo a estabilidade das rochas gravadas (*Idem*: 13). Ainda assim o próprio ambiente é afetado e, com o passar dos anos, admite-se que os efeitos desta atividade possam começar a ser mais visíveis.

Também a pastorícia pode afetar as gravuras devido às queimadas permanentes que os pastores efetuam durante a época estival, para que a erva cresça mais forte de forma a melhor alimentar os animais (Fernandes, A. P. B., 2004: 10). Devido aos diferentes choques de temperatura, as queimadas podem provocar o aceleramento da erosão (nomeadamente fraturas da rocha, por exemplo) e o enegrecimento dos painéis. Porém, ainda não se notou nenhum efeito nocivo relevante até porque o PAVC, para além de ter uma vigilância permanente, também efetua limpezas periódicas da vegetação em torno das gravuras. O único incidente mais significativo ocorreu em 2001 quando o mato na zona envolvente do Núcleo da Canada da Moreira sofreu o efeito das chamas resultantes de um incêndio. Felizmente não foi provocado qualquer efeito negativo sobre os painéis e nas gravuras do respetivo núcleo uma vez que as chamas não incidiram diretamente sobre os mesmos (*Idem*).

Apesar de nunca terem provocado nas gravuras efeitos graves tem de se ter em conta que os incêndios afetam todo o ambiente envolvente, nomeadamente a fauna e a flora, provocando, conseqüentemente a erosão dos solos, devido, sobretudo, à ação das águas,

traduzindo-se num impacto estético e ambiental bastante negativo (Luís & Real, 2014: 167). São de destacar dois grandes incêndios: o maior em 1994 e o outro em 2013 sendo que este último abrangeu várias áreas, muitas delas (2.817 hectares) integradas na Zona Especial de Proteção: ZEP (*Idem*: 164-165). Entre 1994 e 2012 ardeu mais de 50% da área classificada (*Idem*: 170). O risco de incêndio é agravado pelo crescente abandono dos campos, proporcionando a acumulação de muito combustível vegetal, mas também pela própria topografia acidentada do vale com muitos locais de difícil acesso e de fraca visibilidade (*Idem*: 166). É por isso que o PAVC tem de estar muito atento a todas estas ameaças até porque a grande maioria dos incêndios têm causa humana (*Idem*), sendo assim mais difíceis de prever.

Nos meses de verão as rochas estão sujeitas a temperaturas muito elevadas o que, com o tempo, pode deixar marcas bastante visíveis. Poderiam, deste modo, ser instaladas proteções, uma espécie de toldos, para que esses efeitos possam ser revertidos. Todavia, possui-se plena consciência de que esta opção teria de passar por uma profunda análise de modo a evitar a descaracterização do ambiente onde se inserem as gravuras, mas também de modo a não criar outros problemas resultantes, por exemplo, do desenvolvimento de fungos ou microrganismos prejudiciais à preservação das gravuras (Machado, 2006: 34).

Outra das preocupações prende-se com as atividades ligadas diretamente à agricultura mais concretamente a realização, de forma completamente desregrada, de surribas não licenciadas, situação que reforça a importância dos técnicos do PAVC no acompanhamento e monitorização destes trabalhos (Fernandes, A. P. B., 2004: 10).

Outra das preocupações, que também deve levar a uma tomada de atitude por parte do PAVC, é a proteção da paisagem e o seu equilíbrio ecológico uma vez que o rio Côa, dadas as suas características, acolhe a migração e a passagem de aves (Francisco, 2008: 63). Na região existem mais de 120 espécies de aves e cerca de 20 mamíferos selvagens. Contudo, a degradação dos bosques assume-se como uma grande preocupação. Porém, existe a ZEP do Vale do Côa (estabelecida pelo Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de setembro), com uma área de 20628 hectares, que alberga espécies protegidas, de grande importância, entre as quais: o abutre do Egipto, grifo, águia real, chasco-preto, águia de Bonelli, cegonha preta e bufo real. Com a criação desta ZEP do Vale do Côa pretende-se assegurar a sobrevivência e reprodução das espécies ameaçadas (*Idem*). Para além da conservação deve privilegiar-se a investigação destas espécies mas também a criação de circuitos alternativos ao Parque, que passem pela observação das aves, por exemplo, ou pelo simples usufruto da natureza através da criação de espaços de merendas e casas de turismo rural (*Idem*: 64), através do aproveitamento da

arquitetura vernácula existente no Parque: pombais, muros apiários, etc. que se integrem em pleno com a paisagem (*Idem*: 63). Portanto, a própria paisagem pode servir como complemento do Parque, numa completa simbiose entre a natureza e cultura, diversificando a oferta turística criando espaços lúdicos que atraiam todo o tipo de públicos, o que vai proporcionar uma maior competitividade entre os agentes económicos. Neste âmbito, foram estabelecidos diversos protocolos com a associação de defesa ambiental “Transumância e Natureza”¹⁴⁰, de modo a proteger-se o património natural do Vale do Côa: não só para limpar toda a sujidade como para prevenir os incêndios estivais. Foram igualmente assinados protocolos com associações de defesa do património para que pudessem promover mais este local. O próprio Parque colaborou, e colabora, com associações locais de caça e pesca, para que possam ser estabelecidas regras, de modo a não prejudicar a paisagem e o ambiente envolvente (Fernandes A. P. B., et al., 2008: 8).

A flora (vegetação e arbustos), a fauna (ninhos, colónias de insetos ou a atividade de pequenos roedores) e as bactérias e os fungos podem contribuir (claro que numa escala muito pequena e lenta) para a desagregação dos afloramentos e painéis (Fernandes, A. P. B., 2004: 16). Curiosamente existe uma película silico-metálica, resultante de processos de reposição, que cobre os motivos gravados contribuindo para a sua melhor conservação. É esta película que está na origem da pátina, espécie de “verdete”, que os traços gravados possuem (*Idem*). Têm sido levados a cabo diversos estudos de investigação, desde 1999, sobre os processos de evolução e conservação desta película por uma equipa liderada por Thierry Aubry, arqueólogo do PAVC, e composta pela etnóloga francesa Isabelle Dechanez, pelos arqueólogos suíços François-Xavier Chauvière e André Calame e pelo arqueólogo Jorge Sampaio (*Idem*: 26).

Também os motivos pintados existentes no Côa, localizados sobretudo em pequenos abrigos naturais, que permitiram a conservação desses motivos, são alvo de preocupação por parte dos técnicos do PAVC, integrando, deste modo, o programa de conservação com várias medidas tendentes à minimização dos impactos negativos (*Idem*: 17).

¹⁴⁰ Esta Associação foi criada em 1999 fruto dos estudos da avifauna da região, por parte de um pequeno grupo de biólogos liderado por Ana Berliner e António Monteiro. No decorrer do estudo começaram a preocupar-se com as ameaças, iniciando, deste modo, diversos contactos nacionais e internacionais com vista a resolver a situação, o que culminou na criação da dita associação. Estabeleceu-se em parceria com a Transumance and Nature Foundation (TNF), sendo que nos primeiros anos também contou com o apoio da Fundação MAVA (Foundation Pour la Nature) que foi criada na Suíça por Luc Hoffmann. Tiveram sempre como objetivo desenvolver ações para a conservação da natureza, mas também promover a educação ambiental (APDARC, coord., 2011: 70-71).

Por último, a preservação da arte rupestre também se encontra ameaçada pelas falhas tectónicas, mais concretamente pela falha tectónica de Vilaríça-Longroiva¹⁴¹ (Fernandes, A. P. B., 2004: 12), a biodegradação, mas que são controláveis (*Idem*: 16), e pelas ações erosivas sendo que, no caso deste fator, torna-se necessário atuar para tentar evitar um pouco a situação sem nunca se desvirtuar o local (*Idem*: 12-13). São estas as várias ameaças que o Programa de Conservação de Arte Rupestre do PAVC tenta amenizar.

4.5. Aspetos importantes

É necessário ter em conta que qualquer tipo de trabalho de conservação vai alterar o objeto intervencionado, pois, é necessário tomar plena consciência de que esta decisão deve ser muito bem pensada uma vez que falamos de alterações irreversíveis. As próprias técnicas utilizadas devem ser devidamente testadas e pensadas, caso a caso, para que uma má intervenção não leve a um acelerar da degradação. Contudo, não será melhor preservar do que perder para sempre algo tão importante? É claro que neste contexto muitas questões se colocam tais como as questões de ética e de autenticidade, sendo que é o principal desafio do PAVC: tentar preservar as gravuras no presente e no futuro, ao mesmo tempo que respeitam e salvaguardam as suas valências materiais, históricas e estéticas (Fernandes, A. P. B., 2006b: 108-109). Na verdade o que observamos hoje não é o mesmo do que o que os seus criadores viam até porque o passar dos anos deixa as suas marcas, vai desgastando, vai conferindo outras tonalidades ou retirando as existentes. O importante é preservar o conhecimento, a ideia que transmite determinado monumento vincada por aqueles que o construíram (*Idem*: 109). No caso das gravuras do Côa, e uma vez que outra medida drástica ainda não será necessária, as políticas de conservação devem basear-se numa intervenção mínima (Machado, 2006: 35). É claro que isso também significa uma grande atenção e cuidado, de modo a prevenir opções mais drásticas e destrutivas, o que iria alterar por completo este património de valor incalculável. Se optassem pela não intervenção para não afetar a autenticidade das gravuras, tornando-as “artificiais”, poderiam optar pela construção de réplicas. Todavia essa não seria uma boa opção uma vez que o PAVC tem como filosofia a gestão, conservação e usufruto público de toda a paisagem, que confere sentido às gravuras (Fernandes, A. P. B., 2006b: 105).

¹⁴¹ Trata-se de um acidente tectónico muito extenso, de estrutura monumental, originado há cerca de 300 milhões de anos mas que ainda hoje se encontra ativo. Teve origem na falha Manteigas-Vilaríça-Bragança que se estende por cerca de 200 km tendo originado o abatimento e a formação de uma depressão em Longroiva que possui um desnível de 200 m. Constitui-se como um fator de risco para a preservação das gravuras rupestres que não é possível controlar (APDARC, coord., 2011: 66).

Outro aspeto a ter em conta é que certas fraturas ou saliências das rochas poderão ter sido aproveitadas para completar os motivos gravados. Portanto, quando se pensa em preencher fendas ou outras fraturas é necessário analisar muito bem de modo a não “estragar” a gravura. Apesar de este fenómeno não ser muito frequente no Côa surgem alguns casos, dos quais se destacam os seguintes: na Penascosa, mais concretamente na rocha 5 C, uma fratura pré-existente foi aproveitada para completar o traço do membro anterior do caprino representado. Já na rocha 6, do mesmo núcleo, o próprio limite do afloramento serviu para representar o contorno da parte superior da cabeça dos dois equídeos gravados (*Idem*: 103). A forma das rochas, a sua textura, cor, volume, localização, incidência de luz, visibilidade (ou falta dela) e até a paisagem envolvente poderiam constituir-se como fatores de escolha para aí elaborar uma gravura. Essa é a possível explicação para a não existência de gravuras em rochas de muito maior qualidade. Portanto, todo este processo estaria imbuído de um forte simbolismo, sendo que se pode considerar a rocha e a gravura como “um todo”. Neste sentido, a arte rupestre poderá ter sido a primeira manifestação de controlo do espaço/meio (*Idem*: 104).

No sítio arqueológico de Domingo García, que possui igualmente gravuras ao ar livre em painéis verticais de xisto datáveis do Paleolítico Superior, foi usada uma excelente metodologia de conservação, uma vez que foi estudado cada caso isoladamente, de modo a compreenderem-se todas as dinâmicas em ação para uma boa implantação conservativa. Foram estudados igualmente tanto os fatores geomorfológicos como geológicos (Fernandes, A. P. B., 2004: 18-19). Neste contexto, o próprio PAVC, através de um acordo de colaboração estabelecido com o IGM realizou a carta geológica do PAVC da autoria de Maria Luísa Ribeiro o que foi muito importante uma vez que, antes desta realização, a zona do Parque estava dividida em 4 cartas geológicas distintas contendo mesmo algumas falhas (*Idem*: 26).

Com o objetivo de formar futuros especialistas em conservação de arte rupestre têm sido desenvolvidos diversos estágios acolhendo-se diversos estagiários norte-americanos, graças a um acordo estabelecido com o US/ICOMOS. Através de um protocolo estabelecido com o Instituto Politécnico de Tomar também foram acolhidos vários estagiários (*Idem*: 31). Estas ações são muito benéficas não só para os estagiários como para o próprio Parque. No âmbito destas políticas de colaboração, um dos técnicos do PAVC, António Pedro Batarda, com vista a aprofundar os seus conhecimentos na área, frequentou durante o ano letivo 2001/2002 no Instituto de Arqueologia da University College London o Mestrado MA in Managing Archaeological Sites: Gestão de Sítios Arqueológicos (*Idem*: 32).

Em suma, após toda esta análise, é possível entender-se que as políticas de conservação levadas a cabo pelo PAVC são bastante positivas.

Capítulo V: Complexo Rupestre de Siega Verde - um exemplo a seguir?

5.1. Sítios análogos a Siega Verde

De todos os sítios com arte rupestre paleolítica ao ar livre que foram descobertos na Europa, cerca de 99% localizam-se na Península Ibérica (Alcolea & Balbín, 2006a) o que é um dado bastante interessante.

Um dos primeiros locais descobertos com arte rupestre foi Mazouco, que teve a sua primeira publicação em 1981, com uma concentração em torno do rio Douro, num local de passagem o que representa uma relação fluvial bastante evidente (*Idem*: 59). Foram identificados três motivos zoomórficos distintos e todos eles datáveis do Paleolítico Superior sendo que apenas foi identificado um motivo completo: um equídeo, macho, com cerca de 62 cm de comprimento (Jorge, V. O.; Jorge, S. O.; Sanches & Ribeiro, 1981: 143) a perseguir duas possíveis fêmeas durante o período do cio (Gomes, 2004: 39). O facto de as pernas do cavalo se encontrarem em V pode sugerir o movimento (*Idem*: 43). Este local situa-se junto do rio Douro, perto de Freixo-de-Espada-à-Cinta, num afloramento xistoso a 200 m acima do nível do mar. Deu origem a diversos estudos destacando-se os realizados por Vítor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge. Após este achado (isolado¹⁴²) multiplicaram-se as descobertas de arte rupestre paleolítica ao ar livre no Vale do Douro (Alcolea & Balbín, 2006a: 99). Apesar de ter sido um dos primeiros importantes achados a ser descoberto não foi debatido fora do mundo académico especializado não tendo por isso qualquer impacto na opinião pública como teve, mais tarde, o caso do Côa (Fernandes, A. P. B., 2003: 24). Todavia é de realçar que os primeiros testemunhos de arte paleolítica em Portugal surgiram em 1963 com as pinturas e algumas gravuras da gruta do Escoural, em Montemor-o-Novo (Gomes, 2004: 36).

O segundo sítio conhecido localiza-se em Segóvia (sítio de Domingo García), a 1km da localidade de Domingo García (Alcolea & Balbín, 2006a: 59), onde a primeira figura identificada foi um cavalo (Balbín, 2008: 21). Localiza-se a 960 m acima do nível do mar. As

¹⁴² As prospeções e sondagens realizadas na área circundante não revelaram qualquer outro vestígio de gravuras o que se pode justificar pelo facto de as barragens circundantes terem subido o nível da água em cerca de 40 m. Muitos vestígios, tanto de gravuras como habitacionais, poderão estar submersos (Jorge, V. O. et al. 1981: 144). Após esta descoberta foram alertadas as autarquias locais para a importância deste achado, que necessitava de ser protegido. Foi efetuado um pedido ao Instituto Português do Património Cultural para que o monumento pudesse ser classificado (*Idem*: 143). A 22 de abril de 1982, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, o mesmo foi classificado como imóvel de interesse público (*Idem*: 144).

primeiras manifestações artísticas são conhecidas desde 1970, mas só a partir de 1981 se encontram referências mais específicas à arte paleolítica do sítio (Alcolea & Balbín, 2006a: 59). Contudo, este local foi várias vezes roubado, vandalizado pelos visitantes e destruído pelas urbanizações circundantes (Alcolea & Balbín, 2006a).

O terceiro dos sítios descoberto com estas características foi o das gravuras de Fornols-Haut, localizado nos Pirinéus Orientais, França (Alcolea & Balbín, 2006a: 58; Balbín, 2008: 20), sucedendo-se a descoberta do sítio de Piedras Blancas, localizado na Serra dos Filabres, Almería (Balbín, 2008:23). Piedras Blancas, tal como Fornols-Haut, encontra-se afastada dos outros locais tendo sido estudado por Julián Martínez. Inicialmente foi considerado um achado isolado: uma rocha gravada com um cavalo em aparente movimento (*Idem*: 23). Todavia, em 2005 Pedro Saura, Matilde Muzquiz, Jesús Gallego e Santos Pedraz descobriram novas figuras gravadas (*Idem*: 25).

De seguida foi descoberto o sítio de Siega Verde em 1988, através de prospeções arqueológicas¹⁴³ que se estavam a realizar na zona, por D. Manuel Santonja Gomez e Rosário Pérez Martín, do Museu de Salamanca. Essa mesma prospeção foi alargada sendo que abrangeu uma área bastante extensa, entendendo-se desde as margens do rio Águeda até aos municípios de Villar de Argañán, Villar de la Yegua, Castillejo de Martín Viejo, Saelices el Chico, San Felices de los Gallegos e Puerto Rico (Alcolea & Balbín, 2006a: 57). Foi promovido o estudo sistemático, no quadro de um programa de investigação realizado entre 1989 e 2005, coordenado por Rodrigo de Balbin Berhmann. Este investigador já havia contactado com diversos sítios com características muito semelhantes como, por exemplo, Mazouco e Domingo García (APDARC, coord., 2011: 51; Balbín, 2008: 19).

Tanto Siega Verde como Piedras Blancas e Domingo García apresentam uma forte vinculação com a fase paleolítica das gravuras do Vale do Côa (Alcolea & Balbín, 2006a).

5.2. Caracterização do sítio arqueológico de Siega Verde

Siega Verde trata-se de um sítio arqueológico com ocupação contínua, situado num local, onde predominam as rochas à base de xisto, as que reúnem melhores condições para a conservação (Balbín, 2008: 25, 36). Se inicialmente não se tinha a noção da grandiosidade do local, com o passar dos anos essa visão foi mudando uma vez que estamos perante um

¹⁴³ Estavam integradas na elaboração de um inventário arqueológico da comunidade de Castela de Leão (<http://www.siegaverde.es/index.php/informacion-general> [acedido em 14-03-2015]).

importante núcleo artístico com mais de 90 superfícies decoradas (Alcolea & Balbín, 2006a: 58).

Siega Verde encontra-se nas margens do rio Águeda¹⁴⁴, mais concretamente na margem esquerda, num vale paralelo ao Vale do Côa, a 15 km a jusante de Cidade Rodrigo, na circunscrição administrativa de Salamanca (município de Serranillo), abrangendo os municípios de “Villar de Castillejo”, “Martin Argañán” e “Villar de la Yegua” (Alcolea & Balbín, 2006a: 61), como se pode observar na imagem 5 do anexo. Encontra-se delimitado por grandes relevos montanhosos: a norte pelas serras Galaico-Leonesas, a Cordilheira Cantábrica e os Montes Vasco-Cantábricos e a este pela Cordilheira Ibérica. Situa-se numa zona de arribas, de transição entre três ambientes completamente distintos: a fossa de Cidade Rodrigo, a planície e as próprias arribas. Estas condições tornam o local fortemente estratégico uma vez que se poderia aceder a diferentes locais de forma bastante simples o que ao contrário já não aconteceria pois o local estava protegido pela vegetação (*Idem*: 62). Insere-se na comunidade de Castela e Leão, possuindo cerca de 645 gravuras ao longo da escarpa, que foi formada pela erosão fluvial. Essas mesmas gravuras são essencialmente figurativas, com representações de animais¹⁴⁵, apesar de algumas apresentarem figuras esquemáticas e geométricas. Estamos perante o melhor local de passagem por ambas as partes do rio sendo na margem esquerda do mesmo que se encontram todas as gravuras (Balbín, 2008: 25). Possivelmente as figuras eram um marcador territorial o que facilmente seria reconhecido pelo grupo de pessoas que o habitava e por outros que avistassem o local (*Idem*: 53). É uma arte minimalista que, apesar de se reduzir aos traços essenciais, é, salvo raras exceções, muito precisa e fundamentalmente linear (Alcolea & Balbín, 2006a: 68). As gravuras recorrem a um sistema técnico bastante complexo sendo que a arte se constituía como uma forma de comunicação (*Idem*: 71). Juntamente com as gravuras do Vale do Côa, o complexo rupestre de Siega Verde forma o conjunto mais importante de arte rupestre do Paleolítico ao ar livre da Europa Ocidental (APDARC, coord., 2011: 50).

Este local é magnífico, uma vez que, para além da paisagem e das gravuras possui igualmente outras atrações: a Rota dos Castros e Berrões, que se inicia em Lumbrales, o

¹⁴⁴ As suas coordenadas geográficas são as seguintes: 40° 41' 35" N./02° 58' 28" O (Alcolea & Balbín, 2006a: 61).

¹⁴⁵ Os bovinos, caprinos, cervídeos (por exemplo veados, alces) equídeos (por exemplo cavalos e burros) são os mais representados. Também estão representados animais de épocas glaciares como rinocerontes, renas, lanudos e bisontes (Alcolea & Balbín, 2006a: 73).

Itinerário dos Castelos de Fronteira e, para os mais aventureiros, podem ainda percorrer a antiga linha de caminho-de-ferro, já desativada, que ligava La Fregeneda a Barca D´Alva¹⁴⁶.

5.2.1. Trabalhos desenvolvidos

Os primeiros trabalhos de campo iniciaram-se em 1989 tendo como uma das pessoas responsáveis Rodrigo de Balbín Behrmann. As primeiras publicações sobre Siega Verde surgiram no ano de 1992. Foi o primeiro sítio a ser estudado na sua totalidade e também o primeiro que deu origem a uma tese de doutoramento, de José Javier Alcolea. Contudo, ficou mais atrasado noutros aspetos devido às dificuldades administrativas de que foi alvo, como se referirá adiante (Balbín, 2008: 26-27).

Após o devido estudo sobre o local foi possível dividi-lo em três zonas fundamentais e muitas vezes distintas até em termos cronológicos. Na zona sul, que ocupa cerca de 300 m, apresenta 5 superfícies decoradas enquanto a zona central possui a maior concentração de painéis ornamentados (cerca de 50) e estende-se pelos 400 m seguintes. Já a zona norte possui cerca de 40 painéis com uma maior evolução estilística (Alcolea & Balbín, 2006a: 64-65, 74).

Também este caso, à semelhança do que aconteceu no Vale do Côa, não foi logo inicialmente bem compreendido.

Ora, dia 2 de janeiro de 1992 foi apresentada uma proposta à Junta de Castela e Leão para que fosse possível escavar o local, de modo a melhor compreender-se o seu contexto arqueológico. Essa proposta foi rejeitada e considerada irrelevante por parte do arqueólogo territorial, Nicolás Benet, e do chefe do serviço de proteção da Junta de Castela e Leão, D. José Luis Toribio Muñoz. Foi até afastada qualquer hipótese de haver mudança de opinião no futuro, caso o pedido fosse repetido. Portanto, apesar de possuírem as bases técnicas e metodológicas não dispunham dos devidos apoios institucionais. Enquanto do outro lado da fronteira já se estava a pensar na ideia de criar um parque arqueológico, em Siega Verde ainda estava tudo num impasse. Todavia, apesar desse difícil “arranque”, hoje em dia o local já recebeu o merecido estudo fornecendo, deste modo, um grande contributo para o avanço dos estudos Pré-Históricos e uma base sólida que permitiu reforçar e comprovar a importância do fenómeno rupestre ao ar livre nas terras do interior da Península Ibérica (Balbín, 2008: 17-18).

¹⁴⁶ <http://www.turismovalledelduero.es/pt/rota-patrimonio-mundial/siega-verde/> (acedido em 15-03-2015).

5.2.2. Caracterização geral das gravuras rupestres

Estão catalogados 94 painéis com mais de 650 representações, na sua grande maioria de animais, que surgem sempre de perfil, para além de outros símbolos. No total das figurações, 443 são evidências rupestres do Paleolítico, sendo que, dessas, 244 são representações de animais, 3 antropomorfos, 165 são representações abstratas (mais ou menos complexas apesar de dominarem as formas abstratas simples) e 34 são figuras indeterminadas, sem qualquer intenção figurativa conhecida. No global, 72,23% das figuras foram elaboradas mediante a técnica de picotagem, 26,18% pela técnica de incisão direta e 1,58% combinando as duas técnicas (Alcolea & Balbín, 2006a: 65). É de destacar o facto de os grandes bovinos e cavalos serem representados através de técnicas complexas (picotagem), enquanto os animais que surgem com menos frequência (caso dos caprinos, por exemplo) são representados por técnicas mais simples (*Idem*: 79). O facto de estas representações apresentarem bastantes semelhanças com as do Vale do Côa e as grutas da costa Cantábrica permitiu aos especialistas assegurar que as mesmas foram igualmente elaboradas durante o Paleolítico Superior¹⁴⁷. Portanto, em termos cronológicos enquadra-se no Solutrense e Magdalenense (entre 18.000 B.P e 15.000/14.000 B.P) apesar de também possuir outras representações de épocas posglaciares¹⁴⁸.

Estes achados contribuíram fortemente para comprovar que as terras da Meseta Castelhana estiveram permanentemente habitadas durante a segunda parte da última glaciação. Vieram comprovar, igualmente, que esse povoamento foi original e completamente independente de outras zonas da península melhor conhecidas e estudadas como é o caso do Levante Mediterrâneo e da Cornisa Cantábrica (Alcolea & Balbín, 2006a: 58).

Este é um local bastante privilegiado uma vez que permitiria controlar e observar os animais, que se deslocariam ao local, por exemplo, para beber água¹⁴⁹. Tal como no Côa, as representações encontram-se realizadas em afloramentos de xisto (Balbín, 2008: 17) sendo que no caso do Côa somente um núcleo de gravuras, mais precisamente na Faia, foi realizado no granito (Baptista, 2008: 130). Algumas imagens surgem sozinhas enquanto que outras formam uma espécie de sucessão de cenas o que permite entender melhor qual a fauna existente na região, nessa época, mas também entender a forma como os habitantes da região caçavam, viviam, percecionavam e organizavam o território¹⁵⁰.

¹⁴⁷ <http://www.siegaverde.es/index.php/yacimiento> (acedido em 16-04-2015).

¹⁴⁸ <http://www.artecoa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ArteAlemCoa&Menu2=SiegaVerde> e (acedido em 20-04-2015).

¹⁴⁹ <http://www.siegaverde.es/> (acedido em 16-04-2015).

¹⁵⁰ <http://www.siegaverde.es/index.php/yacimiento> (Acedido em 16-04-2015).

Estes achados foram estudados por uma vasta equipa, que era dirigida por Rodrigo de Balbín Behrmann¹⁵¹. O facto de se encontrar num local de difícil visibilidade explica que fosse descoberto tão tardiamente, o que também permitiu a sua melhor conservação.

5.2.3. Processo de reconhecimento formal

A ideia da classificação como Património Mundial surgiu desde cedo e, deste modo, foi longo o caminho percorrido até chegar à ansiada etapa¹⁵². A candidatura foi apresentada em outubro de 2008, por parte do Comité do Património de Espanha (composto pelo Ministério da Cultura e as Comunidades Autónomas, o Conselho da Cultura e Turismo da Junta de Castela e Leão) tendo sido aprovado, por unanimidade.

Em 2009 a Junta de Castela e Leão, após um trabalho exaustivo, elaborou um *dossier* sobre Siega Verde para ser avaliado pelo ICOMOS. Após uma primeira avaliação os membros que estavam a tratar da classificação tiveram de se comprometer a evitar ações que produzissem um impacto visual negativo na zona da estação arqueológica.

A 1 de agosto de 2010, na 34ª reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO, que se realizou em Brasília entre os dias 25 de julho e 3 de agosto, o complexo de Siega Verde foi finalmente declarado Património Mundial, como extensão do Parque Arqueológico do Vale do Côa¹⁵³.

Durante o decorrer de todo o processo de avaliação foram sendo obtidas outras importantes classificações. O Conselho da Europa, mais concretamente o Comité Diretor da Cultura do Conselho da Europa, que tem a sua sede em Estrasburgo (França), durante a sessão realizada nos dias 5 e 6 de maio de 2010, concedeu a Siega Verde a distinção de Itinerário Cultural do Conselho da Europa (I.C.C.E), após a sua candidatura a “Caminhos de Arte Rupestre Pré-Históricos”. Este mesmo itinerário integrava já locais rupestres Pré-Históricos da França, Itália, Portugal, Espanha, Irlanda, Suécia e Noruega. Encontram-se assim reunidos na Associação Internacional dos Caminhos de Arte Rupestre Pré-históricos (CARP). Desde julho de 2005 que foi assinado um protocolo, em Santillana del Mar, que oficializou o início da elaboração e tentativa de validação do dito itinerário, através da gestão da Rede Europeia dos Primeiros Povoadores e Arte Rupestre Pré-histórica (REPPARP) e que em 2008 se transformou no CARP, já aludido anteriormente. Desde a fundação do REPPARP, em 2004, que contava com a colaboração, em diversas atividades, da Asociación para el Desarrollo de

¹⁵¹ <http://www.siegaverde.es/index.php/informacion-general> (acedido em 16-04-2015).

¹⁵² Note-se que em 1998 já tido sido declarado Bem de Interesse Cultural (http://www.coasiegaverde.com/?page_id=52&lang=pt [acedido em 1-02-2015]).

¹⁵³ <http://www.siegaverde.es/index.php/seiga-verde-patrimonio-mundial> (acedido em 3-02-2015).

la Comarca de Ciudad Rodrigo (ADECOCIR). A Junta de Castela e Leão somente se juntou em 2007 o que, em conjunto com a incorporação de novos sócios, resultou na criação do CARP que gere os itinerários culturais¹⁵⁴.

Deste modo, surgiu o primeiro itinerário cultural do Conselho da Europa que se baseia em locais arqueológicos da Pré-História Europeia. Atualmente, este itinerário inclui praticamente todos os destinos turísticos europeus que têm por base a Pré-história e a arte rupestre, num número superior a 100, possuindo a grande maioria a distinção de Património Mundial, por parte da UNESCO. Tudo isto contribui para facilitar o estudo conjunto e a partilha de informação o que é muito importante para que se conserve o bem, ao mesmo tempo que se pratica um turismo sustentável¹⁵⁵.

5.2.4. Gestão do local

Atualmente o local encontra-se estudado, protegido e sinalizado. Toda a gestão, bem como as visitas, está a cargo do ADECOCIR. Nem todos os locais são visitáveis, à semelhança do que acontece no Côa. As visitas a 5 painéis, em horário normal¹⁵⁶, devem ser previamente marcadas, embora não obrigatoriamente, sendo que cada visita não pode ultrapassar as 15 pessoas. Decorrem visitas que percorrem todo o itinerário constituído por 14 painéis mas que somente se realizam por marcação e fora do horário de atendimento ao público. É também possível realizarem-se visitas noturnas, o que é de extrema importância, uma vez que certos detalhes não se conseguem observar à luz do dia. Neste caso específico, são visitados 5 painéis e o grupo não pode ultrapassar os 8 elementos. Todas as visitas são devidamente acompanhadas por guias, que visam proporcionar uma melhor compreensão do local. O acesso ao local dispensa o recurso a veículos todo-o-terreno, ao contrário do que acontece no Vale do Côa. Dada a localização do sítio, junto a uma estrada, é também possível realizar-se o percurso pedestre (APDARC, coord., 2011: 55-56).

Junto ao rio Águeda foi construído um edifício, que aproveita a rocha natural, constituindo-se como uma estrutura de receção e interpretação da arte rupestre Paleolítica uma vez que somente 14 painéis gravados, dos mais de 90 existentes, estão abertos a visitas públicas (*Idem*: 55). Esta construção resulta da iniciativa da Fundación Rei Alonso Henriques em conjunto com a Junta de Castela e Leão. Toda a gestão é efetuada pela ADECOCIR

¹⁵⁴ <http://www.siegaverde.es/index.php/caminos-de-arte-rupestre-prehistorico> (acedido em 4-02-2015).

¹⁵⁵ <http://www.siegaverde.es/index.php/caminos-de-arte-rupestre-prehistorico> (acedido em 3-02-2015).

¹⁵⁶ Durante a semana o local encontra-se quase sempre encerrado embora se aceitem reservas de grupos. Aos fins-de-semana estão sempre abertos a visitas sendo que as mesmas decorrem às 11h00, 12h30, 14h00 e 15h30 (<http://www.siegaverde.es/index.php/horario-y-tarifas> [acedido em 14-03-2015]).

através de um convénio assinado com a Fundação do Património Histórico de Castela e Leão. Este edifício possui várias salas, que se dispõem em torno de uma sala central onde se encontra uma apresentação didática sobre a vida no Paleolítico Superior e a arte rupestre ao ar livre com réplicas, uma projeção audiovisual, gráficos, desenhos e diversa informação sobre as gravuras (quem as elaborava e a tecnologia empregue). É também possível obter-se informações sobre outros locais importantes da região¹⁵⁷. É de destacar o facto de existir uma sala especialmente dedicada a pessoas invisuais e/ou com mobilidade reduzida para que também elas possam entender o passado dos nossos ancestrais¹⁵⁸.

Um dos grandes objetivos, dos responsáveis pela gestão do local, é torná-lo num polo de atração turística da região, atraindo, deste modo, mais visitantes. De facto, no ano de 2013 o local foi visitado por cerca de 1500 professores, oriundos de cerca de 36 escolas da província de Salamanca. Tudo isto fruto de um projeto de educação e pedagogia que tem como principal objetivo ensinar e sensibilizar os futuros adultos para a importância do património¹⁵⁹. Deste modo, o Conselho Provincial de Salamanca contribuiu com cerca de 12.000 euros para serem gastos no pagamento de transportes às escolas que mostrem interesse em visitar Siega Verde¹⁶⁰. Ora, esta é uma excelente medida que ainda é complementada com oficinas de arqueologia, que se realizam diariamente no local.

5.2.5. Plano de conservação

O centro de conservação e restauro de bens culturais de Castela e Leão teve a seu cargo o planeamento e desenvolvimento do plano de conservação. Nesse âmbito, foram realizados diversos estudos de modo a determinar a situação atual, quais as prioridades e riscos (com o seu respetivo grau de intensidade). Tudo isto para que se evite atuações invasivas e extremas. Sendo assim, e à semelhança do que acontece no caso do Côa, foram incrementadas ações de controlo e manutenção. O plano de conservação tem em conta a paisagem onde se insere, para que seja mantido o equilíbrio entre a arte rupestre e a paisagem envolvente (Burón & Escudero, 2013: 28-29).

Neste contexto, foram realizadas em Salamanca, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2014, as jornadas técnicas da rede de centros e institutos de conservação e restauro com o

¹⁵⁷ <http://www.siegaverde.es/index.php/aula-arqueologica> (acedido em 26-03-2015).

¹⁵⁸ <http://www.siegaverde.es/index.php/aula-arqueologica/aula-adaptada> (acedido em 26-03-2015).

¹⁵⁹ <http://salamancartvaldia.es/not/19374/la-diputacion-facilita-la-visita-a-siega-verde-a-1-500-escolares-de-la-provincia> (acedido em 26-03-2015).

¹⁶⁰ <http://www.elnortedecastilla.es/20130311/local/salamanca/escolares-podran-visitar-yacimiento-201303111255.html> (acedido em 26-03-2015).

seguinte tema: “La conservación del arte rupestre: Sostenibilidad y Integración en el paisaje”. Foram organizadas pelo Ministério da Cultura e Turismo da Junta de Castela e Leão e o Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais contando com a participação de diversos representantes de institutos¹⁶¹ e centros de conservação e restauro, administrações autónomas e técnicos e investigadores de conjuntos de arte rupestre europeus, incluídos na lista de Património Mundial da UNESCO. Contou, igualmente, com a colaboração da Universidade de Salamanca. Nos primeiros dois dias, 15 e 16 de outubro, decorreram sessões teóricas e no terceiro, e último dia, decorreu uma sessão prática com visita à zona arqueológica e centro de interpretação de Siega Verde. Os principais objetivos destas jornadas foram fomentar a participação e formação de público universitário, especialmente os interessados em desenvolver estudos na área, mas também o de reunir especialistas e promover troca de ideias entre técnicos de ambos os lados¹⁶².

A 10 de abril de 2015 realizou-se uma jornada técnica em Siega Verde com o seguinte tema: “La conservación del arte rupestre al aire libre: El caso de Siega Verde.”. O evento contou com a participação de diversos especialistas, de distintas áreas, destacando-se a colaboração de António Batarda da Fundação Côa Parque. Teve como principais objetivos mostrar a riqueza deste sítio arqueológico, apresentar os diversos estudos realizados e discutir as dificuldades de conservação e a necessidade de incluir a sociedade na sua preservação¹⁶³.

5.2.6. Um exemplo a seguir?

Após esta breve análise conclui-se que Siega Verde não é propriamente um exemplo a seguir para Foz Côa uma vez que, no essencial, procuram seguir o seu exemplo, nomeadamente no que diz respeito à programação mas também aos métodos de estudo e de conservação. Até há bem pouco tempo o local encontrava-se completamente desprotegido estando, por isso, muito vulnerável aos efeitos nefastos provocados pela presença de visitantes, sobretudo os relacionados com o vandalismo. Esta situação atingiu proporções inimagináveis pelo que as próprias autoridades espanholas tiveram de intervir, vedando completamente o sítio, sendo que implementaram um sistema de vigilância para evitar que mais incidentes do género voltassem a acontecer (Fernandes, A. P. B., 2003: 13-14). Portanto,

¹⁶¹ Instituto do Património Cultural de Espanha, Instituto Andaluz de Património Histórico, Instituto Valenciano de conservação e restauro, centros de conservação e restauro de Castilla – La Mancha e Extremadura, Centro de restauro da região de Múrcia e Centro de restauro de bens móveis da Catalunha.

¹⁶² <http://www.dicyt.com/noticias/los-investigadores-debaten-sobre-la-conservacion-del-arte-rupestre> (acedido em 15-03-2015).

¹⁶³ <http://cuevadelapileta.blogspot.pt/2015/03/jornada-tecnica-la-conservacion-del.html> (acedido em 15-03-2015).

Siega Verde sofreu um processo muito lento de reconhecimento o que provocou fortes danos que são irreversíveis.

Deveriam primeiramente ter pensado (tal como aconteceu no Côa) em estabelecer um plano de gestão para o local visando a sua salvaguarda, desde o início do processo, ou seja, desde a sua descoberta.

5.3. Diferenças e semelhanças entre os dois sítios arqueológicos

5.3.1. Descoberta de novos dados

Com a descoberta das gravuras de Siega Verde e do Vale do Côa foi possível modificar-se, aos poucos, a conceção de arte Paleolítica passando-se a admitir a arte ao ar livre como uma das primeiras representações rupestres da Europa Ocidental, produzida com as mesmas técnicas e em maior número do que as que foram encontradas dentro de grutas. Siega Verde permitiu também entender melhor o povoamento e práticas do Paleolítico Superior no interior da Península Ibérica. A arte ao ar livre seria um marcador territorial perfeito tanto em locais de grandes altitudes como junto aos rios (Balbín, 2008: 17).

Antes de 1981 ainda não existiam dados de sítios rupestres ao ar livre (*Idem*: 18), logo toda a arte Paleolítica era pensada no interior, em lugares apertados e misteriosos, e nunca no exterior (*Idem*: 31). Foi neste âmbito que as descobertas destes dois sítios arqueológicos foram tão importantes pois permitiram reorganizar todo o povoamento europeu na época, uma vez que, outrora, pensava-se que estas zonas não tinham sido habitadas.

No caso do Côa, desde 1995 que o CNART, em paralelo com o estudo do complexo de arte rupestre do Baixo Côa, iniciou um estudo para investigar e descobrir os correspondentes contextos habitacionais das gravuras, especialmente do Paleolítico Superior (Baptista, 2008). Foram, deste modo, encontrados diversos habitats datáveis do Gravettense, Solutrense e do Magdalenense (Zilhão, 2000: 18-19), o que demonstra que este não era um local de passagem, mas sim um espaço habitado ao longo do Paleolítico Superior. Esta conclusão pôs em causa as teses de que o interior da Península Ibérica não teria sido habitado durante este período, tal como já foi referido. Tudo isto provocou uma profunda mudança no conhecimento do comportamento do Homem do Paleolítico (*Idem*).

Os principais núcleos rupestres do Côa localizam-se junto das duas melhores praias fluviais do vale. Mesmo apesar de muitos vestígios se terem perdido, é possível admitir-se que esta arte esteja relacionada com o habitat (Balbín, 2008). Foi neste contexto que se

descobriu o sítio do Salto do Boi, que foi escavado em 1995 (Aubry & Carvalho, 1998). Os próprios achados de dezembro de 1999, que colocaram a descoberto o sítio de Fariseu¹⁶⁴, onde se encontraram painéis decorados que estavam cobertos por vestígios arqueológicos do Gravettense e do Proto-Solutrense, contribuíram ainda mais para justificar a ideia anterior (Zilhão, 2007). No nível do Magdalenense final foi encontrado o primeiro objeto de arte móvel do Côa. Trata-se de um seixo de xisto gravado em ambas as faces e com motivos geometrizes e de animais estilizados (Anónimo, 2000: 2) De todos os dados obtidos foi também possível perceber que a ocupação da região decorreu ainda em períodos mais antigos. Com efeito, vários materiais encontrados em ambas as margens dos terraços fluviais do rio Douro indicam uma ocupação anterior ao Paleolítico Superior. Dos vários sítios de habitat do Paleolítico Superior que foram escavados (8 dos 12 descobertos), foram encontrados diversos restos líticos que provam a existência de trocas de ideias e de materiais. Este facto está patente na presença de sílex que não existe na região e terá sido transportado de fontes geológicas da Estremadura portuguesa, da região de Salamanca e do centro da Meseta a uma distância que ultrapassaria os 150 km. Os agrupamentos de pedras, com indícios de aquecimento, teriam sido utilizados como lareiras o que atesta a ocupação humana (Zilhão, 2007:19).

Portanto, esta seria uma arte praticada sobretudo ao ar livre e que estaria revestida de um forte simbolismo e uma multiplicidade de significados distintos (*Idem*). Estes territórios do interior peninsular teriam um modelo de povoamento estável com poucas deslocações sazonais (Behrmann, 2008).

O facto de se constituir como uma novidade, com poucos antecedentes, tornou estes trabalhos bastante complexos de estudar: encontravam-se em espaços até ao momento desconhecidos; as técnicas eram diferentes; possuíam condições novas; e surgiam em locais públicos e de passagem localizados ou em espaços elevados ou junto a correntes de água

¹⁶⁴ Este sítio arqueológico foi descoberto em dezembro de 1999 devido à realização das obras de construção de uma ponte internacional em Barca d'Alva, porque a EDP baixou o nível da barragem do Pocinho em cerca de 3 metros. Ora o PAVC, em conjunto com o CNART, estava atento e aproveitou a ocasião para realizar trabalhos de prospeção nas margens que ficaram a descoberto. Estes trabalhos resultaram na descoberta, dia 7 de dezembro, de um excelente painel que foi revelado devido às sondagens arqueológicas realizadas sob a direção de Thierry Aubry. Dada a importância do local (com diversas gravuras muito interessantes) encontra-se também integrado na classificação da arte rupestre do Vale do Côa como Monumento Nacional (Anónimo, 2000: 1). Tanto as espécies representadas (essencialmente bovinos e equinos) como as técnicas utilizadas (representação do movimento através da gravação de duas cabeças no mesmo corpo: caso de dois cavalos) são em tudo semelhantes às representadas na arte paleolítica do Côa (Anónimo, 2000). A descoberta deste local revelou-se de grande importância pelo facto de permitir atestar a idade Paleolítica das gravuras mas também porque permitiu conhecer a fauna caçada, pescada e gravada nas margens do rio Côa durante o Paleolítico Superior, ou seja, permitiu conhecer melhor as atividades praticadas. Mais tarde, em 2005 e 2007, foram efetuadas mais duas campanhas de escavações, durante cerca de um mês, graças ao apoio da EDP (nomeadamente do seu presidente, Silva Correia) e do Instituto Portuário e de Transportes Marítimos o que se revestiu de enorme importância para o melhor conhecimento não só do local como da região (Aubry & Sampaio, 2008: 135).

(Balbín, 2008: 19). A arte ao ar livre não traz como novidades as técnicas, as figuras nem a sua localização mas sim o seu significado pois vem terminar com a ideia de que a arte paleolítica estava fortemente revestida de um carácter religioso, misterioso e mágico, ou seja, vem acabar com as interpretações mais tradicionalistas propondo novas interpretações (*Idem*: 14).

Contudo, nem todos os locais que possuem arte rupestre são iguais pois variam na extensão, localização, acesso, altura e na própria condição interna (*Idem*: 20). Por exemplo, foram também encontrados sítios ao ar livre com decoração gravada na zona de Bragança¹⁶⁵ (*Idem*, 29), e até mesmo junto ao Tejo¹⁶⁶, o que vem ampliar o horizonte da arte paleolítica ao ar livre, que surge mais habitualmente em zonas próximas da fronteira, a norte (*Idem*). Portanto, nada impede que surjam mais achados, em qualquer parte da Península Ibérica, que voltem a desacreditar tudo aquilo que até agora se acreditava como certo.

Portanto, os dois locais permitiram abrir portas para novas investigações pois possibilitaram desacreditar as crenças antigas uma vez que a realidade artística Paleolítica é muito mais rica do que até então se pensava. Todavia deve-se salientar que foram os dados do Côa que permitiram obter uma visão muito mais completa sobre o povoamento do Vale do Douro durante o Paleolítico Superior.

5.3.2. “Confronto” entre os dois sítios arqueológicos

Os elementos gráficos de Siega Verde (mais modernos mas igualmente de cronologia Paleolítica) não coincidem muito com os do Vale do Côa até porque o período de realização foi um pouco distinto. É muito difícil conseguir calcular com precisão qual a dimensão real de cada um dos locais ou a sua homogeneidade e continuidade até porque tudo depende do seu

¹⁶⁵ Destacam-se os seguintes conjuntos: Fraga Escrevida (Paradinha Nova-Bragança) há muito identificada por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Sampaio (Milho-Bragança) e a Ribeira do Pousadouro (Grijó da Parada-Bragança). Os dois últimos somente possuem gravuras Paleolíticas, enquanto o primeiro também contém evidências da época medieval e moderna. Tanto o estilo como as técnicas identificadas nestes locais são muito semelhantes à fase arcaica da arte do Côa, nomeadamente com as rochas 1 do Fariseu e 1 da Quinta da Barca. Estarão, deste modo, ligadas ao Gravettense e à primeira tradição artística da arte do Côa. Tal como o sítio de Mazouco também se tratam de achados isolados muito ligados à paisagem envolvente e que poderiam estar interrelacionados entre si. Todos estes achados são fruto do exaustivo trabalho de inventário arqueológico do Nordeste transmontano, que foi realizado pela delegação do IPA de Macedo de Cavaleiros, em conjunto com o CNART (Baptista, 2001: 1). Estes imensos achados transformaram o nordeste transmontano numa das mais importantes regiões com arte rupestre Pré e Proto-Histórica em território português, tendo também contribuído para a afirmação da grandiosidade do Côa que se afirmaria, na época, como o local agregador de caçadores recolectores onde a arte rupestre atingia o seu auge e a perfeição (*Idem*).

¹⁶⁶ Logo em 1972, foi efetuada uma expedição composta por membros do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (Maria Querol, Jorge Pinho Monteiro, Susana Jorge) e por Francisco Sande Lemos, onde foram identificadas as primeiras rochas gravadas de arte rupestre, do Paleolítico, no Tejo. Os trabalhos foram prosseguindo aos quais se foram juntando outros especialistas e estudantes, hoje grandes especialistas (Dossier Côa, 1995: 767).

estado de conservação (Balbín, 2008: 35). O Vale do Côa, até ao momento, constitui-se como o maior local de arte rupestre ao ar livre com uma sequência cronológica enorme e muito completa. Siega Verde constitui-se como aquele que tem uma maior continuidade, distribuindo-se de modo contínuo ao longo de 1 km junto do rio Águeda (*Idem*).

Estes dois locais parecem suceder-se cronologicamente e talvez se tenham complementado e relacionado uma vez que Siega Verde representa a parte médio-final do Paleolítico e o Côa a parte inicial-médio-terminal. Todavia, tal facto não significa que tenham sido os mesmos indivíduos, apesar de ter sido possível tratar-se de um território comum uma vez que distam cerca de 60 km (*Idem*). Muitas das gravuras de ambos os locais, que possuem técnicas variadas, estariam pintadas no seu interior apesar de não ser verdadeiramente possível comprová-lo. Ainda assim as análises realizadas em 2008, no sítio de Siega Verde, permitiram detetar vestígios de ocre vermelho e manganês, sugerindo que a pintura existiu neste local (*Idem*: 37). Do outro lado da fronteira, mais concretamente na Faia (local de difícil acesso), foram identificados vestígios de pintura a vermelho, na representação dos grandes auroques, o que também indica que as figuras do Côa, ou pelo menos as que eram consideradas por eles como as mais importantes, teriam sido pintadas (Zilhão, 2007: 18).

Os próprios animais representados diferem um pouco até porque no Côa não há evidências de animais extintos, ao contrário do que acontece em Siega Verde (Balbín, 2008: 39-40). O facto de Siega Verde possuir evidências mais recentes pode ter contribuído para o maior enriquecimento de elementos figurativos e para a introdução de elementos abstratos, diferindo deste modo do Côa. Portanto, as diferenças cronológicas conferem uma marca muito importante em toda esta análise (Balbín, 2008).

Face aos estudos realizados, considera-se que o Côa, que tem as investigações muito mais desenvolvidas (Balbín, 2008: 39), e Siega Verde representariam os principais centros da Península Ibérica e os sítios de Mazouco, Zêzere e Ocreza estariam diretamente dependentes dos primeiros (*Idem*: 36).

O ambiente arqueológico do Côa foi muito bem escavado o que permitiu produzir um contexto, mais adequado, para as gravuras (*Idem*: 43). O caso do Côa forneceu grandes bases aos investigadores de Siega Verde pois ajudou a clarificar muitas dúvidas, devido em parte aos trabalhos resultantes da prospeção intensiva que se realizou, e realiza, na região (*Idem*: 45).

5.3.3. Colaboração entre ambos

É indiscutível a forte colaboração entre os dois locais, em vários aspetos, mas também o facto de estes dois sítios, em conjunto, representarem os mais importantes sítios decorados com arte Paleolítica ao ar livre na Europa Ocidental.

A 31 de julho de 2013 o Presidente da Fundação Côa Parque anunciou a assinatura de uma parceria com a Junta de Castela e Leão onde foi criado um "bilhete único", ou seja, por apenas cinco euros é possível visitar-se os dois sítios arqueológicos. No primeiro sítio que visitarem pagam a tarifa normal vigente e no segundo podem usufruir de uma entrada gratuita. O representante desta iniciativa, Fernando Real¹⁶⁷, afirmou que:

"Este bilhete é uma espécie de dois em um, que pretende divulgar os dois sítios arqueológicos que são considerados património mundial, existentes nos dois lados da fronteira junto ao rio Douro. Permite-se assim aos visitantes conhecer um território com mais de 25 mil anos de história".¹⁶⁸

Os gestores dos dois locais acreditam que esta parceria e esta decisão foi e será muito marcante para ambas as regiões. É imperativo que ocorra igualmente o desenvolvimento de relações de cooperação com as Universidades de Castela e Leão para que se possam elaborar projetos conjuntos de investigação arqueológica.

A Feira Internacional de Turismo Lisboa/Portugal contou este ano (2015) com a presença da Fundação Côa Parque em parceria com a zona arqueológica de Siega Verde.

No passado mês de março de 2015 realizou-se em Cidade Rodrigo um seminário de formação dirigido aos profissionais responsáveis pelo atendimento ao público em locais com arte rupestre, sendo igualmente dirigido aos animadores turístico-culturais. Este evento¹⁶⁹ foi promovido pela Junta de Castela e Leão e pela ADECOCIR, tendo sido coordenado pela CARP. Este mesmo seminário contemplou a visita, num dos dias, ao Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e ao sítio arqueológico de Siega Verde. Numa das conferências realizadas¹⁷⁰ foi discutida a problemática laboral e profissional dos guias, guardas e vigilantes de sítios rupestres. Foi possível perceber-se as discrepâncias em termos do número de guias existentes em Foz Côa (que conta com 36 trabalhadores) e Siega Verde (que conta somente com cerca de 4 trabalhadores).

Participaram na sessão Pedro Cantalejo (da gruta de Ardales), Daniel Garrido (das grutas Pré-Históricas de Cantabria), Alfonso Millara (da gruta Tito Bustillo), Nicolas Ferrer (da gruta de Gargas), José Royo (do Parque Cultural do Rio Martín), António Batarda (do

¹⁶⁷ Presidente da Fundação Côa Parque, à data da assinatura do acordo.

¹⁶⁸ <http://portocanal.sapo.pt/noticia/4830/> (acedido em 11-06-2015).

¹⁶⁹ Já há 9 anos que não se realizava um encontro do género o que se constitui como uma enorme falha.

¹⁷⁰ "Cualificación profesional y recursos para la mediación cultural en enclaves arqueológicos" a cargo de Manuel Peregrina de Arte & Cía Gestión Cultural y Ocio.

Parque Arqueológico do Vale do Côa) e Ketty Ratero (coordenadora do Sítio Arqueológico de Siega Verde). A “ameaça” das classes políticas foi igualmente discutida uma vez que uma simples decisão dos governos pode arruinar completamente o património ou salvá-lo como aconteceu inicialmente no caso do Côa¹⁷¹.

5.3.4. Atividades relevantes realizadas em Siega Verde

Em termos comparativos no que diz respeito à programação e gestão de cada um dos locais é notável o maior dinamismo no Vale do Côa apesar de, tomando como ponto de comparação o ano de 2014, Siega Verde também ter desenvolvido atividades interessantes. Não se irá apresentar de forma exaustiva as atividades desenvolvidas no Vale do Côa uma vez que as mesmas serão analisadas, com maior pormenor, no próximo capítulo. Em relação a Siega Verde irão destacar-se algumas atividades desenvolvidas durante o ano de 2014, altura em que celebrou 25 anos da sua descoberta. Estas atividades (exposições, colóquios, conferências, oficinas dedicadas ao público escolar, entre outras) foram realizadas durante os meses de julho e novembro de 2014, de forma a difundir-se este local ao mesmo tempo que se transmite conhecimento. Estas mesmas atividades foram organizadas pelo Ministério da Cultura e Turismo, ADECOCIR e Juntas de Villar de la Yegua, Castillejo de Martín Viejo e Villar de Argañán (Agenda de Actividades, 2014).

No que diz respeito à gestão foi celebrado, em julho de 2014, um Convénio de colaboração entre a Junta de Castela e Leão e Villar de la Yegua, Villar de Argañán e Castillejo de Martín Viejo que visa sobretudo divulgar, conservar e proteger o sítio arqueológico de Siega Verde (Agenda de Actividades, 2014).

Em relação à programação foi exposto em agosto de 2014 uma exposição fotográfica itinerante intitulada “ Historia de un lugar y de sus gentes”, em que a população foi envolvida na realização da mesma. A iniciativa consistiu numa exposição de fotografias antigas, antes da descoberta do sítio arqueológico, e contou com a colaboração das entidades que celebraram o convénio (*Idem*).

Em julho de 2014 foi apresentada a exposição “El arte de la luz: Siega Verde - Foz Côa”, baseada em fotografias de ambos os locais arqueológicos tendo-se contado com 15 painéis e textos explicativos em 3 línguas. Foi financiada pelo Ministério da Cultura sendo propriedade da Câmara de Villar de la Yegua (*Idem*).

¹⁷¹ <http://salamancartvaldia.es/not/73454/criticas-a-la-clase-politica-en-el-cierre-del-seminario-sobre-arte-rupestre/> (acedido em 28- 03-2015).

No dia 26 de setembro de 2014, foi realizada uma jornada técnica intitulada “El arte rupestre en Siega Verde: del conocimiento de los factores de riesgo a la implantación de medidas de conservación”) onde foram apresentados diversos trabalhos e os resultados dos estudos que foram sendo realizados tendo em vista a correta proteção deste local. Ainda no decorrer do mês de setembro foram promovidas visitas das populações da área arqueológica de Siega Verde ao Museu do Côa (*Idem*).

Entre outubro e novembro de 2014 foi realizado um colóquio intitulado “Soy de Siega Verde”, direcionado para as populações dos seguintes locais: Castillejo de Martin Viejo, Villar de la Yegua, Serranillo, Barquilla, Villar de Argañán e Martillán (*Idem*). Mais uma vez atesta-se a preocupação dos gestores do sítio de Siega Verde com o envolvimento das populações locais, uma vez que elas são fulcrais para o sucesso do projeto: se os locais não entenderem a importância do bem, também não irão saber divulgá-lo nem protegê-lo.

Um dos aspectos em que se pode verificar a preocupação de envolver as pessoas no processo de proteção do patrimônio e desenvolvimento regional tem a ver com os projetos ligados ao turismo. Deste modo, foi realizado em outubro de 2014 um *atelier*/colóquio com o tema “Siega Verde, qué es, cómo es y cómo lo transmito”, direcionado para o setor turístico (hotelaria e restauração) da Cidade Rodrigo e zona envolvente. Foi realizado em colaboração com a Asociación Federada de empresarios de Ciudad Rodrigo (AFECIR). Neste contexto, foi igualmente realizada uma exposição fotográfica intitulada “Historia de un lugar e sus gentes”, onde se expuseram fotografias anteriores à descoberta do sítio arqueológico, tal como já foi referido anteriormente (*Idem*).

Têm sido desenvolvidas diversas atividades, em colaboração com o Serviço Territorial de Educação da Junta de Castela e Leão, especialmente dedicadas a pessoas com incapacidades de ordem física, sensorial ou cognitiva. O serviço educativo também não descarta os estudantes e, deste modo, foram criados diversos jogos didáticos, exercícios e divulgada informação destinada a aumentar e reforçar o saber acerca deste sítio arqueológico¹⁷².

Para divulgar e promover o local foram realizadas diversas atividades em que se deve destacar aquelas que ocorreram durante todos os sábados do mês de julho de 2014, onde diversos especialistas falavam sobre os fatores a ter em conta para a preservação do patrimônio e quais as ações levadas a cabo nesse sentido. Durante os quatro domingos de

¹⁷² <http://salamancartvaldia.es/not/50964/siega-verde-festejara-su-25-aniversario-con-un-completo-programa-de-actividades/> (acedido em 3-04-2015).

outubro de 2014 foi possível visitar-se gratuitamente o local, que tinha uma programação especial para as pessoas incapacitadas (Agenda de Actividades, 2014).

Siega Verde demonstra como também é importante a comunicação e aproximação com pessoas fora do mundo científico. Nesse sentido, foi realizado entre os dias 19 e 21 de setembro de 2014 o primeiro encontro ibérico de automóveis clássicos, que no dia 20 passou por Siega Verde, com oferta de uma visita a todos os participantes. Ora, tudo isto incentiva o convívio com o mundo cultural. Esta atividade mereceu destaque por demonstrar a importância da atração de diversos públicos uma vez que, se um sítio arqueológico estiver integrado em atividades de diversas áreas, conseqüentemente terá também um público mais diversificado transmitindo uma imagem positiva e apelativa (*Idem*).

Em Siega Verde como exemplo, todos aqueles que possuam o cartão de Amigos do Património da Fundação do Património Histórico de Castela e Leão usufruem de uma redução no bilhete de 2,00 euros, sendo, deste modo, equiparados aos pensionistas, grupos de mais de 10 pessoas e crianças dos 5 aos 12 anos¹⁷³.

¹⁷³ <http://www.siegaverde.es/index.php/horario-y-tarifas> (acedido em 21-03-2015).

Capítulo VI: Situação Atual

No futuro torna-se necessário repensar as políticas patrimoniais de forma a que, ao mesmo tempo que se valoriza esse património também se possa atrair turistas, fomentando o desenvolvimento económico até porque o património, gerido de forma sustentada, pode gerar numerosos benefícios para os territórios onde se insere. Contudo, se não existir uma oferta de produtos e serviços suficientes, mesmo que ocorra uma grande afluência de turistas, o desenvolvimento económico nunca se concretizará.

Tal como afirma Pau-Preto (Pau-Preto, 2005: 41) é necessário que os municípios consigam integrar-se em redes e circuitos¹⁷⁴ visto que este é um fator chave para a atração de turistas, em particular nos casos, como Foz Côa, situados em regiões interiores e desfavorecidas.

O museu localiza-se num sítio bastante isolado (a 4 km de Vila Nova de Foz Côa) sendo que será necessário criar no seu entorno outro tipo de equipamentos¹⁷⁵. Para além disso afigura-se necessário integrar-se em circuitos regionais, devidamente divulgados, para assim poder “competir” com o denso mercado de oferta turística, mas também como forma de reduzir as assimetrias regionais. Neste sentido, várias parcerias poderiam ser desenvolvidas, de modo a desenvolver-se uma gestão integrada, com associações locais, com os agentes económicos da região, instituições científicas, centros de investigação, associações culturais, diversos empreendedores e outras autarquias¹⁷⁶, de modo a atrair mais turistas. Tudo isto iria proporcionar uma formação contínua do pessoal que trabalha no Parque, mas também se deveria proporcionar a formação de técnicos de arqueologia. Um bom e suficiente acolhimento turístico, divulgando também os produtos da região, necessita de ser mais desenvolvido a par com a criação de infraestruturas de qualidade e suficientes, potenciando as iniciativas de formação desenvolvidas pelo PAVC.

¹⁷⁴ Vejamos o exemplo de Atapuerca onde existe a Fundação Atapuerca. Desde 1990 que, para além de promover a investigação paleontológica e arqueológica, reúne um conjunto de instituições: municípios, a Junta de Castilla y León e equipas de investigação. Desde 2007 que esta associação desenvolve as suas atividades em conjunto com o “Espaço Cultural Atapuerca”, que gere não só o bem patrimonial como também o Museu de Evolução Humana. A fundação desenvolve políticas de gestão sustentável do território, integrando os diversos municípios, ao mesmo tempo que envolvem a comunidade (Alonso & Martín, 2012).

¹⁷⁵ Contudo é de destacar a criação do Centro Cultural Municipal e da Pousada da Juventude.

¹⁷⁶ Destaque para a existência da Associação de Municípios do Vale do Côa desde 1999. O PAVC tem colaborado com diversas entidades locais e regionais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Associações de defesa do Património e do Ambiente) de modo a criar centros de interpretação e acolhimento o que já se concretizou, por exemplo, nas freguesias de Cidadelhe (Pinhel), Algodres (Figueira de Castelo Rodrigo) e Fóios (Sabugal) (Sampaio & Jardim, 2008: 143).

Todavia, deve realçar-se o facto de nos últimos tempos, sobretudo a partir de 2008, se terem promovido mais ações em prol da proteção mas sobretudo direcionado para a valorização deste património. Atualmente, já foram criados certos “pacotes turísticos” que passam pelo Côa o que é muito vantajoso. Contudo, ainda em 2012, 97% das entradas no museu correspondiam a visitantes nacionais pelo que ainda há muito trabalho a ser feito, neste sentido, de forma a atrair mais turistas internacionais (Plano de Actividades e Orçamento, 2013).

Vinte anos após a descoberta das primeiras gravuras rupestres, António Martinho Baptista (arqueólogo e diretor do PAVC) anunciou terem sido encontrados sítios que, muito provavelmente, datam do Paleolítico Médio e do “Período Gravetense” (com cerca de 30 mil anos). Ora, isto significa desde logo que os trabalhos de investigação e prospeção continuam a prosseguir no Vale do Côa. Há equipas de técnicos que, de forma permanente, atuam no terreno. Nos últimos meses foram realizadas duas campanhas, de escavação arqueológicas, que levaram à descoberta, numa área de confluência entre os granitos e xistos, de um fundo de cabana similar aos raríssimos exemplares que existem no resto da Europa. Se tudo isto for provado, em futuras escavações realizadas durante o presente ano, poderá constituir-se um ponto de viragem sobre a interpretação deste local, mas também para outros sítios que apresentem semelhanças históricas com este. Segundo os investigadores, este achado pode mesmo remontar até quase 50 mil anos atrás (ao homem de Neandertal) ou mais¹⁷⁷.

6.1. Projetos desenvolvidos

Ultimamente os esforços têm sido encetados de modo a modificar-se esta situação, referida anteriormente, sendo que, desta forma, o PAVC participou no projeto Tour WHPO¹⁷⁸ (World Heritage Portuguese Origin - Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa) como sítio piloto, a par de outros, tendo como principal objetivo tornar o local mais conhecido e atrair mais turistas, principalmente internacionais. Com efeito, Foz Côa localiza-se numa região de difícil acesso ao turismo internacional, exigindo-se esforços complementares destinados a ultrapassar esta situação. A ideia de criar o WHPO surgiu em 2006, por iniciativa do ICOMOS Portugal, Universidade de Coimbra, IGESPAR, Comissão

¹⁷⁷ <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complexa.php3?id=21192> (acedido em 12-12-2014).

¹⁷⁸ <http://www.tour-whpo.org> (acedido dia 14-12-2014).

Nacional da UNESCO, Ministério da Cultura de Portugal e Turismo de Portugal¹⁷⁹. A sua criação formalizou-se em 2010, durante o II encontro Internacional do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa, que decorreu na Universidade de Coimbra, e no qual participaram pessoas provenientes dos quatro continentes.

Este projeto, que se materializou em 2012 no âmbito da WHPO, designou-se por “Gestão Turística dos Sítios do Património Mundial de Origem Portuguesa”. Nele, o Turismo de Portugal e o Centro do Património Mundial da UNESCO aceitaram desenvolver um projeto onde propuseram formas vantajosas e eficientes de promover a gestão de visitantes. Entre outras coisas, apresentaram-se os pontos fortes que cada local possui, indicaram-se as formas de promover produtos e serviços turísticos e tentaram-se envolver os locais no planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo de forma sustentável fornecendo, também, os instrumentos e competências necessárias.

Tudo isto reveste-se de uma enorme importância visto que atualmente o turismo é uma questão transversal muito importante mas que se torna, por vezes, muito difícil saber geri-lo de forma sustentável. Uma má gestão turística pode provocar efeitos negativos sendo que, com este projeto, pretende-se prevenir essa situação. Nele explicam-se às comunidades locais e até aos próprios gestores dos sítios patrimoniais qual a melhor forma de tirarem partido de todo o potencial turístico, sem nunca prejudicar o património. Ainda no âmbito deste projeto, foi elaborado um inventário, pelos gestores do PAVC, das principais atrações turísticas existentes a nível local e regional. Das gravuras rupestres apenas foram tidas em conta as da Ribeira de Piscos, Penascosa e Canada do Inferno uma vez que são as únicas que integram os núcleos abertos ao público.

Uma gestão inteligente dos recursos patrimoniais deve procurar mecanismos que consigam gerar desenvolvimento económico, criando empregos, atividades e atraindo turistas fazendo com que se crie um bem-estar entre a comunidade que habita nesses locais e que melhor irá receber os turistas. Portanto, um sucesso de gestão deve ter sempre em conta os contextos ambientais e sociais.

Os diversos museus e equipamentos culturais da região (centros de interpretação, espaços expositivos, postos de turismo, conjuntos históricos e arqueológicos) devem ser colocados em rede, de modo a promover-se a cooperação, a complementaridade de conteúdos e programação. Neste contexto, é de destacar a candidatura do Museu do Côa, promovida pela Fundação Côa Parque, à Rede Portuguesa de Museus, ao mesmo tempo que se pensa em

¹⁷⁹<http://www.uc.pt/whpo> (acedido dia 14-12-2014).

articular o património arqueológico com o património natural (Plano de Actividades e Orçamento, 2013). Por último, e não menos importante, importa mobilizar os municípios, empresas locais e restantes residentes para a importância do património, de modo a incrementar um maior respeito e conhecimento pelos vestígios do nosso passado.

A Fundação Côa Parque esteve presente na feira do *Património.pt* que decorreu em Lisboa, no Museu de Arte Popular, entre os dias 18 e 20 de outubro de 2013. Esta participação contou com a parceria de vários museus e fundações regionais (caso do Museu do Douro, por exemplo)¹⁸⁰.

Em novembro de 2013 foi lançada a primeira *Newsletter* interna por parte do Museu do Côa. Esta é uma iniciativa positiva, desencadeada pelos gestores, que deve ser realçada¹⁸¹. Nela consta diversa informação pertinente sobre novas publicações, serviço educativo, investigação (trabalhos em curso), cinema (Cinecôa), música, exposições (realizadas e previstas em diversas áreas de interesse), diversas atividades promocionais, comemorações, parcerias, *workshops* e prémios.

Um projeto muito interessante foi o encomendado pelo IGESPAR ao músico César Prata¹⁸², para a elaboração de um CD com a recriação da música dos tempos Paleolíticos. O dito projeto designa-se “Chukas” (Fernandes, A. P. B. et al., 2008: 8).

O exemplo de uma parceria de sucesso, que promove a região de diversas formas, foi a realizada entre o Museu do Côa e os *Lavradores de Feitoria*¹⁸³, em que juntos lançaram uma nova marca de vinho (“Museu do Côa by Lavradores de Feitoria tinto 2009”) que está à venda, no Museu e noutros locais do país, desde dia 19 de outubro de 2012. Cada garrafa contém um *voucher* válido para visitar o museu gratuitamente, sendo que é aqui que reside o essencial do sucesso desta ideia inovadora pois, tal como Olga Martins¹⁸⁴ refere:

“este é mais um passo para promovermos o Douro no seu todo e em parceria, algo que faz parte da cultura da nossa empresa. Com esta iniciativa estamos a aliar gastronomia com cultura, património e paisagem. Com o património vamos promover o nosso vinho e com o vinho trazer pessoas a conhecerem o Museu do Côa e o Douro”¹⁸⁵.

O Museu do Côa surge assim como o primeiro museu em Portugal com uma marca de vinho própria. É também de salientar o facto de o rótulo da garrafa ser inspirado numa das cabras da Rocha 6 da Penascosa.

¹⁸⁰ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos> (acedido em 11-01-2015).

¹⁸¹ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos> (acedido em 11-01-2015).

¹⁸² Foi fundador de diversas associações culturais tendo dirigido algumas. Criou diversos discos musicais e trabalhos no âmbito do património imaterial.

¹⁸³ A “Lavradores de feitoria” é um projeto que reúne 15 produtores, proprietários de 18 quintas distribuídas pelo Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior.

¹⁸⁴CEO da Lavradores de Feitoria.

¹⁸⁵<http://www.enovitis.com/news.aspx?menuid=8&eid=5517> (acedido em 11-07-2015).

No passado dia 14 de junho, do presente ano, a Associação Amigos do Parque e do Museu do Côa (ACÔA) apresentou, no Auditório do Museu do Côa, um novo projeto cultural designado por Arquivo de Memória. Este projeto, que contou com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁸⁶, tem como principal objetivo diminuir a solidão dos mais idosos (segundo declarações de Alexandra Lima, da ACÔA, à Agência Lusa), através da recolha de memórias, tradições orais e outros documentos (cartas, postais, fotografias) que são digitalizados de modo a integrar o dito arquivo. Ao mesmo tempo que se combate a solidão promove-se a cultura imaterial da região. As novas tecnologias também estão presentes uma vez que o PROVERE do Côa possibilitou que o projeto fosse alargado até ao Vale do Côa permitindo igualmente a aquisição de um sistema de gestão da informação (criado pela empresa “Sistemas do futuro”), assim como a criação de um *website*¹⁸⁷, onde este arquivo de memória ficará disponível para todos. Após 5 anos de trabalho árduo na recolha de toda a informação foi finalmente tudo guardado na plataforma informática. Estão envolvidos neste projeto cerca de 10 concelhos de 54 freguesias, 31 colaboradores, 10 entrevistadores e 30 parcerias (sobretudo escolas, autarquias, lares e centros de dia). Para um projeto tão recente, o número de documentos inseridos na plataforma é já bastante positivo: cerca de 324 entrevistas, 690 documentos inventariados e 230 horas de entrevista. Durante os primeiros meses, como ainda existe muita quantidade de informação a gerir, o *website* encontra-se em versão teste para que, todos os que o visitam, possam contribuir para dar sugestões ou detetar erros e certas falhas. Deve-se valorizar a criação deste projeto pois permite que os idosos (e não só) sintam que são úteis e que não estão esquecidos, numa região fortemente isolada e envelhecida, permitindo igualmente que as tradições não se percam¹⁸⁸.

6.2. Eventos realizados

Desde 1997 que se realiza a EXPOCÔA, no âmbito das comemorações locais da festa da amendoeira em flor, onde se expõem produtos da região e as suas respetivas atividades económicas (Fernandes, S. 2008: 75). Apesar de não se tratar de uma atividade ligada diretamente ao património, reveste-se de enorme importância para a divulgação e promoção de outras potencialidades da região (*Idem*: 77-78).

¹⁸⁶ Mais concretamente do programa *Gulbenkian de Desenvolvimento Humano Entre Gerações*.

¹⁸⁷ www.arquivodememoria.pt (acedido em 8-07-2015).

¹⁸⁸ <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/um-arquivo-de-memorias-que-aproxima-geracoes-1704624> (acedido em 15-08-2015).

Em 2006 foi realizado um documentário com o seguinte tema: “Côa: o rio das mil gravuras”. É uma produção franco-portuguesa, com uma duração de 52 minutos, realizada pelo francês Jean Luc Bouvret. Este documentário, oficialmente apresentado no dia 14 de novembro de 2007, e que muito dignifica a região e as gravuras, apresenta diversas imagens da arte rupestre do Vale do Côa (Fernandes, S., 2008: 96-97), recebendo a distinção de melhor filme documental, pela sua contribuição científica, no festival Icronos de Bordéus.

A primeira exposição temporária do Museu do Côa foi inaugurada a 31 de julho de 2010 estando patente até dezembro de 2011. Tratou-se de uma exposição de autores portugueses contemporâneos (“Gesto e inscrição. Obras da coleção da Fundação Luso-americana para o desenvolvimento.”), tendo como objetivo atrair novos públicos visto que foi feita uma interligação entre a Arte Pré-Histórica e a Arte Contemporânea. Esta exposição foi realizada a convite da direção do IGESPAR¹⁸⁹.

Em parceria com a Câmara Municipal da Guarda o PAVC, de forma a proporcionar uma maior ligação com as populações de todo o Vale do Côa e do distrito da Guarda (onde o Parque se insere) desenvolveu uma exposição permanente intitulada “A Arte que o Côa Guarda” que passou por diversos concelhos¹⁹⁰. Esta mesma exposição “transporta” consigo uma série de atividades da designada Oficina de Arqueologia Experimental do PAVC, destinadas ao público escolar: oficinas e atividades educativas, mas também palestras direcionadas para o público em geral (Sampaio & Jardim, 2008: 143).

A 18 de abril de 2012, precisamente no dia Internacional dos Monumentos e Sítios, foi inaugurada uma exposição em Fóios, concelho do Sabugal, com o seguinte tema: “Côa: Reinventar a arte da nascente à Foz”. Esta mesma exposição surgiu fruto da parceria estabelecida entre a Fundação Côa Parque, a Junta de Freguesia de Fóios e a Câmara Municipal do Sabugal. Esta é uma prova de que nada é feito ao acaso visto que esta iniciativa esteve carregada de simbolismo uma vez que é em Fóios que nasce o rio Côa. Esta exposição, permanente, permitiu conhecer toda a extensão do vale (130 km) com as suas gravuras desde a nascente (Fóios) até à foz (Vale do Côa)¹⁹¹.

De 18 de abril de 2012 até setembro, do mesmo ano, esteve patente no Museu do Côa a seguinte exposição: “10 regiões vinhateiras Património da Humanidade-exposição

¹⁸⁹ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Exposicoes> (acedido em 22-11-2014).

¹⁹⁰ Para além do município da Guarda passou, por exemplo, pelo Sabugal, Braga, Freixo de Numão, Trancoso, Celorico da Beira e Miranda do Corvo.

¹⁹¹ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Exposicoes> (acedido em 22-11-2014).

fotográfica” da autoria da Rede *Vitour Landscape*¹⁹². Esta exposição, de cariz itinerante, resultou de uma parceria entre a Fundação Côa Parque, a estrutura de Missão Douro e a CCDRN. Esta era também composta por fotografias de paisagens da Alemanha (Vale do Reno), França (Vale do Loire), Hungria (Paisagem Cultural de Tokay), Suíça (Terraços Vinhateiros de Lavaux), Áustria (Paisagem Cultural de Ferto/ Neusiedler See e Wachau) e de Itália (Paisagem Cultural de Vale de Orcia, Portovenere, Cinque Terre e ilhas). No total são 7 os países presentes nesta rede em que Portugal se vê representado pelo Alto Douro Vinhateiro e pela Paisagem Cultural da vinha da Ilha do Pico. Todas estas regiões partilham, entre si, diversos problemas: o envelhecimento da população, o despovoamento e as fracas acessibilidades. Contudo, também partilham aspetos positivos: a criação de produtos de excelência no âmbito do turismo, do vinho e da paisagem¹⁹³.

Os anos de 2013, 2014 e 2015 foram marcantes no que diz respeito ao dinamismo do Museu, uma vez que foram promovidas diversas exposições e outros eventos, pelo que se fará referência aos que se pensa serem os mais relevantes¹⁹⁴. Em 2014 verificou-se um pequeno decréscimo no número de atividades realizadas. Todavia, a grande novidade é que, após o decréscimo no número de visitantes, que se verificou com o passar dos anos, em 2014 verificou-se um aumento em cerca de 16% (mais 5000 visitantes do que em 2013) registando-se o número de 34 mil visitantes ao Museu e ao PAVC, o que é um aumento bastante significativo¹⁹⁵.

Do dia 22 de fevereiro de 2013 até 30 de setembro, do mesmo ano, esteve patente no Museu uma exposição fotográfica de António Sá que deu a conhecer os dez sítios classificados pela UNESCO, como Património Mundial, existentes ao longo da Bacia do Douro e que integram a designada rota do património da humanidade do Vale do Douro. A exposição foi preparada por uma instituição privada sem fins lucrativos, a Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques (FRAH)¹⁹⁶. Foi esta mesma fundação que lançou em 2010 o projeto da Rota do Património da Humanidade do Vale do Douro que foi cofinanciado pelo

¹⁹² A Rede *Vitour Landscape* integra regiões vinhateiras da Europa reconhecidas pela UNESCO como Património Mundial. Esta rede tem como objetivos discutir e disseminar políticas públicas regionais que salvaguardem e valorizem as zonas vinhateiras, de modo especial aquelas que estiverem em risco pretendendo adotar boas práticas comuns entre os diferentes parceiros.

¹⁹³ <http://www.noticiasdevilareal.com/noticias/index.php?action=getDetalle&id=15890> (acedido em 28-12-2014).

¹⁹⁴ A informação acerca dos eventos enunciados foi retirada do *website* do Museu do Côa (<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos>) salvo raras exceções devidamente referenciadas.

¹⁹⁵ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos&Menu2=328> (acedido em 15-07-2015).

¹⁹⁶ Existe desde 1994 tendo sido fundada no contexto do Tratado do Conselho da Europa. Tem como objetivo desenvolver os territórios onde atua: Comunidade autónoma de Castela e Leão e norte e centro de Portugal.

fundo europeu de desenvolvimento regional, através do Programa Operacional Regional do Norte. A Fundação Côa Parque integrou, desde logo, a Comissão e acompanhou este projeto ficando com a função de gerir e promover os sítios do Vale do Côa.

Entre 18 de abril de 2013 e 3 de novembro do mesmo ano, Maria Lino que tem colaborado com o Museu do Côa e o Parque em diversas iniciativas, realizou a exposição “Maria Lino - A Essência das coisas”, onde através da escultura e do desenho se pretende estabelecer um diálogo que liga as linguagens da Arte Contemporânea e da Arte Pré-Histórica, de forma a atrair novos públicos.

Entre os dias 29 de novembro de 2013 e 13 de março de 2014, decorreu no Museu do Côa uma exposição de escultura denominada “Sobre a eternidade da arte e a brevidade da vida”, da autoria do multifacetado Vítor Sá Machado.

A 5 de julho de 2014 foi inaugurada a exposição “A Doce e Ácida Incisão - A Gravura em Contexto (1956-2004)” tendo estado patente até 28 de setembro de 2014. Foi desenvolvida devido à colaboração do Museu do Côa com a Fundação CGD (Culturgest) e o Museu do Neo-Realismo, onde foram apresentados os trabalhos da atividade da Gravura¹⁹⁷- Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses. Esta exposição, que foi inicialmente apresentada no Museu do Neo-Realismo em 2013, tem andado em itinerância tendo passado pelo Museu Grão Vasco, em Viseu, antes de se deslocar para o Museu do Côa. No total é apresentado um conjunto de mais de 60 gravuras onde também estão inseridas obras dos mais importantes artistas portugueses da segunda metade do século XX, integrados em várias temáticas de arte. Foi igualmente elaborado um catálogo da exposição.

Desde 2001 que o Douro é palco de um dos maiores eventos de arte gráfica do Mundo, sendo o único em Portugal. Foi inaugurada dia 10 de agosto de 2014 a 7ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2014 estando patente até 31 de outubro do mesmo ano. Este evento, que alcança uma abrangência internacional, homenageou artistas reconhecidos a nível mundial como Bartolomeu dos Santos, Antoni Tàpies, Paula Rego, Vieira da Silva, Octave Landuyt, Gil Teixeira Lopes, Nadir Afonso, David de Almeida, entre outros. Nesta 7ª edição estiveram presentes 1200 obras, de 530 artistas, de 71 países de todos os continentes. Nuno Canelas foi o diretor e curador da Bienal. Decorreram diversas exposições, por toda a região¹⁹⁸, mas também conferências, *workshops* e promoções de vinhos. A 8ª edição desta exposição internacional de gravura contemporânea (2ª Global Print) foi inaugurada no passado dia 15 de

¹⁹⁷ Foi fundada em 1956 e tem como objetivo a democratização das práticas artísticas através da difusão de obras gravadas para públicos mais abrangentes.

¹⁹⁸ Alijó, Vila Nova de Foz Côa, Lamego, Régua, Favaios, Salzedas, Ucanha, Sabrosa e Vila Real.

agosto de 2015. Nesta edição estiveram representadas 440 obras, de 440 artistas, de 64 países. Contou novamente com Nuno Canelas como diretor e curador tanto da Global Print como da Bienal do Douro. Este evento teve início no dia 25 de julho de 2015 e terminou em 30 de setembro, do mesmo ano. Esteve presente não só em Vila Nova de Foz Côa como também em Alijó, Bragança, Favaios e Sabrosa.

Nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 2014 decorreu, em Vila Nova de Foz Côa e na Mêda, o I Congresso sobre Património e Arqueologia do Douro Superior e do Baixo Vouga. Os primeiros dois dias, do dito congresso, realizaram-se no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, onde decorreram debates e diversas conferências sobre vários temas com destaque para os seguintes: ocupações Paleolíticas, arqueologia comunitária no Vale do Côa e património. Os restantes dois dias foram passados na Casa da Cultura da Mêda onde foram discutidos outros importantes temas: a arqueologia e a arquitetura de Vale do Douro, conservação e restauro de estruturas e a arte rupestre e o património arqueológico do concelho da Mêda¹⁹⁹.

Desde o dia 25 de novembro de 2014 e até 25 de janeiro de 2015 esteve patente no Museu a seguinte exposição: “O resto e o gesto: Desenhos para o Século XXI”. Trata-se de um trabalho de criação artística contemporânea elaborado pelos artistas Alexandre Farto, Paulo Lisboa e Catarina Patrício onde através de três diferentes abordagens plásticas se procurou reforçar o entrosamento da arte rupestre do Vale do Côa. No dia da inauguração, da dita exposição, foi igualmente possível assistir-se a uma conferência com Maria Augusta Babo, Maria Teresa Cruz e Bragança de Miranda para, desse modo, se interligar a produção artística com a científica.

Dia 13 de novembro de 2014 a Associação Territórios do Côa (Associação de Desenvolvimento Regional) inaugurou uma exposição fotográfica intitulada “Emoções” cujo autor foi o fotógrafo Jorge Pena. Esteve patente até ao dia 26 de janeiro de 2015. Esta excelente exposição abrangeu os 10 concelhos de influência do Vale do Côa²⁰⁰ tendo como principal objetivo dar a conhecer a região, promove-la e dinamizá-la através das emoções, ou seja, estimulando boas emoções em relação ao território. No âmbito desta exposição foi ainda apresentado um livro de fotografias (“Caderno de emoções”) com fotografias da autoria de Jorge Pena e textos de Dulcineia Catarina Moura²⁰¹.

¹⁹⁹ <http://www.cm-meda.pt/actualidade/cultura/Paginas/congresso-de-patrimonio-arqueologia-douro-superior-baixo-vouga.aspx> (acedido em 12-12-2014).

²⁰⁰ Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mêda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

²⁰¹ Coordenadora da Associação Territórios do Côa.

No mesmo período, nomeadamente entre 11 de dezembro de 2014 e 18 de janeiro de 2015, esteve patente na estação de Metro do Bolhão uma exposição fotográfica resultante de uma parceria entre o Museu do Côa e a *Metro* do Porto. Observa-se que finalmente a situação parece estar a mudar pois é de iniciativas como esta que a região necessita. Esta iniciativa insere-se no cumprimento dos objetivos, previstos no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Turismo e Património no Vale do Côa, nomeadamente no que diz respeito à valorização turística da região de influência do Vale do Côa e afirmação do seu potencial.

Como forma de comemorar os 20 anos da descoberta da arte do Côa mas também os 16 anos da classificação como Património Mundial pela UNESCO foi reaberta ao público, em novembro de 2014, a sala D do Museu do Côa. Esta sala encontra-se dedicada à fase mais antiga da arte do Côa, nomeadamente no que diz respeito aos sítios da Penascosa e da Quinta da Barca.

No passado dia 16 de abril de 2015 realizou-se, no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, uma Conferência Internacional de Turismo, com o seguinte tema: “Foz Côa: Um território que marca”. Esta iniciativa, com inscrição gratuita, foi organizada pelo Projeto *CLDS + Foz Côa Mais Perto* que resulta de uma parceria entre a Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação do Côa e o Município de Vila Nova de Foz Côa. O evento contou com a parceria da Entidade Regional de Turismo Porto e Norte de Portugal, do Jornal *o Interior* e a estação de rádio *Altitude fm*. No decorrer do evento, para além de terem sido apresentadas as linhas orientadoras para o financiamento comunitário para o setor do turismo, foi igualmente exposto o novo projeto para um Parque Temático para Vila Nova de Foz Côa e alguns exemplos de boas práticas e oportunidades na área de gestão e estratégia de destinos turísticos. É de salientar ainda o facto de ter sido apresentada uma nova marca territorial de Vila Nova de Foz Côa para que se possa constituir como mais uma ferramenta para a promoção e valorização da região. Esta nova marca (espécie de logotipo) resulta da fusão dos conceitos de património, natureza e paisagem sendo que passou a ser utilizada em todo o tipo de comunicação (também existe uma grande quantidade de *merchandising*, onde se pode observar a mesma)²⁰².

Outra grande iniciativa foi o filme que João Botelho realizou sobre a Arte do Côa (“A arte da luz tem 20.000 anos”) e que teve a sua estreia mundial no dia 24 de abril de 2015, no cinema São Jorge, integrado no festival Indie/Lisboa (Indie Lisboa International Film

²⁰² <http://www.fozcoamaisperto.pt/conferencia-internacional-turismo/> (acedido em 28-04-2015).

Festival). João Botelho, que durante a sua presença no primeiro CineCôa participou numa visita guiada, ficou cativado e deslumbrado com toda aquela realidade que quis, deste modo, transpor para um filme.

De 30 de maio de 2015 a 9 de agosto, do mesmo ano, esteve patente no Museu do Côa a exposição 1/81. Esta mesma exposição surgiu integrada nas comemorações dos 30 anos do Centro Português de Serigrafia. Contou com 7 criações dos seguintes autores: Miguel Januário, Paulo Arraiano, Alexandre Farto, Pedro Arraiano, Pedro Matos, Ricardo Passaporte, Sandro Resende e Susana Anágua/Ana Romana.

Entre os dias 17 e 19 de junho de 2015 decorreu, em Figueira de Castelo Rodrigo, o seguinte evento: “*Workshop StixCamp: Utilização de Standards Abertos em Ciência, Educação, Tecnologia e Cultura para o Desenvolvimento*” organizado pela Universidade de Leiden (Holanda) e a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. A Fundação Côa Parque colaborou neste evento de inscrição gratuita embora limitado à participação de 50 participantes em conjunto com a Associação de Amigos do Parque e Museu do Côa, a Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores e a Associação Transumância e Natureza.

No passado dia 30 de junho do presente ano, decorreu, no auditório do Museu do Côa, uma ação de sensibilização do Turismo Acessível do Porto e Norte de Portugal que contou com diversos intervenientes: Gustavo Duarte (Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa), Melchior Moreira (Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal), Paula Teles (Coordenadora do Plano Estratégico do Turismo Acessível), entre outros.

A fábrica - Centro Ciência Viva de Aveiro levou até ao Museu do Côa, no passado dia 1 de agosto de 2015, dois eventos. Durante a tarde realizou-se um *workshop* com o seguinte tema: “Anatomia da Flor e água-de-colónia” onde foram apresentados os “segredos” dos aromas das plantas que podem levar à criação da nossa própria água-de-colónia. Durante o decorrer da noite, em parceria com a Associação de Física da Universidade de Aveiro (FISUA), foi apresentada uma palestra sobre Plutão seguida de uma observação com telescópio. Este foi mais um evento de carácter gratuito, logo existem cada vez menos “desculpas” para que não se aprofundem os conhecimentos.

Graças ao convite do Doutor Sangmog Lee (Diretor do Museu do Petróglypho de Ulsan, na Coreia do Sul) à Fundação Côa Parque foi possível preparar a primeira exposição dedicada ao Vale do Côa além-fronteiras. Foi inaugurada dia 9 de setembro, do presente ano, com o seguinte tema: “A Arte Rupestre do Vale do Côa” sendo comissariada por António Martinho Baptista. Ficou patente, no dito Museu sul-coreano, de setembro a dezembro de 2015. Reveste-se como uma exposição dedicada ao público local, nomeadamente da cidade de

Ulsan, devido à identificação com a arte do Côa uma vez que, nesta cidade, se situa o sítio arqueológico de Bangu-Dae que possui gravuras datáveis entre 6000 e 1000 a.C. Surgiu também uma novidade uma vez que foi apresentada uma nova réplica da rocha 3 da Penascosa, a mais visitada do PAVC, que ficará no depósito do Museu de Ulsan. Esta é uma grande oportunidade de divulgação deste património, e da região, além-fronteiras.

No dia 26 de setembro de 2015 foi apresentada, no Museu do Côa, a exposição “VacceArte – Arte contemporânea de inspiração vaccea” com caráter itinerante uma vez que percorreu vários locais em Portugal. Nesta sua 8ª edição contou com o seguinte tema: “o bestiário vacceo”. Esteve patente até ao dia 7 de novembro, do mesmo ano, e contou com a colaboração da Universidade e Junta de Valladolid, Centro de Estudos Vacceos²⁰³ e a Câmara Municipal de Barcelos. A propósito desta exposição foi apresentada uma escultura de Jorge das Neves Branco.

Em 2015 a participação do Museu do Côa nas Jornadas Europeias do Património contou, para além de uma visita guiada ao dia Museu, a 26 de setembro, e ao território em torno da seda e sumagre, a 10 de outubro, com uma série de palestras orientadas, sobretudo, para o seguinte tema: “O sumagre e a seda: fauna, flora e velhas indústrias. Este evento foi organizado pela Fundação Côa Parque, a Câmara Municipal de Freixo de Espada-à-Cinta, o Instituto de Conservação da Natureza através do DCNFN/Parque Natural do Douro Internacional, a ACÔA, a Direção Regional de Cultura do Norte e o Museu da seda e do território (sediado em Freixo de Espada-à-Cinta).

Nuno Vicente, apresentou no Museu do Côa, com curadoria de Patrícia Rosas, no passado dia 21 de novembro de 2015, a seguinte exposição: “Pensar o Côa: invenção de uma escrita, escultura e ações efémeras”. Esta exposição, que ficou patente até dia 31 de janeiro de 2016, apresentou obras inéditas produzidas especialmente para o Museu do Côa. A natureza dos trabalhos expostos é diversa sendo a primeira vez que o Museu do Côa recebeu, nas 3 salas de exposições temporárias, obras realizadas especificamente sobre o Vale do Côa, por um artista contemporâneo.

Entre os dias 17 e 20 de novembro de 2015 foi apresentado, a diversas escolas, o “Congresso juvenil de património e arqueologia” com o intuito de despertar o interesse pelas temáticas dos museus e patrimónios regionais, natural e cultural.

No passado dia 5 de dezembro de 2015 realizou-se, no Museu do Côa, um *workshop* de fotografia com Tiago Garcia.

²⁰³ Vacceos era um povo pré-romano que habitou na Bacia do Douro.

São iniciativas deste género que devem ser promovidas para que se desenvolva um maior conhecimento e sensibilização para estas temáticas.

6.3. Mérito reconhecido

No dia 12 do mês de novembro de 2013²⁰⁴ decorreu a primeira edição do Prémio Internacional de Arquitetura de Baku em que o Museu do Côa, projetado pelos arquitetos Camilo Rebelo e Pedro Pimentel, arrecadou o primeiro lugar na categoria de edifícios públicos. Este prémio foi organizado pelos Ministérios da Cultura, Turismo e União de Arquitetos do Azerbaijão sendo que foi apoiado pela União Internacional de Arquitetos. O edifício foi caracterizado da seguinte forma²⁰⁵: “A materialidade do edifício evoca as pedreiras existentes na região através de duas naturezas distintas: a matéria do betão e a textura da cor da pedra local”.

Deve salientar-se o facto de que concorreram 300 projetos, de 30 países, o que expressa um enorme reconhecimento pelos arquitetos responsáveis pela projeção ao mesmo tempo que também valoriza imenso o Museu. Resta é, de novo, saber como se irá utilizar e divulgar este reconhecimento, de modo a proporcionar uma maior promoção e conhecimento do local.

O Museu do Côa recebeu a distinção, por parte do Turismo de Portugal, dos melhores museus de 2010 que conta já com a 6ª edição e no qual foram apresentadas 147 candidaturas, a maioria das quais provenientes de entidades privadas. Este prémio²⁰⁶ distingue os projetos turísticos que se afirmaram como importantes para a qualificação da oferta turística e para o reforço da atratividade. O Museu do Côa foi distinguido pela sua aposta de excelência na sustentabilidade e no turismo cultural, bem como no desenvolvimento regional. Permitiu igualmente, segundo o Turismo de Portugal, inserir o Vale do Côa nos circuitos de turismo organizado, melhorando a oferta cultural do país. Portanto, foram reconhecidas as suas

²⁰⁴<http://correiodaguarda.blogs.sapo.pt/premio-de-arquitectura-para-o-museu-do-407546> (acedido em 13-12-2014).

²⁰⁵ <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/9848/portugueses-venceram-premio-de-arquitectura-de-baku> (acedido em 14-12-2014).

²⁰⁶ Contou com os seguintes jurados: Guilherme d’Oliveira Martins, presidente do Júri, Adília Lisboa, António Perez Metelo e Luís Patrão (<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Premios%20TP%202010.pdf>).

iniciativas e atividades que estão no centro da afirmação de Portugal nos mercados internacionais.

O Museu e o Vale do Côa venceram o prémio de excelência, em 2013 e 2014, da *TripAdvisor* que premeia a excelência e a hospitalidade²⁰⁷.

Tal só foi possível graças a ter mantido, durante 12 meses, boas classificações por parte dos visitantes, renovando a classificação geral mínima de 4 estrelas. Em 2015 o PAVC e o Museu do Côa obtiveram, até ao momento, as primeiras 100 críticas no *TripAdvisor* sendo que a percentagem de satisfação ronda os 91% (58% com classificação “excelente” e 33% com classificação de “muito bom”).

6.4. Lacunas existentes e possíveis soluções

Segundo uma notícia publicada no *website* da RTP²⁰⁸, no passado dia 30 de novembro de 2013 refere-se que os funcionários da Fundação Côa Parque não receberam o subsídio de férias sendo que, dos 40 trabalhadores, 33 têm vínculo à administração pública. A dita fundação justifica este atraso com o argumento da existência de falhas na tesouraria fruto da falta de transferência de verbas por parte do Estado. Contudo, não será também uma falha de gestão por parte da dita entidade? Com os sucessivos cortes, que se tem vindo a levar a cabo, pode-se afirmar que as entidades gestoras do património, diretamente dependentes do Estado, poderão vir a ficar numa situação cada vez mais difícil, pelo que mesmo que os gestores sejam de grande qualidade não se conseguirão realizar grandes projetos. Atualmente, o diretor da Fundação Côa Parque garantiu, em entrevista à estação de rádio *Altitude Fm*, que todas estas dívidas já se encontram saldadas.

Deve associar-se às gravuras rupestres todas as outras tipologias de turismo, que a região possui, de forma a poder-se diversificar a oferta turística mediante a elaboração de rotas temáticas de fruição patrimonial inovadoras e adequadas aos novos desafios da região. Neste contexto, deve salientar-se a EXPOCÔA, já referida anteriormente, em que os próprios gestores do Parque e do Museu poderiam estabelecer uma espécie de parceria com os organizadores deste evento de modo a inserir no programa algumas atividades realizadas no Museu. Apesar de este evento não estar relacionado com o património atrai muitas pessoas da região, e até do país, pelo que seria uma excelente oportunidade para apresentar o património

²⁰⁷ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos>

²⁰⁸ http://www.rtp.pt/noticias/economia/fundacao-coa-parque-com-dificuldades-de-tesouraria_v699750 (acedido em 1-12-2014).

existente na região ao mesmo tempo que se sensibiliza e informa para a importância do mesmo e para a importância de ser conservado.

Emerge a necessidade de desenvolvimento de parcerias e de cooperação com outros espaços na envolvente regional, tal como tem sido efetuado na região de Salamanca, desde o início dos anos 90 do século passado, e com outras regiões de Espanha²⁰⁹. Potenciar a ida de estudantes²¹⁰ a estes locais, através do incremento do turismo educacional, torna-se igualmente importante para desenvolver os estudos de forma a promover maior conhecimento, que é o que realmente importa, a par da revitalização dos valores culturais/patrimoniais. Ainda assim, as visitas escolares ao Vale do Côa continuam com números significativos devido, em parte, às diversas atividades promovidas pelo serviço educativo²¹¹. Só entre o mês de outubro de 2013 e metade do de novembro, do mesmo ano, visitaram, este local, 850 alunos provenientes, sobretudo, de escolas regionais²¹².

Foi investida uma quantia tão avultada na construção de um edifício quando poder-se-ia ter investido num edifício de estrutura mais reduzida, pois apesar do Museu ser uma excelente obra de arquitetura, que se enquadra em pleno com a natureza e com a paisagem de xisto aí existente, o verdadeiro museu é todo o vale, onde se enquadram as gravuras, logo não teria sido necessário construir algo tão “grandioso”. Deste modo, evitar-se-iam as deficiências existentes em termos de segurança e conforto para os visitantes e para os guias que os acompanham nas visitas, permitindo também a abertura de um maior número de núcleos de arte rupestre²¹³.

Com as visitas de turistas tem de se notar um desenvolvimento na economia local a não ser que não existam equipamentos suficientes para responder à procura pelo que junto ao Museu deveriam existir mais equipamentos (restaurantes, sítios para pernoitar, locais de entretenimento, entre outros). É importante salientar que a região de Foz Côa passou a atrair, igualmente, um público muito específico, o designado turismo científico que, através das

²⁰⁹ Existe um bilhete conjunto de visita aos sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa e de Siega Verde (Espanha). Esta iniciativa conta com a colaboração entre a Fundação Côa/Parque e a Junta de Castela e Leão (<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos&Menu2=261>).

²¹⁰ Diversas ações de carácter pedagógico e educativo deverão ser desenvolvidas, embora se deva destacar o protocolo estabelecido, há muito, com o Ministério da Educação, que permite aos alunos do ensino secundário visitar gratuitamente os 3 núcleos de arte rupestre (Fernandes, A. P. B., 2003: 37).

²¹¹ A criação do Serviço Educativo, no PAVC, deveu-se a Marta Mendes, arqueóloga do Parque (Lima, 2008: 127), no ano de 2005 e desde logo teve como objetivo não só divulgar o património e aumentar a oferta de atividades como também motivar a comunidade escolar e as suas famílias e aumentar o número de visitas por parte dos jovens estudantes (Mendes, 2008b).

²¹² Destaque para a colaboração entre a escola Tenente Coronel Adão Carrapatoso, de Vila Nova de Foz Côa, e o PAVC em que ocorre a transmissão de conteúdos pedagógicos e a promoção de saídas de campo (Fernandes, S., 2008: 92).

²¹³ Já existe expectativas de conseguir abrir, brevemente, novos circuitos de visita o que é positivo. Apesar de este projeto exigir diversos estudos está a demorar sobretudo por falta de verbas.

inúmeras conferências, seminários e *workshops* atrai diversos especialistas que se deslocam de diversas partes do mundo²¹⁴ contribuindo para o desenvolvimento regional, não só em termos económicos mas também culturais e sociais devido à partilha de conhecimentos (Fernandes, A. P. B., et al., 2008: 4).

O próprio projeto do Museu não incluía, inicialmente, nem uma coleção concreta nem um programa museológico, o que se constitui logo como um entrave, uma vez que estes são dois elementos básicos para a criação de qualquer instituição museológica (Carvalho & Nabais, 2006: 123). O facto de se ter assumido que o verdadeiro museu se encontrava ao ar livre não pode servir de desculpa para este lapso. O Museu foi assimilado como tendo a função de fazer a introdução à arte rupestre do Vale do Côa através da existência de réplicas e diversas informações (Carvalho & Nabais, 2006). Tudo isto poderia ter sido feito sem se ter investido uma quantia tão avultada sendo que essa mesma quantia poderia ser investida no aprofundamento dos estudos e na divulgação e promoção do local.

A planificação museológica deve passar também pela criação de atividades e exposições permanentes onde se apresentem todas as potencialidades da região de forma integral. Deverão ser criados percursos que remetam para pontos culturais, naturais e sítios etnográficos de modo a diversificar a oferta, permitindo, por sua vez, receber um maior número de visitantes e libertar a pressão sobre as áreas mais sensíveis. Apesar de ter sido criada uma rota pedestre²¹⁵, que percorre mais de 20 km da área do PAVC (Lima, 2008: 129-130), deverão continuar a criar mais iniciativas com vista a alcançar os objetivos atrás enumerados. O vale do Côa possui um património vastíssimo e riquíssimo que pode contribuir fortemente para o desenvolvimento regional. Contudo, se não existir a capacidade de criar circuitos turísticos (que liguem diversos pontos patrimoniais incluindo o centro histórico de Vila Nova de Foz Côa, por exemplo), intensificar-se a oferta cultural e de criar infraestruturas e equipamentos de acolhimento para os turistas todo esse potencial será desperdiçado. É uma pena que a ligação ferroviária que liga o Pocinho a Barca d'Alva não seja retomada, uma vez que, ao ser integrada nos circuitos turísticos da região, julga-se que iria ser um sucesso ao mesmo tempo que se recuperaria um património industrial antigo de grande valor.

Pensa-se que a falha na comunicação e divulgação são, neste momento, as maiores lacunas existentes no Côa, mas também a falha na transmissão dos resultados da investigação

²¹⁴ Como exemplo, destaca-se o evento realizado em maio de 2008 (Heritage 2008) onde, durante uma semana, mais de 150 congressistas, de diversos países, permaneceram em Vila Nova de Foz Côa (Fernandes, A. P. B., et al., 2008).

²¹⁵ Foi uma iniciativa promovida pela Associação Transumância e Natureza em colaboração com o PAVC e os municípios da região.

arqueológica para o grande público. A própria televisão (e outros meios de comunicação social) não deu a devida importância, depois de toda a polémica inicial, e este caso foi caindo no esquecimento²¹⁶.

As próprias exposições e conferências não foram suficientes, sobretudo para a sensibilização do grande público. Até o blogue pessoal criado por António Martinho Baptista apelidado “ Da finitude do tempo”²¹⁷ onde, de forma muito acessível, se pode entender melhor a importância da arte do Côa, encontra-se desatualizado tendo o seu último artigo sido publicado a 23 de agosto de 2010.

De facto, não é fácil elaborar um discurso simples para métodos por vezes tão complexos e até porque tantos séculos de história não se podem resumir de ânimo leve. Dos vários trabalhos que foram desenvolvidos, de forma a poder-se interpretar os diversos vestígios arqueológicos encontrados muitos não foram "traduzidos", o que deveria ter acontecido, pois só assim os mesmos seriam de fácil entendimento para o grande público, e até para as próprias populações locais.

Alguns turistas internacionais apontam o fraco desempenho dos guias na transmissão da informação em língua estrangeira (Fernandes, A. P. B., 2003: 26) o que causa algumas dúvidas uma vez que os mesmos receberam toda a formação necessária para desempenhar tal cargo. Muitos turistas ficam insatisfeitos por não conseguirem concretizar uma visita pelo facto de ser requerida marcação prévia (*Idem*: 30-31).

Se os caminhos fossem melhorados seria mais fácil o acesso (de pessoas não autorizadas) uma vez que no estado em que estes se encontram só é possível aceder através de

²¹⁶ Parece que os próprios meios de comunicação social internacionais ainda dão mais relevo às gravuras do Côa uma vez que o “*New York Times*”, no passado dia 29 de abril de 2015 dedicou algumas páginas ao Vale do Côa, na secção dedicada ao ambiente. Foi destacado o lugar “remoto” que nos oferece as gravuras rupestres onde para além do historial do local foram abordados os diversos trabalhos arqueológicos. Um arqueólogo francês declarou que “há algo de especial no Vale do Côa”. É bom saber que pelo menos fora do nosso País este caso ainda é lembrado (<http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2015-04-29-Vale-do-Foz-Coa-nas-paginas-do-New-York-Times>). No passado dia 8 de maio de 2015 foi transmitido um excelente documentário, que possui 20 episódios, (“Verdade do Vinho”: episódio 2: Douro superior) no canal televisivo RTP 2. Contudo, não foi devidamente publicitado e, para além de ser um canal com pouca audiência, só passou às 23 horas, depois de programas ditos impróprios para o horário em que foram transmitidos. O mesmo acontece com a valorização deste património pois parece que ainda é mais valorizado fora de Portugal uma vez que em 2000 a *L’ Express* considerou o sítio de arte rupestre do Vale do Côa como uma das novas 7 maravilhas do Mundo. Mas é curioso o facto de em Portugal este local nem sequer ter integrado a lista dos 21 sítios candidatos à seleção das 7 maravilhas de Portugal (Luís, 2007). Esta iniciativa (7 maravilhas) foi apoiada pelo Ministério da Cultura tendo sido organizada pelo consórcio composto por *Y&R Brands S.A* e *Realizar S.A*. Numa fase inicial a escolha recaiu sobre 794 monumentos nacionais, classificados pelo IPPAR, tendo resultado de uma primeira seleção 77 monumentos, e numa segunda esse número foi reduzido para 21, sendo estes os monumentos propostos a votação (via telefone, sms, Internet), a 7 de dezembro de 2006. A votação prolongou-se por 7 meses (<http://www.7maravilhas.sapo.pt/#/home> [acedido em 13-05-2015]). A escolha recaiu nos monumentos mais relevantes do património arquitetónico, contudo, apesar de os indivíduos que efetuaram as gravuras não terem “construído as pedras”, moldaram completamente toda aquela paisagem transformando-a num verdadeiro monumento.

²¹⁷ <http://dafinitudedotempo.blogspot.pt/> (acedido em 8-06-2015).

veículos todo-o-terreno. Se fossem abertos mais núcleos a visitas públicas²¹⁸ poder-se-ia colocar o problema da insegurança pois todo o modelo de gestão teria de ser reorganizado para salvaguardar, da melhor forma, todos os locais sendo que no contexto de crise que se vive isso tornar-se-ia completamente inviável uma vez que seriam necessários mais guias, guardas, jipes, centros de receção, entre outros meios (Fernandes, A. P. B.; 2003: 34-35). Deve é ser melhorada, sim, a informação transmitida uma vez que muitas pessoas não têm a informação de que é necessário marcação prévia, por exemplo.

Porque não criar uma versão infantil de todo este historial de gravuras para que as crianças, desde cedo, conheçam tudo o que se passou mas também que sejam sensibilizadas para a importância deste património? Com os excelentes ilustradores, e a enorme qualidade das gravuras, provavelmente o público infantojuvenil iria interessar-se por ler algo do género aprendendo assim de uma forma divertida.

Ao realizar uma visita ao *website* do Museu²¹⁹ é possível observar-se uma coleção de cartazes fantástica²²⁰. Devido a todo o mediatismo desta questão, já devidamente analisado, foram elaborados, por diversas entidades nacionais e até internacionais, desde 1995, vários cartazes que podem ser observados por ordem cronológica no referido *website*²²¹. Através desta sucessão de imagens é possível proporcionar-se toda a história deste processo o que, sem dúvida, merece uma exposição (que não seja apenas *online*).

6.5. Projetos educativos

O papel da escola, enquanto instituição, como formadora de futuros cidadãos, torna-se muito importante. Deste modo, na edição do Côa Criativo 2013, a Territórios do Côa- Associação de Desenvolvimento Regional, incentivou os alunos de artes dos 11º e 12º ano, do Agrupamento de Escolas de Pinhel, a reinterpretar a arte rupestre. Deste desafio resultaram alguns trabalhos que deram origem à exposição “Diálogos contemporâneos com a arte do Côa”, que decorreu no Museu do Côa entre os dias 23 de maio e 14 de julho de 2013²²².

²¹⁸ Os restantes sítios arqueológicos que possuem gravuras rupestres encontram-se, na sua grande maioria, muito dispersos e são de difícil acesso logo tudo isto coloca fortes problemas de conservação e segurança sendo, deste modo, perfeitamente aceitável a opção de não abrir estes locais a visitas públicas.

²¹⁹ www.arte-coa.pt (acedido em 7-05-2015).

²²⁰ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Parque&SubPage=Cartazes> (acedido em 7-03-2015).

²²¹ Dispõe de 262 imagens, até ao momento, apesar de existirem mais mas que são de difícil acesso (por pertencerem a particulares, por exemplo).

²²² <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos> (acedido em 3-03-2015).

Neste contexto, é de destacar a colaboração do Parque com uma empresa municipal (*Foz Côa Activa*²²³) que, apesar de hoje se encontrar extinta, dispôs de um programa, bastante interessante, de ocupação dos tempos livres das crianças (Fernandes, S., 2008: 92). O Parque fornece um apoio fundamental tanto em época de férias, épocas festivas como durante o período letivo, promovendo diversas atividades como visitas às gravuras (diurnas e noturnas), trabalhos em cerâmica, *peddy-papers*, pintura, canoagem no rio Côa (Fernandes, A. P. B.; et al., 2008: 9), percursos de BTT aos núcleos de arte rupestre, diversos jogos²²⁴ e *ateliers* (por exemplo o de “pesca paleolítica”), entre outros (Fernandes, S., 2008: 86).

Anteriormente já tinha sido criado o projeto “O Côa na escola”, que visava sobretudo estimular o interesse das crianças por este património, através da realização de visitas de estudo e outras atividades em diversas áreas do saber (Geologia, Biologia, Arqueologia, etc.) (Fernandes, A. P. B. et al., 2008: 9). Este projeto educativo, apesar de deter uma enorme abrangência, destinava-se essencialmente às escolas locais onde foram desenvolvidas diversas atividades, adaptadas aos diferentes graus de ensino. São de destacar as seguintes atividades: Para a pré-escola, as oficinas “Pedra, Pau e Fogo” e “Era uma vez no Vale do Côa”; para o primeiro ciclo, as oficinas “Pequenos Arqueólogos” e “Uma História por contar”. Em 2008/2009 foi possível participar em imensas atividades sendo de destacar as seguintes: “Vamos aprender com os animais do passado”, que consistia basicamente numa visita temática aos habitats de diferentes espécies, tendo como público-alvo o 2º e 3º ciclos, e a oficina “pequenos arqueólogos”, destinada sobretudo a crianças entre os 6 e 10 anos. Desde 2005 que existe o programa “Côa na escola”, destinado ao terceiro ciclo e ao secundário contando com diversas atividades direcionadas para os vários ramos do saber (observação da fauna e da flora, por exemplo). Para além disso, todo este projeto contempla visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre (Mendes, 2008a: 141-142).

No presente ano, no contexto das festas da Amendoeira em Flor, os serviços educativos do Museu, em colaboração com a empresa *Ideias com História*²²⁵, promoveram um novo jogo pedagógico (“À Descoberta do Vale do Côa”) que foi muito bem aceite pelas

²²³ Em colaboração com o PAVC, a empresa *Foz Côa Activa* realizou um curso sobre arte rupestre e enologia (Fernandes, S., 2008: 93).

²²⁴ Exemplo de alguns jogos realizados: “Caça ao tesouro”, “À descoberta da Penascosa”, “Com lupa, papel e caneta, vamos descobrir Castelo Melhor” (Fernandes, S., 2008: 86).

²²⁵ É uma editora especializada não só na idealização como também na produção de jogos pedagógicos, nomeadamente de tabuleiro, destinados a diversas idades (<http://ideiascomhistoria.pt/>).

crianças. Está disponível tanto para venda (numa versão mais pequena) como para ser utilizado pelas escolas da região²²⁶.

6.6. Redes Sociais

Tem-se assistido a uma maior consciência, por parte de quem gere os museus, para a importância das redes sociais não só na partilha como também na divulgação de informação (Vlachou, 2013 *apud* Fernandes, A. P. B., 2013: 91).

Esta opção traz diversas vantagens pois democratiza o acesso à informação levando, posteriormente, à atração de novos públicos. Todavia, esta opção deve igualmente ser bem pensada uma vez que se está a disponibilizar informação “privilegiada” de forma gratuita (Fernandes, A. P. B., 2013: 91). Deste modo, cada instituição deverá decidir qual a informação a facultar.

No caso do Côa foi criada uma página no *Facebook* e um canal no *Youtube* (*Idem*).

Foi dada prioridade à criação da página no *Facebook* (www.facebook.com/museudocoa [*Idem*: 92]) uma vez que se constitui como a rede social que possui maior aceitação por parte das populações e um enorme alcance das páginas lá inseridas e suas respetivas publicações (*Idem*: 96). A sua criação teve como objetivos a partilha, diariamente, de conteúdos divulgativos e pedagógicos de modo a incentivar à visita física (*Idem*: 92). Para além de se divulgarem conteúdos, ligados à arte do Côa e à região, também é partilhada informação sobre o património e a arqueologia, em geral, e sobre os estudos de arte rupestre, em particular. Uma vez que a imagem capta sempre a atenção do público é usada uma estratégia divulgativa bastante eficaz uma vez que junto da imagem (de paisagens, da região e da arte rupestre) são sempre apresentadas informações pedagógicas e inseridos *links* de modo a obter-se mais informação (*Idem*).

É de realçar que esta página tem recebido uma boa aceitação sendo que se em julho de 2013 já tinha obtido 7100 seguidores (*Idem*: 94) atualmente possui cerca de 11700.

O canal do *YouTube* (www.youtube.com/museudocoa) constitui-se como um complemento da página no *Facebook*, que também publica tudo o que é divulgado no canal. Este canal surgiu pela necessidade de albergar os vários vídeos produzidos no próprio Museu (*Idem*: 97) mas também todo o espólio documental produzido sobre o Côa (*Idem*: 96). Para

²²⁶ <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos&Menu2=330> (acedido em 23-03-2015).

além dos documentários e reportagens também se podem visualizar curtas-metragens de animação, debates e noticiários sobre o tema em questão (*Idem*: 97).

Portanto, é importante e crucial que também os gestores dos Museus, ou outras instituições, saibam acompanhar o desenvolvimento tecnológico para que se possa não só informar um maior número de pessoas, para a importância destas temáticas, como também para despertar o interesse de novos públicos.

6.7. Uma oportunidade perdida?

Todos (ou quase todos) os “frutos que se poderiam colher” das classificações que este património recebeu não foram plenamente aproveitados, já que as populações locais deveriam ter sido mais envolvidas neste processo de gestão, crucial para o sucesso do mesmo, o que não se verificou, perdendo-se uma grande oportunidade de se potenciar e rentabilizar um local enormemente despovoado. Dever-se-ia ter optado por uma perspetiva que valorizasse a conservação, a par da sua divulgação para o público, promovendo estratégias que pudessem gerar lucro, mas também a criação de conhecimento (sendo este o ponto mais importante). O problema foi que ocorreu um grande enfoque somente na conservação esquecendo-se todos os restantes vetores que iriam motivar o público, principalmente as populações locais, que não têm por hábito frequentar o Parque (Almeida, 2008: 327-328). Desde o início que se deveria estabelecer um vínculo forte entre as populações locais e o património cultural. A própria direção do Parque apostou num serviço de qualidade mais vocacionado para o público especializado, sendo que uma das maiores críticas apontadas foi a restrição de visitas diárias²²⁷ (Fernandes, A. P. B. et al., 2008), o que até é compreensível visto ter-se como objetivo a salvaguarda do bem.

O certo é que o número de visitantes foi diminuindo ao longo do tempo não se notando qualquer tipo de esforço, pelo menos visível até 2008, em alterar a situação, promovendo campanhas publicitárias, por exemplo (Pau-Preto, 2005: 121). De algum modo, até é compreensível esta redução devido, fundamentalmente, a duas razões: a diminuição da atenção dos media sobre Foz Côa, e a conjuntura económica, pouco favorável, afetou diretamente a área cultural.

Se não se deu o devido conhecimento às populações sobre o património aí presente é normal que as pessoas não se sintam ligadas a esse património. As populações locais têm de

²²⁷ A gestão das visitas é feita pelo PAVC (sediado em Vila Nova de Foz Côa), requerendo-se marcação prévia (279 768 260).

sentir que esse património também é deles pelo que se deveria ter dedicado mais tempo a conversar com o público não especializado, de modo a que este possa entender o porquê da importância daquele local e quais as vantagens imediatas que se tem por pertencer a uma área classificada. Vários equipamentos poderiam ter sido criados, para além dos existentes, de forma a cumprir todos os objetivos de desenvolvimento inicialmente traçados sendo que, assim, haveria um maior desenvolvimento local promovendo-se não só o património como os recursos endógenos. Todavia, nos últimos anos, vários projetos e ideias foram criados de forma a contornar-se a situação inicial.

Tem sido feito um grande esforço de modo a aproximarem-se das populações locais e das instituições/organismos da região, tendo-se criado diversas iniciativas, para o efeito, como a “ceia experimental paleolítica”, realizada na aldeia da Muxagata, a palestra “Alimentos e Alimentação: da Pré-História aos Nossos dias”, observações astronómicas (da responsabilidade da Universidade de Aveiro), provas de vinhos e até um concurso para eleger o melhor vinho regional (Fernandes, S., 2008: 87-88, 149). A própria Quinta da Ervamoira procurou igualmente essa aproximação com as populações, efetuando visitas gratuitas ao Museu para que as mesmas pudessem conhecer e entender o património da sua região. Neste sentido, esta quinta tem colaborado com diversas entidades de modo a poder direcionar os turistas para o local. Destaca-se a colaboração com a Câmara Municipal mas também com a Quinta do Chão da Ordem e a empresa *Ravinas do Côa* (*Idem*: 93).

Atualmente são organizadas várias exposições e transmitidos documentários, o que se reveste de enorme importância. São efetuadas visitas, previamente marcadas, noturnas e diurnas (Fernandes, A. P. B., et al., 2008), sendo que desde 2005 que se realizam viagens de barco pelo rio Côa, que inclui visitas a dois núcleos rupestres (Mendes, 2005: 171). De todas as atividades que pretendem envolver as comunidades locais é de destacar a realizada no passado dia 4 de abril de 2015, com o mote “Descida ao inferno”, nome este bem alusivo ao programa da atividade, que consistiu numa caminhada em direção às gravuras da Canada do Inferno, onde se promoveu a cultura e o convívio através da merenda partilhada. Esta iniciativa foi organizada pelo Museu do Côa em conjunto com a *Foz Côa Friends Associação*²²⁸.

Foram efetuadas diversas parcerias, para além daquelas já referidas, sendo importante realçar a que foi realizada com a Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do

²²⁸<http://fozcoafriends.blogspot.pt/2015/03/descida-ao-inferno.html> (acedido em 20-03-2015).

Côa e Douro Superior (APDARC²²⁹) e com a Fundação Martins Sarmento, pois permitiu organizar diversos eventos, por todo o país (Fernandes, A. P. B., et al., 2008: 8). Algumas associações, apesar de se localizarem nos concelhos envolventes, têm colaborado com o PAVC em diversas iniciativas. É o caso da *LuzLinar*²³⁰ (sedeada em Feital, uma aldeia do Concelho de Trancoso), da *ASTA*²³¹ (em Almeida), da Associação Transumância e Ambiente, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Pocinho, e o Grupo de Estudos em Evolução Humana, pertencente ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Lima, 2008: 131). As próprias Bienais Internacionais de Gravura, realizadas em Alijó, são mais um exemplo da importância de existir uma colaboração extra concelhia (Fernandes, A. P. B, et al., 2008: 8).

Após a apresentação, nos pontos anteriores, de algumas das atividades e projetos do Museu do Côa poderá agora questionar-se onde é que estes extraordinários eventos são promovidos e divulgados bem como qual o papel que desempenham os meios de comunicação social. Será que estes eventos só são divulgados dentro do panorama científico? Existem inúmeras estações de rádio na região e será que não se utiliza este meio para se promover os eventos desta natureza?

Com tudo o que tem sido feito para dinamizar e dar vida ao local, o principal entrave à evolução, divulgação, popularidade e rentabilização, neste momento, prende-se com o facto de se situar num local isolado. Se estivesse perto dos grandes polos urbanos portugueses, a situação poderia ser bem diferente uma vez que as “sementes” foram já lançadas e só falta mesmo colher verdadeiramente os “frutos”. Apesar de todo esforço que tem sido feito, pelos membros do Parque, nos últimos anos, de modo a ocorrer uma maior aproximação com as populações locais julga-se que o facto da maioria da população ainda possuir uma fraca escolaridade contribui para que as mesmas descredibilizem as atividades que o Parque realiza. Pensa-se que daqui a uns anos começará a surgir uma população com mais escolaridade que poderá contrariar esta situação.

²²⁹ Esta Associação, fundada em finais de 2006, resulta da união entre diversas pessoas: duas de Vila Nova de Foz Côa e os restantes membros oriundos da Madeira, Felgueiras, Aveiras de Cima e Porto. Tem como objetivo não só a valorização de todo o património existente no Côa, como também a sua potencialização. Somente a partir de 2007 começou a atuar, efetivamente, criando diversos projetos e atividades (sobretudo exposições). Destaque para o seguinte projeto de investigação: “Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território”, pautando-se por uma forte aproximação com as populações locais.

²³⁰ É uma Associação cultural, sem fins lucrativos, criada em 1995, que tem como objetivos a promoção das artes plásticas e performativas assim como desenvolver projetos de arte experimental. Para além disso, em conjunto com outros organismos, procura desenvolver projetos que visem a divulgação do património local e regional.

²³¹ É uma Instituição Particular de Solidariedade Social que se dedica a apoiar, integrar e educar jovens com deficiência mental.

Relativamente a este assunto, numa primeira fase poder-se-ia pensar que seria um caso perdido, mas depois de uma análise mais aprofundada facilmente se percebe que já têm sido encetadas várias formas de divulgação e promoção do conhecimento no que a este património diz respeito. Contudo, apesar de existirem inúmeros eventos, não são devidamente publicitados e o facto de ser numa região isolada, detentora de escassos acessos, não facilita em nada a deslocação de pessoas interessadas em assistir a algum evento. Outro problema é o facto de a sociedade, no geral, não se interessar por este tipo de temáticas e locais, uma vez que preferem visitar sítios considerados mais “populares”, cujo único objetivo da visita é a obtenção de uma “boa” fotografia para divulgar nas redes sociais e não pelo conhecimento ou curiosidade subjacente a esse mesmo património. É pouco frequente surgir alguma notícia sobre o assunto nos meios de comunicação social e o mesmo só acontece em situações muito especiais ou por algo negativo, o que prejudica ainda mais a imagem do PAVC e respetivo Museu.

Neste momento a gestão do Parque e do Museu é problemática no sentido de que a Fundação Côa Parque pode vir a ser extinta pelo governo. Recorde-se que esta fundação foi criada em 2011 com as funções de gerir o Museu e o PAVC mas também com o objetivo de proteger, conservar, investigar e divulgar a arte rupestre classificada como Património Mundial. Face a esta situação, no passado mês de março do presente ano, 2015, a direção da Associação dos Amigos do Parque e do Museu do Côa (ACÔA²³²) exigiu ao governo a tomada de uma decisão definitiva em relação ao futuro modelo de gestão do Parque e do Museu, de modo a garantir a salvaguarda, o estudo e a valorização deste património. Em outubro de 2014 a tutela nomeou o Diretor Regional de Cultura do Norte, António da Ponte, como Presidente da Fundação Côa Parque (substituindo, deste modo, Fernando Campos Real) somente por um período de dois meses para que o mesmo pudesse avaliar a situação da instituição e apresentar propostas tendentes ao aperfeiçoamento do modelo de gestão²³³. Após os ditos dois meses, o governo “prometeu” nomear um Conselho de Administração para longo

²³² Esta associação, de carácter cultural, surgiu com o intuito de poder contribuir não só para a defesa e divulgação como também para a potencialização económica, social e cultural de todo o património existente no Vale do Côa (Ribeiro, 2010: 27) sendo que foi apresentada no dia 6 de março de 2010. Contou com cerca de duzentos sócios fundadores destacando-se os seguintes sócios honorários: Luís Braga da Cruz, Mário Soares, Manuel Maria Carrilho, Enrique Saiz, Bernardino Soares, Teresa Andersen e Bernardino Soares, entre outros (*Idem*: 30). Com sede no próprio Museu do Côa dispõe de diversos membros provenientes de áreas distintas e de diversos locais integrando membros da própria Junta de Castela e Leão. Integram o Conselho Científico e Cultural membros como Paul Bahn, João Zilhão, Cláudio Torres, Dominique Sachi, Jorge de Alarcão, Mário Brochado Coelho, Manuel António Pina, entre outros (*Idem*). Logo no início foi elaborada uma análise *SWOT* o que é deveras importante quando se pretende “planear” um projeto com estas características (*Idem*: 33).

²³³ <http://visao.sapo.pt/amigos-do-coa-exigem-ao-governo-posicao-definitivasobre-gestao-do-museu-e-do-parque=f813131> (acedido em 13-04-2015).

prazo, o que até hoje ainda não aconteceu, daí a atitude da ACÔA uma vez que esta instabilidade não pode continuar e tem de se recolocar, com urgência, este sítio arqueológico no centro de uma estratégia coerente para o território. O próprio António da Ponte já enviou à tutela uma nova proposta de gestão do PAVC e do Museu.

Portanto, o caso do Côa não é uma oportunidade perdida uma vez que o objetivo principal é o de preservar estas gravuras. Por vezes, torna-se mais vantajoso não aproveitar certas oportunidades, mesmo que estas, a curto prazo, acarretem efeitos positivos, no desenvolvimento económico da região, por exemplo, mas que a longo prazo possam "transformar-se" em efeitos nefastos sobre um legado que sendo de todos nós, pertence também às gerações futuras.

Porém em diversas ocasiões, como já fora mencionado anteriormente, poder-se-ia ter atuado de outra forma (sobretudo no início de todo o processo) de modo a que este património fosse hoje mais conhecido e valorizado. Se tudo o que está a ser levado a cabo atualmente tivesse sido feito logo no início tudo poderia ser diferente, mas ainda se vai a tempo.

Conclusão

O caso do Côa desencadeou uma série de debates distinguindo-se claramente dois tipos de discursos: por um lado o economicista e por outro o cultural.

O certo é que nunca se tinha assistido a um mobilizar da opinião pública como aconteceu devido ao aparecimento de uns achados arqueológicos. O mesmo nunca havia acontecido relativamente a uma consciencialização tão generalizada do valor patrimonial e científico de um determinado achado. Do mesmo modo e, em consequência disso, também nunca um Governo decidiu interromper um processo de investimento, já em curso para defender a cultura trocando os valores económicos a favor dos culturais, decidindo, deste modo, implementar um modelo de desenvolvimento alternativo fundado no património cultural. Portanto, todo este caso conduziu a fortes mudanças, sobressaindo-se novas práticas de cidadania e participação, que juntaram o jornalismo e a população em torno da causa do património.

Na realidade o caso de Foz Côa ainda não se encontra plenamente encerrado e o seu futuro ainda não está clarificado mas o facto é que foi considerado um dos mais importantes achados arqueológicos do século XX, a nível mundial. Ainda assim é necessário nunca esquecer a preservação deste património devendo-se tentar preencher as lacunas do passado que ainda existem em termos da sua conservação, visto que certos aspetos ainda colocam em “perigo” todo aquele imenso património.

Resta agora esperar para se perceber se os gestores deste património vão aproveitar as diversas oportunidades que têm surgido embora como já foi referido muitas devem-se “perder” em prol da conservação do bem e preencher muitas lacunas do passado de modo a criar o tão ansiado desenvolvimento de forma sustentável. Veja-se o exemplo de Val Camónica onde um valor cultural se traduziu em impacto económico para a região mas que, contudo, não é um exemplo a seguir devido à exagerada quantidade de visitantes que recebe por dia.

Falta sobretudo haver uma consciencialização para o facto de a dimensão social dos museus ser um elemento essencial da componente de qualquer museu não só pela parte de quem gere e tutela estas instituições (museólogos e técnicos, poderes políticos, académicos e diversos especialistas) mas também por parte de quem usufrui delas.

Neste sentido, é essencial promover uma entidade dinamizadora da região de forma a responder à dispersão administrativa e à inexistência de uma gestão baseada na cooperação

regional, inter-concelhia e público-privada. Deste modo, poderão organizar-se outro tipo de ações de valorização do património fomentando-se um crescimento das atividades turísticas. A promoção do turismo é importante não só para alcançar a produção de novos bens culturais como também para assegurar a sua fruição pública. O turismo torna os locais economicamente rentáveis o que, gerido de forma sustentável, traduz-se em benefícios económicos que contribuirão para a preservação e, posteriormente, para a valorização do património. É esta “oportunidade” que as populações locais devem agarrar de forma a promoverem os seus próprio produtos e/ou serviços.

As diversas entidades, que geram desenvolvimento na região, devem entender-se e atuar como parceiros assim como os diversos “ramos do saber” que devem dialogar por forma a promover a interdisciplinaridade. As populações locais devem igualmente participar nas decisões do futuro do concelho uma vez que, ao se sentirem envolvidas em todo o processo, irão desenvolver um maior sentimento de pertença por este património.

Apesar de tudo, este é um equipamento cultural incontornável no turismo da região do Douro, sendo que pode constituir uma mais-valia para a região, desde que haja uma gestão eficaz voltada para as populações, e que contribua, através da cultura, para a revitalização económica desta zona do país despovoada e envelhecida. Pode ser um modo de revitalizar a região tornando-a um “território moderno e competitivo”. É necessário, então, que exista uma cooperação entre as várias entidades locais de forma a responder à procura turística e a própria oferta deve ser, por sua vez, articulada com a procura de forma eficiente (Fernandes, S., 2008).

É importante salientar-se que, nestes últimos anos, tem sido feito um grande esforço no sentido de contornar a situação existindo mesmo diversas iniciativas e projetos deveras interessantes, como já foi referido. Contudo, também se perdeu uma grande oportunidade uma vez que se deveria de ter começado a agir desta forma desde o início, quando toda esta região era falada não só a nível nacional como internacional. Hoje, tornou-se, num caso esquecido pela maioria das populações.

O PAVC constitui-se, desde a sua fundação, como um dos principais polos arqueológicos a nível nacional devido à enorme investigação desenvolvida e à contínua descoberta de rochas gravadas. É também um polo de investigação, muito importante em termos internacionais, sobre a arte rupestre. Todavia, para além da sua importante função na área da conservação, investigação, gestão e divulgação deve igualmente desenvolver-se como um centro de educação/conhecimento e de lazer, de modo a que possa atrair um público-alvo o mais diversificado possível.

Somente quando as comunidades locais conseguirem integrar os recursos endógenos (azeite, vinho, amêndoa, artesanato, gastronomia, etc.) com a paisagem e todos os recursos naturais com o património rupestre se conseguirá realmente obter um desenvolvimento integrado e harmonioso. Deste modo poderão ser divulgadas as potencialidades da região ao mesmo tempo que se protege o património. Só assim se poderá criar o tão ansiado desenvolvimento e não simplesmente adotar uma atitude passiva à espera que o património em si “faça todo o trabalho sozinho” “sacrificando-se”. Para isso é necessário que o PAVC dialogue mais com as populações locais, para que as informe sobre as formas possíveis de rentabilizarem o seu negócio sem colocar em risco o património (utilizando o logotipo das gravuras nos rótulos, por exemplo). Em conjunto poder-se-ão encontrar soluções benéficas para ambas as partes.

Graças à criação do PAVC foi possível pensar-se noutros modelos de desenvolvimento: um desenvolvimento sustentado que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer o usufruto futuro, investindo-se na conservação e usando-se de forma equilibrada o património. Portanto, torna-se necessário que exista um desenvolvimento harmonioso para que o usufruto deste bem se encontre assegurado no futuro.

Para implementar uma boa estratégia de desenvolvimento local é também fundamental efetuar uma análise *SWOT* para diagnosticar todas as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas existentes. A própria comunidade local deverá estar plenamente consciente de todos estes fatores para que possa incrementar o seu próprio desenvolvimento. As populações locais deverão identificar-se com o passado para que possam dignificar e valorizar, verdadeiramente, a sua cultura local.

Apesar de todas as críticas efetuadas ao PAVC, sobretudo por parte das populações locais, pensa-se que o mesmo trouxe não só vantagens para as comunidades locais como também para a região (sobretudo sociais e culturais) e mesmo para o país (devido em parte ao reconhecimento internacional pelo abandono da construção da barragem mas também pela importância das gravuras) ou para o mundo (se pensarmos na importância mundial destes achados). Em termos sociais foi criado um sentimento de coesão, de pertença, reforçando-se o sentimento de identidade. Em termos culturais os benefícios são bastante notáveis pois foi criado um dinamismo que não existia na região não só pelas visitas guiadas aos sítios com arte rupestre como também pelas diversas atividades que são organizadas (exposições, *workshops*, artigos publicados, entre outros) que promovem não só a arte rupestre como

também a arte contemporânea²³⁴ ou os produtos da região. Este fator não pode ser esquecido pois constitui-se como uma prova de que o PAVC e o respetivo Museu vieram modificar completamente a região onde se implantaram (Fernandes, A. P. B. et al., 2008).

Com a descoberta das gravuras verificou-se uma mudança na mentalidade da sociedade portuguesa uma vez que marcou o início, em Portugal, do “culto moderno dos monumentos” onde os conceitos de memória, identidade e passado começam a ser objeto de uma nova sensibilidade por parte da sociedade civil em relação às questões culturais (Lima & Reis *apud* Gonçalves, coord. 2001).

Nunca ninguém imaginaria que a causa das gravuras “vencesse” devido sobretudo à grande debilidade não só dos arqueólogos, que detinham fraco estatuto, como também a própria debilidade das populações locais (fortemente envelhecidas e pouco instruídas).

Em suma, o caso do Côa não se pode considerar uma oportunidade perdida uma vez que, no que toca às questões do património, muitas vezes é necessário rejeitar certas oportunidades em prol da salvaguarda do mesmo.

²³⁴ Em colaboração com o Museu do Douro (situado em Peso da Régua) e o Centro Português de fotografia foram organizadas diversas exposições de arte plástica e de fotografia.

Referências

Agenda de Actividades Siega Verde, 2014. Junta de Castilla y León.

ALONSO, A. R.; MARTÍN N. A. 2013. «Atapuerca y el Museo de la Evolución Humana. Historia de un modelo de difusión del patrimonio». *Treballs d'Arqueologia*, núm. 19, p. 27-40

ALCOLEA, J. J., BALBÍN, R. De. 2003. El Arte Rupestre Paleolítico del interior peninsular. Elementos para el estudio de su variabilidad regional. *En: R. De Balbín y P. Bueno eds. Primer Symposium Internacional de Arte Prehistórico de Ribadesella, Ribadesella*, pp. 223-253.

ALCOLEA, J. J., BALBÍN, R. De. 2006a. Arte Paleolítico al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca. *Arqueología de Castilla y León nº16*. Junta de Castilla y León, 390 p., 203 figs., 126 láms.

ALCOLEA, J. J., BALBÍN, R. De. 2006b. Siega Verde y el Arte Paleolítico al aire libre del interior peninsular. *En: Delibes de Castro, G., y Díez Martín, F., eds: El Paleolítico Superior en la Meseta Española. Studia Archaeologica nº94, Valladolid*, pp. 41-74.

ALMEIDA, H., 2008. “Património Cultural e Património Mundial- O caso das Gravuras do Vale do Côa”, in *Máthesis*, 17, pp. 305-331.

Anon. (2000) - Arte paleolítica datada por depósitos arqueológicos no sítio do Fariseu, Vale do Côa. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

APDARC – Arte e cultura no Douro e Côa (coord.), 2011. Côa e Siega Verde – A Arte da Luz. Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico IGESPAR, I. P. Junta de Castilla y León.

Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC), 2009. Memória Descritiva: Estratégia de eficiência coletiva (EEC) e programa de ação (PA). Projeto “Turismo e Património no Vale do Côa”.

AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F. & ZILHÃO, J. (1997) – Arqueologia, in: J. ZILHÃO (ed.), “Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996”, Lisboa, Ministério da Cultura, p. 74-209.

AUBRY, T.; CARVALHO, A. M. F. DE. (1998). O povoamento pré-histórico no Vale do Côa. Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997).

AUBRY, T. ; MANGADO LLACH, J. (2003) – Modalidades de aprovisionamento em matérias-primas líticas nos sítios do Paleolítico Superior do Vale do Côa: Dos dados à interpretação. In MATEUS, J. E.; MORENO-GARCÍA, M., eds. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências: Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia;29), p. 340-342.

AUBRY, T.; 1998. Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o rio côa e a ribeira de Aguiar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 1. N.º1.

AUBRY, T.; SAMPAIO, J. D.; (2008) Tempos e territórios Paleolíticos no Vale do Côa. Balanço e perspectivas da investigação do contexto arqueológico da arte. In *Al-madan* II série, n.º16.

BALBÍN, R. De. (2008). El arte rupestre Paleolítico al aire libre en la Península Ibérica. In *Arte PréHistórico al aire libre en el Sur de Europa*. Junta de Castilla Y León. Consejería de cultura y turismo.

BAPTISTA, A. M. (2003) – A fauna plistocénica na arte rupestre do Vale do Côa. *Tribuna da Natureza*, 13, Porto: FAPAS, p.14-20.

BAPTISTA, A. M. (2008). Dos principais ciclos rupestres. Balanço breve. In *al-madan*, II série, n.º16.

BAPTISTA, A. M.; FERNÁNDEZ, J. J. ET ALLI (2010). *La documentación de grabados paleolíticos al aire libre como apoyo a una gestión compleja: una propuesta de Côa (Portugal) y Siega Verde (Salamanca)*. Seminário de documentação gráfica del arte rupestre celebrado en Murcia, (ep).

- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. I. Canada do Inferno. Primeiras impressões. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (4), pp.349-385, XXIX ests.
- BAPTISTA, A. M. e REIS, M. (2008a) – “Prospecção de Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro”. In SANTOS, A. T. e SAMPAIO, J. (eds.). *Pré-História: gestos intemporais*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp.62-95
- BAPTISTA, A. M.; REIS, M. (2008b) - Prospecção da arte rupestre no vale do Côa e Alto Douro português: ponto da situação em Julho de 2006. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo de, ed. - *Arte prehistórico al aire libre en el sur de Europa*. Salamanca: Junta de Castilla y León, pp. 145–192
- BAPTISTA, A. M. (2001) – Novas descobertas de arte paleolítica de ar livre no Alto Sabor (Trás-os-Montes, Portugal). Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- BAPTISTA, A. M. (coord.) 2013. Parque Arqueológico e Museu do Côa. Newsletter 1, Novembro.
- BELLMUNT, C. S. (2008). Estratégias de comunicación observadas en la prensa escrita portuguesa para salvar los grabados rupestres de Vila Nova de Foz Côa y la posterior socialización de este patrimonio arqueológico. Dissertação de Mestrado. Universitat Rovira/Virgili.
- BELTRÁN, A.; (1996) – La datación de los grabados de Foz Côa, en Portugal y la importancia del yacimiento: síntesis de una polémica y planteamientos. In Maciel, M. Justino, coord. – *Miscellanea de homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 45-54.
- Burón, M. y Del Val; J. M. (2012): *La zona arqueológica de Siega Verde: Aspectos relacionados con su conservación y gestión*. Jornadas Técnicas para la Gestión del Arte Rupestre Patrimonio Mundial. Alquézar, Huesca. Comarca de Somontano de Barbastro. Ministerio de Cultura: 137-146.

BURÓN, M.; ESCUDERO, C. (2013). El complejo equilibrio entre arte rupestre y paisaje: El plan de conservación de la zona Arqueológica de Siega Verde. Jornadas Técnicas: La conservación del arte rupestre, sostenibilidad e integración en el paisaje. Preactas. Valladolid: Junta de Castilla y León, 51 p.

CARRERA, F. R.; 2006. Propuestas de conservación directa en Foz Côa: una valoración. In A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

CARVALHO, A. F.; NABAIS, A.; (2006). Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: Subsídios para o programa museológico. Da idade média à contemporaneidade de ambientes e musealização. III congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das sessões. Figueira de Castelo Rodrigo.

COIXÃO, A. N. S.; (2000) “Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa”, 2ª Edição, da CM.

ESCUDERO, C. (2011): *Conservar el paisaje de Siega Verde*; en: Fernández, J. J. y Burón, M. (eds) (2011): Siega Verde. Arte paleolítico al aire libre. Junta de Castilla y León. Salamanca.

FERNANDES, A. P. B.; ed. (2008) – *A Arte da Conservação: técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 2 (3º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: actas).

FERNANDES, A. P. B.; (2006a). As experiências de conservação da arte rupestre do Vale do Côa e a sua avaliação. In A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

FERNANDES, A. P. B. (2005) – Dinâmicas de Desenvolvimento Sustentado Fomentadas pela Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *Conservar para quê?* Porto e Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p-183-197.

FERNANDES, A. P. B.; (2006b). Limites estéticos e éticos na intervenção de conservação de superfícies de arte rupestre do Vale do Côa. In *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.*

FERNANDES, A. P. B.; MENDES, M.; LUÍS, L.; AUBRY, T.; SAMPAIO, J.; JARDIM, R.; CORREIA, D.; JUNQUEIRO, A; BAZARÉU, D.; DIAS, F.; PINTO, P.; 2008. A Relação entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local. *Al-madan*, IIª série (16), pp. 1-11.

FERNANDES, A. P. B. (2004) – “O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Filosofia, objectivos e acções concretas.” *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (1), Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 5-37. ICOM.pt Série II, Nº16 (Mar-Mai 12).

FERNANDES, A. P. B. (2003). O Sistema de visita e a preservação da Arte Rupestre em dois sítios de ar livre do Noroeste Português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v.6, n.2, p.4-45, Lisboa.

FERNANDES, A. P. B. (2013). Valorização, Divulgação e Promoção da Arte Rupestre do Vale do Côa. In SALINAS, M. DE F. (coord.). *Interpretar La Frontera. Jornadas de Património. Turismo y Desarrollo local. Diputación de Salamanca e autores.*

FERNANDES, S. (2008). O papel do Património Histórico-Arqueológico na promoção do desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Departamento de Sociologia.

FIGUEIREDO, E. & MARTINS, F. (2001) – “Uma voz lá dentro”... Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais. A reinvenção da teoria crítica. Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa.* [Revista Crítica de Ciências Sociais, 59], Coimbra, p. 145-171

FRANCISCO, J. P. A.; (2008). Parque Arqueológico do Vale do Côa: Uma paisagem cultural património da humanidade. Modelo de Gestão integral. In *Praxis Archaeologica* 3, p. 47-69.

GARCÍA DíEZ, M. e Luís, L. (2002) – “José Alcino Tomé e o Último Ciclo Artístico Rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia”. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 10-11: 199-223.

GOMES, M. V., (2004) A arte paleolítica e epipaleolítica, do vale do côa: o que ainda não foi dito? *Arqueologia e História* n.º56/57 – 2004/ 2005.

GONÇALVES, M. E. (2001) Da Pré-História à História do caso de Foz Côa: Arqueologia, política e participação. In: Gonçalves, M. E. (ed.). *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2001.

GONÇALVES, M. E. (ed.). 2001. *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70.

GUTIÉRREZ, C. C.; (2013). Programa de investigación para la conservación preventiva de la cueva de Altamira. Jornadas Técnicas: La conservación del arte rupestre, sostenibilidad e integración en el paisaje. Preactas. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2013, 51 p.

INFORMAÇÃO ICOM.PT, Série II, N°13 (Jun-Ago 11).

INFORMAÇÃO ICOM.PT, Série II, N°16 (Mar-Maio 12).

JORGE, S. O., JORGE, V. O., ALMEIDA, C. A. F. de., SANCHES, M.J. e SOEIRO, M. T. (1981): “Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada a Cinta)”. *Arqueologia*, Porto, n°3, pp, 3-12.

JORGE, V. O.; (coord.), 1995. *Dossier Côa*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

JORGE, V. O.; JORGE, S. O.; SANCHES, M. J.; RIBEIRO, J. P.; (1981). Mazouco (Freixo de Espada- À- Cinta) – Nótula Arqueológica. *Portvgalia* Nova série-volume II/III.

LEMOS, F. S. (1994) – Dossier Côa I: O relatório de impacte patrimonial (1989). *Forum*, 15/16, Braga: Universidade do Minho, p. 141-156.

LEMOS, F.; FORTUNA, J.; DORDIO, P.; OSÓRIO, M.; 1998. Terras do Côa: dominando a paisagem. In Parque Arqueológico do Vale do Côa (coord.): Terras do Côa/ da Malcata ao Reboredo. Os valores do Côa. Cap. V, 1998.

LLERA, F.; MARQUES, M.; RODRIGUES, M.; CATITA, C.; 2006. Estudo prévio de conservação das rochas gravadas no núcleo de arte rupestre da Penascosa – Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). In A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

LIMA, A. C.; (2008). O Parque Arqueológico do Vale do Côa, 13 anos depois da sua criação. In *Al-madan*, II série, n.º16.

LIMA, A. C.; (2007). Parque Arqueológico do Vale do Côa. Visitas, ordenamento e desenvolvimento. *Côavisão* n.º9.

LIMA, A. V.; REIS M., 2001. O culto moderno dos monumentos. Os públicos do PAVC. In: Gonçalves, M. E. (ed.). *O caso de Foz Côa: Um laboratório de Análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2001.

LUÍS, L.; (2008). A construção da carta arqueológica do PAVC. A sua importância para a investigação e gestão do património do Vale do Côa. In Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. Actas das sessões, volume 2.

LUÍS, L. (2005) – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), p. 31-60.

LUÍS, L., REAL, F., 2013. Incêndios na Zona Especial de Proteção do Vale do Côa em 2013: Avaliação e Proposta de Ação”. Relatório apresentado à Fundação Côa Parque, Vila Nova de Foz Côa.

Luís, L.; (2007). Vale do Côa: A maior descoberta da Pré-história portuguesa do século XX. A Revista da Ciência, Tecnologia e Inovação em Portugal. N.º122

MACHADO, L.; 2006. Conservação das rochas com gravuras do Vale do Côa: Intervenção piloto, núcleo da Canada do Inferno. In A arte da conservação. Técnicas e métodos de

conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

MENDES, J. V., 1991. *Marketing, patrocínio e mecenato*, Lisboa, Texto Editora.

MENDES, M.; (2008a). Actividades educativas. In *Al-madan*, II série, n.º16.

MENDES, M.; (2008b). Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: O processo de criação do Serviço Educativo do PAVC. III Congresso de arqueologia trás-os-montes, alto douro e beira interior

MESQUITA, E.; (2007). À espera dos patos! *Côavisão*, n.º9.

PAULO, J. A. F, 2008. Parque Arqueológico do Vale do Côa: Uma paisagem Cultural Património da Humanidade. Modelo de Gestão integral, *Praxis Archaeologica*, Vol. 3.

PAU-PRETO, F.; LUÍS, L. (2003) – Plano de ordenamento do parque arqueológico: Uma nova figura de planeamento. Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território. Aveiro. 1, p. 73-79.

PAU-PRETO, F., 2005. “O Património Cultural no planeamento e no desenvolvimento do território: Os planos de ordenamento de Parques arqueológicos”, MPPAU, Porto.

PAU-PRETO, F. (2005b) – Proteção patrimonial & desenvolvimento territorial: três casos internacionais: Stonehenge, Dordonha, Aragão. In *9ª Mesa-redonda de Primavera – A cultura light. FLUP/DCTP, 22 e 23 de Abril de 2005*. Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Departamento de Ciências e Técnicas do Património, p.21-34

Plano de atividades e orçamento, 2013

(<http://www.artecoa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1873/1873.pt.pdf>)

Prémios 2010 turismo de Portugal: Os melhores de 2010.

RAPOSO, M.; PROENÇA, N.; 2006. Projecto de experimentação prévia para a conservação de uma rocha gravada e de uma rocha-tipo, do núcleo da Ribeira de Piscos, no Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação*

em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

REBANDA, N., [1995]: *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*. Ed. Do IPPAR, Lisboa, 17 p., (Reproduzido no “Boletim da Universidade do Porto”, Ano 5, nº25, Porto, Junho de 1995, p. 11-16).

REGALA, F. José. (2011): Os adornos do Paleolítico Superior de Vale Boi (Vila do Bispo – Algarve). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Departamento de História, Arqueologia e Património. Faro.

RIBEIRO, J. M. C.; 2010. ACÔA- Amigos do Parque e Museu do Côa. *Côavisão* cultura e ciência n.º12. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

RODRIGUES, J. D.; 2006. Problemas e estratégias de conservação das rochas gravadas e apreciação das intervenções-piloto no Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.*

SAMPAIO, J. D., JARDIM, R.; (2008). Dinamização cultural junto da comunidade. *Almadan*, II série, n.º16.

SANTOS, M. de L. L. dos e CONDE, I., 1990. “Mecenato cultural de empresa em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXV, nº107, p. 375-439.

SANTOS, M. de L. L. dos e outros, 1998. *10 anos de mecenato cultural em Portugal*, Lisboa, OAC.

SANTOS, M. de L. L. dos e outros, 1998. *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, OAC.

SILVA, C. F.; (2014) – Análise Técnico-Económica de um Aproveitamento Hidroelétrico Baixo Sabor. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

VELUDO, I.; MATIAS, L.; COSTA, P. T.; 2006. Monitorização sísmica do território do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). In *A arte da conservação. Técnicas e métodos*

de conservação em arte rupestre. III congresso de arqueologia Trás-os-Montes, alto douro e beira interior. Actas das sessões. Vila Nova de Foz Côa, 18 de Maio 2006.

VVAA, 2008, *Archaeologia* 3.

VVAA, 2008, *Al-madan* IIª Série (16).

XAVIER, S., 2000. “O Monumento é o Vale: a retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Côa”, in *Etnográfica*, vol. IV (1), pp. 109-127.

ZILHÃO, J., 2007. Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial, Lisboa.

ZILHÃO, J. (2000) – A arte rupestre do vale do Côa: salvaguarda e valorização. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

www.unesco.com (acedido em 5-12-2014)

www.arte-coa.pt (acedido em 12-12-2014)

<http://www.tour-whpo.org> (acedido em 14-12-2014)

<http://www.uc.pt/whpo> (acedido em 14-12-2014)

www.publico.pt (acedido em 13-12-2014)

www.uaa.az (acedido em 14-12-2014)

www.rtp.pt (acedido em 1-12-2014)

www.cm-fozcoa.pt (acedido em 7-01-2015)

www.siegaverde.es (acedido em 10-01-2015)

www.jornaldearqueologia.net (acedido em 11-01-2015)

www.douroiberico.com (acedido em 12-01-2015)

www.noticiasdevilareal.com (acedido em 15-01-2015)

www.amdourosuperior.pt (acedido em 04-02-2015)

www.salamancatvaldia.es (acedido em 23-03-2015)

www.turismocastillayleon.com (acedido em 23-03-2015)

www.patrimoniocultural.jcyl.es (acedido em 23-03-2015)

www.sicnoticias.sapo.pt (acedido em 29-04-2015)

www.portocanal.sapo.pt (acedido em 11-06-2015)

www.cp.pt (acedido em 22-06-2015)

Anexos

Imagens

Imagem 1: Localização de Vila Nova de Foz Côa



Fonte: <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho> (acedido em 5-05-2015).

Imagem 2: Concelho de Vila Nova de Foz Côa



Fonte: <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/freguesias> (acedido em 5-05-2015).

Imagem 3: Abrangência paisagística do Museu do Côa



Fonte: <http://www.display.pt/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa/> (Acedido em 5-05-2015).

Imagem 4: Detalhe do Museu do Côa



Fonte: <http://www.display.pt/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa/> (Acedido em 5-05-2015).

Imagem 5: Localização de Siega Verde



Fonte: <http://www.siegaverde.es/index.php/localizacion> (acedido em 10-05-2015).

Documentação

Tabela 1: Distinção entre patrocínio e mecenato

| Distinção entre patrocínio e mecenato | | |
|---------------------------------------|---|--|
| | Patrocínio | Mecenato |
| MOTIVAÇÃO | Comercial. | Social ou cultural. |
| OBJETIVO | Criação de uma ligação entre uma marca e uma ação mediática. | Estabelecer uma identidade para a empresa enquanto instituição. |
| MENSAGEM | Marketing. | Institucional, cívica e social. |
| PÚBLICO-ALVO | Consumidores potenciais. | Comunidade em geral. |
| EXPLORAÇÃO | Valorização comercial antes, durante e após o acontecimento. | Valorização espiritual, discreta e de leve intenção comercial. |
| COMUNICAÇÃO | Essencialmente publicidade (o evento é rodeado por vários suportes - cartazes, bandeiras, placas, ações paralelas, etc.). | Quase exclusivamente relações públicas (o nome ou logotipo da empresa em cartaz, programa, catálogo, placa informativa.) |

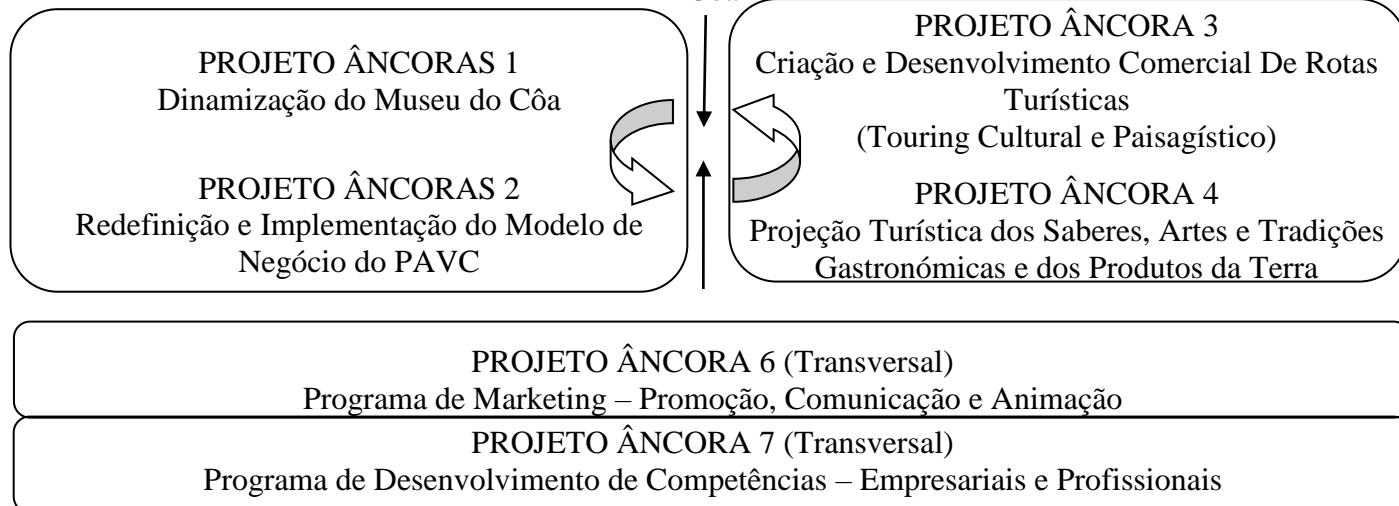
Fonte: <http://gestaodasartes.no.sapo.pt/data/mecenato.pdf> (acedido em 12-12-2014).

Tabela 2: Projetos âncoras

PROJETOS ÂNCORAS 5 (Instrumental)

Criação e implementação da ADMTVC – Agencia de Desenvolvimento e Marketing Territorial do Vale do

Côa



Fonte: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20\(memoria_descritiva_vale_do_coa\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20(memoria_descritiva_vale_do_coa).pdf) (acedido em 20-03-2015).

Tabela 3: Projetos Complementares

| Projetos Complementares (Eixos e Sub-Eixos) | |
|---|---|
| Eixo 1 – Preservação, Valorização e Fruição Turística do Património | Sub-Eixos |
| | 1 – Património Natural e Paisagístico |
| | 2 – Património Rural (Campos, Quintas, Aldeias e Tradições) |
| | 3 – Património Arqueológico |
| | 4 – Património Urbano, Arquitetónico, Artístico e Artes de engenharia |
| | 5 – Património Histórico: Memórias e Pessoas |
| | 6 – Gastronomia e Produtos da Terra |
| Eixo 2 – Inovação, Qualificação e Revitalização da oferta Turística | Sub-Eixos |
| | 1 – Alojamento e Restauração |
| | 2 – Animação Turística, Cultural e Lúdica |
| | 3 – Equipamento e Infraestruturas de Suporte |
| | 4 – Diversificação e Inovação de Serviços e Produtos Turísticos |
| Eixo 3 – Preservação, Valorização e Fruição Turística do Património | |
| Eixo 4 – Desenvolvimento de Competência e da Iniciativa Empresarial | |
| Eixo 5 – Inteligência Competitiva, Capacitação Institucional e Governança | |

Fonte: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20\(memoria_descritiva_vale_do_coa\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20(memoria_descritiva_vale_do_coa).pdf) (acedido em 20-03-2015).

Tabela 4: Fontes de financiamento

| Fonte de financiamento | Valor (Milhões de euros) | Peso relativo (%) |
|--|-----------------------------|-------------------|
| FEDER | 81.1 | 64% |
| OE | 0.4 | 0% |
| AUTARQUIAS | 18.6 | 15% |
| OUTRAS (POPH, Protocolo Bancário, etc.) | 9.5 | 7% |
| PRIVADOS | 17.5 | 14% |

Fonte: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20\(memoria_descritiva_vale_do_coa\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20(memoria_descritiva_vale_do_coa).pdf) (acedido em 20-03-2015).

Tabela 5: Fontes de financiamento com valores concretos

| TIPOLOGIA PROJECTOS | VALOR (€) | % |
|---|-----------------------|-------------|
| PRIVADO | 17.446.097,80 | 14% |
| QREN | 28.653.939,00 | 23% |
| Factores de Competitividade | 24.866.325,00 | 20% |
| Potencial Humano | 3.787.614,00 | 3% |
| PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS | 52.519.421,66 | 41% |
| POR Centro | 32.060.192,66 | 25% |
| POR Norte | 20.459.229,00 | 16% |
| OE - Orçamento do Estado | 444.750,00 | 0% |
| AL - Administração Local | 18.596.865,54 | 15% |
| OUTROS | 9.537.440,00 | 7% |
| TOTAL | 127.198.514,00 | 100% |

Fonte: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20\(memoria_descritiva_vale_do_coa\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20(memoria_descritiva_vale_do_coa).pdf) (acedido em 20-03-2015).

Tabela 6: Fontes de financiamento distribuídas entre os anos de 2009 e 2011

| TIPOLOGIA PROJECTOS | 2009 | | 2010 | | 2011 | | TOTAL (Euros) |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|-----------------------|
| | Valor (€) | % | Valor (€) | % | Valor (€) | % | |
| PRIVADO | 4.419.336,00 | 12,7% | 8.547.762,00 | 14,3% | 4.478.999,80 | 13,8% | 17.446.097,80 |
| QREN | 7.314.521,00 | 21,0% | 12.709.551,00 | 21,2% | 8.629.867,00 | 26,6% | 28.653.939,00 |
| Factores de Competitividade | 6.223.471,00 | 17,9% | 11.278.573,00 | 18,8% | 7.364.281,00 | 22,7% | 24.866.325,00 |
| Potencial Humano | 1.091.050,00 | 3,1% | 1.430.978,00 | 2,4% | 1.265.586,00 | 3,9% | 3.787.614,00 |
| PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS | 15.146.864,46 | 43,5% | 25.433.191,00 | 42,4% | 11.939.366,20 | 36,9% | 52.519.421,66 |
| POR Centro | 11.376.585,46 | 32,6% | 15.310.207,00 | 25,5% | 5.373.400,20 | 16,6% | 32.060.192,66 |
| POR Norte | 3.770.279,00 | 10,8% | 10.122.984,00 | 16,9% | 6.565.966,00 | 20,3% | 20.459.229,00 |
| OE - Orçamento do Estado | 169.875,00 | 0,5% | 191.875,00 | 0,3% | 83.000,00 | 0,3% | 444.750,00 |
| AL - Administração Local | 6.055.904,54 | 17,4% | 8.718.042,00 | 14,5% | 3.822.919,00 | 11,8% | 18.596.865,54 |
| OUTROS | 1.750.219,00 | 5,0% | 4.352.786,00 | 7,3% | 3.434.435,00 | 10,6% | 9.537.440,00 |
| TOTAL | 34.856.720,00 | 100,0% | 59.953.207,00 | 100,0% | 32.388.587,00 | 100,0% | 127.198.514,00 |

Fonte: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20\(memoria_descritiva_vale_do_coa\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_vale_coa%20(memoria_descritiva_vale_do_coa).pdf) (acedido em 20-03-2015).

Tabela 7: Candidaturas CCDR-N e CCDR-C (valores sem IVA, financiamento FEDER a 80%)

| Designação da Candidatura | Elegível | FEDER | FCP |
|--|------------------|------------------|------------------|
| CCDR Norte | | | |
| Melhoria das condições de segurança, visitação e acessibilidade do Museu do Côa | 63000,00 | 50400,00 | 12600,00 |
| Atualização/valorização da museologia do Museu do Côa | 50000,00 | 40000,00 | 10000,00 |
| Valorização do Núcleo da Penascosa | 57500,00 | 46000,00 | 11500,00 |
| Arranjo paisagístico do núcleo da Canada do Inferno, Centro de Acolhimento e Percorso Pedestre | 100000,00 | 80000,00 | 20000,00 |
| Programação Cultural do Museu do Côa | 247000,00 | 197600,00 | 49400,00 |
| Totais | 517500,00 | 414000,00 | 103500,00 |
| CCDR Centro | | | |
| Plano de Comunicação do Museu do Côa | 204036,35 | 163229,08 | 40807,27 |
| Atividades Educativas do Museu do Côa | 52000,00 | 41600,00 | 10400,00 |
| Edição de materiais de divulgação e apoio aos centros de interpretação e receção. | 29400,00 | 23520,00 | 5880,00 |
| Exposição Itinerante “O Vale do Côa: 30.000 anos de arte rupestre” | 11380,00 | 9104,00 | 2276,00 |
| Côa Criativo (BD e documentário) | 3500,00 | 2800,00 | 700,00 |
| Totais | 300316,35 | 240253,08 | 60063,27 |
| Totais (CCDR-N + CCDR-C) | | | |
| | 817816,35 | 654253,08 | 163563,27 |

Fonte: Plano de Actividades e Orçamento 2013.